



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA - PROLING

ANDRÉ LUIZ SOUZA-SILVA

SOCIOLINGUÍSTICA COM FOCO NA COMUNIDADE LGBTQIA+:
ATTITUDE, IDENTIDADE E ESTIGMA

JOÃO PESSOA

2022

ANDRÉ LUIZ SOUZA-SILVA

**SOCIOLINGUÍSTICA COM FOCO NA COMUNIDADE LGBTQIA+:
ATITUDE, IDENTIDADE E ESTIGMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de Pesquisa: Mudança e Diversidade Linguística

Orientador: Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena

JOÃO PESSOA

2022

Arte da capa produzida por Brenda Queiroz

**Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S586s Silva, André Luiz Souza da.
Sociolinguística com foco na comunidade LGBTQIA+ :
atitude, identidade e estigma / André Luiz Souza da
Silva. – João Pessoa, 2022.
191 f. : il.

Orientação: Rubens Marques de Lucena.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1. Sociolinguística. 2. Variação linguística. 3.
Atitude linguística. 4. Comunidade LGBTQIA+. 5.
Identidade e estigma. I. Lucena, Rubens Marques de. II.
Título.

UFPB/BC CDU 81'272(043)

ANDRÉ LUIZ SOUZA-SILVA

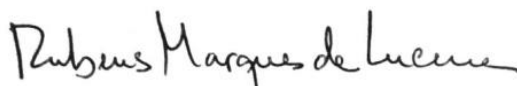
**SOCIOLINGUÍSTICA COM FOCO NA COMUNIDADE LGBTQIA+:
ATITUDE, IDENTIDADE E ESTIGMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística

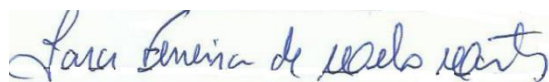
Linha de Pesquisa: Mudança e Diversidade Linguística

BANCA EXAMINADORA



Rubens Marques de Lucena

Universidade Federal da Paraíba (UFPB/DLEM/PROLING) – Orientador
Doutor em Linguística



Iara Ferreira de Melo Martins

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DL/PROFLETRAS) – 1ª Examinadora
Doutora em Linguística



Luana Anastácia Santos de Lima

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DL) – 2ª Examinadora
Doutora em Linguística

“Minha comunidade morre todos os dias, seja de HIV e AIDS ou de transfobia e homofobia. Eu te peço que considere isto: é um ser humano. Nós todos somos seres humanos! É sobre ser inclusivo. E eu jamais irei pedir para vocês me respeitarem, eu vou exigir. Você não irá dizer que me aceita, você não irá dizer que me tolera, você não tem esse poder! E eu retiro isso de você! você irá me respeitar por quem eu sou”

- Dominique Jackson

Bananeiras, PB – 05 de março de 2022

Caro/a leitor/a,

Estes agradecimentos não estão iniciando como de costume em textos acadêmicos para fins de conclusão, não é mesmo? Claro que isso é totalmente proposital, pois a função desses agradecimentos ultrapassa o ato de agradecer, trata-se de uma memória, uma lembrança, um alento. Acredito que escrever no estilo carta nos deixa mais próximos/as. Antes de iniciar a leitura, acredite que é importante, para mim, lhe dizer que eu agradeço a Deus e suas variantes por toda força que me foi dada desde a decisão de ingressar no curso de mestrado até a força que me manteve firme nos últimos dias de escrita que já eram bastante solitários e exaustivos.

Também agradeço aos meus pais – Paula Maria e Fernando Luiz –, por serem pessoas honestas, trabalhadoras e amáveis das quais eu me orgulho e tenho muito respeito. E, agradeço, especialmente, à minha mãe. Essa mulher que é uma âncora tão firme no meu existir, obrigado por tudo que és e pelo que fazes. És luz imensa no meu viver! Uma mãe zelosa e do carinho no gesto. Aprendi a ser pragmático contigo, vendo mais a solução do que o problema. Te amo!

Um obrigado imenso às minhas amigas e amigos, as/os quais não irei citar nomes, pois vocês são muitas/os e eu amo cada um de vocês. Obrigado por entenderem meu distanciamento em alguns momentos, por não me excluírem, por eu continuar entre os/as convidados/as de qualquer coisa que vocês pensaram em fazer juntos, ainda que eu precisasse dizer não. Espero que, quem esteja lendo, encontre nas minhas redes sociais uma foto de 30/03/2022 com muitas/os de vocês, sendo feliz e comemorando a conquista do título fruto desta dissertação.

Um agradecimento especial às minhas irmãs e meu irmão, pois somos parceiros/as e compartilhamos sonhos, almejamos sucessos e vivemos na missão de sermos felizes um segurando a mão do outro, promessa nunca feita, mas que eu sinto que existe bem no fundo do coração. Lucas, Vitória e Valentina são a minha equipe e Nicole Romeika – minha sobrinha lindona – que é mais uma luz no meu viver. Amo vocês demais!

Aproveito para agradecer, também, a colegas de curso, com as/os quais convivi nos últimos dois anos via redes sociais e aulas remotas. Obrigado pela acolhida, por me ouvirem, rirem das minhas bobagens, compartilharem comigo e me deixarem compartilhar com vocês angustias e descobertas – teóricas e da vida.

Ah, um agradecimento a Luísa Sonza e seu álbum Doce 22 que foram companhia de muitas madrugada. O replay foi constante!

Nesse ensejo, vele muito agradecer aos/às colegas do grupo de pesquisa Contato

Linguístico, do qual sou muito feliz por fazer parte e grato pela acolhida carinhosa e gentil. O que mais amo no grupo é que todo mundo é diferente um do outro, mas ninguém destoa do geral (risos). Eu jurava que sabia de Sociolinguística, na primeira reunião o baque teórico veio.

E, ao mencionar o grupo, não poderia deixar de agradecer ao professor Rubens Lucena. Esse homem que é incrível e um profissional humano. Obrigado por ouvir meus inúmeros áudios no WhatsApp, por aceitar minha pesquisa como algo a ser lido e orientado por você. Aprendi muito contigo e espero aprender mais, pois sua gentileza e cuidado não são empecilhos para seu rigor técnico e seu compromisso com a pesquisa acadêmica. Eu espero ser com meus/minhas orientandos/as metade do que és comigo. Um abraço imenso e generoso pra ti!

Aproveito para agradecer à professora Iara Martins, pessoa que tem meu imenso carinho e gratidão, foi com quem conheci a linguística e que me incentivou a ser acadêmico; à professora Amanda Braga – que colaborou no exame de qualificação e se mostrou solícita demais desde o convite feito para compor a banca; e à professora Luana Lima por estar disponível desde a qualificação para ajudar e que pôde colaborar com esta pesquisa na versão final. Obrigado a cada uma pela leitura rigorosa, mas afetuosa, respeitando meus enlaces teóricos e metodológicos, bem como a minha percepção de ciência.

Estendo meus agradecimentos ao PROLING e seu corpo docente, nas pessoas de Juliene Pedrosa, Angélica Furtado, Fábio Bezerra, Regina Pereira, Ferrari Neto e Elaine Espindola, pois tivemos contato durante as disciplinas que optei cursar e aprendi sobre muitas coisas diferentes, desde os aspectos mais estruturais aos mais discursivos, indo da Teoria Linguística para a Linguística Aplicada. Obrigado por compartilharem seus conhecimentos!

Agradeço aos/às colaboradores/as e participantes que oportunizaram a geração de dados que compõem este estudo. MUITÍSSIMO obrigado!

E há um grupo que eu não poderia deixar de agradecer: meus alunos e alunas. Pessoal, vocês foram a salvação do meu psicológico em meio à pandemia sem fim e às obrigações com a pós-graduação. Ser pós-graduado é detalhe perto da grande satisfação que eu tenho em ser professor. Apesar da distância, passou a ser crucial a presença de vocês na minha casa por meio das telinhas no computador. Muitos dias vocês me salvaram e não sabem. Gratidão!

Por fim, obrigado a CAPES pela bolsa concedida e que me oportunizou maior estabilidade e garantia de uma escrita produtiva e responsável. E, viva à educação pública, gratuita e de qualidade, para o crescimento de jovens pobres e de escola pública como eu.

Com estima,
André.

RESUMO

Os estudos linguísticos têm diferentes expoentes analíticos, entre eles, temos os estudos sociolinguísticos, os quais atuam em diferentes domínios da relação indissociável entre língua e sociedade. Nesse sentido, esta dissertação se faz a partir de um estudo ancorado em postulados da Sociolinguística de viés variacionista de terceira onda, Estudos Queer (BORBA, 2020) e Feminista (LOURO, 2019), justificando-se pela contribuição para o fortalecimento e desenvolvimento da área linguística, especificamente, dos estudos de atitudes com foco em grupos mais restritos. Dito isso, temos o objetivo de analisar as atitudes sociolinguísticas de *LGBTQIA+* e *Cis/Héteros* sobre a linguagem da comunidade *LGBTQIA+*, bem como sobre falantes da referida comunidade. Para tanto, fundamentamo-nos em Labov (2008 [1972]), Preti (1977, 1984, 2010), Bagno (2007, 2012, 2017), Bortoni-Ricardo (2004, 2011 [1985], 2017), Freitag (2015), Veloso (2014), entre outros/as, a fim de alinhar uma Sociolinguística não só teórica, mas também reivindicante de uma conduta militante; favorecendo a abordagem dos estudos sobre Atitudes Linguísticas, considerando as contribuições de Lambert & Lambert (1972), Milroy (2011 [2001]), Hora (2011), Cardoso (2015), entre outras vozes. Posto isso, o estudo lança mão de uma natureza, predominantemente, qualitativa de caráter fenomenológico (MERLEAU-PONTY, 1999), a partir de questionário e entrevista semiestruturada, instrumentos que possibilitam a geração de dados junto a 20 (vinte) participantes divididos em dois grupos: o da diversidade – 10 *LGBTQIA+*, e o da heteronormatividade – 10 *Cis/Héteros*. Na direção desse trajeto metodológico, obtivemos dados que indicam que alguns falantes *LGBTQIA+* reconhecem como usuais itens linguísticos que envolvem variantes marcadas como usuais, especificamente, em sua comunidade e configuram fenômenos de conjunturas pragmáticas particulares, também são usos linguísticos dos quais o grupo *Cis/Hétero* distancia-se mais. Para além disso, os/as participantes *cis/héteros* não tendem a uma construção mais negativa do perfil psicossocial de falantes *LGBTQIA+*, logo, os dois grupos fazem uma avaliação de proporcionalidade semelhante. Entretanto, como símbolo de batalha e indignação social, participantes do grupo *LGBTQIA+* engajam-se na defesa de sua linguagem de grupo, reconhecendo a relevância de seu socioleto como marcador de uma identidade itinerante e performática.

Palavras-chave: Sociolinguística. Variação Linguística. Atitude Linguística. Comunidade *LGBTQIA+*. Identidade e Estigma.

ABSTRACT

Linguistics studies have distinct analytical exponents, and among them, the Sociolinguistics studies work in different domains of the indissociable relationship between language and society. Furthermore, this dissertation departs from Sociolinguistics concepts of the variationist third wave bias, Queer Studies (BORBA, 2020), and Feminist (LOURO, 2019). These studies contribute to consolidating and developing Linguistic studies, especially the attitude studies that focus on more restrict groups. That said, our objective is to analyze sociolinguistic attitudes of LGBTQIA+ and Cis/Hetero regarding the community language and speakers. To do that, we have adopted as theoretical framework Labov (2008[1972]), Preti (1977, 1984, 2010), Bagno (2007, 2012, 2017), Bortoni-Ricardo (2004, 2011 [1985], 2017), Freitag (2015), Veloso (2014), among other, aligning this work within a non exclusively theoric based Sociolinguistics. Moreover, we revindicate an activist posture that promotes a Linguistic Attitudes approach that considers the contribution of Lambert & Lambert (1972), Milroy (2011 [2001]), Hora (2011), Cardoso (2015), among other voices. Thus, this study mobilizes, predominantly, a qualitative and phenomenological nature (MERLEAU-PONTY, 1999) based on a questionnaire and a semi-structured interview. These instruments enable the data generation among the 20 (twenty) participants divided into two groups: the diversity group - 10 LGBTQIA+, and the heteronormative group - 10 Cis/Heteros. In this methodological path, we obtained data indicating that some LGBTQIA+ speakers recognize, as usual, linguistics items involving common marked variations, specifically in their community. They also operate phenomenons of the particularly pragmatic context, such as linguistic uses more distant from the Cis/Hetero group. Besides that, Cis/Hetero participants do not bend to more negative constructions of the psychosocial profile of LBGTQIA+ speakers. Thus, the evaluation of LGBTQIA+ speakers' profiles is proportionally similar in both groups. However, as a symbol of social activism and social fight, some LGBTQIA+ participants seem to defend the group's language by recognizing the importance of the sociolect as part of the performative and shifting identity.

Key words: Sociolinguistics. Linguistic Variation. Linguistic Attitude. LGBTQIA+ Community. Identity and stereotype.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A inter-relação do linguístico e do sociocultural a partir da linguagem.....	21
Figura 2 - <i>Printscreen</i> de postagem em grupo no Facebook.....	62
Figura 3 - Fluxograma dos sistemas social, linguístico, sexual e de gênero	113
Figura 4 - Atribuição de profissões a partir dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero	118
Figura 5 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação ao homossexual masculino.....	121
Figura 6 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação ao bissexual masculino.....	122
Figura 7 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação à mulher transexual.....	123
Figura 8 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação à mulher bissexual	124
Figura 9 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação à mulher lésbica	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Reconhecimento de gírias da comunidade LGBTQIA+	98
Gráfico 2 - Reconhecimento do uso de gírias da comunidade LGBTQIA+	99
Gráfico 3 - Preferência por marcador de intensidade	101
Gráfico 4 - Preferência de vocativos associados às práticas de LGBTQIA+	103
Gráfico 5 - Preferência de localização do vocativo em sentença	106
Gráfico 6 - Probabilidade de uso de sentença não normativa.....	107
Gráfico 7 - Preferência ortográfica para conversas em redes digitais	109
Gráfico 8 - Frequência do riso, ironia e deboche em comunicações	111
Gráfico 9 - Identificação da sexualidade e/ou identidade de gênero de falantes LGBTQIA+	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conversa entre mulheres lésbicas	37
Quadro 2 - Alguns termos pajubá em <i>Aurélia</i>	45
Quadro 3 - Desvios intencionais de ortografia.....	52
Quadro 4 - Acepções do termo “casal” em dicionários do século 21	58
Quadro 5 - Procedimentos metodológicos	87
Quadro 6 - Breve perfil dos colaboradores LGBTQIA+	88
Quadro 7 - Blocos de perguntas para LGBTQIA+	95
Quadro 8 - Comentários dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Héteros sobre o modo de falar dos/as colaboradores.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variável sexo/gênero e frequência uso.....	33
Tabela 2 - Variável sexo/gênero em estudo etnográfico	35
Tabela 3 - Frequência de vocativos referentes às identidades LGBTQIA+ identificados por estudantes da EJA no contexto escolar.....	78
Tabela 4 - Grau de agressividade de vocativos referentes às identidades LGBTQIA+ no contexto escolar a partir da percepção de estudantes da EJA.....	79
Tabela 5 - Perfil dos/as informantes	89
Tabela 6 - Perfil dos/as participantes LGBTQIA+ e Cis/Héteros	92
Tabela 7 - Percepção da fala de pessoas LGBTQIA+ considerando o fator origem no eixo mais litorâneo e mais sertanejo.....	115
Tabela 8 - Percepção da fala de pessoas LGBTQIA+ considerando o fator status econômico a partir da renda de salário mínimo	116
Tabela 9 - Percepção da fala de pessoas LGBTQIA+ considerando o fator escolaridade da educação básica ao nível superior	117
Tabela 10 - Caracterização dos/as LGBTQIA+ a partir da percepção dos grupos.....	119
Tabela 11 - Atitudes linguísticas a partir do estímulo de relatos de vida	126

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

Adj.	Adjetivo
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP-UFPB	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba
E.F.	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
E.M.	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
E.S.	Ensino Superior
GN	Gramática normativa
GT	Gramática tradicional
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INF.	Informante
INT.	Internauta
Intr.	Intransitivo
LGBT	Lésbica, gay, bissexual, transexual
LGBTQIA+	Lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual e mais
LI	Língua Inglesa
LP	Língua Portuguesa
OCEM	Orientações Curriculares de Língua Portuguesa para o Ensino Médio
PCEJA	Proposta Curricular de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa
P.G.	Pós-Graduação
S.f.	Substantivo feminino
S.m.	Substantivo masculino
STF	Supremo Tribunal Federal
Subs.	Substantivo
SV	Sociolinguística Variacionista
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
V.t.d.	Verbo transitivo direto

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO 1 – O CLOSE DE UMA SOCIOLINGUÍSTICA MILITANTE	19
1.1 Ondas da Sociolinguística: linguagem, gênero e sexualidade.....	29
1.1.1 Foco nas três ondas e na variável sexo/gênero	31
1.2 Queerizando estudos sociolinguísticos	38
1.2.1 Diversidade fonético-fonológica	40
1.2.2 Diversidade morfológica.....	42
1.2.3 Diversidade lexical.....	43
1.2.4 Diversidade sintática.....	46
1.2.5 Diversidade semântica.....	49
1.2.6 Diversidade ortográfica	51
1.2.7 Diversidade discursiva.....	52
CAPÍTULO 2 – ATITUDES E CRENÇAS LINGUÍSTICAS E BAFÔNICAS	55
2.1 O efeito espada/escudo da linguagem de grupo	64
2.1.1 O que pesquisas sobre atitude linguística podem nos dizer?	71
2.2.1 Atitude e identidade linguística de falantes LGBTQIA+	76
CAPÍTULO 3 – AQUENDANDO A METODOLOGIA	84
3.1 Procedimentos para a geração de dados.....	87
3.1.1 Seleção de informantes.....	89
3.1.2 Participantes da pesquisa	92
3.1.3 Instrumentos de pesquisa	94
CAPÍTULO 4 – BABADO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	97
4.1 A linguagem da diversidade como opção de uso.....	97
4.2 Avaliação a partir do falar: LGBTQIA+ vs. Cis/Héteros.....	114
4.3 Linguagem que transvia: com a palavra, LGBTQIA+	130
4.3.1 Contribuições para a educação: reflexões sobre (r)existência	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	174
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	174
ANEXO B – EXCERTOS DOS ÁUDIOS DOS/AS COLABORADORES/AS.....	176
APÊNDICES	180

APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA SELEÇÃO DE PARTICIPANTES.....	180
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE (TCLE)	182
APÊNDICE C – ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA A COLETA DE FALAS DE PESSOAS LGBTQIA+	183
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TAREFAS 03 E 04 DA METODOLOGIA	184

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos linguísticos têm se dedicado à compreensão dos mais variados usos da língua, estabelecendo, cada vez mais, a necessidade de investigar as variadas práticas linguísticas, as quais se configuram a partir de uma diversidade de falantes e comunidades. Assim, podemos entender de que maneira e em que aspecto alguns fatores ideológicos - configurados pela padronização social e homogeneidade linguística- têm estabelecido o prestígio de alguns recursos linguísticos em detrimento da estigmatização de outros.

Desse modo, o estudo de atitudes linguísticas faz-se possível para a percepção que o senso comum tem das práticas linguísticas de grupos estigmatizados, por exemplo, como é o caso da comunidade LGBTQIA+ (lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, queer, intersexo, assexual e mais)¹. Nessa direção, através de metodologia indireta, é possível captar a avaliação que as pessoas têm a respeito daqueles/as que estão mais próximos/as ou distantes de suas identidades sexuais e de gênero, sendo provável que quanto menor o engajamento na comunidade, maior o estigma linguístico.

Justifica-se o interesse nesse tema e as contribuições da pesquisa, primeiramente, pelo fator científico, uma vez que contribui para o fortalecimento e desenvolvimento da linguística, especificamente, dos estudos de atitudes linguística e por seu foco em um grupo mais restrito, uma vez que identificamos escassez de investigações que privilegiem a participação de pessoas LGBTQIA+ em pesquisas sociolinguísticas. Contudo, enquanto estado da arte, os estudos de Santana (2018), Nogueira (2019) e Ribeiro (2020) são significativos e relevantes no processo de reconfiguração e reivindicação das pautas da agenda sociolinguística nacional, e serão detalhados mais adiante – este estudo também passa a integrar o coletivo de investigações do Grupo de Pesquisas em Contato Linguístico (CNPq) (cf. SOUZA-SILVA; GOUVEIA, 2022).

Contribui por seu viés social, pois a *LGBTfobia* é uma realidade nacional (GASTALDI *et al*, 2021), seu combate também se faz pela compreensão de aspectos da linguagem, uma vez que entendemos a linguagem como aquilo que o homem tem de mais íntimo e o que representa sua subjetividade, logo, não é exagero dizer que quando críticas são feitas à linguagem de alguém, isso funciona como uma arma que fere tanto quanto qualquer outra atitude violenta, conforme indica Leite (2008). Além disso, enfrentamos a problemática da inserção social, garantia

¹ Em diferentes investigações, com a finalidade de representar uma maior pluralidade de identidades sexuais e de gênero, é comum identificarmos diversos formatos de siglas. No caso deste trabalho, assumimos o uso de LGBTQIA+, considerando o sinal “+” como representativo das demais formas de viver as sexualidades e identidades de gênero. Dito isso, esperamos que todos os sujeitos da comunidade possam, de alguma forma, sentirem-se representados (ou não) pelas ideias que defendemos.

de cidadania, violação de direitos e acesso às políticas públicas por parte de pessoas LGBTQIA+ que, por vezes, estão em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, por exemplo, Ramos (2020) teoriza sobre a circularidade do poder na violência letal frente ao assassinato de mulheres transexuais e travestis no sertão paraibano, vitimadas entre 2010 e 2011, em uma série de transfeminicídios.

Além disso, pela possibilidade pedagógica, haja vista sua contribuição para os estudos sociolinguísticos na graduação e pós-graduação, bem como para as reflexões dos/as docentes das escolas de educação básica e/ou profissionalizantes, considerando que as variedades linguísticas estigmatizadas também devem ser objetos de reflexão e análise linguística, como apontam diversos documentos oficiais (BRASIL, 1998, 2002, 2006, 2018). Desta feita, é valioso realinharmos uma educação sociolinguística que não inflija pessoas LGBTQIA+, como aponta Silva (2016), ao lugar da irracionalidade, da ignorância, do misticismo, da promiscuidade e da monstruosidade.

Por fim, por motivação pessoal, tendo em vista meu compromisso com o combate a toda e qualquer discriminação, considerando minha própria realidade, história de vida e experiências humanas e acadêmicas, uma vez que tenho me interessado pelas discussões sobre linguagem, gênero e sexualidade desde a graduação, tendo vista algumas produções já realizadas a exemplo de Souza-Silva & Martins (2020), Souza-Silva & Coppi (2020), Souza-Silva & Silva Jr (2021) e Souza-Silva & Lucena (2021).

Desta feita, esta dissertação trabalha com os postulados teóricos da Sociolinguística Variacionista de terceira onda, considerando o fator heterogeneidade como questão crucial, uma vez que Labov (2008) estabelece a heterogeneidade não só como um fato comum, mas também natural, entre os fatores linguísticos fundamentais. Essa heterogeneidade será investigada no contexto da comunidade LGBTQIA+, adotando uma abordagem mais vertical com os estudos da Atitude Linguística. Dito isso, a pesquisa objetiva analisar as atitudes sociolinguísticas de LGBTQIA+ e Cis/Héteros sobre a linguagem da comunidade LGBTQIA+, bem como sobre falantes da referida comunidade, considerando, na medida do possível, questões mais periféricas como o riso, a ironia, o deboche e a desmunhecação, que são necessários para a subversão cultural das normatizações das identidades sexuais e de gênero, onde os usos linguísticos estão inclusos, como indica Trevisan (2018).

A partir disso, apresentam-se os seguintes objetivos específicos: a) compreender como os estudos sociolinguísticos contribuem para análises da linguagem no contexto da comunidade

LGBTQIA+; b) indicar a preferência de uso de itens linguísticos caracterizados como de LGBTQIA+ e comparar as respostas dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero; c) analisar atitudes linguísticas de sujeitos LGBTQIA+ a respeito da linguagem de seu grupo, buscando compreender as representações que esses sujeitos identificam nos usos da linguagem da comunidade em questão e; d) contribuir com material teórico para reflexões sobre atitudes linguísticas na formação da identidade sociolinguística.

Para tanto, adota-se uma metodologia de natureza qualitativa de olhar fenomenológico, a partir de estudo atitudinal, o qual se espelha em abordagens da Psicologia Social, realizando a exposição dos participantes a fala de sujeitos LGBTQIA+, categorizados em diferentes identidades sexuais e de gênero. A partir dessa exposição, há a aplicação de questionários para considerações da avaliação linguística entre o grupo LGBTQIA+ composto por 10 participantes e outros 10 compondo o grupo Cis/Hétero, os quais também indicaram preferência de uso frente a alguns fenômenos linguísticos previamente estudados por outros/as pesquisadores/as. Por fim, são coletados depoimentos e comentários dos/as participantes LGBTQIA+ sobre a linguagem de seu grupo, a partir de entrevista semiestruturada, centralizando a temática linguística.

Essa abordagem faz-se possível quando nos distanciamos de algumas concepções teórico-metodológicas, uma vez que as ciências modernas, na América Latina, têm guiado seus enlances por caminhos menos eurocêntricos, compreendendo que há interesses diferentes em cada *locus* de pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa é de natureza qualitativa, considerando o caráter interpretativista como necessário para a leitura dos significados que os sujeitos atribuem às práticas sociais, evidenciando um método fenomenológico, para a compreensão de determinada realidade, ao trabalhar com as subjetividades, interessando-nos muito mais pelo processo do que pelo produto, isso sem estarmos interessados, necessariamente, em generalizações – tal empreitada sob uma ótica sociolinguística.

Para as discussões que seguirão, é preciso compreender que sujeitos LGBTQIA+ estão numa fronteira, onde subvertem e desafiam a arbitrariedade das divisões, para tal, lançam mão do exagero e da ironia, evidenciando os ideais separatistas (LOURO, 2020). Nesse sentido, será possível desencadear as reflexões considerando questões debatidas por Butler (2019), Louro (2014, 2019, 2020) e Foucault (2020), isso porque entendemos, segundo Moita Lopes (2013), a necessidade de novas ferramentas teóricas e analíticas para lidar com fenômenos da linguagem em uso no mundo contemporâneo.

Esta dissertação estrutura-se em capítulos, em *O close de uma Sociolinguística militante* – capítulo um – temos uma discussão sobre a Sociolinguística, focalizando estudos temáticos

sobre gênero e sexualidade, considerando que a língua é uma manifestação das relações humanas, com base nas relações sociais e de poder. Para tanto, as reflexões trabalham com Labov (2008), Calvet (2002), Bortoni-Ricardo (2004, 2017), Bagno (2007, 2017, 2019), entre outros, considerando que a linguagem é um instrumento de controle e coerção social complexo e sutil, conforme aponta Bagno (2003).

Adiante, no capítulo dois, *Atitudes linguísticas e bafônicas*, evidenciamos os estudos sobre Atitude Linguística, com contribuições da Psicologia Social (Lambert; Lambert, 1972). Assim, as atitudes positivas e/ou negativas podem focar em traços da linguagem da comunidade em questão, estabelecendo a apreciação da performance linguageira, com base em itens verbais e não verbais. No desenvolvimento dessas ideias, refletimos com Preti (1984), Hora (2011), Milroy (2011), Cardoso (2015), Lima (2018), entre outros.

Feitas as discussões teóricas, o capítulo três – *Aquendendo a metodologia* – é de caráter metodológico, estabelecendo a natureza da pesquisa junto ao método. Assim, é onde encaminhamos os critérios de seleção de instrumentais de coleta, refinamento do *corpus*, perfil dos participantes, etc. Dito isso, podemos assumir que estamos interessados naquilo que acontece no mundo real (PAIVA, 2019), com o anseio de analisar os dados que resultem de nossa investigação individual centrada na subjetividade e na coletividade dos participantes. Essas questões metodológicas são fundamentadas em Gil (2002, 2008), Bortoni-Ricardo (2008), Oliveira (2016) e Paiva (2019).

Ademais, no capítulo quatro: *Babado, análise e discussão dos dados*, fazemos a análise de três momentos. Inicialmente, a preferência de uso de itens linguísticos associados à prática linguística da comunidade LGBTQIA+, comparando com a frequência de uso indicada pelos cis/heterossexuais. No segundo momento, há a análise das avaliações feitas por esses grupos diante da fala de sujeitos LGBTQIA+, considerando graus de positividade e negatividade. E, o terceiro momento destina-se à análise dos discursos de pessoas LGBTQIA+, identificando a representatividade linguística que esse grupo tem de si. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências que ancoram nossas discussões e reflexões, bem como os anexos e apêndices necessários.

CAPÍTULO 1 – O CLOSE DE UMA SOCIOLINGUÍSTICA MILITANTE²

“A renovação das formas se torna um valor mundano, a fantasia exhibe seus artifícios e seus exageros na alta sociedade, a inconstância em matéria de formas e ornamentações já não é exceção mas regra permanente”
- Gilles Lipovetsky (2009, p. 24).

No século XX, os estudos linguísticos são legitimados com postulações teóricas e rigor metodológico a partir dos fundamentos de Saussure – linguista suíço conhecido, na contemporaneidade, como pai da linguística moderna. A abordagem saussuriana ficou conhecida como estruturalista, por evidenciar a face interna do signo linguístico e investigar a linguagem verbal numa sistemática homogênea, desconsiderando, para os fins daquela época, questões extralinguísticas. Para tanto, trabalhou com as conhecidas dicotomias, formadas por pares que se complementam e direcionam o olhar investigativo diante da língua. Paralelamente, fomentada e estabelecida a linguística junto ao seu objeto de investigação, outras vertentes de estudos da língua emergem no horizonte por analisar o sistema linguístico à luz do uso linguístico, a exemplo dos estudos da Sociolinguística.

Para a Sociolinguística, devem ser feitas considerações internas e externas a respeito do signo linguístico. Desse modo, a investigação, nessa subárea, considerará não só a sistemática das línguas, mas suas relações pragmáticas, haja vista seu interesse não só no uso, mas nos falantes e em como (re)configuram a língua, desempenhando sua função primordial, enquanto falantes, que é a de manterem a língua ávida e funcional. Em sua vertente mais conhecida, a variacionista, a investigação é sobre as influências extralinguísticas em direção à estrutura linguística, considerando inúmeros fatores para estabelecer a variação e a mudança das línguas.

Além dessa vertente, há a interacionista, orquestrada por Gumperz (1998), a qual também considera os aspectos sociais, investigando as variações que ocorrem na linguagem a partir de determinados contextos comunicativos, bem como a educacional, proposta por Bortoni-Ricardo (2017), que se faz pelos esforços da aplicação de estudos sociolinguísticos quantitativos e qualitativos na solução de questões linguísticas no contexto da sala de aula e na proposição de trabalho pedagógico efetivo e funcional, paradigma este que dialoga com áreas afins e de diferentes abordagens da linguística contemporânea. Dito isso, destacamos que essas

² Em obra de Bortoni-Ricardo (2004), Marcos Bagno assina o prefácio sob o título “Por uma sociolinguística militante” fazendo menção a um episódio particular em que a referida autora disse que seu compromisso com a sociolinguística – enquanto instrumento de luta contra qualquer forma de discriminação – seria “fé quase bíblica” e que o autor prefere chamar de militância. Logo, este capítulo visa contribuir com esse instrumental democrático, viabilizando outras leituras das dinâmicas sociolinguísticas.

áreas não irão ser aprofundadas por nós neste estudo, mas ideias desses campos poderão ser identificadas.

A Sociolinguística Variacionista (doravante, SV), vertente amplamente conhecida e difundida, tem o estadunidense William Labov como seu precursor. De acordo com Labov (2008), antes de institucionalizar a Sociolinguística como vertente de estudos linguísticos, esse autor resistiu ao termo, pois, para ele, a constituição de uma área com tal nomenclatura, consideraria uma linguística que não fosse social. Assim, não pode haver “[...] uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social” (LABOV, 2008, p. 13). Apesar de reconhecer o valor do fator social para se fazer linguística, a teorização da Sociolinguística laboviana não deixou de receber críticas sobre sua abordagem acerca do fator social, sobre isso Bagno (2012) afirma que:

[...] ainda muito apegada ao estruturalismo clássico, ela só recorre ao elemento *socio-* como pretexto para fazer, ao fim e ao cabo, *-linguística*. De fato, essa corrente sociolinguística se dedica primordialmente ao conhecimento da língua, à descrição da língua, recorrendo aos fatores sociais somente na medida em que eles auxiliam nessa descrição (BAGNO, 2012, p. 62, grifos do autor).

Essa reprimenda não é para ser vista como algo que desvalorize a área, pois suas observações, constatações e análises possibilitam o mapeamento e o reconhecimento de variados processos de variação e mudança linguística. Dito isso, podemos explicar o porquê de serem feitas críticas à abordagem da SV: dá-se por seu caráter metodológico, o qual está baseado em uma natureza quantitativa, que objetiva traçar comparações estatísticas entre diferentes itens linguísticos em contexto de uso, ou seja, busca índices que possam estabelecer uma frequência de determinados usos linguísticos no interior de comunidades de fala.

É preciso entendermos que abordagens de caráter estatístico essencializam discussões, uma vez que o controle de variáveis sociais não permitirá que se extrapole as células de controle, o que não é um problema, mas a SV “[...] não consegue considerar aspectos relativos a como a linguagem é usada em um mundo em que a mobilidade e contingência se tornaram cruciais [...]” (MOITA LOPES, 2013, p. 230). Portanto, as células homogeneizadoras da abordagem da SV terão limitações o que irá revelar incoerências teórico-metodológicas, uma vez que “[...] inclui essencializações dos sujeitos sociais e padronizações de variáveis para as pesquisas levadas a feito [...]” (MOITA LOPES, 2012, p. 231).

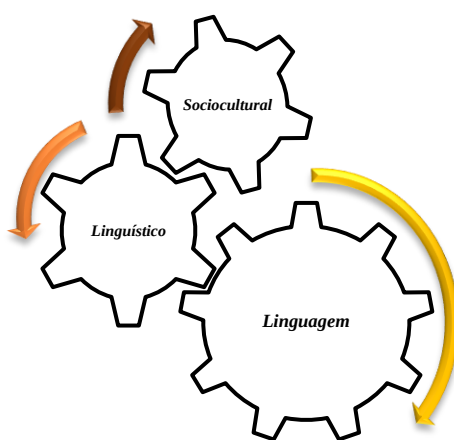
Reiteramos que não há problema com a construção científica da área, mas seus interesses políticos não são necessariamente de cunho progressista, uma vez que codificam em células e tratam como “insignificantes” amostras que, estatisticamente, podem representar

pouco, mas que podem ser altamente representativas na dinâmica social das comunidades. A partir disso, concordamos com Milroy (2011 [2001]):

[...] enquanto as análises internas forem pesadamente enviesadas em favor dos fenômenos linguísticos, em vez dos sociais, o paradigma quantitativo está impedido de explicar a ‘vida’ social da linguagem e as origens sociais da mudança linguística (MILROY, 2011, p. 85).

Então, apesar da abordagem de caráter estrutural, a Sociolinguística reintegrou o fator social aos estudos linguísticos, uma vez que o estruturalismo clássico e o gerativismo colocaram esse fator como secundário. Por isso, coube a Sociolinguística romper “[...] com a tradição de compartimentação das áreas do conhecimento e buscar vínculos e conexões com as ciências humanas e sociais [...]” (BAGNO, 2017, p. 425). Nesse sentido, é pertinente pensar em abordagens sociolinguísticas que se façam em um *continuum*, no qual a linguagem interliga os eixos linguístico e sociocultural em um movimento encaixado tal qual de engrenagens, como podemos ver a seguir:

Figura 1 - A inter-relação do linguístico e do sociocultural a partir da linguagem



Fonte: Elaboração do autor (2022)

Em uma de suas muitas conceituações, a linguagem é uma faculdade humana que “[...] permite a cada indivíduo representar/expressar simbolicamente sua experiência de vida, assim como adquirir, processar, produzir e transmitir conhecimento” (BAGNO, 2012, p. 58). A partir das engrenagens, podemos compreender a relação da linguagem com as manifestações linguísticas e socioculturais. Dessa relação decorrem tanto questões estritamente linguísticas quanto amplamente sociais, possibilitando uma abordagem sociolinguística que vá de um extremo ao outro e com zona intermediária ampla.

Nessa direção, podemos estabelecer, à luz dos postulados de Bagno (2017) e Calvet (2002 [1993]), que há estudos macrosociolinguísticos que estudam o que os falantes perpetram com suas línguas e variedades, considerando atitudes, ideologias e posições de poder; e estudos microsociolinguísticos que investigam em que medida a estrutura social influencia o uso e a produção das variedades linguísticas pelos falantes. Então, a primeira perspectiva está mais interessada em compreender como a sociedade é configurada pela língua e a segunda se interessa por como a língua é configurada pela sociedade.

Nesse sentido, é preciso compreender que podemos falar em Sociolinguísticas, de forma plural, não nos limitando a um quadro teórico único. As discussões desta dissertação se encontram numa “zona intermediária”, entre o social e o linguístico, isso por considerarmos que “[...] nos fechar na língua ou nos fechar na sociedade nos condena à impotência” (CALVET, 2002, p. 126-127). Dito isso, para desenvolver uma pesquisa no campo da linguística, não podemos deixar de adotar uma perspectiva que guiará nossas discussões, crenças e ações frente ao objeto a ser analisado. Portanto, concebemos uma abordagem que tem a seguinte premissa:

[...] o compromisso político de converter a sociolinguística num instrumento de luta contra toda forma de discriminação e de exclusão social pela linguagem. Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade – é preciso, também, transformá-las (BAGNO, 2005, p. 10).

É nessa empreitada que consideramos uma **Sociolinguística militante**, pois, conforme Bagno (2017), a língua também é uma bandeira por meio da qual grupos específicos se congregam para defender e/ou reivindicar direitos, também sendo uma bandeira que o Estado e suas diferentes agências hasteiam com a finalidade de desempenhar sua política de controle social. A partir disso, além de adotarmos uma postura investigativa, devemos estabelecer um conceito de língua, pois só é possível falar de língua depois que definirmos o que entendemos sobre esse termo. Nesse sentido, entendemos o seguinte:

A língua é sistema, ela é um conjunto de elementos inter-relacionados em vários níveis, no nível morfológico, fonológico-morfológico, sintático. **Mas elas só se realiza enquanto prática social**, quer dizer, os seres humanos nas suas práticas sociais usam a língua e a língua só se configura nessas práticas e é constituída nessas práticas (KOCH, 2006, p. 124, grifos nossos).

Ao enaltecer a prática social, colocamos em ênfase que nosso interesse é na prática linguística que se manifesta nas variadas práticas sociais, não desconsideramos a necessidade de um sistema linguístico, mas interessamo-nos pela língua no seio das práticas sociais. Assim, a Sociolinguística que defendemos tem caráter transgressivo e se faz pelo foco em questões

sociopolíticas que favorecem a existência ou não de determinados códigos linguísticos, bem como de determinadas práticas linguísticas.

Ao abordarmos a questão sociopolítica centrada em práticas linguísticas, podemos nos direcionar a comunidades específicas, como é o caso da comunidade LGBTQIA+. Dessa forma, é possível trazer ao bojo da discussão conceitos como identidade, gênero, sexualidade e performatividade, uma vez que a Sociolinguística, como a que defendemos, interessa-se pelas práticas linguísticas protagonizadas por sujeitos marginalizados. Dito isso, buscaremos refletir como a relação entre língua e sociedade é muito mais extensa, íntima e complexa do que apenas influência ou reflexo, conforme aponta Bagno (2012).

Como indicam Cezario & Votre (2017 [2008], p. 143), “cabe ao sociolinguista descobrir os contextos que favorecem a variação”. Nesse sentido, é preciso entender que a descoberta desses contextos se dará de maneiras diferentes a depender de interesses e adoções teórico-metodológicas. Abordagens sociolinguísticas quantitativas, que são de caráter mais tradicional, foram influenciadas por diversas dicotomias, as quais variam em relação à maneira como se expressam: vernacular ou padrão, por exemplo; à organização social, como em homogêneo x heterogêneo; e a categorias sociais: masculino-feminino (RAMPTON, 2006). Então, apesar de os sociolinguistas terem se dedicado, no contexto da Modernidade, a contestar tais polaridades, as pesquisas de Labov e Hymes, por exemplo, foram influenciadas por esses pensamentos dicotômicos, servindo como “campo de batalha” nos trabalhos desses autores, como indica Rampton (2006).

Entretanto, com o advento da Pós-modernidade (ou modernidade recente), variadas abordagens teóricas passaram a problematizar seus interesses, questionar suas produções científicas, contribuições à sociedade, ampliando sua agenda, inclusive a Sociolinguística, uma vez que leva em consideração os condicionadores sociais e culturais da produção linguística. Nesse sentido, as noções de linguagem são reconfiguradas, ampliadas e revistas. Afinal, a linguagem “[...] como conjunto de convenções sociais e estruturas mentais é somente um entre os vários recursos semióticos disponíveis para a produção e interpretação locais [...]” (RAMPTON, 2006, p. 117). A partir disso, o conceito de sociedade também se modifica, pois se desfaz da ideia de totalidade e unificação e passa a adotar a seguinte perspectiva:

[...] nossas ações e seus significados adquiridos com base em suas funções no sistema social foram substituídas pela visão de que o que fazemos tem papel primordial em moldar os lugares onde vivemos [...] há agora a compreensão de que **nos ‘agrupamos’ com base em uma grande quantidade de opções mutáveis, decidindo o que é correto ou errado para nós mesmos** (RAMPTON, 2006, p. 113, grifos nossos).

A adoção dessa perspectiva passa a posicionar a Sociolinguística e suas interfaces em uma nova jornada, na qual, inclusive os postulados tradicionais, estabelecem os limites de suas abordagens. Nesse sentido, parafraseando Rampton (2006), a Sociolinguística não precisa ser “curandeira de preconceitos”, mas pode e deve operar como tradutora e intérprete das ações de discriminação e exclusão pela linguagem, uma vez que o salutar dos preconceitos está em sua própria ação investigativa.

Dito isso, é válido ressaltar que não abandonamos as investigações de cunho variacionista clássico, mas não nos limitamos a elas, pois consideramos primariamente que a heterogeneidade não é apenas comum, mas resultado natural de fatores linguísticos fundamentais, algo já apontado por Labov (2008), mas também amplamente potencializada por fatores sociais, culturais e políticos, sendo alvo da intervenção consciente ou inconsciente dos/as falantes. Assim, reiteramos nosso interesse na comunidade LGBTQIA+, afinal, “se cada grupo apresentasse comportamento linguístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolinguístico da sociedade” (MOLLICA, 2015 [2004], p. 10).

Para Bortoni-Ricardo (2011 [1985], p. 110), “cada enunciado produzido por qualquer falante é um ato de identidade”. Nessa direção, precisamos considerar a relação que os sujeitos mantêm entre si por meio da linguagem. Por isso, não dá para resumir a reflexão aos dizeres já tão conhecidos: “a língua reflete a sociedade”, “a sociedade influencia a língua”, “línguas variam e mudam”, pois não dão conta da complexidade que é o jogo de poder em que a linguagem é um tabuleiro complexo. Portanto, concordamos que

[...] o que está em jogo é a língua como *instituição*, como instrumento de *controle social* de uma parcela da sociedade sobre as demais, como arma empregada para o exercício da *violência simbólica* de uns cidadãos contra os outros, como palco de *disputas de poder* e de *conflitos entre grupos sociais*, como elemento constitutivo da *identidade de indivíduos* e de *coletividades* [...] (BAGNO, 2012, p. 63, grifos do autor).

A partir do exposto, fica em ênfase como a língua é instrumento de várias significações e como as práticas linguísticas revelam essas significações. Para uma investigação sociolinguística como a que estamos empreitando aqui, há de se considerar uma questão mais linguística e outra mais social: linguisticamente, todas as variedades linguísticas funcionam igualmente; socialmente, existem modos de falar que são julgados como melhores ou piores. É preciso compreender que essa não é uma avaliação feita por nós, uma vez que, indubitavelmente, concordamos com o seguinte:

[...] toda manifestação linguística é um fenômeno que merece ser estudado, é um objeto digno de pesquisa e teorização, e se uma forma nova aparece na língua é preciso

buscar as razões dessa inovação, compreendê-la e explicá-la cientificamente [...] (BAGNO, 2009, p. 34-35).

Entretanto, nossa investigação não é, estritamente, linguística, é de caráter marcadamente social. Portanto, é preciso considerar que há hierarquização social das diferentes formas de falar e variadas formas linguísticas presentes em uma comunidade, as quais são subjugadas “[...] pelos papéis diferentes que são atribuídos a eles no jogo das sempre desiguais **relações de poder** vigentes na sociedade” (BAGNO, 2012, p. 63, grifos do autor). Nessa direção, Antunes (2009) indica que toda e qualquer questão que venha a emergir do e sobre o uso da língua não é apenas linguística, mas também política, histórica, social e cultural.

É no seio dessas relações de poder que questões como identidade e performatividade, especialmente, emergem. A identidade tem sido amplamente discutida no contexto da teoria social, como aponta Hall (2006 [1992]). Essas discussões têm se desenvolvido no que tange ao argumento de que “as velhas identidades estão em declínio” o que tem oportunizado o surgimento de novas identidades, potencializado a fragmentação do sujeito moderno que era visto de forma unificada, como indica o autor, e também afirma ser possível refletir sobre a identidade à luz de três concepções: iluminista, sociológica e pós-moderna.

Na *concepção iluminista*, o sujeito é centralizado na razão, é visto como unificado, onde o centro essencial do eu é sua identidade, caracterizado pela “individualidade”, e Hall (2006) ressalta que o sujeito do Iluminismo é descrito como masculino. Já na *concepção sociológica*, o egocentrismo é abandonado e compreende-se a identidade como constitutiva das relações humanas intercambiando valores, sentidos e signos culturalmente constituídos, sendo a identidade aquilo que “[...] preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2006, p. 11). Entretanto, essas concepções têm se desfeito, uma vez que:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso [...] (HALL, 2006, p. 12).

Essa fragmentação refere-se à produção da *concepção pós-moderna* de sujeito que não é fixa, essencial e permanente, constituindo o que Hall (2006) indica ser uma “celebração móvel”, a qual é “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.

13). Nesse sentido, o autor determina que a identidade é historicamente situada, não biologicamente.

Também consideramos importante destacar o conceito de identidade discutido por Bauman (2005), quando o autor aponta para os “subclasse”, sujeitos à margem da categorização hegemônica, tendo suas identidades negadas, uma vez que são excluídos socialmente e sua classificação identitária é imposta e atribuída por aqueles/as que estão no centro das engrenagens que apontam, classificam, categorizam e, com efeito, subalternizam e inferiorizam. Logo, a identidade dos subclasse, conforme o autor, trata-se da ausência, abolição e negação da individualidade, sendo negado direito de presença, mas também de existência.

Quando colocados nesse “não lugar”, como indica o autor, se “[...] é excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas” (BAUMAN, 2005, p. 46), potencializando o conflito, o desconforto e a perturbação. Então, em efeito performático contra as violências às suas identidades, sujeitos LGBTQIA+ estilizam a linguagem como símbolo de resistência no processo das sempre desiguais relações de poder.

Essas são formas de ver a identidade, podemos também pensá-la na perspectiva da diversidade, em que a identidade, segundo Silva (2000), tende a ser naturalizada, cristalizada e essencializada, concebida como produto ou evento da vida em sociedade diante dos quais se deve adotar posição. Entretanto, considerando o contexto de pós-modernidade em que nos situamos, consideramos o seguinte:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar (HALL, 2006, p. 13).

A partir dessa concepção da identidade, em múltiplas faces, considerando quem realmente somos, como nos enxergam e como isso muda conforme as nossas relações com os sujeitos e com o espaço-tempo é, assim, que fazemo-nos sujeitos múltiplos. Ressaltamos que, nesse sentido, a identidade não deixa de ser uma representação social, na qual há grupos de pertencimento e referência, situando-se entre o sociológico e o psicológico com caráter processual. Então, Oushiro (2015) explica que a identidade

[...] não é um atributo pessoal tampouco uma posse, mas um processo de criação de sentidos que deve ser ao mesmo tempo individual e coletivo. A construção de sentidos se dá sempre dentro de uma matriz cultural e ideológica, sobre a qual o indivíduo não exerce controle (OUSHIRO, 2015, p. 24).

Esse não controle é justamente onde o sujeito se faz e refaz, constituindo-se de forma particular e coletiva. Portanto, não se pode superestimar, segundo Oushiro (2015), o “papel agentivo” dos sujeitos na construção de sua própria identidade, não reconhecer isso é também considerar que os falantes podem apresentar produções linguísticas de uma única dimensão social. Assim posto, concordamos com o seguinte:

[...] além da improbabilidade de que o indivíduo possa monitorar e manipular conscientemente cada traço linguístico de sua fala a todos os momentos, uma série de construtos sociais que servem de parâmetros identitários preexiste e ultrapassa o domínio da ação individual (OUSHIRO, 2015, p. 25).

Essas questões alinham-se com a performatividade, logo, a identidade abandona a ideia de ser “aquilo que é” – deixando de ser algo que se descreve – para ser “aquilo que você se torna”, passa a ser vista como uma variável em transformação, pois está em constante movimento (SILVA, 2000). A teorização do conceito de *performatividade* é cunhado por John Langshaw Austin – filósofo da linguagem de origem britânica que estabeleceu, com a Teoria dos atos de fala, que um enunciado performativo não só descreve a realidade, mas também modifica tal realidade, ou seja, é uma sentença que, por si só, representa uma ação. Nesse sentido, a realização de atos vai depender da enunciação de uma frase, logo, “a enunciação de certas palavras em determinadas circunstâncias têm, por convenção, um determinado efeito” (FIORIN, 2018 [2002], p. 171). Sobre a relação de identidade e performatividade, acrescentamos:

[...] uma sentença como ‘João é pouco inteligente’, embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar em um sentido mais amplo - como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o ‘fato’ que supostamente apenas deveria descrevê-lo. É precisamente a partir desse sentido ampliado de ‘performatividade’ que a teórica Judith Butler analisa a produção da identidade como uma questão de performatividade (SILVA, 2000, p. 93).

Ao tratar das questões de gênero, Butler (2017 [1990]) considera o ato de “ser mulher” e “ser homem” como atos performativos, uma vez que ao proferir uma sentença “é uma menina”, ao nascer uma criança do sexo feminino, tal ato é descritivo, mas há uma gama de significados indexicalizados, os quais, segundo Butler (2017), acarretam em uma cadeia de outros atos performativos que controlam a vida da menina, provocando efeitos semânticos sobre seu corpo, roupas, maneira de falar, etc. É por isso que usar batom e pintar as unhas são práticas femininas ocidentais culturalmente situadas, o que cria uma ficção e essência sobre o “ser feminino”, como aponta Moita Lopes (2013).

Nessa direção, quando se analisa a frase “é uma menina”, há o ato de enunciar cada um dos elementos linguísticos que compõem a frase. Então, quando se enuncia essa frase, realiza-

se o ato de afirmação, que se realiza na linguagem, no próprio ato de dizer, o qual é marcado pelo item “é” forma conjugada do verbo “ser”. Por fim, ao considerarmos que a enunciação da frase acima acarreta *performances*, não sendo algo que se realizará na linguagem, mas pela linguagem.

É por essa visão, e ampliando-a, que Butler favorece o desenvolvimento da teoria *queer*, uma vez que “[...] vai dessencenciar qualquer sentido sobre o gênero e a sexualidade, que passam a ser sempre compreendidos como performativos, ou seja, como efeitos discursivos, não preexistindo ao discurso, apontando sempre para o que são em *performance*” (MOITA LOPES, 2013, p. 243, grifo do autor). Nessa direção, é preciso compreendermos que realizamos atos de identidade, os quais se fazem em uma série de *performances* socioculturais (BUTLER, 2017). A partir disso, concorda-se com Pennycook (2006) sobre a performatividade:

[...] possibilita um modo de pensar o uso da linguagem e da identidade que evita categorias fundacionalistas, sugerindo que as identidades são formadas na *performance* linguística em vez de serem pré-dadas. Tal visão da identidade linguística nos ajuda a ver como as subjetividades passam a existir e são sedimentadas com o passar do tempo por meio de atos linguísticos regulados. Isso também fornece a base para considerar as línguas [práticas linguísticas] de uma perspectiva antifundacionista, por meio da qual o uso da linguagem é um ato de identidade que possibilita a existência daquela língua [variante] (PENNYCOOK, 2006, p. 82, grifo do autor).

A partir dessa perspectiva, a linguagem pode ser posta como configuradora de identidades, uma vez que Abaurre (2006, p. 16) diz ser “[...] através do exercício da linguagem que se definem identidades”. Nessa arena que é a linguagem, a língua é, segundo Faraco (2006), uma realidade complexa, semioticamente estruturada, mas, por excelência, também é aberta, fluida, cheia de indeterminações e polissemias, precisamente, por nossas condições de seres históricos. Portanto, é nessa realidade entre língua e linguagem que nos constituímos como seres heterogêneos, tanto pela realidade da própria linguagem quanto pela imersão psíquica na qual nos encontramos, possibilitando diferentes maneiras de produção de sentido, seja consciente ou inconscientemente. Nessa direção, a linguagem pode ser vista como um território dos sentidos, haja vista isto:

[...] para conceder-lhe a prerrogativa de ser e servir como território de ação e interação, configurando processos em que a diversidade óticas tanto condiciona quanto determina a descoberta do significado e do sentido que lhes são possíveis (MARTINS, 2016, p. 22).

É esse nosso propósito, condicionar novos olhares e determinar novas descobertas, colocando em destaque questões que por vezes são de abordagem secundária, considerando que “[...] a língua é parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano – em

boa medida, *nós somos a língua que falamos [...]*” (BAGNO, 2003, p. 16-17, grifos do autor). Nesse sentido, focalizaremos, panoramicamente, a visão de sexo, gênero e sexualidade nos estudos sociolinguísticos, considerando as três ondas da Sociolinguística e seus interesses linguísticos e sociais, interseccionados com estudos Feministas e *Queer*, por exemplo.

1.1 Ondas da Sociolinguística: linguagem, gênero e sexualidade

Não é novidade que os acontecimentos históricos, os quais marcam e demarcam as narrativas políticas e econômicas do mundo, também influenciaram o desenvolvimento tecnológico, científico e educacional, a exemplo da Segunda Guerra Mundial ao propiciar mudanças na aprendizagem de idiomas, bem como a Revolução Industrial ao influenciar no ensino de língua, pois o processo de êxodo rural potencializou o contato linguístico entre falantes do campo e da cidade no contexto escolar.

Essas influências não poderiam deixar de ocorrer com o levante de variados movimentos sociais, como o(s) Movimento(s) Feminista(s). As feministas legendaram o movimento, entre as décadas de 60 e 70, com “o privado é político”. Dessa forma, aquilo que era ocultado na intimidade, inclusive mascarado com uma expressão popular muito conhecida: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”; passou a ser contestado, uma vez que “em nome dessa ‘privacidade’ todos os segredos das famílias permaneciam ocultos, esposas sofriam em silêncio agressões e abandono, filhos e filhas reprimiam sua sexualidade e tudo era vivido em segredo” (SCHMIDT, 2015, p. 293-294).

Então, com o advento dos movimentos sociais, especialmente o(s) Movimento(s) Feminista(s), áreas de estudo que contemplam questões de sexo, gênero e sexualidade passaram a reconsiderar premissas, rever conceitos e aspectos metodológicos. Com os postulados da Sociolinguística não foi diferente, uma vez que se dedica ao estudo da linguagem em uso. Assim, de acordo com Freitag (2015), as ondas do feminismo influenciaram as investigações acerca de linguagem e gênero e, considerando quatro perspectivas, a Sociolinguística estabeleceu suas discussões com base em déficit, dominância, diferença e construção social.

Na perspectiva do *déficit*, a fala da mulher é vista como fraca e não-assertiva, quando comparada às normas linguísticas masculinas (COATES, 2006 *apud* FREITAG 2015). Nessa direção, podemos mencionar os estudos de Lakoff (2010 [1973]), nos quais a autora teoriza a existência de um “sexoleto”, o qual se caracteriza por vocabulário mais específico e – femininamente – marcado, maior frequência de uso de normas gramaticais, marcadores

discursivos defensivos, maior polidez e rechaçam termos chulos, isso construindo a arte de “falar como uma dama”. A partir disso, tem-se a impressão de que há algo de errado com a fala de mulheres, logo, para serem levadas a sério teriam que falar como homens. Entretanto, “se uma menininha ‘fala grosso’ ou de modo rude como um menino, ela vai normalmente ser isolada, xingada ou ser motivo de gozação” (LAKOFF, 2010, p. 15).

Para alguns, os estudos de Lakoff podem parecer ultrapassados, mas acreditamos que a melhor consideração a ser feita é sobre o trato da análise, uma vez que não há problemas nos usos linguístico-discursivos de mulheres, o que há é um disparate social que reverbera discriminações com e pela linguagem. A produtividade da fala da mulher está em si mesma, não em metodologias comparadas, especialmente com a fala de homens, uma vez que há comunidades de prática em que a cultura machista é predominante e podemos perceber *performances* diferentes quanto ao uso linguístico de homens e mulheres, como aponta Silva (2016).

Evidencia-se também a perspectiva da *dominância*, a qual “parte do pressuposto de que as mulheres constituem um grupo oprimido, e que, por isso, as diferenças linguísticas entre homens e mulheres são interpretadas como dominação masculina e subordinação feminina” (FREITAG, 2015, p. 24). Sobre isso, podemos explicitar uma prática chamada de *hlonipha* – que existia em comunidades de fala em grupo de línguas banto – o que significa “respeito através da prática de evitar”. Essa prática era manifestada por mulheres (nguni, e mais tarde khoisan) ao falarem com os membros masculinos da família do marido e, em alguns contextos, também ao marido (BOSSAGLIA, 2019). Nesse sentido, é possível identificar como a dominância masculina é expressa pelo uso linguístico. Sobre as prescrições da prática de *hlonipha*, vejamos o exemplo a seguir:

[...] existia a proibição de pronunciar os nomes dos membros masculinos da família, mas também todas as palavras com elas parecidas foneticamente: se o sogro se chamava *Bongani*, as três sílabas *bo*, *nga* e *ni* deviam ser evitadas pela nora – é como se uma mulher que tem o sogro chamado Pedro não pudesse pronunciar esse nome, tampouco as palavras *pedra*, *pedreiro*, *vidro*, *peso* etc (BOSSAGLIA, 2019, p. 147).

Diferentemente dessa linha de raciocínio, a perspectiva da *diferença* parte da premissa de que mulheres e homens fazem parte de subculturas diferentes, pois têm voz, psicologia e experiências diferentes, como expressa Freitag (2015). Assim, observa-se uma leitura na contramão da perspectiva do *déficit*, pois a diferença não é defeito, é uma outra forma de enxergar e agir no mundo, partindo da premissa de que mulheres podem lançar mão de variadas estratégias linguísticas, as quais não determinam submissão ou menor empoderamento (FREITAG, 2015).

Sobre essa questão, podemos mencionar a investigação de Lisboa (2015), que fez um estudo em comunidade de prática jurídica, objetivando analisar os efeitos da variável sexo/gênero na escolha das formas de tratamento na comunidade em questão. Mediante as análises, a autora explica que as mulheres dão preferência aos usos das formas “você” e “senhor/a”, não por não reconhecerem validade em usos tidos como formais, como é o caso de “doutor/a” e/ou “excelência”, pois também fazem tais usos, mas não de forma categórica. A partir disso, as mulheres, de acordo com a hipótese de Lisboa (2015), podem ser mais solidárias e menos preocupadas com as formalidades contextuais, o que não determina menor força social ou posicionamento das mulheres.

Por fim, a perspectiva da *construção social* considera a questão da performatividade que explicamos, anteriormente. Nessa direção, entendemos que “[...] por ser uma construção, não podemos dizer que somos de um ou de outro gênero, e sim estamos” (FREITAG, 2015, p. 24). Sobre essa questão, podemos pensar no uso da linguagem não-binária³, em que as pessoas que não se identificam no binômio masculino-feminino reivindicam a neutralidade de nomes que determinam/qualificam seres humanos, como é o caso dos adjetivos ‘bonita-bonito’; dos substantivos ‘aluna-aluno’, para que também sejam utilizados, respectivamente, ‘bonite’ e ‘alune’, por exemplo.

Logo, “os falantes fazem, constroem o gênero, mais do que ser estaticamente um gênero em particular” (FREITAG, 2015, p. 24). Além disso, parecem-nos válidas as contribuições do que se tem chamado de linguagem inclusiva, com a finalidade de combater o sexismo na e pela linguagem, buscando pela não-marcação de gênero, assim, invés de ‘aluna’ ou ‘aluno’, utilizar-se ‘estudante’, bem como a dupla marcação ‘aluna/no’ tem sido algo identificável.

1.1.1 Foco nas três ondas e na variável sexo/gênero⁴

Feitas essas considerações, devemos explicar que “as perspectivas [anteriores] se alinham às ondas do feminismo e, como tal, não há fronteiras rígidas que segmentam cada abordagem; há, em muitos casos, entrelaçamentos e sobreposições (FREITAG, 2015, p. 23). Com efeito, faz-se necessário saber o seguinte: “[...] a diversidade sexual e de gênero tem indicado a necessidade de se refletir pensando além dos binarismos, como homem x mulher;

³ Para mais informações sobre o tema, sugerimos Lau (2017), Borba & Lopes (2018) e Schwindt (2020).

⁴ As discussões deste tópico estão publicadas sob a autoria de Souza-Silva & Lucena (2021).

heterossexual x homossexual, uma vez que essa questão extralinguística é fluída” (SOUZA-SILVA, 2020, p. 35).

Nesse sentido, é preciso considerar que a linguagem se constitui dos itens linguísticos que desejamos expressar, mas também se faz pela forma que selecionamos para enunciá-los (LAKOFF, 2010). Dito isso, faz-se importante explicar os desdobramentos históricos do(s) Movimento(s) Feminista(s) e sua relação com os estudos sociolinguísticos e seu desdobramento em ondas como propõe Eckert (2005). Na primeira fase, rechaça-se a ideia da mulher como propriedade e domínio masculino. Para tanto, essa geração do movimento se faz pelas seguintes ideias:

A partir da influência dos valores socialistas, defendiam a ideia de que o sistema de domínio estabelecido pela sociedade masculinizada era a principal causa da opressão sofrida pelas mulheres e, por isso, desejavam construir um mundo novo onde todos/as estariam livres das correntes do patriarcado (ANDRADE; SANTOS, 2016, p. 25).

Mediante o exposto, a primeira fase é o embrião do movimento, a qual defende a igualdade de direitos civis, políticos e educativos, os quais eram resguardados e legitimados para homens. Linguisticamente, os estudos de *primeira onda*, de acordo com Freitag (2015), buscam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas, por meio da coleta de dados em comunidades de fala estratificadas a partir de categorias sociodemográficas extensas, como é o caso do estudo da estratificação do /r/ no inglês em Nova Iorque, feito por Labov na década de 1960.

Assim como o estudo de estratificação pelo /r/ em Nova Iorque, o estudo de Monte (2019), é um exemplo de abordagem de primeira onda, no qual controla as variáveis grau de escolaridade e sexo/gênero. Sobre a produção, o autor determina o seguinte:

[...] retomamos os resultados obtidos com as variáveis escolaridade e sexo/gênero em duas pesquisas sociolinguísticas com dados da cidade de São Carlos/SP/Brasil. Estudamos o uso variável da concordância verbal de terceira pessoa do plural com base nos princípios teóricos e metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística [...]. Nas duas pesquisas, as variáveis sociais escolaridade e sexo/gênero se mostraram estatisticamente significativas (MONTE, 2019, p. 89).

O autor explica que, no estudo de 2007, das 1.000 ocorrências no *corpus*, 753 (75%) não exibiram a marca formal de plural nos verbos e apenas 247 (25%) apresentaram tal marcação. Já a amostra de 2012 é composta por 1.422 ocorrências de 3ª pessoa do plural, das quais 686 ocorrências (48,2%) com a marca formal de plural nos verbos e 736 (51,8%) ocorrências sem a desinência. A seguir, a tabela expõe os resultados alcançados por meio de controle estatístico da variável sexo/gênero:

Tabela 1 - Variável sexo/gênero e frequência uso

Fatores	Corpus de 2012		Corpus de 2007	
	Frequência	PR	Frequência	PR
<i>Masculino</i>	323/708 = 45,6%	0,410	121/488 = 25%	0,45
<i>Feminino</i>	363/714 = 50,8%	0,589	126/492 = 26%	0,55
Total	686/1.422 = 48,2%		247/980 = 25%	

Fonte: Monte (2019, p. 96).

A partir de tais resultados, Monte (2019) defende a hipótese clássica de que mulheres favorecem a variedade linguística de prestígio, uma vez que “[...] as mulheres da amostra demonstraram mais sensibilidade à variante de prestígio. Os homens empregaram menos as marcas de plural nos verbos (0,410) do que as mulheres (0,589)” (MONTE, 2019, p. 96). Nesse sentido, as análises do autor corroboram o que pesquisas de primeira onda já têm feito desde suas bases: comprovam a atitude mais conservadora das mulheres, quando estão em questão uma variante de prestígio e uma variante estigmatizada (MONTE, 2019).

A categorização selecionada e a análise realizada pelo autor favorecem a abordagem de primeira onda pelo seguinte: “os estudos dessa tendência forneceram um amplo retrato das variáveis linguísticas usadas pelas comunidades de fala definidas geograficamente ao redor do mundo [...]” (VELOSO, 2014, p. 1742). Sobre a abordagem de Monte (2019), é importante ressaltar que a atualidade da pesquisa do autor oportuniza a reflexão sobre o controle de variável sexo/gênero, pois mesmo que sua pesquisa seja de primeira onda, associando-se mais com a visão biológica de sexo, o autor defende, à luz das reflexões de Freitag (2015), que é preciso ter postura moderada ao interpretar os resultados.

Já na segunda fase do movimento, caracteriza-se o “feminismo da diferença”, onde é necessário pensar a diferença em detrimento da igualdade. Nessa direção, compreendemos o seguinte:

[...] não mais se pensava que para eliminar a desigualdade social, as mulheres deveriam ser iguais aos homens, mas se caracterizava por uma atitude separatista em relação ao universo masculino; esperavam conquistar espaços e fazer perceber e respeitar em suas singularidades (ANDRADE; SANTOS, 2016, p. 28).

A partir disso, vê-se a necessidade de debater a relação igualdade-diferença, identificando equivalências e subjetividades. Em relação à análise linguística, Freitag (2015) afirma o seguinte:

[...] tomam como amostra comunidades de fala e visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas em abordagem quantitativa. No entanto, diferem da outra abordagem por seguirem uma perspectiva de base mais etnográfica,

com coletas de dados que requerem maior envolvimento com a comunidade e selecionam categorias sociodemográficas mais abstratas, não identificáveis em uma coleta rápida, como o julgamento de pertencimento à comunidade, valores, atitudes, etc. Exemplo é o estudo laboviano do inglês afroamericano em Nova York (FREITAG, 2015, p. 37).

Exposto isso, a partir da investigação de Coelho (2006) – estudo sociolinguístico de caráter etnográfico – é possível explicar o contexto teórico-metodológico da *segunda onda*. A pesquisa de Coelho (2006) teve o seguinte objetivo:

[...] demonstrar que a variedade falada nos bairros de periferia em São Paulo apresenta duas tendências contrárias às outras variedades: (a) a gente não constitui necessariamente o pronome favorito na comunidade e (b) o fenômeno de perda de marca morfológica tende a generalizar-se para a expressão da primeira pessoa do plural no verbo [...] (COELHO, 2006, p. 08).

Para tal, o autor adotou as entrevistas como instrumento de coleta sociolinguística, mas também realizou um período de observação etnográfica, com a finalidade de identificar os variados status sociais atribuídos aos sujeitos que frequentam a comunidade investigada, Brasilândia-SP. O autor obteve 24 entrevistas, alinhadas com a observação que foi realizada em duas etapas, numa foram feitas caminhadas pelo bairro, para observar os limites da vizinhança, as pessoas nas ruas e os espaços físicos da paisagem; noutra, a partir de categorias sociais relevantes para a análise sociolinguística, observou pessoas que frequentam uma praça local da vizinhança.

Essa abordagem é de segunda onda porque desenvolve pesquisas que “[...] fornecem um retrato local das variáveis linguísticas, no sentido em que estas, situadas em comunidades menores, assumem valor social relativo à dinâmica local” (VELOSO, 2014, p. 1743). Inclusive, os estudos que fazem referência à segunda onda são mais escassos no Brasil, onde os estudos de primeira onda são bem mais difundidos.

Além disso, os estudos sociolinguísticos de método etnográfico são mais longitudinais, exaustivos e densos o que requer um maior controle das variáveis sociais, como o caso de sexo/gênero. Sobre a problemática da questão, Coelho (2006) explica o seguinte sobre seus informantes:

[...] entre os nossos 24 informantes entrevistados não há a mesma quantidade de homens e mulheres. Por exemplo, entre os mais idosos, há poucos homens, e eles são todos membros da associação de moradores. Em outras palavras, não há homens com mais de 30 anos de idade representantes de outros grupos na comunidade. (COELHO, 2006, p. 79).

Assim, o pesquisador necessita controlar as “categorias” de análise a partir de seu contexto de pesquisa já estabelecido, buscando maneiras de revelar padrões sociolinguísticos

sem misturar papéis sociais ou acabar criando “pontes” muito distantes entre os participantes da pesquisa, o que irá também comprometer a observação etnográfica. Para resolver a questão, o autor decidiu que:

[...] a análise da variável gênero/sexo foi feita com um número reduzido de informantes, e separadamente. Foram feitas duas divisões, de acordo com o gênero/sexo do informante e com a classe social: uma para opor diferenças de gênero entre os setores mais prósperos da vizinhança, e outra para opor homens mais jovens a ‘mães solteiras’ (COELHO, 2006, p. 79).

A partir do controle da variável, o autor alcançou os dados a seguir:

Tabela 2 - Variável sexo/gênero em estudo etnográfico

Fatores	Nóis		
	No./total	%	Peso [relativo]
<i>Homens casados com trabalho</i>	8/80	10	0,128
<i>Mulheres casadas e donas de casa</i>	44/87	50	0,634
<i>Homens solteiros e desempregados</i>	76/92	82	0,884
<i>Mães solteiras com trabalho</i>	40/142	28	0,361

Fonte: Coelho (2006, p. 124).

De acordo com Coelho (2006), a forma “a gente” é mais utilizada pelos homens da classe trabalhadora mais remunerada e de posição mais estável, os quais são, em sua maioria, os pais de “famílias estruturadas” com maior prestígio na vizinhança. Já as mulheres que não trabalham fora, que são dessas “famílias estruturadas”, utilizam mais frequentemente o pronome normativo. As mulheres que dão mais preferência ao pronome “a gente” são as mães solteiras que trabalham fora do bairro. É possível que essas falantes comecem a usar mais o “a gente” por terem contato com falantes de classe média, uma vez que trabalham como faxineiras ou empregadas domésticas. Elucidados os dados, o autor conclui o seguinte:

[...] o maior emprego de *a gente* ocorre somente na fala daqueles que trabalham fora do bairro e que possuem contatos com falantes de diferentes classes sociais. Os homens desempregados, que são os mais jovens, são aqueles que não alteram o uso pronominal mais característico dos bairros de periferia (COELHO, 2006, p. 125, grifo do autor).

Mediante o exposto, é possível identificar a relevância da abordagem etnográfica e como oportuniza leituras mais apuradas da dinâmica social que envolve o uso linguístico. Logo, “[...] os estudos etnográficos trouxeram-nos uma visão mais clara de como as formas de falar estão imbuídas de significado local” (ECKERT, 2005 *apud* VELOSO, 2014, p. 1743).

Por fim, a *terceira onda* passa a ampliar horizontes, uma vez que o advento da categoria “gênero” leva o feminismo a outro patamar (ANDRADE; SANTOS, 2016). Nessa fase, a

diferença em si é um marcador de diferenças e as experiências das lutas sociais se tornaram diversas e múltiplas, focalizando “[...] a existência de diferenças coletivas significativas *entre as mulheres*”, como expressam Andrade & Santos (2016, p. 35, grifos das autoras).

Os estudos de terceira onda, conforme Freitag (2015), diferenciam-se porque invertem a ordem da problematização, uma vez que não se busca mais uma correlação entre o padrão linguístico e as categorias sociais. Assim, passa a identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico. A partir disso, vê-se uma retomada do significado social da variação, interessando-se mais pela prática linguística do que pela estrutura. Essas investigações adotam como unidade comunidades de práticas ao invés de comunidades linguísticas, o que permite investigar “[...] o papel do indivíduo, em termos de hierarquia, inovação e adesão a variáveis linguísticas” (FREITAG, 2015, p. 37).

Para exemplificar os estudos da terceira onda, recorremos a um artigo de Veloso (2017) – resultado de sua tese de doutorado de 2016, *A fala de mulheres lésbicas em comunidades de práticas: estilo, gênero e identidade*. O recorte da autora é sobre as tendências inovadoras que a Sociolinguística tem traçado e seu interesse pelo estudo da variação estilística. Veloso (2017, p. 232) objetivou o seguinte: “percorrer as principais abordagens da Sociolinguística para abordar o seu caminho mais atual, suas reflexões e implicações para o tratamento do estilo no estudo da variação linguística”.

Para tanto, Veloso (2017), a partir de uma análise qualitativa de caráter interpretativista, examina uma amostra composta por dados de áudio obtidos através de gravação da fala das quatro participantes em ambiente de trabalho e em ambientes de lazer. Esses dados foram gravados livremente pelas próprias informantes e foram registradas mais de dezessete horas de gravação. Sobre a análise dos dados, a pesquisadora diz o seguinte:

Visto que não elegemos uma variável linguística específica para a apreciação dos dados, a análise se concentrou nos trechos das gravações em que as falantes desenvolveram algum discurso metalinguístico sobre o uso de uma forma linguística, usaram algum recurso da língua com conotações expressivas ou exerceram algum tipo de trabalho simbólico com a linguagem a fim de marcarem uma posição identitária. Avaliamos a maneira como as mulheres se orientaram em relação ao seu falar e ao dos seus interagentes e observamos se algum recurso da língua se destacou a tal ponto de ser alvo de julgamentos que pudessem revelar alguma ideologia ou posicionamento (VELOSO, 2017, p. 237).

Então, apesar de não eleger uma variante – fônica, lexical, mórfica ou sintática –, a autora compreende que todos os níveis da língua podem se fazer presentes na fala das mulheres lésbicas, além disso, a terceira onda, como já mencionado, está mais interessada na prática linguística do que na estrutura linguística.

Portanto, essa tendência busca pelo seguinte: “[...] o significado social na prática estilística, compreendendo que a construção de uma persona/identidade, fundamento essencial ao posicionamento do indivíduo no meio social, depende de uma agentividade linguística que é perpassada pela forma como o sujeito conduz os estilos” (VELOSO, 2014, p. 1746). Para exemplificar dados, o quadro a seguir:

Quadro 1 - Conversa entre mulheres lésbicas

01 = Ro, chegou em Olinda com quantos anos?
 02 = Eu? Cinquenta e oito.
 01 = Não! Chegou em Olinda com quantos anos?
 03 = Uns vinte anos, né?
 02 = É.
 03 = Era uns vinte anos. Era, que eu já era...
 Mi = O que-o que te motivou a vir pra Olinda? Não, porque cê tá-morava no Rio Grande do Sul, né?
 04 = Um amor.
 02 = Não, eu vim pra-ah, pra morar eu não vim com vinte não. Eu vim... O que me motivou? Foi a Verônica.
 05 = Tsc! Foi mulé! [Todas riem]
 06 = Mulé! [risadas sonoras]
 01: Foi a paixão. [Todas riem]
 05: O que é que move a gente? Mulé! Que é que faz a gente mudar a vida da gente? Mulé!”.
 04: Só pode ser: mulé, mulé, mulé!

Fonte: Veloso (2017, p. 238).

Conforme Veloso (2017), a escolha do item linguístico “mulé” é bastante emblemática, pois demonstra um interesse afetivo/amoroso/sexual que é compartilhado por todas, enquanto mulheres lésbicas. Contudo, esse uso não pode ser interpretado apenas pela correlação de fatores linguísticos e sociais, como geralmente indicariam as análises tradicionais, uma vez que é uma realização intencional tanto para dar um tom de brincadeira, já que foi dita em tom de gracejo, como para performar uma *persona*. Além disso, a autora, acrescenta que o efeito de riso acionado pelo item “mulé” sugere que há alguma associação com o contexto lésbico, pois o sentido interpretado na conversa aciona uma informação específica que é compartilhada entre as interlocutoras e indica relevância social para elas.

Assim, o significado do termo ecoa entre as amigas porque elas associam seu uso a alguma prática ou conhecimento que faz parte de suas vivências, como explica Veloso (2017). Essa investigação é possível porque interessa-se por outros significados que não os de primeira ou segunda onda e centraliza seu olhar numa visão mais vertical. Afinal, caso não considerasse o contexto de uso do item “mulé” e analisasse o termo sob outra perspectiva teórica-

metodológica, provavelmente, seu potencial expressivo seria irrelevante, bem como não teria significância, como indica Veloso (2017) e acrescenta: “tal uso seria contabilizado, quem sabe, somente como uma ocorrência não-padrão da língua” (VELOSO, 2017, p. 239).

Salienta-se, junto a Veloso (2014), que os estudos de cada onda não se anulam ou se negam um sob o outro, somente correspondem a distintos percursos teórico-metodológicos ao lidar com a variação linguística ao longo das décadas de investigação. Isso indica como a área é ampla e aberta para as contribuições produtivas que potencializem o estudo da variação linguística em sentido macro ou micro. É importante explicar que cada onda tem suas limitações, mas apresenta contribuições distintas e relevantes para a compreensão dos fenômenos que envolvem a língua em uso.

Ademais, uma ressalva importante, a diferença entre as abordagens das três ondas dos estudos sociolinguísticos se diferenciam não só por sua abordagem teórico-metodológica, mas pelo olhar laçado pelo pesquisador diante dos dados que permitirão diferentes interpretações da realidade linguística da comunidade e dos sujeitos que participam da pesquisa. Posto isso, não se trata apenas de uma seleção teórica que priorize e delimite a análise da prática linguística, trata-se, também, da postura investigativa do pesquisador e de seus interesses sociopolíticos e viés ideológico.

1.2 Queerizando estudos sociolinguísticos

Nesta seção, precisamos deixar algo em evidência: “[...] se a Sociolinguística tem como premissa, em tendência ampla, o estudo da relação entre língua e sociedade, precisa considerar que a sociedade muda; se a sociedade muda, as explicações do modelo teórico-metodológico deveriam, também, mudar [...]” (FREITAG, 2015, p. 18). Nos estudos de terceira onda, compreendemos que é possível instaurar uma abordagem predominante ou puramente qualitativa, especialmente no que tange aos estudos sobre a linguagem de LGBTQIA+, interessando-nos mais pelas crenças, valores, estigmas, prestígios, discriminação e empoderamento a partir do que os falantes avaliam sobre si, sobre o outro e suas variantes linguísticas. Para isso, compreende-se e apoia-se no seguinte:

Os sujeitos que cruzam as fronteiras de gênero e sexualidade talvez não ‘escolham’ livremente essa travessia, podem se ver movidos para tal por muitas razões, podem atribuir a esse deslocamento distintos significados. Podem, tal como quaisquer outros viajantes, ver sua travessia restringida, repudiada ou ampliada por suas marcas de classe, de raça ou por outras circunstâncias de sua existência. Sua viagem talvez possa se caracterizar como um ir e voltar livre e descompromissado ou pode se constituir num movimento forçado, numa espécie de exílio (LOURO, 2020, p. 18).

Essa questão dos “viajantes” se faz para que se compreenda que sujeitos LGBTQIA+ cruzam caminhos, por opção ou não, que os colocam em uma posição diferente na sociedade, haja vista serem alvos da *LGBTfobia*. Isso não é apenas um dado, mas um fato que se materializa nas práticas linguísticas desses sujeitos, uma vez que também utilizam a linguagem como instrumento de ataque/defesa, quando a empunham em suas batalhas pela sobrevivência, em um jogo de ora espada, ora escudo! (SOUZA-SILVA, 2018).

Dito isso, acreditamos que seja válido explicar porque enfatizamos as performances femininas nessas últimas seções, mesmo nos interessando amplamente pela comunidade LGBTQIA+. Bem, o(s) Movimento(s) Feminista(s), por muito, lutou(aram) pela liberdade e emancipação das mulheres, então, com o passar do tempo, mediante as conquistas, passa-se a questionar outros recortes – especialmente pelo advento do termo “gênero” e a questão de performatividade delineada por Butler –, fomentando discussões, inicialmente, sobre a homossexualidade. Afinal, a descentralização da figura masculina como razão e única engrenagem de controle possibilitou questionar a existência de outros homens e como esses homens performam suas identidades sexuais e de gênero, o que também acarreta em novos desdobramentos sobre a diversidade de gênero e sexualidade, garantindo renovação na agenda dos mais diversos movimentos sociais.

Nessa direção, passaremos a discutir como as performatividades se fazem no uso linguístico de sujeitos LGBTQIA+. Assim, passamos a evidenciar as variedades linguísticas no campo daquelas classificadas, conforme Bagno (2007), como *diastrática* e *estilística*: i) aquela provem do latim, designando “camada/estrato”, reúne as variantes identificadas pela comparação entre os modos de falar de diferentes classes sociais; ii) esta, também estudada como *diafásica*, considera graus de monitoramento por parte do/a falante, identificando o comportamento consciente e/ou inconsciente de cada indivíduo. Sobre a influência dessas variações, para o processo de mudança linguística, Labov (2008) indica o seguinte:

Por ‘social’ entendo aqueles traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea; e por ‘estilístico’, as alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala. Ambas estão incluídas no comportamento ‘expressivo’ – o modo como o falante diz ao ouvinte algo sobre si mesmo e seu estado mental, além de dar informação representacional sobre o mundo (LABOV, 2008, p. 313).

A partir do exposto, é perceptível que as variedades que emergem das práticas linguísticas de LGBTQIA+ são um recurso expressivo, o qual não está dissociado das leituras que fazem de si e como enxergam o mundo. Além disso, Labov (2008) acrescenta que as

variantes diastrática e a estilística são idênticas em valor de verdade ou referencial, em meio as demais variedades, mas têm oposição ao tratarmos de sua significação social.

Dito isso, identificamos a manifestação do que sugerimos ser, à luz da sociolinguista francesa Gadet (1971 *apud* PRETI, 1977): *usos sociocontextuais*. Então, fazem-se **sociológicos** por estarem atrelados ao fator sexo/gênero e **contextuais** porque “constam de tudo aquilo que pode determinar diferenças na linguagem do locutor, por influências alheias a ele, como, por exemplo, o assunto, o tipo de ouvinte, o lugar em que o diálogo ocorre e as relações que unem os interlocutores” (PRETI, 1977, p. 08).

Para manifestar usos linguísticos performáticos, os sujeitos LGBTQIA+ não deixam de agir como todo e qualquer falante da LP, o que fazem é manifestar usos estilístico-pragmáticos – correspondem a situações diferentes de interação social (BAGNO, 2007) – na estrutura preexistente da gramática já internalizada. Afinal, “[...] gramática diz respeito ao conjunto e à natureza dos elementos que compõem uma língua e às restrições que comandam sua união para formar unidades maiores nos contextos reais de uso” (MARTELOTTA, 2017 [2008], p. 44). Nesse sentido, é possível explicarmos que os sujeitos LGBTQIA+ marcam seus usos linguístico-discursivos nos diferentes níveis e formas de manifestação da língua(gem), como veremos nas seções a seguir, a partir de estudos já realizados.

1.2.1 Diversidade fonético-fonológica

Nesse nível da língua, lida-se com segmentos que compõem a fala, considerando sua fisiologia e articulação, bem como a organização, orientação e princípios da cadeia sonora, por meio da qual a fala se materializa. De um lado, é possível tratar de aspectos acústicos, os quais se caracterizam por “[...] propriedades físicas dos sons da fala, levando em consideração o apoio do falante ouvinte” (SILVA, 2014 [1998], p. 23); por outro lado, é possível tratar de aspectos contrastivos de um segmento sonoro, quando ocorre em ambiente fonológico específico, conforme indica essa mesma autora. Portanto, a variação, nesse nível da língua, segundo Bagno (2007), está voltada às múltiplas maneiras de pronunciar um segmento, por exemplo.

Para pensar sobre essa questão fonético-fonológica, iremos nos valer da investigação de Barbuio (2016), a qual aponta para a possibilidade de “[...] identificar características de cunho fonético-fonológico associadas à orientação sexual do falante” (BARBUIO, 2016, p. 14). Sua tese de doutoramento é teorizada a partir de estudos feitos em língua inglesa (LI), o que lhe

possibilitou uma busca por possíveis aspectos universais da “fala gay”, pois são escassos os estudos sob tal perspectiva no Brasil⁵.

Ao tratarmos do inventário fonológico da LI, por exemplo, a duração de um segmento é uma materialização distintiva, pois a pronúncia de ‘sheet’ (lençol) apresenta duração de vogal, o que irá diferenciar ao ouvir a pronúncia de ‘shit’ (merda), por exemplo. Dito isso, a duração de vogal na LI pode apresentar papel distintivo, diferentemente, da LP, em que não temos a distinção pela duração, apenas pela troca. Entretanto, a duração na língua portuguesa (LP) tem valor estilístico-pragmático, uma vez que Barbuio (2016) constata o valor significativo da fricativa /s/ ao observar a duração do segmento em questão.

O autor, ao explicar sobre a duração da fricativa /s/, mediante estudos já realizados em LI, determina que homens homossexuais produzem tal segmento de modo mais duradouro que homens heterossexuais. Tais constatações também foram possíveis a partir da análise de Barbuio (2016) em suas 42 amostras, em que verificou os valores de pico espectral. A partir disso, o autor acredita que “[...] a maior duração da fricativa /s/ em posição de coda final produzida pelos informantes gays represente uma peculiaridade da fala desse grupo” (BARBUIO, 2016, p. 114).

A nível de exemplificação, tomemos o termo ‘parabéns’, o qual apresenta o fonema /s/ em posição de coda final, sendo um ambiente fonológico que favorece o fenômeno da duração da fricativa, possibilitando um traço fonético acústico que tem valor estilístico-pragmático. E, ressaltamos, com a colaboração de Barbuio (2016), que não é assertiva a generalização, mesmo que venha se constando a predominância da duração da fricativa /s/ por homens gays, pois existem diversas *performances* de gênero masculino.

Além disso, o famoso questionamento: será que ele é? É apenas mais um incentivador de estereótipos, uma vez que sob a dúvida já paira o julgamento negativo, porque há uma atitude, por parte do senso comum, de que homens gays almejam se tornarem mulheres. Logo, irão adotar comportamentos tidos como femininos. Nessa direção, Lakoff (2010) afirma que, caso homens façam uso de recursos linguísticos tidos como pertencentes à “fala de mulheres”, serão percebidos como gays. Por isso, Cameron (2010 [1998]) explica que gênero é algo que precisa constantemente ser reafirmado e sua exibição pública deve estar alinhada com normas

⁵ Em 2020, Santos & Antunes publicaram trabalho no periódico **Caletroscópio**, tecendo uma discussão sobre o papel da prosódia na construção social da voz de mulheres transgêneros. A partir da análise dos dados por eles coletados, constatou-se que as categorias prosódicas não são lineares, seja dos traços masculinos ou femininos, desfazendo a binaridade tão imposta por nossa sociedade heteronormativa, mesmo que exista diferenças fisiológicas nos segmentos vocálicos de cada sexo/gênero.

culturais que definem o que seja masculino e feminino. Essa constante reafirmação evita julgamentos “negativos” acerca de falantes cis-héteros, especialmente homens masculinos.

Ademais, as reflexões de Barbuio (2016) favorecem as discussões sobre linguagem, gênero e sexualidade, considerando que os estudos nesse nível fonético-fonológico, no Brasil, não são numerosos. Por fim, a investigação também se mostra proveitosa pela construção metodológica, uma vez que se interessa pela perspectiva da diferença entre a fala de homens héteros e homens gays, e não a construção comparativa da fala de homens gays e mulheres héteros, o que poderia colocar a fala de homens gays como déficit em relação à fala masculina e alegoria da fala feminina.

1.2.2 Diversidade morfológica

Nesse nível da língua, lida-se com aquilo que é maior que fonemas e menor que palavras. Dito isso, o morfema é a unidade mínima da estrutura gramatical e “ele associa os dois polos do signo linguístico, o significante e o significado, de acordo com a conhecida formulação saussuriana” (CASTILHO, 2014, p. 51). Nesta seção, debruçar-nos-emos sob os morfemas afixais, compreendendo que existem afixos, por exemplo, que possibilitam expressar os mesmos efeitos de sentido que outros itens linguísticos (BAGNO, 2007).

Nessa direção, estaremos tratando de morfemas gramaticais, especificamente dos morfemas segmentais (CASTILHO, 2014), os quais se manifestam na sequência linear do registro linguístico. Para pensar sobre a variação estilístico-pragmática da comunidade LGBTQIA+, nesse nível da língua, iremos nos valer das discussões de mestrado de Felix (2016), a qual considera que o uso da “[...] derivação de grau superlativo não é associado à fala de homens que se identificam como heterossexuais sendo, portanto, associado à fala de homens gays” (FELIX, 2016, p. 04).

Então, o uso dos sufixos {-íssimo, -érrimo, -ésimo} podem ser marcadores de uma “fala gay”, como defende Felix (2016). O autor, em sua dissertação, realiza uma coleta de dados, por meio de entrevistas, com 24 informantes. A partir da frequência de uso de sua amostra, o autor faz uma comparação com dados de uma corpora que estratificou os/as informantes apenas pelo sexo, constituindo o que ele chama de ‘grupo controle’. Realizado o trato quantitativo dos itens linguísticos analisados, o autor conclui:

[...] o que podemos apreender dos dados é que quando olhamos somente para os que são referentes à fala de homens gays parece não haver uma frequência de uso tão alta a ponto de caracterizar a fala desse grupo. Porém, quando comparados com os dados

do grupo controle, os resultados podem indicar, sim, a existência de uma tendência de maior uso do superlativo absoluto sintético pelos gays. Por outro lado, não podemos a partir desses resultados, mesmo com uma quantidade alta de dados como a nossa, afirmar que o uso de adjetivos nessa derivação seja de fato uma característica muito marcante da fala de gays. O que esses resultados nos permite dizer é que parece ser uma característica, mas não na dimensão ilustrada pelo estereótipo que se tem desse grupo (FELIX, 2016, p. 63-64).

Então, feitas considerações acerca do que os dados estatísticos revelam, o autor se presta a uma análise qualitativa centralizada pelas reflexões de estilo, prestígio e estigma, com base no que sujeitos gays consideram ser identidade gay e usos linguísticos de gays. Assim, consegue trazer novas considerações, como é o caso dos usos ‘femininínésima’ e ‘bichérrerrérrésima’, em que os falantes preferem intensificar extrapolando o recurso sufixal do que lançar mão de outros registros comuns da língua, como ‘**muito** feminina’ e ‘**bastante** bicha’.

Além disso, usos como ‘bronzeadíssimo’, ‘assumidérrima’ e ‘caretésimo’ são pouco comuns, logo, uma prática dessa “fala gay” seria a aplicabilidade da derivação sintética a palavras que, comumente, não passariam por tal processo. Nessa direção, Felix (2016) explica que o uso do sufixo {-íssimo} constituiria certa neutralidade, uma vez que é frequente na fala tanto de gays quanto de héteros; sendo mais comum os usos de {-inho, -ão, -ona} por sujeitos que não se declarem gays, diferentemente dos “[...] afixos mais marcados, -érrimo e -ésimo, que apareceram somente na fala de homens gays” (FELIX, 2016, p. 71).

Exposto isso, é possível explicar que os sufixos em questão podem denotar homossexualidade, isso porque, para os padrões cis-heteronormativos, o que é avaliado “[...] de modo específico é uma aparência e uma forma de vestir e **de falar que denotam uma masculinidade insuficiente**” (CAMERON, 2010, p. 137, grifos nossos). Então, podemos perceber, com base em Louro (2020), que apesar de comprometidos com a produção de gênero e sexualidade de seus corpos e serem agentes ativos no processo de descobertas e construção de suas identidades, LGBTQIA+ “[...] não a exercitam livres de constrangimentos [porque] uma matriz heterossexual delimita os padrões a serem seguidos e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, fornece a pauta das transgressões” (LOURO, 2020, p. 17).

1.2.3 Diversidade lexical

O léxico é o nível linguístico que, naturalmente, é mais propenso a influências externas. Por meio dele, é possível observar os traços de maior evidência no que diz respeito ao contato entre línguas. Compreender a constituição do léxico de uma língua possibilita identificar adoções e incorporações feitas ao vocabulário. Segundo Castilho (2014), o léxico se constitui

de elementos concretos, nesse caso, as palavras, as quais passam a fazer parte do vocabulário de uma língua.

Ao abordarmos a questão lexical, podemos estabelecer as questões de lexicalização que possibilitam o contato interlinguístico. Conforme Castilho (2014), esse fenômeno é de ordem sociocognitiva que nos possibilita a expressão em direção à criação ou adoção de palavras. A lexicalização pode se dar por três caminhos: etimologia, neologia e empréstimo (CASTILHO, 2014). Para as discussões desta seção, iremos nos ater à *lexicalização por empréstimo*, uma vez interessamo-nos pela origem das palavras.

Para as discussões desse nível, iremos nos ater à investigação de Barroso (2017), que propôs analisar o pajubá⁶ como um código linguístico de resistência da comunidade LGBTQIA+, dedicando-se ao levantamento das características linguísticas. Por meio do contato com grupos de algumas Línguas Africanas⁷, a influência, conforme Castilho (2014), pode ser por contato direto e indireto, este, em específico, faz-se pela influência cultural de um povo, o qual exporta suas palavras sem invadir o território afluente. Historicamente, há duas possibilidades para essa ocorrência: a) substrato, que é resultante da língua nativa, isso depois de um processo de aculturação; e b) superstrato, que é resultante da imposição de um povo invasor. Então, indicamos o seguinte:

[...] as variedades de origem africana seriam elementos exógenos, uma vez que os povos africanos não eram povos nativos, tampouco, povos invasores, logo, sua existência linguística, no contexto colonial, não é marcada como impositiva ou nativa, mas forçada, haja vista que se deu por processo de escravização (SOUZA-SILVA, 2020, p. 34).

Mediante a escravização de povos africanos, variedades linguísticas adentraram na LP, como foi o caso de variantes lexicais – itens linguísticos diferentes que nos possibilitam dizer uma mesma coisa (BAGNO, 2007) – advindas da língua iorubá. Sobre a língua iorubá no Brasil, Barroso (2017) explica o seguinte:

[...] o *yorubá*, ficou oficialmente grafado no PB como iorubá, ou nagô, quando se refere aos ambientes de rituais religiosos. Deixando claro que a língua em nosso país só conseguiu ser mantida por meio da liturgia do candomblé. É importante frisar também que seus termos ainda não são registrados nos dicionários de Língua Portuguesa, diferente do quimbundo (expressão brasileira), cuja grande

⁶ “O termo também pode ser identificado como ‘bajubá’, logo, constitui-se uma variedade fonética, sendo vocábulos intercambiáveis. Isso é um fenômeno comum no nível fonético-fonológico da língua portuguesa, uma vez que a produção dos fonemas /b/ e /p/, enquanto bilabiais, fazem-se distintas por uma queda no traço de vozeamento” (SOUZA-SILVA, 2020, p. 38).

⁷ As línguas de origem africana desdobram-se em diferentes famílias linguísticas, constituídas de ramificações, das quais o banto e o nagô oportunizaram maiores empréstimos ao português brasileiro, por exemplo. Para saber mais, sugerimos a leitura de Petter (2015).

quantidade lexical já se encontra com suas respectivas alterações no PB (BARROSO, 2017, p. 46, grifo do autor).

Mediante os usos linguísticos coletados por Barroso (2017), em suas entrevistas, faremos uma exposição de alguns termos de origem africana, os quais passaram a compor o socioleto⁸ pajubá. Para tanto, iremos lançar mão dos significados que estão presentes em *Aurélia: a dicionária da língua afiada*⁹, no quadro abaixo organizamos uma sequência em ordem alfabética:

Quadro 2 - Alguns termos pajubá em *Aurélia*

Ageum [Ajeum] = <i>Subs.</i> Comida, rango, gororoba, obó (p. 18);
Amapô [variante de amapoa, mapô] = <i>S.f.</i> 1. Vagina; órgão sexual feminino; 2. Termo para designar mulher (p. 18);
Aqüê [Acué, akué] = <i>S. m.</i> Dinheiro; outros termos: aqüesh, aqüest, boi, bufunfa, din-din, grana, matambira, paleco, teça (p. 20);
Aquendar = <i>V.t.d. e intr.</i> 1. Chamar para prestar atenção; 2. Fazer alguma função; 3. Pegar; roubar. Forma imperativa e sincopada do verbo kuein! [Se liga! Presta atenção] (p. 20);
Cafuçu = <i>S.m</i> (Nordeste) 1. Diz-se de quem tem um estilo de vida baranga, não importando raça, credo, profissão, classe social ou país de origem; 2. Diabo; demônio; 3. Roceiro asselvajado; peão 4. Indivíduo grosseiro, inábil, sem modos e sobretudo deslegante; 5. <i>Adj.</i> Relativo ao cafuçu e a seu modo de ser (p. 38);
Ebó = <i>S.m.</i> 1. Comida de santo na macumba; 2. Macumba em si (p. 53);
Edi = Parte extrema do aparelho digestivo por onde saem as fezes e entra e sai o caralho; ananás, ânus, anel de couro, arruela, cu, cur, edir, fiofó, frasco, furico, marraco, mataco, matakos, peida, potinho, rabicó, rabo, rosca, tarrasqueta (p. 53);
Erê = 1. <i>S.m.</i> Bofinho adolescente; 2. <i>Adj.</i> Criança, jovem (p. 55);
Neca = <i>S.f.</i> Pênis (p. 96);
Ocó = <i>S.m.</i> Homem-homem ¹⁰ [repetição que enfatiza o cisgênero másculo] (p. 99);
Odara = 1. <i>Adj.</i> Bonito, elegante, vivaz; 2. <i>S.f.</i> (Bahia) Pauzão, jeba (p. 99);
Uó = <i>Adj.</i> Ruim, feio, desagradável, desprezível, errado, equivocado (p. 131).

Fonte: Fred & Libi (2013 [2006]).

⁸ Socioleto designa o conjunto de variedades próprias de um grupo que compartilha de uma característica em comum (BAGNO, 2017), como a orientação sexual e identidade de gênero, por exemplo.

⁹ A obra foi produzida por Vitor Angelo e Fred Libi, que conta com cento e quarenta e três vocábulos utilizados por LGBTQIA+ de língua lusófona, com destaque especial para os brasileiros. Lançado em 2006, o dicionário contém mais de mil e trezentos verbetes. Inclusive, a publicação sofreu ameaças de ações judiciais por parte do grupo do Dicionário Aurélio, em cujo nome se inspirou, o que reforça a ideia de predileção pela não associação por uma questão de marginalização do grupo, junto a seus usos linguísticos. Além disso, os autores apontam que a obra é composta por termos que a sociedade rotula como pejorativos e/ou chulos, constituindo um tabu linguístico, mas também não é produção de rigor lexicográfico, ressaltamos.

¹⁰ Cameron (2010) realizou estudo sobre a identidade de gênero e a construção da masculinidade heterossexual. A partir da coleta, a autora identificou o uso da expressão “gay mesmo”. Então, ao observar que há maior conotação social do que sexual para o termo gay, interpretou que “gay”, para os participantes da pesquisa, significa não atingir padrões de masculinidade por eles determinados. Logo, faz sentido enfatizarem, com o adjetivo “mesmo”, o fato de o sujeito realmente ser gay.

Expostos os léxicos do pajubá de origem iorubá, ressaltamos as proximidades dos sujeitos LGBTQIA+, inicial e especialmente as travestis, com as religiões afro-brasileiras, com destaque para os rituais de candomblé. Sobre essa proximidade, Souza-Silva (2020, p. 38) reflete o seguinte:

[...] se os sujeitos LGBT+ são tidos como desviantes de um padrão sociocultural imposto como ‘correto’, especialmente por religiões cristãs, num anseio de inclusão e na busca de uma fé de aceitação, as travestis, inicialmente, encontraram espaço nos terreiros de candomblé, religião que tem sua prática em raízes distintas do cristianismo, por isso, seus adeptos são tidos, por uma parcela alienada e fervorosa de cristãos, como pagãos, demônios, feiticeiros, macumbeiros [...]

Dito isso, concordamos com Barroso (2017) que, por meio do pajubá, a batalha contra a discriminação ganha destaque, uma vez que a manutenção de uma linguagem críptica possibilita a afirmação das identidades LGBTQIA+. Por fim, detectou-se “[...] que a comunidade realmente se identifica com essa gíria, porém com a consciência de que deve levar em consideração o local e o público” (BARROSO, 2017, p. 99).

Nesse sentido, socialmente “[...] aprendemos a classificar os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, pelos comportamentos e gestos que empregam e **pelas várias formas com que se expressam**” (LOURO, 2019 [1999], p. 17, grifos da autora). Portanto, os recursos lexicais também se caracterizam como itens performáticos que correspondem à constituição do que estamos defendendo serem variantes estilístico-pragmáticas, contribuindo para a solidez de um socioleto LGBTQIA+.

1.2.4 Diversidade sintática

Nesse nível da língua, identificamos como as estruturas lexicais se ordenam na constituição daquilo que gramaticalmente se nomeia como “estrutura complexa”, uma vez que a configuração de uma sentença desperta efeitos semânticos e discursivos diversos, os quais se fazem possíveis pela escolha de determinados itens linguísticos e não de outros. Dito isso, o estudo sintático se dá pela análise da sentença¹¹, a qual “[...] é um somatório de estruturas, e nesse sentido ela é uma unidade ‘também’ gramatical (CASTILHO, 2014, p. 58). E, variavelmente, oportuniza diferentes ordens para os itens linguísticos que compõem uma sentença (BAGNO, 2007).

¹¹ “A designação da *sentença* não é pacífica na literatura. Você encontrará termos tais como *oração, frase, período* (conjunto de orações) etc.” (CASTILHO, 2014, p. 58, grifos do autor).

Paralelo a esse nível de análise, iremos nos valer das discussões de Nogueira (2019) e de Santana (2018). Naquela, a autora dedicou-se a observar e descrever o uso do vocativo por parte de uma comunidade gay; nesta, o autor buscou depreender a relação entre o uso do gênero gramatical feminino e a identificação social com o gênero masculino.

De acordo com Bechara (2015, p. 478) – favorável à gramática normativa (GN) –, o vocativo é “uma unidade à parte” e indica que o vocativo está desligado da estrutura argumental oracional. Nessa direção, Perini (2000) indica que o vocativo pode ser reconhecido como um item que trabalha com a oração, porém não em uma interdependência estrutural, pois é item da organização do discurso. Logo, não desconsideramos a possibilidade de discutir sobre o vocativos nesta seção, pois mesmo que sejam depreendidos da oração, sua funcionalidade é marginal à sentença, negociando a participação de emissor e receptor na interlocução.

De acordo com a investigação de Nogueira (2019), os termos *bicha*, *mulher* [mulhé, mulé], *viado* e *amiga* são os que mais funcionam como vocativos. De forma geral, a investigação de Nogueira (2019) indicou que 52% dos vocativos têm maior frequência de uso na conversa entre amigos do que no contexto do trabalho e da entrevista realizada por ela. Um dado interessante da pesquisa é que os sujeitos participantes realizam uma dupla marcação de vocativo¹², uso não reconhecido pela GT, fugindo dos padrões do que se considera falar e escrever bem. Vejamos alguns exemplos selecionados do *corpus* de Nogueira (2019, p. 68-69):

- a) “**Larissa**, eu amo essa casa, **bicha**”
- b) “**Mulé**, a senhora tava apressando, **mulé**”
- c) “**Mulhé**, deixe de ser baixo, **viado**”

Podemos identificar em (a) o uso do termo ‘bicha’ tendo como referente ‘Larissa’; em (b) a variante ‘mulé’ é repetida para reforçar o direcionamento da mensagem ao interlocutor e (c) com o uso de ‘mulhé’ e ‘viado’ como marcadores do mesmo receptor, o qual só podemos presumir que seja do sexo masculino por causa no uso do adjetivo “baixo” em gênero masculino na oração. Afinal, é comum a prática de tratamento por “mulher” entre homossexuais masculinos. Esses usos permitiram à pesquisadora estabelecer o seguinte: “podemos dizer que o uso do duplo vocativo serve ao propósito comunicativo como recurso enfático, dado o seu exagero de marcação do destinatário na conversa” (NOGUEIRA, 2019, p. 69).

¹² Não que esse fenômeno seja, exclusivamente, homossexual, mas se mostrou proveitoso. Inclusive pela escassez de investigações sobre vocativos, como aponta Nogueira (2019).

Além dos vocativos, Nogueira (2019, p. 89) identifica outros usos que ela aponta como possibilidade de pesquisas futuras e inspiração para outros/as pesquisadores/as, como é o caso da não concordância de gênero que podemos ver abaixo:

d) “**Amigo**, me revele você já foi **comida** por um aluno?”

e) “Quase eu disse: mulher, eu dou uma chave de perna no teu **marido**, que **ele** fica **morta**”

Em (d) temos o uso da vogal temática ‘o’ em ‘amigo’ indicado pela GN como marcador neutro, mas de amplo reconhecimento, pelas comunidades de fala, como marcador masculino. Logo depois, o emissor aplica marcador feminino ao particípio ‘comida’ – buscando saber se o amigo já teria tido relações sexuais com algum de seus alunos –, mesmo tendo disponível o recurso do marcador masculino. O que não se diferencia de (e), quando o emissor diz que o ‘marido’, de uma terceira pessoa fora da comunicação, ficaria surpreso, caso tivesse um ato sexual com ele. Para dizer isso, lança mão do pronome ‘ele’ e o adjetiva como ‘morta’ e não ‘morto’, como ditam os parâmetros da GN. Nesse sentido, Nogueira (2019) conclui:

[...] ao passo que essa variação de gênero gramatical ‘fere’ os conceitos da gramática normativa, a peculiaridade desse dado revela uma lacuna na concepção de gênero que temos na nossa sociedade e nos leva a pensar sobre o quão é complexo esse assunto (NOGUEIRA, 2019, p. 90).

A partir disso, também podemos eleger a investigação de Santana (2018) como relevante. O autor não teve acesso a dados como os de Nogueira, ou construções totalmente femininas, mas explica que isso pode se dar pela própria metodologia, uma vez que sua coleta de dados se fez apenas por entrevistas face a face, as quais acarretam o paradoxo do observador¹³ já indicado por Labov (2008). Entretanto, o autor não deixa de mencionar que o fato de não ter catalogado tal uso não queira dizer que não exista, apenas deva ser mais pragmático e informal, situação que a entrevista sociolinguística nem sempre oportuniza, mesmo quando conhecemos os/as informantes. De qualquer forma, Santana (2018, p. 86) analisa usos interessantes de homens gays, como é o caso dos que selecionamos de sua dissertação:

¹³ “O objetivo da pesquisa linguística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática” (LABOV, 2008, p. 244).

f) “Eu sou uma **pessoa** muito **bondosa**”

g) “**O Félix** daquela novela que teve que era **a viada vingativa**”

Em (f), podemos identificar marcadores femininos, mas pelo uso do termo ‘pessoa’, o qual irá, normativamente, pedir a construção feminina de ‘bondoso’. Assim, podemos interpretar que há uma busca por certa neutralidade, o que não os coloca em situação comprometedora, conforme indica o autor. Já em (g), a face a ser preservada não é a do emissor, considerando que ele se refere a um homossexual – ainda que seja um personagem de novela – não vê problemas em se referir a ele como ‘a viada vingativa’. Dito isso, concordamos com o seguinte:

[...] indivíduos declaradamente gays, usando o gênero gramatical feminino para se referirem a outros indivíduos também gays, o que não deixa de ser um fato importante para demonstrar que esse uso é, de uma forma ou de outra, reconhecido por esses indivíduos como característico da comunidade (SANTANA, 2018, p. 87).

Ademais, é necessário sempre deixarmos em destaque que não concebemos uma uniformidade linguística de sujeitos LGBTQIA+, uma vez que as *performances* desses sujeitos são fluídas e dinâmicas. É importante percebermos também porque há sujeitos, como os da pesquisa de Nogueira, que se sentem confortáveis em assumir certas práticas linguísticas; diferentemente dos que participaram da pesquisa de Santana, que não se desfizeram da norma linguística. Então, ao considerarmos que existe uma submissão em que temos “poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro” (FOUCAULT, 2020 [2014], p. 93), entendemos que essas questões não são apenas metodológicas e contextuais, elas resultam de mecanismos de controle que ordenam e configuram nossos comportamentos públicos e privados.

1.2.5 *Diversidade semântica*¹⁴

Quando tratamos do aspecto semântico de uma língua, evidenciamos algumas estratégias, as quais nos permitem a criação de significados e, como nos explica Castilho (2014), uma dessas estratégias se faz “emoldurando participantes e eventos via criação de *frames*, *scripts* e cenários” (CASTILHO, 2014, p. 122, grifos do autor). Ao pensarmos que os

¹⁴ Discutimos nesta seção itens linguísticos que saem da linguagem geral e migram para as práticas linguísticas de um grupo mais restrito. Nesse sentido, decidimos por separar essa discussão que poderia também ser realizada junto às discussões sobre léxico, considerando os estudos da semântica lexical, mas não é objetivo deste estudo tecer maiores análises a respeito de distanciamentos e aproximações entre esses campos. Para tanto, sugerimos a leitura de Cançado (2013).

significados correspondem às palavras em uma espécie de “moldura”, podemos pensar nos frames como essas molduras. Os frames emolduram significados a partir de nichos, como é o caso da palavra ‘cachorro’ que originalmente nomeia o animal, mas rompeu esse nicho do animalesco e passou a integrar o frame das relações humanas, pois quando um homem tem atitudes de traição, galanteio e/ou paquera, mesmo estando comprometido, poderá, facilmente, ser chamado de ‘cachorro’, bem como de ‘galinha’.

Pensar na possibilidade de variação semântica é considerar, como aponta Bagno (2007), que os termos ‘vergonha’ e ‘pressa’ podem ser significados possíveis para o termo ‘vexame’, a depender da origem regional do/a falante/ouvinte. Para refletir sobre essa questão, no contexto da comunidade LGBTQIA+, vamos nos valer de dois exemplos presentes em glossários, como é o caso de *Aurélia*, já mencionado na seção sobre léxico, e o *Diálogo das Bonecas*¹⁵, respectivamente:

h) “Muitas **barbies** juram que são bofes” (p. 26).

i) “Não aqüenda o baco sem ochó de neca, a **maldita** está desaqüendada” (p. 05).

Em (h), podemos observar o termo ‘barbie’ que remete ao frame do brinquedo, da boneca, mas na comunidade LGBTQIA+ esse enquadro do significado é ampliado, para indicar o homossexual adepto da atividade de musculação. A partir disso, Silva & Santos (2017) indicam que o vocábulo faz referência à boneca por ser considerada espelho daquilo que é visto como padrão de beleza. Então, chamar um homem por tal termo é considerar que ele se encaixe nesses padrões ou que tenha trejeitos, socialmente situados, como próprios da mulher cisgênero. Logo, tudo que for feminino é designado a essa classe de pessoas.

Já em (i), temos uma semântica composicional (CASTILHO, 2014), uma vez que o termo ‘maldita’, de modo isolado, remete a algo amaldiçoado, mas no contexto proposto em (i) temos um significado que se faz contido na construção da sentença. Em tradução do pajubá, é uma prescrição para que **não se tenha relações sexuais sem camisinha, pois a AIDS está solta**. Logo, o termo ‘maldita’ tem seu significado ampliado, deixa sua função adjetiva, do contexto da linguagem comum, e passa a nomear outra realidade no contexto LGBTQIA+, nesse caso, a AIDS, oportunizando uma análise no escopo da gramaticalização, por exemplo. A produção do dicionário, onde consta tal exemplo, foi uma ação pensada por travestis, como

¹⁵ Primeiro Dicionário de pajubá das travestis que foi idealizado, impresso e lançado, no Brasil, em 1992, mesmo ano em que nasceu a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados, primeira associação, exclusivamente, de travestis do Brasil.

estratégia de enfrentamento ao surto do HIV/Aids, pois as determinações em relação às práticas de prevenção não ficariam despercebidas (ARAÚJO, 2018).

Esses fenômenos são possíveis pelo processo de semanticização, o qual consiste na “[...] criação dos sentidos, administrados pelo dispositivo sociocognitivo” (CASTILHO, 2014, p. 122). Então, ao encabeçarem tais práticas linguísticas, “trata-se do desejo enquanto devir e, portanto, como afirmação de uma identidade itinerante” (TREVISAN, 2018, p. 42). Nesse sentido, os sujeitos LGBTQIA+, instauram incertezas e abrem espaços, constituindo-se em signo de contradição frente aquilo que é tido como padrão de normalidade.

1.2.6 Diversidade ortográfica

A ortografia está diretamente ligada à escrita, como tal, vincula-se aos padrões normativos e aos parâmetros de “certo” e “errado”. De acordo com Gnerre (2009 [1985], p. 06), “a língua padrão é um sistema [...] associado a um patrimônio cultural apresentado como um ‘corpus’ definido de valores fixados na tradição escrita”. Nessa direção, a ortografia compõe o conjunto dos chamados “bons usos da língua”, como aponta Castilho (2014). Portanto, a ortografia também é um instrumento da gramática prescritiva.

Mesmo com os ideais unificadores e com a homogeneidade fundamentados pelo(s) Acordo(s) Ortográfico(s), os sujeitos LGBTQIA+ desviam-se dos padrões de ortografia, por meio do que Viana (2012) diz ser uma “fonetização da escrita”. Em sua dissertação, Viana (2012) tem como um de seus objetivos: compreender como se dá o desvio ortográfico intencional, por parte dos internautas que comentam no blog ‘katylene.com’.

Essa busca pelo não convencional justifica-se por uma necessidade da comunidade de prática em questão, o que irá, de acordo com Viana (2012), auxiliar na construção do *ethos*¹⁶ gay, o que também permite a manutenção das relações entre Katylene e seus seguidores. Ao serem observadas as interações, logo constatasse o uso “[...] [d]essas formas linguísticas [que] revelam uma grafia peculiar [...]” (VIANA, 2012, p. 81). Abaixo, o quadro irá expor algumas dessas ortografias, as quais foram selecionadas mediante o *corpus* de Viana (2012):

¹⁶ Conjunto dos costumes e hábitos, comportamentais e culturais que sejam característicos de uma determinada coletividade, tempo ou lugar.

Quadro 3 - Desvios intencionais de ortografia

Ortografia	Classificação
Beesha; alooooooka	Alongamento vocálico
Gentchy; grandche	Marcação da africada
Eshperimenta; sheirinho	Marcação da fricativa alveopalatal
Baphão, phyna	Resgate de ortografia clássica
Incrusã	Rotacismo

Fonte: Viana (2012)

Podemos observar como os sujeitos demarcam identidade ao se desviarem do padrão ortográfico, o que, para os conservadores, é mais um exemplo de como esses sujeitos quebram as regras, desvirtuam caminhos, menosprezam o “bom uso da língua”, etc. Apesar disso, concordamos com Viana (2012) que os sujeitos que acompanham o blog constroem uma identidade por meio dessa estratégia ortográfica, o que não se limita à caracterização da personagem Katylene, mas de todos que usam desse registro gráfico.

Dito isso, ainda que não tenhamos conhecimento das identidades de gênero ou da orientação sexual a qual pertence cada internauta, podemos determinar que, no cenário do blog, a produção dos discursos, tanto de Katylene quanto de seus seguidores, compartilham de um mesmo ethos, como aponta Viana (2012). Portanto, também concordamos com Eckert & McConnell-Ginet (2010 [1992]):

O valor simbólico a forma linguística é tido como dado, e o falante simplesmente a aprende e usa, mecânica ou estrategicamente. No entanto, na prática real, sentidos sociais, identidades sociais, filiações comunitárias, formas de participação, todo o leque de práticas comunicarias e o valor construídos (ECKERT; McCONNELL-GINET, 2010, p. 105).

Mediante tais discussões, deixamos em evidencia que essa manifestação da língua escrita – a ortografia –, apesar de sempre estar associada a padrões homogêneos e compêndios normativos, sendo instrumento de controle e monitoramento linguístico, não deixa de entrar no ritual de (re)configuração das práticas linguísticas de sujeitos LGBTQIA+.

1.2.7 Diversidade discursiva

As seções anteriores se debruçaram nos níveis da língua, o que nos oportuniza indicar como a língua é um multissistema, exceto pela seção anterior, pois nos interessamos pela

manifestação verbal escrita¹⁷, ainda sim representando como os sujeitos LGBTQIA+ demarcam territórios nas variadas manifestações da língua(gem). Nesta seção, entendemos que os aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos e semânticos configuram o funcionamento de uma língua, logo, a materialização de registros linguísticos nos leva a considerar a instância discursiva, pensando diretamente nos efeitos que podem ser causados por tais registros, já que a análise linguística ultrapassa o código linguístico.

Com a intenção de apresentar efeitos discursivos, iremos nos valer de efeitos de sentido recorrentemente associados à comunidade LGBTQIA+: *comicidade, riso, humor*. Afinal, é comum ouvirmos amigos, colegas e parentes dizerem que têm “um amigo gay muito engraçado”; “uma amiga travesti divertida demais”. Entretanto, essa comicidade não é uma uniformidade identitária (inclusive parece-nos que há forte ação de exotismo em tal associação cômica). Para pensarmos um pouco a respeito, iremos nos valer das discussões da tese de Alonso (2010). A investigação busca responder ao porquê de o riso estar tão associado à gíria daqueles que compõem a comunidade LGBTQIA+. Como resposta, conclui-se que o riso é um efeito de sentido que se caracteriza de seguinte forma:

[...] obtido também pelo sentido criptológico presente no vocábulo gírios empregado pelos falantes que integram o grupos da diversidade sexual, com os objetivos de ostentar um comportamento irreverente (associado ao riso) e de manter um sentimento de superioridade em relação aos não integrantes (associado ao sentido restrito) (ALONSO, 2010, p. 204).

Nesse sentido, podemos perceber como o registro linguístico materializa e indexicaliza efeitos de sentido, a exemplo do riso. O riso da comunidade LGBTQIA+, como aponta Alonso (2010), é um riso extravagante e excessivo, com o propósito de desacatar a seriedade. Logo, podemos compreender tal ação como performática e que se faz pragmaticamente. Por isso, o riso da comunidade em questão é multissignificativo, “tanto pode significar cumplicidade, ingenuidade e igualdade quanto pode apontar desagregação, malícia e superioridade” (ALONSO, 2010, p. 36).

Portanto, de acordo com o autor, a produção do riso se faz por uma decisão cognitiva dos/as falantes, quando optam por usos linguísticos que fogem do convencional. A irreverência causada por esses escapes do tradicionalismo, conservadorismo e seriedade demonstram

¹⁷ Sobre não verbal, questionamo-nos sobre a possibilidade de “gestos performáticos” e como poderia ser produtiva uma exemplificação de tal questão, a exemplo da ação de bater palmas, que seria caracterizada como gesto ilustrador, o qual está diretamente ligado ao fluxo da fala (ÀVILA-NÓBREGA, 2018). Entretanto, mostrou-se escassa nossa busca por tais reflexões, ficando assim uma sugestão para aqueles que investigam a multimodalidade e aquisição de linguagem, também interessados em gênero e sexualidade.

práticas sociais que subvertem uma cultura cis-heteronormativa, essencialmente masculina, consagrada como padrão a ser adotado por aqueles que sabem seguir as normas e por aqueles que desejem ser socialmente aceitos/as.

Diante do que estamos apresentando, fica em evidência como os sujeitos LGBTQIA+ reconfiguram e ressignificam recursos linguísticos em meio às práticas linguísticas, especialmente em suas comunidades de prática – indo do estilo à estilização (RAMPTON, 2006). Dito isso, concordamos com Preti (1984, p. 04, grifo do autor) ao mencionar que o/a falante, “falando diferente, estropiando a linguagem usual, ele agride o convencional, opõe-se ao *uso* aceito pela maioria, e deixa marcado seu conflito com a sociedade”. Assim, observamos um comportamento linguístico oposto ao que forças centrífugas estabelecem como regra e bom uso da língua (PRETI, 2010 [1984]).

Portanto, findamos este capítulo com a exposição de investigações que demonstram como os sujeitos LGBTQIA+, especificamente os gays masculinos, se distanciam de padronizações para constituir um território de batalha e indignação social, no qual se valem de registros linguísticos diversos, reconhecendo, ainda que inconscientemente, que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 2009, p. 06-07).

Por fim, no capítulo seguinte, iremos tratar das atitudes e crenças linguísticas sobre as variantes e identidades estigmatizadas e como os falantes utilizam de tais atitudes e crenças para subverterem normas e marcarem conflitos.

CAPÍTULO 2 – ATITUDES E CRENÇAS LINGUÍSTICAS E BAFÔNICAS

“Para que o reino das frivolidades possa aparecer, será preciso que sejam reconhecidos não apenas o poder dos homens [das mulheres, negros/as, bichas, etc] para modificar a organização de seu mundo, mas também, mais tardiamente, a autonomia parcial dos agentes sociais em matéria de estética das aparências”
- Gilles Lipovetsky (2009, p. 29).

Uma das funções da linguagem é a metalinguagem, ou seja, é possível usar da linguagem para falar dela em si. Algo comum – ainda que sem aportes e nomenclaturas técnicas – entre os falantes de qualquer língua, uma vez que qualificam e desqualificam falares no dia a dia: “o falar paraibano é arrastado”, “gíria é linguagem de marginal”, “linguagem neutra é bobagem”, etc. Nesse sentido, Cardoso (2015, p. 09) indica que:

[...] o falante, ao mesmo tempo em que imagina os fenômenos físicos, imagina também os fenômenos linguísticos. Esta representação não constitui um simples reflexo do comportamento linguístico, mas uma opinião mais ou menos autônoma e independente, da realidade observada.

Assim, é possível identificar que as variantes linguísticas são postas em um campo de representações, tais representações podem ser *autorizadas*, quando proferidas por cientistas; ou *vulgarizadas*, quando manifestadas por não especialistas (CARDOSO, 2015). Junto dessas representações, Cardoso aponta o desenvolvimento das atitudes linguísticas: “o falante emite um julgamento sobre as variedades linguísticas, e associa a elas diferentes valores, hierarquizando-as [...]” (p. 09). Desse modo, os falantes podem ter atitudes normativas e puristas ou tolerantes, tais atitudes são face de um julgamento social, mesmo que forjadas em argumentos estéticos, como também indica a autora.

No estudo que aqui se lança, os fatores sociais e de registro são relevantes, uma vez que consideramos o seguinte: para o primeiro temos o desejo ou interesse em manipular características linguísticas que possam demarcar e distinguir em meio a outros grupos e/ou comunidades; para o segundo temos os níveis de formalidade que configuram a interação verbal entre os interlocutores, indo da formalidade à informalidade numa escala que poderá se reconfigurar sempre que necessário (CARDOSO, 2015). Então, frisamos o que aponta Lopes (2012, p. 51): “o estudo das atitudes linguísticas é importante para a sociolinguística porque, a partir dele, pode-se prever um determinado comportamento linguístico, como a escolha de uma língua ou variação particular em uma comunidade [...]”.

Junto a isso, podemos refletir sobre lealdade, estigma e prestígio linguístico, questões que se incorporam no inconsciente dos/as falantes e os/as leva a uma ideologia linguística, marcada por ideais homogêneos, algo inexistente por força da heterogeneidade social. Na direção dessas questões, podemos apontar o seguinte:

As atitudes desempenham uma função essencial na determinação do nosso comportamento; por exemplo, afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias à sombra das quais vivemos (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 83).

Como indicam os autores, as atitudes são como modos de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas e acontecimentos em nosso meio social, as quais são organizadas, coerentes e habituais, constituindo o que os autores chamam de “hábitos complexos”, os quais são aprendidos por ajustamento. Tais questões estão no seio da Psicologia Social, mas se alinham com as proposições dos estudos sociolinguísticos. Como visto no capítulo anterior, a Sociolinguística variacionista apresenta expoentes teórico-metodológicos distintos, assim, também vemos como o estudo das atitudes se modificam no escopo dessa sociolinguística tripartida.

Para a primeira onda, teríamos os estudos de atitude centrados no código linguístico, ou seja, parte-se exclusivamente do material linguístico para mapear atitudes positivas ou negativas em relação a algum dialeto. Tal estudo se faz também por controle estatístico e permite o cruzamento de dados, identificando as variáveis interdependentes ou não na configuração de atitude em relação à variante em estudo (TARALLO, 1986). Já na segunda onda, teríamos um estudo como o que foi feito por Labov em Martha’s Vineyard, onde estão em jogo as relações de poder entre as variantes e o meio social, considerando que as variantes linguísticas encontram maior ou menor favorecimento em alguns ambientes sociais, também podendo realizar controle estatístico e buscando responder qual o valor dado às variantes pelos falantes do grupo em estudo (TARALLO, 1986). Por fim, na terceira onda, as atitudes se ampliam, passando a considerar não só a percepção e produção estritamente das variantes linguísticas, mas também os estereótipos, estigmas, prestígios e identidades dos próprios falantes.

Dito isso, concordamos que a linguagem configura os eventos comunicativos produzindo diferentes sentidos, os quais são marcados por aspectos culturais e ideológicos, uma vez que Lima indica isto (2018):

[...] a língua é vista como unidade social, cuja significação [...] resulta em produções de sentido. Tal fato motiva a linguagem como um instrumento comunicativo, à proporção que os sujeitos em momentos interlocutivos, a utiliza como mecanismo ideológico e cultural para influenciar os seus semelhantes, resultando esta prática em atitudes tanto positivas, quanto negativas (LIMA, 2018, p. 100).

Assim, ao refletirmos sobre as questões ideológicas que influenciam fala e falantes – positiva ou negativamente – podemos nos debruçar sob o tema *padronização*¹⁸. De acordo com Milroy (2011, p. 51, grifos do autor), “[...] o processo de padronização opera promovendo a *invariância* ou a *uniformidade* na estrutura da língua”. Nesse sentido, a padronização é um processo que regula o uso dos recursos linguísticos disponíveis em uma língua, indicando aqueles que funcionam no campo da formalidade e, por exclusão à norma, aqueles que são do campo da coloquialidade/informalidade, sendo fator contribuinte para a construção de estigma e prestígio linguístico que não se limita às variantes, mas também engloba seus/suas falantes. Afinal, como indica Milroy (2011), o prestígio que se atribui a um código linguístico também indexicaliza, por metonímia, a vida social dos/as falantes.

Esse conceito de padronização funciona nas margens do linguístico e do social, uma vez que sob o primeiro tem efeitos estruturais, buscando pela padronização do código linguístico, garantindo status oficial para compor a língua a nível oficial, garantindo dicionarização e menor estigma social; sob o segundo enquadra-se na padronização dos âmbitos de uso desses códigos, indicando quais são ou não adequados. Portanto, o efeito da padronização tem papel de desataque na interpretação da simbiose entre fala e falante, haja vista a língua ser uma abstração que se manifesta por meio de agentes sociais.

Esse efeito é difundido por diferentes agências – escola, Academia de Letras, Universidades – e diferentes instrumentos – acordos ortográficos, dicionários e gramáticas, lançando mão de diferentes mecanismos “[...] de padronização que a sociedade utiliza para pressionar o ser humano a se conformar e obedecer”, segundo aponta Martins (2010, p. 51). A partir disso, o autor nos possibilita refletir o quanto a padronização nos é apresentada como busca por um símbolo identitário, o qual é forjado com ideais coletivos, mas produzidos na artificialidade. Entretanto, os papéis sociais envolvem diferentes comportamentos e sentimentos, motivando coletividades e individualidades num movimento antagônico aos padronizamentos (MARTINS, 2010). Dito isso, entendemos como funciona a indexicalização de fala e falante.

Os dicionários funcionam como difusores de Acordo(s) Ortográfico(s), caracterizados como instrumento metalinguístico de alto prestígio social. Com o advir do tempo, os dicionários passaram por diversas mudanças, podem ser prescritivos ou descritivos, tendo as seguintes funções: criadores de norma, modernizantes, arcaizantes ou descritivos da norma (ZGUSTA, 1989 *apud* CORREIA; FERREIRA, 2013). Exposto isso, podemos nos ater a um exemplo de como

¹⁸ De acordo com Correia & Ferreira (2013), também pode ser nomeada de *normativização*.

os dicionários podem modificar suas posições ideológicas diante de um vocábulo, o que revela sua posição diante do conteúdo de tal vocábulo. Para tanto, consideremos o verbete “casal” no quadro abaixo:

Quadro 4 - Acepções do termo “casal” em dicionários do século 21

Dicionário	Ano	Acepção
<i>Aurélio</i>	2000	Par composto de macho e fêmea ou homem e mulher.
<i>Aurélio Júnior</i>	2005	Par composto de macho e fêmea ou homem e mulher.
<i>Minidicionário da Língua Portuguesa</i>	2007	Par composto por macho e fêmea ou marido e mulher.
<i>Saraiva jovem</i>	2010	Par, dupla de pessoas ligadas por relacionamento amoroso.
<i>Contemporâneo de Língua Portuguesa</i>	2011	Par formado por macho e fêmea ou por seres que mantêm relação amorosa, ou estão sempre juntos.
<i>Língua Portuguesa Evanildo Bechara</i>	2011	Duas pessoas que vivem uma relação amorosa.
<i>Google</i>	2021	Qualquer par de pessoas cuja relação é amorosa e/ou sexual.

Fonte: Elaborado pelo autor

Acima, expomos uma série de dicionários, aos quais foram selecionados pela facilidade de acesso, estabelecendo como parâmetro serem materiais do século 21. Em consulta ao termo “casal”, selecionamos dos dicionários a acepção, focalizando aquela que não resume casal ao domínio reprodutivo, mas selecionando tal concepção daqueles que limitam a isso. Essa ação serve de exemplificação acerca da manutenção dos dicionários em relação à norma não só linguística, mas também social, uma vez que é comum que as pessoas se apeguem às definições dicionarizadas para rotular, enquadrar e determinar realidades sociais, a exemplo da constituição do que seja um casal.

Nessa direção, podemos observar que os compêndios anteriores a 2010 se limitavam ao conceito de casal como “par de macho e fêmea”, tendo teor puramente biológico, mas os dicionários de 2010 em diante já ampliam a acepção do verbete considerando a “relação amorosa entre duas pessoas”, reconfigurando, assim, o teor do vocábulo. Isso não deixa de refletir as dinâmicas da vida social, uma vez que, no Brasil, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal

(STF), reconhece, desde 2011, a união estável entre casais do mesmo sexo, garantindo os direitos da lei 9.278/1996¹⁹.

Tal prática passa a ser um novo recurso na manutenção da padronização, introduzindo nova dinâmica nas comunidades linguísticas. Obviamente, esta explanação não esgota a discussão tampouco resume a questão, mas funciona como item de reflexão para o que se propõe aqui. Dito isso, fica o espaço para um mapeamento mais exaustivo do termo em dicionários mais antigos, bem como em obras de diferentes anos após 2010 e que ainda podem se limitar ao binômio macho-fêmea, o que também possibilita problematizar os objetivos, interesses e ideologias dos autores, das editoras e instituições que produzem e fazem circular tais produções.

Além dos dicionários, as gramáticas, especialmente a normativa, são instrumentos que fortemente difundem os ideais de “certo”, “errado”, “bonito”, “feio”, etc. em relação aos usos linguísticos. Assim, a GN é um instrumento da antiguidade clássica e foi arguida por filósofos gregos numa busca associativa entre linguagem, pensamento e realidade, tendo forte influência da lógica aristotélica (MARTELOTTA, 2017). Essas questões fazem da GN uma gramática de tradição, mas não devemos compreender esses termos como sinonímicos. De acordo com Bechara (2014), no século 19, a GN passa operar novos conceitos e distinções que a ciência passava a colocar em prática e o autor acrescenta: “[...] com seus novos modelos que muitos dos seus fervorosos inimigos ou detratores ainda chamam de ‘gramática tradicional’, esta disciplina está longe de lembrar as feições que apresentava no passado” (BECHARA, 2014, p. 24).

Entretanto, precisamos explicar que o “tradicional” da GN não se limita ao tempo, se faz em seus ideais. Nesse sentido, concordamos com Bagno (2015b), ao apontar a metáfora de “alma” para a tradição e “corpo” para a norma. Assim, a GN é tradicional por que a tradição é como um espírito que habita na norma, sendo assim, a norma é do mundo físico e a tradição do mundo das ideias (BAGNO, 2015b). São essas considerações que fazem da gramática tradicional uma doutrina de forte caráter ideológico que atravessa o tempo e continua perpetuando discursos avaliativos que desaprovam e desqualificam variantes linguísticas e seus falantes, utilizando de normas linguísticas para tais exclusões pela linguagem.

Posto isso, entendemos que a padronização se faz por força da noção de um recurso linguístico correto, pelo valor de autoridade, relevância do prestígio e ideia de legitimidade, como aponta Milroy (2011), bem como é difundida por instâncias públicas de igual parâmetro,

¹⁹ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 612, de 29 de setembro de 2011**. Altera artigos da lei nº 10.406/02 do Código Civil sobre reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Brasília: Senado Federal, 2011. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3986495&ts=1594026819976&disposition=inline>>. Acesso em: 22 de ago. 2021.

como é o caso da escola. Nesse sentido, “de maneira subjetiva, o resultado será a atribuição de prestígio à variante padrão e estigma às demais variantes, perpassando a ideia de que a forma padrão será a legítima. O encadeamento desses eventos resultará na padronização de uma língua” (MORAIS E LIMA, 2019, p. 39-40).

Nessa direção, entendemos como habita na padronização uma ideologia que preza pela uniformidade e centraliza as dinâmicas linguísticas em um espaço entre o que é tido como certo ou errado, formal ou informal, etc. Assim, conforme Hora (2011), o processo pelo qual passa tais questões é altamente sensível a fatores de ordem social e política.

Além disso, ao tratarmos de padronização, é preciso que se entenda que a padronização linguística é constituinte da padronização social. Afinal, língua e falante são indissociáveis, logo, no anseio da padronização dos falares subjaz também interesses de padronização de comportamentos, vestimentas, crenças, valores, etc., à luz de uma única forma de enxergar a realidade, tendo características eurocêntricas, eugenistas, cristãs, bem como heterossexuais e cisgêneros. Nesse escopo, as atitudes linguísticas não estão isoladas, pois as atitudes são respostas aos efeitos da padronização. Por isso, concordamos com o seguinte:

[...] as atitudes linguísticas são dominadas por posições ideológicas de poder que são amplamente baseadas na existência suposta dessa forma padrão, e essas, tomadas juntas, constituem a ‘ideologia da língua padrão’. Os falantes, normalmente, não têm consciência de que eles estejam condicionados por essas posições ideológicas: eles, normalmente, acreditam que suas atitudes em relação à língua sejam de senso comum e assumem que, virtualmente, todos concordam com eles” (HORA, 2011, p. 19).

Na direção desse ponto de vista, faz-se possível pensarmos sobre os condicionantes que induzem os/as falantes a terem atitudes que podem levá-los/as a “[...] reagir favorável ou desfavoravelmente a uma situação dialógica e que pode influenciar comportamentos positivos ou negativos” (SILVA; GOMES, 2020, p. 55). Assim, as atitudes linguísticas não são fenômenos de acesso simples. Portanto, “a atitude deve ser encarada muito mais como um processo, dotado de certas etapas, e não simplesmente como um resultado” (LUCENA, 2017, p. 65).

De acordo com Lambert & Lambert (1972), a atitude tem uma estrutura tridimensional. Tal estrutura é composta por uma face *cognitiva*, por outra *afetiva* e uma última que é a *comportamental*. Segundo Lucena (2017), na dimensão cognitiva subjaz pensamentos e crenças; conhecimentos sobre o que é verdadeiro/falso, desejável/indesejável; já na dimensão afetiva temos os sentimentos e emoções; posição positiva ou negativa a respeito do artefato da crença; por fim, na dimensão comportamental temos o componente de conduta; predisposição de resposta que direciona a algum tipo de ação.

Assim, podemos entender que a primeira dimensão é a mais profunda na consciência do/a falante, mergulhada nas condições neurobiológicas, por meio das quais memoriza, percebe e também discrimina um recurso linguístico, por exemplo. Inclusive, de acordo com Silva & Gomes (2020, p. 59), é neste nível que encontramos “[...] as formas mais primárias de valores e de estereótipos de fala”. O segundo nível está empoçado no primeiro, onde se atribuem valores a partir de emoções. Dito isso, imaginemos que uma variante marcada LGBTQIA+ possa ser proferida em uma interlocução, na qual a variante rememore ao ouvinte um evento desagradável, assim, o ouvinte atribuirá emoções à consciência linguística e, segundo esses autores, é nesse nível que os/as falantes fazem especulações valorativas como “correto”, “feio”, “pobre”, “favelado”. Portanto, podemos dizer que as dimensões primária e secundária se retroalimentam (SILVA; GOMES, 2020). Sobre a dimensão do comportamento, os autores explicam o seguinte:

É importante salientar que por comportamento linguístico, não podemos entender causalmente como materialização de um registro linguístico previamente em contato ou treinado. O comportamento nos estudos de abordagem direta é a materialização da fala, isto é, a produção em si. Porém, em estudos de abordagem indireta, o comportamento é a avaliação linguística através das atividades de tarefa forçada para a obtenção dos dados em atitudes (SILVA; GOMES, 2020, p. 59).

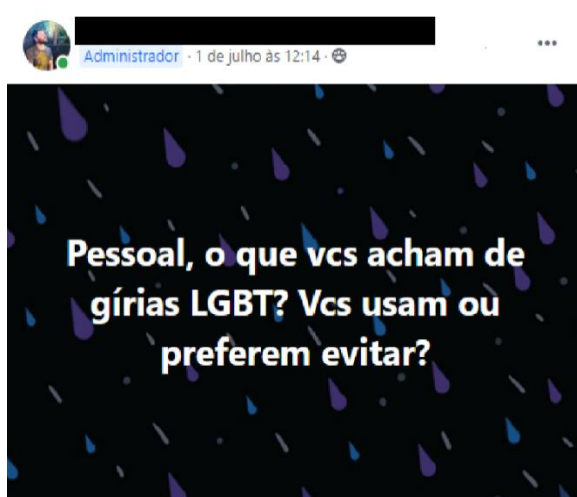
Os autores colocam em destaque as abordagens direta e indireta das atitudes. Tal questão é de natureza metodológica. A primeira, como o nome já sugere, refere-se a uma ação de coleta que tem por objetivo a obtenção de respostas diretamente dos informantes, seja sobre certas variantes ou sobre grupos de falantes, por exemplo; e a segunda, em contrapartida, busca mascarar seus reais objetivos por meio de estratégias sutis, então, mesmo que os informantes saibam que estão na posição de juízes, não sabem exatamente o que estão julgando (KAUFMANN, 2011).

Neste estudo, decidimos utilizar os dois métodos. Entretanto, como aponta Possatti (2020), em ambas as abordagens temos o risco de as respostas cedidas pelos/as informantes não serem representativas da realidade, o que também não significa que os/as informantes estejam mentindo, pois podem não ter total consciência “[...] de todas suas atitudes e valores para com certos grupos ou dialetos” (p. 44). Contudo, os/as informantes podem, de forma intencional, responder diferentemente daquilo que realmente pensam e acreditam por força de fatores sociais, como também nos alerta o autor.

Afinal, “nem tudo é socialmente aceito ou bem visto, então respostas falsas podem ser dadas por esse motivo” (p. 44). Assim, para amenizar tal efeito, garantimos anonimato e/ou confidencialidade. Assim posto, para exemplificar a abordagem direta, pedimos a um colega,

de um grupo LGBTQIA+ no Facebook, que perguntasse aos/às integrantes o que achavam de gírias LGBTQIA+ e se fazem uso desses recursos linguísticos. A postagem foi feita conforme a imagem abaixo:

Figura 2 - Printscreen de postagem em grupo no Facebook



Fonte: Coletado pelo autor (2021)

Então, alguns dos/as internautas responderam ao questionamento tanto positiva quanto negativamente. A partir dos comentários²⁰, selecionamos alguns que podem favorecer a compreensão do método direto:

INT. 01: *Uso quando estou em grupo com outros gays... Já é cultural*

INT. 02: *Uso algumas com pessoas que entendem*

INT. 03: *Uso como sou antiga uso bastante do pajubá*

INT. 04: *Claro que uso, mulher! Haha*

INT. 05: *numa reunião... na empresa, numa venda... a linguagem é formal né*

Como podemos observar, o uso do vocábulo gírio é posto em prática quando interagem com outros sujeitos da comunidade, bem como é reconhecido como recurso linguístico do campo da informalidade, não sendo aceito em reuniões, empresas, etc. Junto a isso, também identificamos as seguintes posições:

INT. 06: *Uso pra afrontar heteres*

INT. 07: *Eu acho uó kkkk*

No comentário do/a internauta (06), há o reconhecimento do uso das gírias como instrumento de agressão e defesa social (PRETI, 2010), em que o verbo “afrontar” funciona como ação do que chamamos de *efeito espada/escudo*, isso em relação aos héteros. Já no comentário

²⁰ Os comentários estão apresentados respeitando as idiossincrasias da escrita dos/as internautas.

de (07), temos uma visão negativa, na qual o internauta adjetiva o uso das gírias como “uó”, o que é interessante, pois o termo em questão compõe o socioleto pajubá (BARROSO, 2014). Assim, podemos pensar como o internauta pode utilizar desconhecendo a origem e marcação do termo, o qual já pode ter passado a ser um recurso linguístico do grupo de gírias comuns, as quais saem do escopo das gírias restritas e passam a ser utilizadas por diferentes falantes, isso por força da midiatização (PRETI, 1984, 2010).

Então, junto às atitudes, temos outros conceitos que cabem reflexão: *valores*, *opinião* e *crenças*. As atitudes são fenômenos mais específicos, como indica Moraes e Lima (2019), também apontando os valores como de ordem mais global. Vejamos a seguinte explicação:

Os valores, também aprendidos por meio da socialização, são convicções básicas que norteiam a vida dos seres humanos. Podem ser definidos como um parâmetro que orienta a ação e, dessa maneira, desenvolver as atitudes em relação a um objeto atitudinal, visando avaliar moralmente a si mesmo e aos seus pares (MORAIS E LIMA, 2019, p. 48-49).

Nesse sentido, os valores são parte integrante da nossa vida diária, orientando-nos em diferentes ações, as quais integram nossa vida como seres sociais. Além disso, como os valores são concepções mais gerais, seu compartilhamento também deve ser mais global e identificável do que as atitudes. A partir disso, é possível compreender como as atitudes estão relacionadas aos valores e, conforme Moraes e Lima (2019), a atitude de um falante frente a um objeto social, resultará de um ou da soma de diferentes valores.

Sobre o conceito de opinião, podemos buscar em dicionários e catalogar diferentes acepções, as quais não devem divergir totalmente de “maneira de pensar, de ver, de julgar”, ou seja, trata-se de um ponto de vista, por isso que comumente mudamos de opinião (MORAIS E LIMA, 2019). Dito isso, a opinião é uma convicção suscetível à mudança em curto prazo, uma vez que “se nos apresentarem um novo ponto de vista carregado de conteúdo argumentativo que nos convença, mudaremos nossa opinião sem maiores problemas” (p. 50).

A partir disso, também podemos refletir como a opinião está relacionada às atitudes. Para tal, podemos compreender que a opinião seria a face mais superficial nos discursos públicos sobre as variantes linguísticas e veladas pelo senso comum com “na minha opinião”, onde o preconceito velado é mascarado socialmente como opinião particular, como se não fosse passível de crítica.

Por fim, temos a crença, que nada mais é do que uma grande convicção, tendo caráter mais estável que a opinião, como aponta Moraes e Lima (2019), também sendo, conforme Lopes (2012), um componente cognitivo das atitudes. Posto isso, esse autor aponta que a crença en-

volve elementos afetivos, uma vez que nessa dinâmica há acarretamento emocional, o que posiciona a crença no campo da fé, podendo se fazer em diferentes campos da vida humana: político, religioso, social, etc. tendo influência ativa sobre as pessoas e os objetos. Além disso, também é concebida como de forte caráter irracional, o que não lhe faz menos sólida, outrossim poderíamos chamar as crenças de “verdades culturais”.

A partir dessas considerações, podemos dizer que valores, opinião e crença são constituintes das atitudes, mas como nos alerta Moraes e Lima (2019), não devemos confundi-los com as próprias atitudes. Afinal:

[...] as atitudes são caracterizadas como um processo, e não um produto. É neste ponto que as atitudes diferem do comportamento, normas morais, valores, crenças e opiniões. Apesar da especificidade de cada um deles, no que tange à convergência, eles representam um produto sociohistórico e cultural, ao passo que, as atitudes, além do aspecto social, envolvem uma avaliação subjetiva e individual (MORAIS E LIMA, 2019, p. 51).

Nesse espaço entre as atitudes, as crenças, os valores e as opiniões há um denominador comum, todos são parte daquilo que todos nós fazemos enquanto falantes: julgamento! E quando se trata do ato de julgar, devemos entender que “[...] as questões sociais do outro envolvem fatos históricos que foram inseridos com violência, tonando-se com o passar do tempo uma estratégia imperceptível de dominância, e que hoje, naturalizadas, estão inerentes nas pessoas [...]” (CHACON, 2012, p. 40).

Tais considerações, quando voltadas aos sujeitos LGBTQIA+, fazem-nos pensar justamente sobre os valores associados à comunidade desses sujeitos, as opiniões expressas cotidianamente sobre suas identidades e maneiras de existir no mundo, bem como as crenças que reverberam práticas *LGBTfóbicas*. Tais questões contribuem para a construção da linguagem como um instrumento de ataque/defesa, ocasionando no efeito espada/escudo sobre o qual discutiremos a seguir.

2.1 O efeito espada/escudo da linguagem de grupo

Estudar a linguagem de grupos sociais se amplia quando reconhecemos a relevância de um olhar transdisciplinar mediante os estudos linguísticos. Nesse sentido, entendemos que a linguística tem se desenvolvido como área cada vez mais entrelaçada com diferentes teorias, conceitos e métodos, como aponta Carvalho (2014), que também afirma como tais questões se fazem possíveis quando encontram um elo comum: “[...] o foco na língua como elemento determinante nas trocas sociais” (p. 59).

Dito isso, a língua é concebida como um campo de batalha – à luz das metáforas de Tarallo (1986) – onde os/as falantes são agentes sociais que atuam com e pela linguagem, então, ao considerarmos a dinâmica diversificada dos grupos sociais, a exemplo da comunidade LGBTQIA+, compreendemos como um olhar plurilinguístico e multissemiótico pode colaborar para o entendimento das realidades tanto linguísticas quanto sociais no seio de cada grupo/comunidade. Portanto, concordamos com o seguinte:

A sociedade se apresenta cada vez mais complexa, exigindo dos indivíduos um arsenal razoável de conhecimento para poder entendê-la, para poder reagir aos problemas que surgem num turbilhão, para poder participar da discussão e resolução desses problemas (CARVALHO, 2014, p. 59).

No contexto dessa complexidade, a comunidade LGBTQIA+ apresenta diferentes formas de viver identidades sexuais e de gênero e, como falantes, têm seus falares alinhavados a três questões já apontadas por Labov (2008): *indicadores*, *marcadores* e *estereótipos*. No primeiro, temos aquilo que se estratifica socialmente, mas que nem sempre se faz no campo da variação estilística; no segundo, temos aqueles traços sociais e linguísticos que apresentam efeitos sólidos a partir dos julgamentos sobre os/as falantes; por fim, temos aqueles traços caracterizados pelos/as falantes conscientemente. Sobre esse último, frisamos o seguinte:

Um estereótipo social é um fato social, parte do conhecimento geral dos membros adultos da sociedade. Isso é verdade mesmo quando o estereótipo não corresponde a nenhum conjunto de fatos objetivos. Os membros de uma comunidade de fala se referem aos estereótipos e falam sobre eles; podem ter um rótulo geral e uma frase característica que serve igualmente bem para identificá-lo (LABOV, 2008, p. 360).

O estereótipo pode ser pensado a partir da associação que fazem, por traços fonéticos, da fala mais aguda de homens a um falar feminino e da fala mais grave de mulheres ao falar masculino, sejam homossexuais ou não. Depois, acerca dos marcadores, podemos imaginar situações em que LGBTQIA+ monitoram seu modo de falar, expressando-se conforme os juízos de valor que esperam despertar no ouvinte, seja para distanciar-se ou aproximar-se. Por fim, os indicadores podem ser pensados com base nos usos linguísticos associados às práticas linguísticas LGBTQIA+, mas sobre os quais o/a falante não é consciente e os utiliza independente de diferenciação estilística.

À luz dessa discussão, podemos nos voltar às discussões linguísticas do capítulo anterior, onde apresentamos alguns fenômenos linguísticos analisados como de uso estilístico de falantes LGBTQIA+, especialmente gays. A partir da exposição dos dados, deixamos em ênfase o fato de tais usos não serem categóricos, ou seja, nem todos os sujeitos LGBTQIA+ irão lançar

mão de tais recursos. Portanto, associar os fenômenos linguísticos (fonéticos, lexicais, morfológicos, etc.) ao falar de todo e qualquer LGBTQIA+ é reforçar um estereótipo, o qual pode na verdade ora ser marcador, ora indicador. Dito isso, no campo desses fenômenos, padronizações são perigosas, pois tendências não são verdades absolutas.

Como temos visto, questões sociais e estilísticas se fazem presentes nas discussões desta dissertação de modo importante, pois com o social evidenciamos a heterogeneidade dos grupos sociais em relação aos usos linguísticos em suas práticas languageiras, e o estilístico funciona performativamente por meio da linguagem, identificando diferenças entre os usos linguísticos que os/as falantes fazem, de modo efetivo, e aqueles que eles/as poderiam fazer, como aponta Tarallo (1986).

Então, entendemos como sujeitos LGBTQIA+ inauguram usos linguísticos que os caracterizam como um grupo socialmente marcado, bem como são falantes que estilizam seus falares indo além de itens linguísticos lexicais performáticos, além disso, realizam ações estilísticas não-linguísticas: roupas, acessórios, maquiagens, etc. Desse modo, os sujeitos LGBTQIA+ (re)configuram-se como falantes que dinamizam a prática languageira, ultrapassando os itens linguísticos. Nesse escopo, defendemos que esses sujeitos fazem parte daqueles que se fazem na “linguagem proibida”, ora conceituada por Preti (2010).

De acordo com o autor, este termo é algo genérico que se situa no campo dos tabus linguísticos, debruçando-se sob o estudo dos palavrões, dos vocábulos obscenos, das gírias e dos discursos maliciosos, por exemplo, assuntos que muitos preferem silenciar – tanto social quanto academicamente. Ademais, Preti (2010, p. 17) argumenta o seguinte: “[...] quase todas se apresentam como formas linguísticas estigmatizadas e de baixo prestígio, condenadas pelos padrões culturais [...]”.

Então, ao pensarmos sobre essa questão, devemos novamente frisar que as sanções de muitas das variantes linguísticas estão amplamente associadas àqueles/as que falam tais variantes e pouco tem a ver com as formas linguísticas em si. Quando compreendemos isso, entendemos que “ao longo do tempo, a língua tem sido um poderoso instrumento de dominação e construção da hegemonia ideológica que legitima o poder das classes dominantes” (LUCCHESI, 2015, p. 18).

Dito isso, entendemos que o controle da ideologia linguística se faz de interesses outros que não meramente linguísticos, uma vez que tal controle necessita da manutenção daqueles que utilizam a língua. Assim, considerando a comunidade LGBTQIA+, seria inviável concordar

ou aceitar uma agenda de padronização sociolinguística. Afinal, vivemos em meio a uma pluralidade de identidades sexuais e de gênero, as quais estão sempre se reconfigurando, rearranjando e se desfazendo.

Nesse sentido, Lau (2016) apresenta um quadro do paradigma sexual, no qual frisa que abarcar todas as identidades de gênero, suas expressões e sexualidades é algo impossível, uma vez que as combinações são infinitas. Dito isso, devemos entender o seguinte:

[...] **sexo designado ao nascer**, que pode ser: feminino, masculino ou intersexo; **identidades de gênero**, que pode ser: feminina, masculina ou travesti; **atração sexual** (que diz respeito às orientações sexuais de cada um), que pode ser: heterossexual, homossexual, bissexual e assexual; e, por fim, **a apresentação/expressão** que, de maneira, geral, é como a pessoa se vê e se expressa, independentemente do estereótipo construído pela sociedade, como roupas, acessórios designados ‘masculinos’ ou ‘femininos’ etc. (LAU, 2016, p. 68, grifos do autor).

A partir dessas reflexões, podemos compreender como nossas identidades sexuais e de gênero são construídas socialmente. Faz-se necessário frisar como tais identidades são fluidas, vivenciadas e experienciadas de maneira singular por cada indivíduo. E, em meio à pluralidade, os sujeitos que se ajustam à cis-heteronormatividade nem sempre conseguem processar essas singularidades. Afinal, “tudo aquilo que não pode ser prontamente processado, analisado e sistematizado pela mente humana provoca desconforto” (TARALLO, 1986, p. 05).

Nesse sentido, tudo o que é de ordem social ou linguística, que não seja avaliado como bom, moral e correto, é associado ao caótico. Posto isso, é importante entendermos que padrões normativos são construtos sociais reforçados e legitimados por diferentes instituições, como a família, escola, igreja e mídia que transformam o que é da ordem do privado, no público, e vice-versa, como aponta Martins (2009).

Essas construções repercutem atos desastrosos, os quais geram um “[...] contingente de excluídos sociais pela não competência em exhibir-se como a modelagem impõe” (MARTINS, 2009, p. 237). Nessa direção, conforme essa autora, percebe-se como conflitos podem se instalar tanto de ordem psicológica quanto psicossomática, não oportunizando a vivência da completude do ser humano: pacato ou violento; dócil ou não, público ou privado, racional ou emotivo. Além disso, há condicionadores como hereditariedade, meio social, familiar e escolar que “[...] fazem da aventura humana do existir, algo da ordem do singular, do fenomenológico, da subjetividade de cada um/uma” (p. 238).

Então, considerando a face social das identidades sexuais e de gênero, bem como os recursos linguísticos que performam junto a tais identidades, compreendemos como as normatividades excluem das práticas linguísticas - cotidianas e escolares - a oportunidade de refletir

e compreender as dinâmicas sociopolíticas que subjazem as comunidades de prática LGBTQIA+, o que acaba legitimando e acentuando o estigma de que são vítimas fala e falantes LGBTQIA+.

Ademais, mediante Bortoni-Ricardo (2004), compreendemos que existem fatores socioestruturais e sociofuncionais que determinam a variabilidade linguística. Então, entendemos que o atributo socioestrutural, que se faz na individualidade do falante, constitui-se dos fatores extralinguísticos, logo, as identidades sexuais e de gênero do sujeito estão atreladas à sua individualidade. Já o sociofuncional, que se faz pelas interações sociais, determina-se pela dinâmica que a linguagem apresenta em contextos mais específicos, como em comunidades de prática.

Exposto isso, podemos observar como a comunidade LGBTQIA+ é heterógena em si, pois não é possível delinear totalmente suas dinâmicas identitárias, ou seja, não conseguimos compartimentalizar os sujeitos da “liberdade sexual”. Então, para aqueles que tentam engavetar estes sujeitos, estes mesmos indivíduos acabam tendo comportamentos que desfazem das normas sociais, inclusive das linguísticas. Entretanto, não podemos tornar o argumento simplista, como indica Preti (1984), ao dizer que não se pode resumir a decisão ao ato de ignorar a norma e o vocabulário padrão. Por isso, falar “vulgar” – fora dos “bons modos” – possa ser que corresponda a uma atitude intencional.

Assim, atacam o sistema sexual pela delimitação biologizante, pois a orientação sexual é altamente ligada ao aparelho reprodutor; o sistema de gênero, por ser caracterizado binariamente, cabendo ao corpo masculino o papel de virilidade e dominância e ao corpo feminino o papel de inocência e subserviência; e, por fim, o sistema linguístico, o qual é naturalmente aberto à heterogeneidade.

Entretanto, por herança colonial, o sistema linguístico, com base na GN, é posto como uniforme por parte da sociedade que o manipula e o posiciona como símbolo máximo da pátria que não deve corresponder a práticas que se constituem “[...] eminentemente como uma linguagem da rua, construída na batalha, nos territórios de prostituição, em esquinas que intersectam marcadores como classe e gênero (ARAÚJO, 2018, p. 126), como é o caso do socioleto pajubá.

É nesse recorte que a metáfora do efeito espada/escudo toma corpo, pois entendemos que os/as falantes LGBTQIA+, ao serem inferiorizados/as e subalternizados/as à cis-heteronormatividade, buscam por mecanismos sociolinguísticos para agredirem intencionalmente os sistemas: sexuais, de gênero e o linguístico. Tal sistemática se faz por forças conservadoras que difundem práticas excludentes e discriminatórias.

Nessa direção, deve-se compreender que o uso de determinadas variantes linguísticas nem sempre é resultado de ignorância, mas “podem significar, muitas vezes, uma atitude linguística (sic) de oposição, de agressão consciente à linguagem padrão” (PRETI, 1984, p. 71). Tal ação resulta de uma visão sobre o mundo em que, segundo Lima (2018), a forma que cada grupo enxerga o mundo representa uma parcela da percepção que os membros têm da realidade em que vivem.

Assim, fica evidente, conforme Lima (2018), que em algumas situações, a imagem que um/uma falante tem de outro/a, é encoberta de certa estereotipização, a qual pode ser determinada, por exemplo, por uma variante linguística, que ligada a uma comunidade de prática LGBTQIA+, faz com que algum/a falante atribua valores negativos, o que contribui para uma visão deturpada não somente sobre o que é variação linguística, mas também do/a falante daquela variante, o que acarreta em atitudes linguísticas não favoráveis.

Para a construção desse efeito espada/escudo, o conceito de *contracultura* mostra-se produtivo, uma vez que se trata da cultura marginal, independente de reconhecimento oficial, a qual não se permiti ser inexistente ainda que forças da cultura dominante assim desejem. Desse modo, como aponta Pereira (1983), contracultura pode ser uma postura adotada em resposta à cultura convencional, assim, trata-se de “[...] alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da origem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às forças mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante” (p. 20). Então, seja consciente ou inconscientemente, falantes inferiorizados/as socialmente podem agir no que chamaremos de “zona anti”, indo em oposição às atitudes, crenças e comportamentos dominantes tidos como corretos, morais, bons e/ou bonitos.

Assim, podemos refletir sobre quem tem o “direito” e a licença para ter atitudes linguísticas excludentes e discriminatórias. Para tanto, iremos lançar mão de uma discussão feita por Bagno (2015b) sobre a dramática da linguagem, em que drama tem um sentido não só clássico – designando toda e qualquer situação em que há diálogo, troca e intercâmbios entre pessoas e personagens – mas também “[...] no sentido mais corrente da palavra, isto é, drama como situação de conflito, problemática, até catastrófica” (BAGNO, 2015b, p. 307).

Nessa direção, o autor acaba por apontar “atos” que servem de obstáculo para os atores desse drama – os/as falantes – que se fazem nos momentos de interação linguística, a partir de cada troca linguística, em cada ato de fala, como indica Bagno (2015b). Os três atos apontados pelo autor parecem-nos contribuir para as reflexões sobre atitudes linguísticas. Dito isso, os atos são: i) ter o que dizer; ii) querer dizer e iii) poder dizer. Frisamos que esses chamados

“atos” também são parte da norma sociolinguística, uma vez que compreende a captura do seguinte fato:

[...] a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença de comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua (LUCCHESI, 2015, p. 33-34).

Considerando isso, podemos explicar os três atos. Para o primeiro ato, temos ação de dizer, mas especificamente, *ter o que dizer*. Algo que todos nós sempre temos, sobre toda e qualquer coisa que exista no mundo e que poderá passar por avaliação e julgamento. De acordo com Bagno (2015b), esse ato mobiliza conhecimentos de mundo de diferentes naturezas, os quais se articulam com crenças pessoais, valores e preconceitos, sejam herdados ou adquiridos.

Sendo assim, todo e qualquer falante poderá, ainda que de modo não-técnico, elaborar ideais e tomar posições. Nesse sentido, concordamos com Calvet (2002), quando o autor diz haver na sociedade “olhares sobre a língua”, os quais nos levam a normas que podem ser partilhadas por todos nós e/ou diferenciadas de acordo com certas variáveis sociais, tais ações geram sentimentos, atitudes e comportamentos diferenciados. Logo, *ter o que dizer* é resultado de nossa existência em contextos sócias, políticos e culturais que nos posicionam como atores nesse grande drama da linguagem.

Depois, temos o segundo ato, o *querer dizer*, que nada mais é do que se reconhecer como “[...] digno do dom da palavra, do direito à palavra, é acreditar que o que eu tenho a dizer pode modificar o mundo, as pessoas neste mundo, mudar a marcha da vida, alterar o curso da história” (BAGNO, 2015b. p. 308). Então, no campo das atitudes linguísticas, trata-se de se reconhecer como alguém que tem algo a dizer sobre as línguas, suas variantes e falantes. Assim, é bastante frequente identificarmos atitudes linguísticas negativas de pessoas que se reconhecem no direito de dizer o que pensam, mas muitos de crenças positivas, acabam se calando e deixando no silêncio seus discursos que deveriam ser públicos, algo que, segundo o mesmo autor, é fruto de repressão, preconceito e discriminação secular.

Nessa direção, entendemos como esses sujeitos que se calam são, por vezes, alvos de violência simbólica. À luz de Bourdieu, Silva (2016, p. 51) aponta o seguinte: “a violência simbólica é materializada inicialmente na e pela linguagem e se enraízam nos aparelhos ideológicos do estado como forma de coerção social a tudo que foge do padrão”. Desse modo, *ter o que dizer* e *querer dizer* são atos imbricados, onde o primeiro ato é comum a todos, mas o segundo nem sempre é praticado por todos. Então, eis que surge o terceiro ato: *poder dizer*. Afinal, de nada valerá termos o que dizer, quereremos dizer, mas não poderemos. Esse poder dizer

é um poder público que ganha espaços midiáticos, conquista adeptos e reverbera ideologias unilaterais. Por isso, as pessoas que podem dizer ocupam o centro do poder político, econômico e discursivo (BAGNO, 2015b).

Logo, com base nessa premissa de Bagno (2015b), são os gramáticos, dicionaristas, linguistas e professores de Português (especialmente os conservadores dessas classes) que irão deter o conhecimento primoroso e técnico da linguagem; são pessoas em cargos públicos políticos que poderão dizer o que é permitido ou não no campo linguístico em nome da “ordem pública”, bem como aqueles que detêm maior poder socioeconômico e de escolarização que decoraram regras gramaticais e ortográficas e se dotam de poder máximo para delimitar, determinar e aplicar aos discursos do outro seus mecanismos de controle, dos quais também são “vítimas”, mas não compreendem ou não querem compreender.

Portanto, o questionamento de Bagno (2015b, p. 308) se mostra coerente: “quantos negros, homossexuais, cidadãos pobres, os falantes de variedades não padrão, os oprimidos em geral, têm a cada momento seu direito de dizer negado ao mesmo tempo em que são explorados, ridicularizados, maltratados ou até mesmo assassinados?”. Desse modo, à luz de Foucault (2020), devemos entender como o poder presente nas relações sociais não é restrito ao poder das instituições, seus aparelhamentos, tampouco se reduz à sujeição que se opõe às violências.

Desse modo, ainda conforme o autor, o poder é um efeito múltiplo de correlações de forças intrínsecas ao domínio, sendo marcado por lutas e afrontamentos que transformam, reforçam e invertem as diferentes forças que trabalham no exercício de controle social. Então, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2020, p. 101), logo, não devemos entender esse poder como um fenômeno único, mas como algo interiorizado que apresenta desdobramentos e se estende numa série de capilaridades sociais historicamente situadas.

Por fim, a força das atitudes linguísticas para com os/as falantes poderemos acompanhar na seção seguinte, onde traçamos uma exposição acerca de três pesquisas sobre atitudes linguísticas, as quais servirão de espelho para a compreensão dos conceitos que discutimos aqui.

2.1.1 O que pesquisas sobre atitude linguística podem nos dizer?

Uma das primeiras investigações realizadas no campo das Atitudes Linguística no Brasil foi a de Alves (1979). A nível de mestrado, a pesquisa objetivou avaliar as atitudes linguísticas de sujeitos nordestinos em relação às variedades linguísticas nativas e paulistas no contexto da

cidade de São Paulo. Para tanto, a autora estabeleceu duas hipóteses interseccionadas: i) é possível que nordestinos, de nível socioeconômico mais baixo, apresentem atitudes linguísticas mais positivas em relação ao dialeto paulista, bem como ii) é provável que nordestinos, de nível socioeconômico mais elevado, apresentem atitudes linguísticas mais positivas em relação ao dialeto nordestino.

Nesse sentido, Alves (1979) estabelece alguns parâmetros metodológicos que nos auxiliam na compreensão de sua abordagem – à época, a autora deixa em destaque como os métodos científicos disponíveis mostravam-se escusos, pois, em grande parte dos casos, deixam de lado aspectos que ela considerava importantes. Assim, a pesquisa fez-se por meio de questionários, aplicados a pernambucanos e baianos, considerando algumas variáveis: a) nível socioeconômico (A) para o elevado e (B) para o baixo; b) procedência pernambucana e/ou baiana; c) proveniência do capital e do interior; e d) tempo de estadia em São Paulo, podendo ser recém-chegados e/ou com tempo maior que dois anos. Abaixo, vejamos dois discursos diretos²¹, um positivo e outro negativo, em relação ao falar paulista:

INF. 01: [...] *falam diferente da minha terra, muito! Eu gostaria de aprender mas... Falam de um modo mais bonito do que lá na minha terra. Mais bonito... as palavras* (ALVES, 1979, p. 116).

INF. 02: *Talvez as pessoas aqui falem de um modo mais dissimulado, menos autêntico, menos verdadeiro. Os erres me incomodam muito mas, o do interior realmente me irrita* (ALVES, 1979, p. 117).

Na fala do informante (01), podemos identificar apreciação positiva em relação ao falar paulista, atribuindo adjetivos e advérbios que valorizam o dialeto, sendo mais bonito do que aquele que é falado em sua localidade nativa no Nordeste. Quase que categoricamente, Alves (1979) indica que os pernambucanos de nível socioeconômico mais baixo atribuíram ideias de prestígio ao falar paulista. Já no dizer do informante (02), identificamos o oposto, avaliando o falar paulista negativamente, posicionando os paulistas como pouco sinceros, voltando-se a aspectos estritamente fonético-fonológicos para apoiar sua atitude negativa, dizendo não gostar da pronúncia do /r/, especialmente o interiorano. Em consonância a isso, podemos apresentar um discurso direto positivo em relação ao falar nordestino:

INF. 03: *Eu gosto muito das manifestações do povo lá no Nordeste. Aprendi a ver muita beleza no modo deles falarem e fico com muita saudade de ouvir* (ALVES, 1979, p. 119).

²¹ Os/As informantes estão sequenciados/as na lógica desta dissertação. Logo, seus números não correspondem, necessariamente, aos dos textos originais.

No discurso de (03), identificamos, como aponta a autora, uma atitude positiva em relação ao próprio falar. Exposto isso, podemos indicar que as considerações finais de Alves (1979), mediante o estudo, apontaram para acentuada tendência dos/as nordestinos/as de nível socioeconômico elevado prestigiarem as variedades linguísticas regionais nativas de sua região materna, considerando que têm maior consciência do valor que tal atitude atribui à região Nordeste que, por metonímia, transpõe-se para a fala.

Por outro lado, os/as nordestinos/as de nível mais baixo apresentaram acentuado estigma e desvalorização do falar nordestino em relação ao de São Paulo, que resulta do prestígio que atribuem a São Paulo junto ao otimismo que associam ao lugar, como melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. A pesquisa encabeçada por Alves corrobora o seguinte: “[...] existe um conjunto de *atitudes*, de sentimento dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam, que torna superficial a análise da língua como simples instrumento” (CALVET, 2002, p. 57, grifo do autor).

Outra investigação interessante é a que realizou Swingler (2016), pois trabalhou com uma variedade linguística pouco prestigiada, os chamados *palavrões*. A pesquisa objetivou mapear as atitudes de estudantes universitários/as frequentadores/as da Praça da Alegria (na Universidade Federal da Paraíba) relacionadas a palavrões, bem como a influência exercida por diversos fatores no uso diário desse signo.

Predominantemente, o estudo de Swingler (2016) é de natureza qualitativa, tendo 29 universitários/as como participantes do estudo, utilizando de questionário, observação não-participante e entrevista semiestruturada. Como aponta o autor, os palavrões são conhecidos e conceituados popularmente como algo obsceno ou grosseiro, mas que não deixa de ser item presente no comportamento linguístico humano. Inclusive, o objeto de tal pesquisa é pouco enaltecido, pois há sanções postas em todas as esferas, das quais a acadêmica e educacional não se distanciam. Afinal, como indica Labov (2008), todo e qualquer linguista reconhece o valor do social para a linguística, mas nem todos dão a mesma ênfase ou importância.

Da pesquisa do autor, iremos focalizar discursos diretos sobre o reconhecimento de palavrões em uma lista previamente elaborada pelo referido autor, a qual foi produzida com base em sua observação não-participante. Então, apresentada a listagem a informantes da pesquisa, Swingler pediu-lhes que determinassem se todos os termos seriam palavrões, que resultou nas seguintes porcentagens: 25% para não; 35% para sim e 40% para depende. Dito isso, iremos apresentar discursos de um/a informante do grupo do “não” e outro/a do grupo “depende”. Vejamos:

INF. 04: *Acredito que o uso de algumas expressões como ‘quenga’ e ‘corno’, por exemplo, tem maior uso diferenciado no sentido do que ‘rapariga’ e ‘macaco’. Isso pode variar, mas necessariamente não estão no mesmo grau de palavrões* (SWINGLER, 2016, 55).

INF. 05: *Todas as palavras da lista representam algum tipo de ofensa. Mas nem todas têm o mesmo grau de agressividade. Palavras direcionadas a pessoas (‘puta’, ‘viado’) para mim, são exemplos concretos de palavrões. Outras (‘merda’) denotam uma expressão de desapontamento e não são direcionadas a alguém* (SWINGLER, 2016, p. 56).

A fala do/a informante (04) compreende que há graus de ofensividade para os tidos palavrões. Assim, termos como “rapariga” e “macaco” estão em maior grau de ofensividade do que os termos “quenga” e “corno”. Não distante, o dizer do informante (05) também tange à questão da ofensividade, reconhecendo todos como ofensivos, mas aqueles que designam pessoas, como é o caso de “viado”, é mais palavrão do que “merda”, por exemplo. Mediante a análise, o autor aponta para o seguinte: “[...] a noção do significado de palavrão varia de pessoa para pessoa [...]” (SWINGLER, 2016, p. 64).

Desse modo, as atitudes linguísticas dos/as informantes mostraram-se múltiplas, por força da subjetividade, uma vez que há forte influência de fatores como religiosidade, criação familiar e frequência de uso. Inclusive, tais posturas é que passam a reenquadrar este item linguístico nos domínios discursivos, especialmente os públicos, o que acaba por corroborar a ideia de reabilitação linguística do palavrão, conforme Preti (1984).

Além disso, da investigação de Swingler, mostra-se interessante mencionarmos a visão dos/as informantes acerca do item “viado”. Em relação ao grau de ofensividade, numa escala de 1 a 10, o termo está em quinto lugar, antecedido por termos como “macaco” e “puta”, tendo 7,85 de ofensividade; já na frequência de uso o termo está em sétima posição, onde “porra” é o mais frequente e “macaco” o menos, tendo o item em análise uma frequência de 2,55 numa escala entre 1 e 4. Por fim, mostra-se interessante apresentar os discursos de outro/as informantes sobre o uso do termo “viado”. Vejamos:

INF. 06: *‘Viado’ se é um gay que fala, não é ofensivo, mas os héteros às vezes dizem em sentido pejorativo para ofender* (SWINGLER, 2016, p. 72).

INF. 07: *Termos como ‘puta’, ‘viado’, ‘buceta’ que estão associados a opressões de gênero e LGBT foram apropriadas pelos movimentos e hoje fazem parte de um processo de autoafirmação da identidade. O que não descarta a possibilidade de serem utilizados enquanto termos ofensivos por pessoas que pretendem se utilizar de discursos de ódio* (SWINGLER, 2016, p. 71).

A partir desses discursos, identificamos atitudes conscientes em relação ao uso do termo “viado”, em que (06) entende que esse item linguístico é fronteiro, pois quando os gays se tratam como “viados” a dinâmica sociolinguística é diferente daquela, muitas vezes, realizada

entre héteros ou de héteros para com homossexuais. Nesse caso, o autor aponta que há questões identitárias e de solidariedade que permeiam tal uso, podendo, por vezes, ser um “insulto amigável” (DALY *et al.*, 2004 *apud* SWINGLER, 2016), a depender de fatores discursivos e pragmáticos, devemos ressaltar. Logo depois, temos (07) associando o uso de “viado” à prática de autoafirmação, tendo sido apropriado e ressignificado por força do movimento LGBTQIA+, então, observa-se uma perda na capacidade de ofender e chocar desse termo, conforme Swingler (2016).

Por último, temos uma investigação no contexto educacional, a qual também se mostra importante, haja vista a escola ser a maior e principal propagadora da padronização linguística, tendo muitos dos professores de língua como os principais agentes de difusão desse processo. Para tanto, selecionamos a investigação de Costa (2019), a qual objetivou descrever como professores/as lidam com a oralidade, a partir do que entendem como ensino de LP, que pode ser pela perspectiva da norma padrão e/ou da variação linguística.

Metodologicamente, Costa trabalhou com entrevistas, as quais foram realizadas com 18 professores/as, divididos em escolas públicas e privadas e pelos níveis: anos iniciais do fundamental, anos finais do fundamental e ensino médio. Diferentes perguntas foram feitas, mas iremos focalizar uma que é corriqueira por parte de estudantes, bem como paira nas crenças e atitudes de inúmeros falantes: *o que você entende por “erro” em Língua Portuguesa?* Sobre isso, selecionamos quatro respostas, sendo duas do domínio normativo e outras duas do campo mais linguístico-funcional:

INF. 08: *Conjugação inadequada dos verbos* (COSTA, 2019, p. 98).

INF. 09: *Tudo que foge a gramática padrão* (COSTA, 2019, p. 99).

INF. 10: *A não comunicação entre interlocutores, ou seja, quando um interlocutor não consegue fazer com que o outro compreenda o que está sendo dito* (COSTA, 2019, p. 99).

INF. 11: *Não existe ‘erro’. O que existe é a habilidade ou não de adequar a fala/escrita ao contexto comunicativo* (COSTA, 2019, p. 101).

Como podemos identificar, os/as informantes (08) e (09) associam a noção de “erro” à noção de “norma”, uma vez que (08) atribui erro a não conjugação “correta” de verbos e (09) menciona ser “tudo” que, linguisticamente, se manifesta sem aplicações da gramática tida “padrão”. A seguir, temos (10) e (11) associando a noção de “erro” a não compreensão daquilo que se enuncia. Assim, (10) diz que o “erro” acontece quando interlocutores não se compreendem e (11) entende “erro” como aquilo que acontece pela não habilidade e domínio daquilo que conhecemos como competência comunicativa (BORTONI-RICARDO, 2004). Ao fim, uma das considerações da autora é a seguinte:

Muitos professores consideram que discutir variação linguística nas aulas de LP é importante, mas em seus relatos acabam considerando que as normas gramaticais devem ser mais trabalhadas, para que o aluno não entenda que pode falar e escrever da maneira como bem entender (COSTA, 2019, p. 130).

Desse modo, a pesquisa de Costa (2019) revela atitudes fundamentadas no conservadorismo linguístico, ainda que alguns professores destaquem como (11) que “não existe erro”, tem-se muitos profissionais que ainda utilizam a GN como parâmetro avaliativo e mecanismo para exclusão e dominância, onde a língua é ensinada de modo fortemente formal, desvalorizando aspectos sociolinguísticos. Inclusive, Costa indica que a cultura de ensino da competência escrita é mais valorizada do que a da competência oral, sendo que o pleno uso da competência comunicativa resulta de múltiplas intervenções linguísticas em que as habilidades de falar, ouvir, escrever e ler são imbricadas. Dito isso, professores/as precisam estar cientes de que “[...] seu papel é valioso para uma formação transformadora de alunos proficientes em sua LM e tolerantes com a diversidade linguística” (SOUZA-SILVA, 2020, p. 52).

2.2.1 Atitude e identidade linguística de falantes LGBTQIA+

Ao buscarmos por estudos que considerem fala e falantes LGBTQIA+ à luz das discussões sobre atitudes linguísticas, identificamos escassez de produções nacionais. Para refletir sobre sujeitos LGBTQIA+ junto aos aportes das atitudes, alguns termos ficam em destaque: *identidade* e *estigma*, os quais se manifestam no quadro linguístico e social, sendo um face do e para o outro. Sobre esses termos habita o teor da marginalidade. De acordo com o *Dicionário de Língua Portuguesa* Evanildo Bechara, marginal é “que ou quem não está bem integrado ao seu meio” (BECHARA, 2011, p. 811).

Nesse recorte, podemos identificar os corpos desses sujeitos que são postos no campo da imoralidade, do estranho, do corruptível, onde LGBTQIA+ são excluídos por parâmetros aos quais os “fora da lei” se enquadram facilmente, pois se equipara, por vezes, suas práticas sociais, linguísticas ou não, ao nível de roubos, furtos, como se fossem mazelas que açoitam e agriem propositalmente os “bons costumes”.

Nesse sentido, reforçamos o seguinte: “[...] as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder” (LOURO, 2019, p. 19). Portanto, as identidades são marcadas pelo fator político e como tal revelam-se

pelos corpos imbuídos de linguagem, onde há diversas formas de sexualidade e gênero, que segundo Louro (2014), são interdependentes.

Por assim dizer, podemos identificar como insubordinação em relação aquilo que é tido como “normal”, “puro”, “natural”, por agentes dominantes, tendo características que são fortemente estigmatizadas em diferentes ambientes sociais. Inclusive, os estigmas reforçam estereótipos, os quais funcionam como “[...] atitudes ligadas a um mecanismo de defesa da sociedade, em particular no que se refere à ideologia sexual” (PRETI, 2010, p. 193). Dito isso, o estigma se faz, conforme Nascimento & Leão (2019), pelas ações de não aceitação e desvalorização das características daquelas pessoas que têm particularidades – físicas e/ou de psíquicas – que escapam às regulamentações de uma norma, o que leva a atitudes negativas, julgamento morais e discriminação por parte da sociedade, revelando preconceitos.

Tais particularidades, como vimos, não deixam de ser linguísticas, uma vez que o uso da variação linguística é um recurso que possibilita ampliação da eficácia comunicativa, seja numa conversa ou em um discurso individual, mas também funciona, principalmente, como marcador de identidades, como indica Bortoni-Ricardo (2021). Nesse sentido, entendemos como a performance linguística está ligada, conforme Mendes (2011), à construção e expressão de uma identidade social por duas vias: i) a linguagem está empoçada em significados simbólicos e sociais e ii) os/as falantes identificam tal função da linguagem e a utilizam para veicular e expressar significados. Posto isso, cabe à linguística o papel de analisar os sentidos inscritos na materialidade linguística e que revelam realidades embutidas em discursos, como defende Carvalho (2014).

Feitas estas considerações, acreditamos que fica explícito como identidades não dominantes acarretam em estigmas, os quais possibilitam materialidades linguísticas que passam pelo processo contrário indo do estigmatizado para o identitário. Ou seja, quando tratamos de identidade sociais, elas existem no mundo real e são alvo de estigma; quando falamos de identidades linguísticas, elas só existem no mundo real porque as identidades sociais, neste caso LGBTQIA+, preexistem.

Defendemos isso porque a língua, sob a forma de uma instituição concreta, não existe, como advoga Antunes (2009), sendo existente, na realidade, os/as falantes. A língua é uma entidade abstrata, sendo existentes, de modo concreto e observável, seus/suas falantes, que sempre, nos eventos comunicativos, usam, adotam, criam e recriam os recursos linguísticos para interagirem uns com os/as outros/as e fazerem circular a gama de valores culturais que marcam e demarca suas identidades, cultura e lugar, afirma a autora.

Por essa ótica, o tão famoso preconceito linguístico é sintoma de preconceitos anteriores, mas que não deixa de ser uma problemática social que é pouco reconhecida (BAGNO, 2015a). Nessa direção, as manifestações de preconceito e discriminação para com formas linguísticas conceberá que antes de qualquer materialidade linguística há uma materialidade corpórea, a qual se faz física por estar atravessada por fatores como raça, etnia, gênero, sexualidade, etc., naturalmente atribuídos, mas socialmente (des)(re)construídos.

Uma pesquisa realizada por Souza-Silva, Dias & Bezerra (2021) teve como um de seus objetivos a identificação do uso de termos que façam referência às identidades de gênero e às sexualidades no contexto escolar. Para tanto, um questionário foi respondido por 27 estudantes, sobre quais termos de chamamento eles já teriam identificado como usuais nos corredores, salas de aula, etc., dentro do ambiente escolar, que tivessem a função vocativa direcionada às identidade sexuais e de gênero.

Conforme os autores, a listagem de termos foi produzida com base em suas memórias escolar e infanto-juvenil, uma vez que dizem também já terem sido estudantes, agora são professores, bem como são homossexuais. A coleta sobre os termos vocativos se fez tripartida, considerando **termos que os/as estudantes já identificaram no contexto escolar**, **termos que consideram agressivos** e os **termos que não consideram agressivos**. Vejamos os resultados:

Tabela 3 - Frequência de vocativos referentes às identidades LGBTQIA+ identificados por estudantes da EJA no contexto escolar

TERMOS	QUANTIDADE	%
Bicha	20	74,1%
Viado	18	66,7%
Gay	16	59,3%
Sapatão	16	59,3%
Biba	13	48,1%
Lésbica	13	48,1%
Travesti	13	48,1%
Baitola	13	46,1%
Traveco	12	44,4%
Boneca	11	40,7%
Homossexual	11	40,7%
Bissexual	10	37%
Bambi	7	25,9%
Transexual	7	25,9%
Assexuado	6	22,2%
Poc-poc	6	22,2%
Goiaba	5	18,5%
Hermafrodita	5	18,5%
Lacraia	4	14,8%

Mona	4	14,8%
Barbie	3	11,1%
Drag Queen	3	11,1%
Caminhoneira	2	7,4%
Fada	2	7,4%
Heterossexual	2	7,4%
Intersexual	2	7,4%
Coronel	1	3,7%
Andrógino	0	0%
Dragonete	0	0%
Fanchona	0	0%
Fedora	0	0%
Queer	0	0%

Fonte: Souza-Silva, Dias & Bezerra (2021, p. 106).

Mediante os dados, os autores apontam que “baitola”, “bicha”, “biba”, “boneca”, “gay”, “homossexual”, “lésbica”, “sapatão,” “traveco”, “travesti” e “viado” ultrapassam 40% de frequência de uso. Então, ao considerarem certa paridade quantitativa entre os termos que se referem a homens e mulheres, identifica-se que “[...] os homens parecem ter suas identidades sexuais como pauta no contexto escolar mais frequentemente [...]” (SOUZA-SILVA *et al.*, 2021, p. 106), uma vez que, dos itens mencionados, por mais da metade dos respondentes, três se referem a homens e um a mulheres, o que pode “[...] sinalizar uma maior tendência para o controle dos corpos e das sexualidade masculinas LGBTQIA+ no contexto escolar” (p. 106). Essa tendência se mostra também com os termos de porcentagem entre 40% e 50%, onde há maior incidência para as corporeidades masculinas do que femininas.

Além da frequência dos termos no contexto escolar, os autores buscaram mapear o grau de agressividade dos termos a partir da percepção dos/as discentes, uma vez que esse mapeamento possibilita tratar dos itens linguísticos em sociedade considerando que podem ser utilizados para a emancipação, respeito e liberdade, bem como para a manutenção do preconceito, ações de discriminação e diferentes violências, como indicam Souza-Silva, Dias & Bezerra (2021). Nesse sentido, a tabela abaixo exhibe os resultados:

Tabela 4 - Grau de agressividade de vocativos referentes às identidades LGBTQIA+ no contexto escolar a partir da percepção de estudantes da EJA

Não consideram agressivos			Consideram agressivos		
TERMOS	QUANT.	%	TERMOS	QUANT.	%
Homossexual	18	66,7%	Viado	22	81,5%
Bissexual	16	59,3%	Sapatão	18	66,7%
Heterossexual	14	51,9%	Bicha	17	63%
Gay	13	48,1%	Biba	16	59,3%

Transexual	13	48,1%	Baitola	16	59,3%
Lésbica	11	40,7%	Traveco	16	59,3%
Assexuado	10	37%	Boneca	13	48,1%
Intersexual	7	25,9%	Bambi	12	44,4%
Travesti	6	22,2%	Travesti	12	44,4%
Hermafrodita	6	22,2%	Lacraia	11	40,7%
Fada	5	18,5%	Goiaba	10	37%
Drag Queen	5	18,5%	Barbie	9	33,3%
Andrógino	4	14,8%	Gay	8	29,6%
Coronel	4	14,8%	Fedora	7	25,9%
Boneca	3	11,1%	Dragonete	7	25,9%
Bambi	3	11,1%	Caminhoneira	7	52,9%
Goiaba	3	11,1%	Poc-poc	7	25,9%
Mona	2	7,4%	Coronel	6	22,2%
Caminhoneira	1	3,7%	Mona	6	22,2%
Baitola	1	3,7%	Fanchona	4	14,8%
Barbie	1	3,7%	Fada	4	14,8%
Dragonete	1	3,7%	Hermafrodita	3	11,1%
Viado	1	3,7%	Assexuado	3	11,1%
Traveco	1	3,7%	Andrógino	3	11,1%
Queer	1	3,7%	Transexual	3	11%
Sapatão	0	0%	Drag Queen	2	7,4%
Fanchona	0	0%	Bissexual	2	7,4%
Lacraia	0	0%	Lésbica	2	7,4%
Poc-poc	0	0%	Queer	2	7,4%
Bicha	0	0%	Intersexual	1	3,7%
Fedora	0	0%	Homossexual	1	3,7%
Biba	0	0%	Heterossexual	1	3,7%

Fonte: Souza-Silva, Dias & Bezerra (2021, p. 107-108).

Ao observar os dados, os autores apontam como os itens de maior incidência também são os avaliados como de maior agressividade. Assim, é possível compreender que há teor de agressividade nas interpelações que consideram a sexualidade do homem no contexto escolar, pois dos dez termos avaliados como mais agressivos, apenas um se refere à sexualidade da mulher – “sapatão” (59,3%). Diante desse cenário, faz-se possível uma busca pela compreensão do seguinte:

[...] como se estruturam os fenômenos macrossociológicos e como as normatizações, que se concretizam por meio da linguagem-em-uso, têm impacto sobre corpos não normativos e fomentam a percepção social desses corpos como inferiores, desviantes ou patológicos quando julgados em relação à cisheteronorma (SOUZA-SILVA; DIAS; BEZERRA, 2021, p. 100).

Essa investigação, apesar de não ter trabalhado em cima de variáveis, mostra-se valorosa por dois fatores: a) apresenta a percepção de estudantes (também falantes) sobre vocativos dentro do que entendem por **agressivo** e **não agressivo** e b) oportuniza reflexões pedagógicas,

inclusive para intervenções no contexto das aulas de língua(s). A ação dos/as estudantes também não deixa de revelar percepção de atitudes frente às corporeidades humanas, indicando maior controle dos comportamentos sexuais e das identidades de gênero dos estudantes do sexo masculino, o que também pode ser reflexo do controle dessas identidades e comportamentos no contexto familiar.

Para reflexões sobre atitudes linguísticas de sujeitos LGBTQIA+, temos a investigação realizada por Ribeiro (2020) que objetivou investigar a percepção de pessoas homossexuais sobre a existência de possíveis identidades lésbicas e gays, bem como a percepção acerca da fala como marcador estilístico dessas identidades. Para desenvolvimento da pesquisa, a pesquisadora alinha-se às posições estilísticas da terceira onda da Sociolinguística, adotando natureza qualitativa para sua investigação.

O perfil dos/as participantes da pesquisa de Ribeiro procede de 16 sujeitos, sendo todos/as autodeclarados/as homossexuais, distribuídos em duas células: 08 gays e 08 lésbicas. Os/as participantes são naturais do Rio Grande do Sul, com faixa etária entre 20 e 40 anos e com grau de escolaridade entre superior incompleto e completo. Para investigação da percepção, por partes dos/as participantes, a autora opta pelo uso de entrevistas, as quais foram realizadas a partir de alguns parâmetros: a) interação: realizadas em dupla; b) intimidade: duplas organizadas com base na proximidade entre participantes, metade com maior e a outra com menor intimidade e c) informalidade: o roteiro de perguntas foi elaborado a fim de tornar a conversa mais informal.

Em meio as diversas perguntas elaboradas por Ribeiro – organizadas em blocos – nos ateremos a exposição das respostas à seguinte pergunta: *o que vocês pensam sobre o fato de pessoas heterossexuais estarem usando palavras ou expressões que são tipicamente consideradas do mundo LGBT?* – presente no bloco sobre percepções de usos linguísticos. Para a exposição, primeiro iremos apresentar respostas das mulheres lésbicas, depois dos homens gays²²:

INF. 12: [...] *fica falando ah, aí, 'eu não sou contra gays, tenho até amigos gays, acho que ele lacra, viado, uhul', não sei que, então parece que eu sempre vejo esse efeito, de querer se encaixar, só que é tipo, eu quero me encaixar nessa comunidade, mas eu não quero a dor dessa comunidade [...] Entendeu?! Eu só quero fazer parte dessa, dessa coisa legalzinha que vocês usam uns vocábulos [...]* (RIBEIRO, 2020, p. 126).
 INF. 13: [...] *mas eu acho que tem muito disso [pausa] parece que é querer abraçar alguma coisa, querer abraçar alguma causa, mas só, estereotipando mesmo, tipo, ah, como, e isso, eu acho que isso se dá muito mais com os homens gays, que tem né?,*

²² Ribeiro (2020) explica que optou por um recorte em meio ao seu banco de dados, uma vez que a análise qualitativa é exaustiva e necessitaria de maior tempo para o desenvolvimento da análise. Logo, decidiu analisar as entrevistas das duplas de maior grau de intimidade, pois apresentaram dados mais sólidos para o alcance de seu objetivo geral.

essa maneira de falar, então eles acham divertido, talvez, essa é a parte legal dos gays [...] (RIBEIRO, 2020, p. 126).

INF. 14: *Não, é que assim, as pessoas que eu vi falando, eu achei forçado, assim tipo, parece que tavam falando só pra ai para ser legal naquele momento, sabe?, aí eu fiquei “ai para” (RIBEIRO, 2020, p. 134).*

INF. 15: *Eu acho engraçado porque eu não vejo muita gente usando né?, eu vejo mais é pessoas querendo saber o significado e às vezes, sei lá [...] (RIBEIRO, 2020, p. 134).*

Expostos esses discursos, podemos perceber, à luz da análise de Ribeiro, que a informante (12) coloca em destaque como sujeitos cis/heterossexuais desejam fazer uso dos recursos linguísticos LGBTQIA+ por acharem divertidos e legais, mas não se posicionam contra a violência pela qual essa comunidade passa. Tal percepção tem aval e concordância da informante (13) quando diz ser algo que percebem em gays e avaliam como legal, mas atravessando a prática com estereótipos. Nessa direção, “[...] sujeitos heterossexuais parecem não ser autorizados a usar a mesma linguagem” (RIBEIRO, 2020, p. 128).

Para a informante (14) há a uma busca pela performance de traços linguísticos de uma identidade, o que acaba sendo percebido como um comportamento “forçado”. Dito isso, acreditamos que tal atitude por parte da informante também revele uma percepção de estereótipos voltados ao falar de sujeitos da comunidade LGBTQIA+. Adiante, a informante (15) diz lhe causar riso, achando engraçado, pois não vê muitos falantes utilizarem, mesmo reconhecendo que há uma demanda grande de pessoas que desejam saber os significados. De modo geral, as atitudes das informantes (14) e (15) nos leva a entender, segundo Ribeiro (2020), que cis/heterossexuais utilizam de recursos linguísticos da comunidade LGBTQIA+ porque querem mostrar que sabem, mas fazem usos equivocados.

Feitas as exposições das atitudes das mulheres lésbicas, podemos apresentar a posição dos homens gays frente a mesma pergunta:

INF. 16: *[...] se usam, é alguém fazendo humor, entendeu?! [...] Imitando... [...] Os héteros fazem uso errado das coisas (RIBEIRO, 2020, p. 128).*

INF. 17: *Eu acho que só usam com gays. Eles não sabem nem, não sabem nem o que tão fazendo (RIBEIRO, 2020, p. 128).*

INF. 18: *[...] às vezes tem sempre aquelas mina hétero que chega tipo assim, aí porque tu é gay, agora vamos ser amigos, vou falar todas as coisas que, não, não é assim que funciona, não vem usar as coisas que tu não sabe nem de onde veio (RIBEIRO, 2020, p. 131).*

INF. 19: *Eu não me sinto mal, mas por exemplo, se vai usar pra se referir a mim, como viado e como bicha e não é uma pessoa próxima, aí eu fico puto da cara (RIBEIRO, 2020, p. 131).*

O informante (16) indica que o uso por parte de heterossexuais está associado à imitação e ao gracejo, bem como não sabem realmente como empregar os termos em seus discursos.

Nesse sentido, o informante (17) não discorda, também reconhecendo que cis-heterossexuais fazem usos errôneos das expressões da comunidade LGBTQIA+, mas também acredita que, se utilizam, é para interações com gays. Dito isso, a autora aponta que os dois informantes concordam que “[...] heterossexuais não sabem usar as palavras e expressões, não têm tom certo, não falam como deveriam e não sabem identificar o contexto adequado para o uso (RIBEIRO, 2020, p. 131).

Depois, temos os informantes (18) e (19), o primeiro diz existir mulheres (“minas”) heterossexuais que acreditam que o homem gay está sempre interessado em ser amigo da mulher heterossexual, a qual terá que atuar linguisticamente com base no estereótipo que ela tem do que é ser gay, querendo utilizar de recursos linguísticos que elas nem sabem a procedência; o segundo diz não ver problemas, mas expressões da comunidade de função vocativa (“viado” e “bicha”) só devem ser utilizadas com ele por pessoas íntimas e com seu aval. Conforme Ribeiro (2020), observamos posições negativas a depender do nível interlocutório, da intimidade e das intenções comunicativas por parte de sujeitos cis/heterossexuais. Exposto isso, a posição geral dos gays e lésbicas é a seguinte:

[...] avaliam negativamente o uso de palavras e expressões do universo LGBT por sujeitos heterossexuais. Alguns acreditam que esses usos podem impactar a identidade da comunidade e outros não. Com relação a contribuir para diminuir a homofobia, a maioria das duplas acredita que sujeitos heterossexuais usarem as palavras e expressões do universo LGBT seja uma prática irrelevante para conseguir causar algum impacto com relação à diminuição da homofobia na sociedade (RIBEIRO, 2020, p. 138).

Mediante a investigação de Ribeiro (2020), é possível perceber que os/as falantes LGBTQIA+ têm atitudes negativas em relação aos sujeitos cis/heterossexuais que “forçam” usos linguísticos típicos da comunidade em estudo, bem como não enxergam que o uso por parte desses falantes venha a colaborar no combate à *LGBTfobia*.

Expostos esses dados, podemos destacar a aproximação dessas investigações, tendo ambas interesse na problematização dos recursos linguísticos enquanto marcadores sociais da diferença, distanciando-se em seus aspectos metodológicos, tendo a de Ribeiro como favorável à percepção de sujeitos homossexuais em relação às práticas linguísticas que desconsideram os trâmites da padronização social e linguística e a de Souza-Silva *et al* (2021) oportuniza a reflexão no campo da educação, contribuindo para uma educação linguística ancorada numa perspectiva queer.

CAPÍTULO 3 – AQUENDANDO A METODOLOGIA

“A mudança não é mais um fenômeno accidental, raro, fortuito; tornou-se uma regra permanente dos prazeres da alta sociedade; o fugidio vai funcionar como uma das estruturas constitutivas da vida mundana”
- Gilles Lipovetsky (2009, p. 32).

Este capítulo não se destina apenas às explicações de recursos, sujeitos e instrumentos da pesquisa. Para além disso, explora-se nossa concepção filosófica da pesquisa, bem como o teor do método que selecionamos, haja vista a natureza e o tipo de pesquisa que desenvolvemos. Afinal, uma investigação nunca está isolada de nossas crenças, valores e ideologias, o que não quer dizer que a pesquisa científica esteja baseada, puramente, em nosso ponto de vista, descumprindo totalmente o rigor da investigação em seus aspectos objetivos e sistemáticos, uma vez que “[...] é a realidade empírica que nos fala seja através da fala dos atores sociais ou de fatos e fenômenos observados e ou testados [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 35).

Nossa posição se faz pelo olhar da Fenomenologia, grande área do conhecimento filosófico do século XX, estabelecida por Edmund Husserl – matemático e filósofo alemão que buscou pelo rompimento com as ciências positivistas e com a abordagem ao historicismo e ao psicologismo na lógica. Dito isso, Zilles (2007, p. 218) explica que:

Para Husserl, a fenomenologia é uma descrição da estrutura específica do fenômeno (fluxo imanente de vivências que constitui a consciência) e, como estrutura da consciência enquanto consciência, ou seja, como condição de possibilidade do conhecimento, o é na medida em que ela, enquanto consciência transcendental, constitui as significações e na medida em que conhecer é pura e simplesmente apreender (no plano empírico) ou constituir (no plano transcendental) os significados naturais e espirituais.

Assim, podemos compreender como o método fenomenológico oportuniza uma forma crítica de pensar, considerando aquilo que se materializa pelos sentidos, percepções e essências. Por isso, de acordo com Edmund Husserl, “toda consciência é consciência de alguma coisa” (*apud* ZILLES, 2007). Nesse sentido, a Fenomenologia opõe-se ao método dedutivo e indutivo, pautando-se na subjetividade, considerando objetos reais, fantásticos ou sentimentais ao estabelecer uma forma de enxergar o mundo.

Dito isso, esse método está no extremo oposto ao mundo das ideias, pois como o próprio nome indica, está no mundo dos fenômenos, buscando compreender como os fenômenos se apresentam em essência e caráter intencional. Então, passados os direcionamentos mais radicais da proposição filosófica do referido autor, há a constituição da teoria da intersubjetividade, a

qual “não olha o mundo que o cerca de fora, de maneira objetiva, mas quer compreendê-lo exclusivamente na perspectiva do sujeito” (ZILLES, 2007, p. 220).

A filosofia fenomenológica tem alguns expoentes, como é o caso da Fenomenologia da Percepção, instaurada por Maurice Merleau-Ponty – filósofo francês também associado aos ideais husserlianos – e que se mostra interessante para a abordagem do nosso método. Essa linha da Fenomenologia concentra-se na descrição das vivências e na percepção dos sujeitos ao contemplarem as dimensões do mundo a partir de narrativas e estímulos sucedidos do espaço social (MERLEAU-PONTY, 1999).

Nessa direção, é válido acrescentar que a percepção não é uma ciência do mundo, como já apontara o autor, bem como não vem a ser um ato ou decisão definida. Mostra-se mais assertivo dizer que ela é o papel de parede sobre o qual todo e qualquer ato se destaca, sendo pressuposta pelo ato, como expõe o autor. Além disso, “[...] o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 06).

Exposto isso, a busca pela compreensão da relação entre fenômeno e o objeto situa-se na experiência dos indivíduos centralizados numa temporalidade em que horizontaliza-se com os fatos históricos. Portanto, o envolvimento dos indivíduos com o mundo não é estritamente objetivo, também é prático, afetivo, imaginativo, estético, econômico, etc. Logo, existe pluralidade diante da relação sujeito x mundo, não se resumindo à cientificidade. Por conseguinte, concordamos com Gil (2008, p. 15):

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas [...] Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. As técnicas de pesquisa mais utilizadas são, portanto, de natureza qualitativa [...].

Como apontado por Gil, faz-se pertinente a natureza qualitativa para investigações de método fenomenológico, uma vez que a abordagem qualitativa se faz no processo de reflexão e análise da realidade, como aponta Oliveira (2016), e acrescenta a necessidade de se utilizar “[...] métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (p. 37). Dito isso, percebemos como são imperativas ações que possibilitem “diagnosticar” com profundidade a realidade a ser investigada.

Considerando que estamos interessados pelos significados sociais que os sujeitos atribuem às variantes, práticas linguísticas e falantes estigmatizados/as, onde a linguagem tem papel centralizador, pautamo-nos em uma ação hermenêutica acerca das realidades contemporâneas. Salientamos hermenêutica porque analisamos o prisma linguístico,

considerando sua interpretação; e ponderamos com uma perspectiva psicológica, interessando-nos pelas intenções, percepções e significações culturais das variantes e práticas linguísticas.

Nessa direção, Oliveira (2016) explica que o caráter hermenêutico possibilita-nos o questionamento das realidades em busca de respostas que contribuam para a compreensão daquilo que se investiga, crendo que “não pode ser apenas entendida como interpretação de textos, mas, sobretudo como um constante entrar-em-diálogo para a compreensão da realidade e de todo e qualquer saber humano” (*Idem*, p. 143). Logo, vemos uma intersecção do método ao caráter analítico, considerando que nos debruçamos sobre os discursos de variantes e falantes estigmatizados:

A hermenêutica-fenomenológica, como instrumento metodológico do discurso ou da ação, configura-se um elemento que se caracteriza como articulação daquilo que se chama de compreensão. Tal teoria é um instrumento metodológico, epistemológico, ontológico e pedagógico, dado que não se restringe apenas a uma escolha ou um posicionamento metodológico, mas que, primordialmente, possibilita a um pesquisador hermeneuta-fenomenológico ter uma visão da construção do conhecimento [...] (SILVA, 2014, p. 17).

Exposto isso, consideramos o viés interpretativista como principal característica de tal abordagem, uma vez que interpretamos as práticas sociais e linguísticas coadunando-se com os significados que os indivíduos atribuem a tais práticas (BORTONI-RICARDO, 2008). Nesse sentido, a investigação é do tipo descritiva, pois, de acordo com Oliveira (2016), configura-se pela descrição dos fatos e/ou fenômenos que envolvem a investigação empreendida, como é o caso de “[...] pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2008, p. 28).

Logo, o estudo que se faz é de ordem fenomenológica, tendo caráter hermenêutico, o que se faz possível pela natureza qualitativa, sendo do tipo descritiva sob uma ótica sociolinguística. Feitas estas reflexões e considerações, podemos direcionar os aparatos técnicos da investigação, considerando nossa preocupação sistêmica, tanto com o problema, quanto com o objeto que se apresentam no mundo real (OLIVEIRA, 2016; PAIVA, 2019).

Ademais, é válido destacar que esta investigação foi avaliada pelo *Comitê de Ética em Pesquisa* (CEP-UFPB) sob protocolo 49561521.8.0000.5188 e considerada aprovada para desenvolvimento conforme parecer em anexo (cf. ANEXO A).

3.1 Procedimentos para a geração de dados

Nesta seção, iremos explicar os trâmites para a geração de dados da pesquisa. De início, foi feita uma busca bibliográfica e documental acerca de materiais que pudessem contribuir com a literatura teórica e metodológica, com a finalidade de melhor compreender nosso objeto de investigação. Na medida em que o levantamento de materiais foi ocorrendo, também planejamos o desenvolvimento das etapas metodológicas, com a finalidade de gerar dados de diferentes naturezas para o desenlace da pesquisa. Para tanto, nomeamos os procedimentos de **etapas** e cada ação dentro das etapas de **tarefas**. Dito isso, a metodologia esquematiza-se da seguinte forma:

Quadro 5 - Procedimentos metodológicos

ETAPA	TAREFA	OBJETIVO
<i>Seleção de dados e participantes</i>	1. Seleção de participantes LGBTQIA+ e Cis/Héteros	Produzir um formulário online com a finalidade de selecionar possíveis participantes para a pesquisa.
	2. Coleta de falas de colaboradores LGBTQIA+	Entrevistar pessoas LGBTQIA+, coletando áudios, para produzir testes de percepção.
<i>Mapeamento de uso e percepção</i>	3. Preferência de uso da linguagem LGBTQIA+	Aplicar questionário com uma série de fenômenos já investigados, os quais são/estão associados à <i>performance</i> LGBTQIA+ e será respondido pelos/as participantes.
	4. Avaliação pela subjetividade	Aplicar questionários para que os participantes avaliem a fala e o falante LGBTQIA+, atribuindo adjetivos diversos em um perfil psicossocial e linguístico.
<i>Depoimentos atitudinais</i>	5. Entrevista com LGBTQIA+	Entrevistar apenas participantes LGBTQIA+, com a finalidade de compreender como enxergam a língua e a linguagem no contexto da comunidade LGBTQIA+ e suas experiências particulares.

Fonte: Elaborado pelo autor

Como exposto no quadro, contamos com três etapas metodológicas com tarefas distribuídas nessas etapas e cada uma com um objetivo específico. A primeira etapa não oferta para esta pesquisa objeto específico de análise, essa etapa antecede a construção do teste de percepção, sobre a seleção de possíveis informantes, explicaremos e traçaremos o perfil na

subseção seguinte. Sobre a coleta de falas de LGBTQIA+ (cf. ANEXO B), decidimos, pensando no maior grau de espontaneidade (TARALLO, 1986), na fala de pessoas LGBTQIA+ já conhecidas por nós, pensando no menor efeito do paradoxo do observador (LABOV, 2008; TARALLO, 1986).

Afinal, como já mencionamos, estas pessoas não nos forneceram dados de análise, apenas nos forneceram suas vozes – marcadas por narrativas de vida, dificuldades em ser LGBTQIA+, estilos e identidades – para que pudéssemos elaborar o teste de percepção. Dito isso, fica explícito que não tivemos interesse de manipular, direcionar ou enviesar os dados, nosso intento foi apenas o lançamento de uma técnica visando os direcionamentos da tarefa 04.

Quadro 6 - Breve perfil dos colaboradores LGBTQIA+

IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	IDADE	LOCALIDADE
<i>Homem cisgênero gay</i> ²³	40 anos	Solânea-PB
<i>Homem cisgênero bissexual</i>	30 anos	Solânea-PB
<i>Mulher transgênero heterossexual</i>	40 anos	Bananeiras-PB
<i>Mulher cisgênero bissexual</i>	23 anos	Solânea-PB
<i>Mulher cisgênero lésbica</i>	25 anos	Solânea-PB

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda que não sejam estes nossos participantes, consideramos relevante apresentar um perfil que possa caracterizar, ainda que parcialmente, aqueles que colaboraram para a construção do teste atitudinal e que têm suas *performances* linguísticas e identitárias como alvo de avaliação pelos/as juízes/as, os/as quais, quando submetidos ao teste, nos possibilitam, conforme Tarallo (1986), embutir as variantes no meio social em que elas coexistem. A fala dos/as colaboradores/as foi coletada entre 21 de abril e 05 de maio de 2021.

Uma ressalva deve ser feita, não estabelecemos uma variante específica para que os/as participantes manifestassem suas impressões, assim como Veloso (2014) não fez ao realizar seu estudo em comunidade de prática lésbica, uma vez que nosso interesse está não só nas variantes, mas na prática linguística, considerando o estilo e identidade imbricados e imbuídos de significado social, sendo passíveis de avaliação. Sobre a percepção, podemos indicar o seguinte:

De modo geral, os estudos sobre percepção de dialetos podem ser agrupados em pesquisas de categorização, que incluem a identificação regional, etnia, gênero, idade e classe social do falante, e de percepção de atitudes, que investigam os atributos relacionados a falantes com diferentes dialetos (LOPES, 2012, p. 38).

²³ Este colaborador realiza *performance* de Drag Queen.

Dito isso, a percepção é uma temática central na vertente social da psicologia e, como aponta Lopes (2012), tal questão também vem sendo inserida, gradativamente, nos estudos variacionistas, haja vista que “[...] todas as construções sociais passam pelo conhecimento acumulado a partir da percepção” (LOPES, 2012, p. 41). A seguir, serão detalhados os instrumentos utilizados para a geração de dados: formulários, questionários, entrevistas, estruturadas e semiestruturadas, compondo os itens técnicos da investigação (PAIVA, 2019).

3.1.1 Seleção de informantes

Para selecionarmos os/as participantes da pesquisa, decidimos elaborar um formulário (cf. APÊNDICE A) solicitando que aqueles/as que desejassem participar, voluntariamente o preenchessem fornecendo dados, por meio dos quais pudéssemos perfilar participantes, especialmente pelos fatores gênero e sexualidade. Para participar da pesquisa, apenas uma variável dominante foi apontada, serem residentes no Estado da Paraíba (PB), tanto por acessibilidade quanto por possibilidade de maior precisão de análises e possível constituição de redes sociais e de contato, aprimorando nossa leitura diante das atitudes linguísticas e não-linguísticas.

Para tanto, o formulário ficou disponível entre 12 e 23 de março de 2021 e disponibilizado em redes sociais, postado em grupo de Facebook, enviado para grupos de WhatsApp e com link disponível também pelo Instagram, o qual foi sendo encaminhado para outras pessoas por intermédio daqueles que respondiam. A seguir, o quadro expõe o perfil dos 95 informantes generalizadamente:

Tabela 5 - Perfil dos/as informantes

VARIÁVEL	CÉLULAS	QUANTIDADE	%
<i>Orientação sexual</i>	Homossexual	39	41,1
	Bissexual	23	24,2
	Heterossexual	32	33,7
	Outra	1	1,1
	Total	95	100
<i>Identidade de gênero</i>	Travesti	0	0
	Mulher/Transgênero	2	2,1
	Mulher/Cisgênero	46	48,4
	Homem/Transgênero	0	0
	Homem/Cisgênero	38	40
	Outra	9	9,5
	Total	95	100
	Preto	20	21,1

<i>Autoidentificação de raça</i>	Pardo	40	42,1
	Branco	34	35,8
	Indígena	1	1,1
	Outra	0	0
	Total	95	100
<i>Idade</i>	18-23	19	20
	24-29	44	46,3
	30-35	20	21,1
	36-40	9	9,5
	Acima de 40	3	3,2
	Total	95	100
<i>Religião</i>	Candomblé	2	2,1
	Umbanda	0	0
	Espiritismo	4	4,2
	Catolicismo	40	42,1
	Protestantismo	12	12,6
	Outra	5	5,3
	Nenhuma	32	33,7
	Total	95	100
<i>Renda familiar mensal (R\$ 1. 145, 00)</i>	Menor	14	14,7
	Um salário mínimo	22	23,2
	Maior	59	62,1
	Total	95	100
<i>Grau de escolarização</i>	Fundamental completo	0	0
	Fundamental incompleto	0	0
	Ensino médio completo	7	7,4
	Ensino médio incompleto	1	1,1
	Ensino superior completo	18	18,9
	Ensino superior incompleto	29	30,5
	Pós-graduação concluída	23	24,2
	Pós-graduação em andamento	17	17,9
	Total	95	100
<i>Área de atuação ou ocupação</i>	Profissional da Educação	40	42,1
	Ciências da Saúde e Sociais	12	12,6
	Mídia e Arte	5	5,2
	Estudos em andamento	20	21,0
	Outra	18	18,9
	Total	95	100
<i>Região intermediária da Paraíba em que reside</i>	Campina Grande	11	11,5
	João Pessoa	79	83,1
	Patos	2	2,10
	Souza-Cajazeiras	0	0
	Fora da Paraíba	4	4,2
	Total	95	100
<i>Participante de movimento social</i>	Sim	7	8,53
	Não	75	91,46
	Total	82	100

Fonte: O autor

O quadro expõe uma série de células que poderiam nos levar a diferentes lugares, mas essas células apenas compõem o formulário de triagem de informações a respeito daquela/es que selecionamos para compor nosso grupo de juízas/es. Pela dimensão de parâmetros e quantidade de respondentes, tornar-se-ia inviável convidar todas/os as/os informantes para serem participantes da investigação que nos empreendemos a fazer, uma vez que nosso estudo não é de larga escala e pela natureza de nossa pesquisa decidimos trabalhar com 20 participantes: 10 *LGBTQIA+* e 10 *Cis/Héteros*, uma vez que está na média de participantes totais das pesquisas com as quais tivemos contato e que também compõem as discussões destes escritos.

Os 20 participantes responderam ao questionário de preferência linguística e ao teste atitudinal, mas apenas os *LGBTQIA+* participam da entrevista semiestruturada sobre o uso da linguagem do grupo *LGBTQIA+*, seus desdobramentos e atitudes diretas. Dito isso, apesar de não controlarmos todas as células, é válido indicar que o interesse pelo estudo de cunho sociolinguístico nos faz enxergar uma gama de possibilidades em meio a tantas variáveis e realidades, isso pode nos deixar deslumbrados com a riqueza de dados possíveis, como aponta Tarallo (1986). Nesse sentido, “tudo se torna subitamente tão interessante que você se inclinará a abrir o leque de opções o máximo possível e a propor projetos de dimensões astronômicas” (TARALLO, 1986, p. 28). Entretanto, como nos orienta o autor: tomemos cuidado. Afinal, o controle de certas medidas é que nos permite interpretações e inferências mais assertivas e situadas.

Portanto, decidimos focar nas células de orientação sexual e identidade de gênero, para selecionarmos os participantes da pesquisa, considerando os demais fatores como critério de seleção final. Desse modo, entre um homossexual cisgênero branco e um homossexual cisgênero preto, optamos pelo segundo, com a finalidade de dar espaço e voz para os corpos daqueles que necessitam ainda mais estarem erguendo a língua como mais um de seus instrumentos de batalha social.

Ainda que esses fatores (etnia, grau de escolarização, status econômico, etc.) não sejam nossas células de maior interesse, não podemos desconsiderar a intersecção das identidades, onde a mulher, por exemplo, não é só transgênero, ela também pode estar em vulnerabilidade tanto social quanto econômica. Ainda que não possamos descortinar todas as realidades, evidenciar as heterogeneidades marginalizadas é uma bandeira da investigação aqui engendrada.

3.1.2 Participantes da pesquisa

No quadro abaixo, apresentamos o perfil dos informantes que selecionamos para serem participantes da pesquisa. Para tanto, excluímos da listagem anterior aqueles/as informantes que tivessem contato direto ou, relevantemente, indireto conosco, pois acreditamos que o distanciamento daqueles/as que conhecem nossas crenças e partilham conosco de ideais semelhantes ou próximos favorece a busca por padrões regulares das opiniões, valores e avaliações que perpetram nossa sociedade. Além dos conhecidos – próximos ou não – também excluímos, obviamente, aqueles que não dispuseram de nenhum contato, fosse telefone ou e-mail. Abaixo, constam os dados dos/as nossos/as participantes:

Tabela 6 - Perfil dos/as participantes LGBTQIA+ e Cis/Héteros

VARIÁVEL	CÉLULAS	QUANTIDADE	%
<i>Orientação sexual</i>	Homossexual	5	25
	Bissexual	4	20
	Heterossexual	11	55
	Total	20	100
<i>Identidade de gênero</i>	Mulher/Transgênero	1	5
	Mulher/Cisgênero	9	45
	Homem/Cisgênero	9	45
	Outra	1	5
	Total	20	100
<i>Autoidentificação de raça</i>	Preto	8	40
	Pardo	6	30
	Branco	6	30
	Total	20	100
<i>Faixa etária</i>	18-23	6	30
	24-29	8	40
	30-35	4	20
	36-40	2	10
	Total	20	100
<i>Religião</i>	Candomblé	1	5
	Espiritismo	1	5
	Catolicismo	7	35
	Protestantismo	5	25
	Nenhuma	6	30
	Total	20	100
<i>Renda familiar</i>	Menor	3	15
	Um salário mínimo	2	10
	Maior	15	75
	Total	20	100
<i>Grau de escolarização</i>	Ensino médio completo	3	15
	Ensino superior completo	5	25
	Ensino superior incompleto	7	35

	Pós-graduação concluída	3	15
	Pós-graduação em andamento	2	10
	Total	20	100
	Educação	9	45
<i>Área de formação ou ocupação</i>	Mídia e Sociedade	6	30
	Outra	5	25
	Total	20	100
	Educação	9	45
<i>Região intermediária da Paraíba em que reside</i>	João Pessoa	15	75
	Campina Grande	5	25
	Total	20	100
	Total	20	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Como já mencionamos, não iremos controlar a percepção a partir de cada célula, mas compreendemos como positiva a apresentação do perfil social dos participantes, pois consideramos a intersecção das identidades sexuais e de gênero imbuídas das outras formas de ser e estar no mundo. Dito isso, selecionamos 10 sujeitos Cis/Héteros, sendo 05 do gênero feminino e 05 do gênero masculino, pois, a partir dos parâmetros de exclusão foram os que restaram. Para tanto, todos/as concordaram com os procedimentos da investigação mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (cf. APÊNDICE B).

O grupo LGBTQIA+ mostrou-se mais complexo para a seleção dos participantes, pois apesar de partirmos dos mesmos parâmetros de exclusão, o grupo indicava um maior quantitativo de informantes e com células divergentes. Então, diante dos 26 informantes, fomos realizando contato com informantes, para averiguar a disponibilidade, o que nos possibilitou constituir o seguinte grupo de participantes: 1) resguardamos a participação da única transexual, 2) de uma mulher lésbica, 3) de participante que indicou ser bissexual e assinalou a opção “outro” em identidade de gênero, 4) três mulheres bissexuais e 5) quatro homens homossexuais, buscando tornar esse grupo heterogêneo, na medida do possível, e que também concordaram mediante TCLE.

Feito isso, constituímos o grupo de sujeitos LGBTQIA+ participantes de nossa investigação, os quais, junto aos Cis/Héteros, responderam questionários, avaliaram a fala dos nossos colaboradores, mas apenas o primeiro grupo cedeu entrevistas semiestruturadas. E, salientamos que o programa *Excel* auxiliou, significativamente, na organização dos dados dos/as informantes, para que pudéssemos filtrar informações e traçar o perfil dos/as participantes. Ademais, a produção, conteúdo e objetivo dos instrumentos da investigação você acompanha a seguir.

3.1.3 Instrumentos de pesquisa²⁴

A investigação que empreendemos parece-nos considerar o escopo das pesquisas que fazem levantamento de opinião e comumente apontadas como *survey*, que é uma pesquisa descritiva bastante comum nos estudos sociais e educacionais, conforme Paiva (2019), que aponta como “[...] são muito comuns as pesquisas de opinião públicas sobre eleições cujos dados são coletados por meio de entrevistas com uma amostragem dos eleitores” (PAIVA, 2019, p. 50).

Dito isso, ressaltamos que esse tipo de pesquisa descritiva lança mão de recursos como questionários e entrevistas. Nesta seção, iremos detalhar a produção dos instrumentos que possibilitaram mapear e gerar os dados da pesquisa. Nosso primeiro instrumento foi um **formulário** com perguntas previamente formuladas e que não garantiriam o anonimato (GIL, 2002), questão necessária para termos acesso a contatos telefônicos ou de correio eletrônico, com a finalidade de desenvolvermos a pesquisa. Tal formulário foi produzido com a intenção de reunir possíveis participantes para a pesquisa e que se fez como uma espécie de senso sociodemográfico, onde nos ocupamos de perguntas de ordem etária, sexual, étnica, econômica, etc., tendo os resultados expostos na seção anterior e consolidando nossa tarefa 01 (cf. Quadro 05 e Tabela 05).

Paralelamente, fomos a campo coletar a fala dos sujeitos que nomeamos de colaboradores, os quais foram convidados a ceder uma **entrevista** – técnica que envolve situação face a face (GIL, 2002) – que elaboramos nos moldes labovianos (cf. APÊNDICE C). Portanto, as perguntas ambientaram-se em temas como infância, período de escolarização, relação familiar e medo da morte, mas também verticalizando tais questões com a *LGBTfobia*, identidade LGBTQIA+, bem como a linguagem da comunidade. Isso foi feito para que pudéssemos elaborar um teste para mapeamento das atitudes de LGBTQIA+ e Cis/Héteros quando postos na posição de juízas/es. Exposto isso, a fala coletada dos colaboradores consolidam nossa tarefa 02 (cf. Quadro 05).

Já para a tarefa 03 e 04 (cf. Quadro 05), lançamos mão do **questionário** (cf. APÊNDICE D) que é um instrumento respondido pelo próprio pesquisado (GIL, 2002). O questionário teve duas seções: a primeira para a tarefa 03, considerando a possibilidade de medir a preferência de uso linguístico por parte dos/as participantes, selecionamos fenômenos indicados pelas

²⁴ Formulário, questionários e testes de percepção foram produzidos a partir do *Google Forms*. Recurso digital que muito colaborou com nossa investigação, não só por sua praticidade, mas por força da pandemia mundial do novo coronavírus que resultou na Covid-19 e, no Brasil, ceifou a vida de inúmeros brasileiros/as.

pesquisas sociolinguísticas de teor queer que apontamos em subseções do capítulo um. Para a tarefa seguinte, temos o objetivo de mapear a atitude dos grupos participantes diante da fala de pessoas LGBTQIA+, e para isso nos orientamos pelos questionários de Oushiro (2015) e de Cardoso (2015), mas verticalizado para nosso tema em específico, utilizando de parâmetros de teste de percepção.

Por fim, temos a tarefa 05, direcionada para a coleta de **depoimentos**/narrativas (PAIVA, 2019) dos sujeitos LGBTQIA+, tal tarefa foi organizada a partir das perguntas propostas por Moraes e Lima (2019) e organizadas em blocos para fins de análise, a partir das proposições de Corbari (2013). Essa tarefa teve a finalidade de dar espaço mais unânime para LGBTQIA+ que estivessem interessados em participar mediante depoimentos guiados por perguntas, estritamente, sobre atitudes linguísticas. Abaixo, vejamos os blocos e a distribuição de perguntas:

Quadro 7 - Blocos de perguntas para LGBTQIA+

DIVISÃO DO BLOCOS	
<i>Bloco 01 – Sentimentos em relação a sua própria fala</i>	
Questão 01	Você acha que seu modo de falar soa como de uma pessoa LGBTQIA+?
Questão 02	Como LGBTQIA+, há algo que você gosta ou não no seu modo de falar?
<i>Bloco 02 – Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico</i>	
Questão 03	Você considera que tem domínio/conhecimento da linguagem da comunidade LGBTQIA+? Se sim, qual?
Questão 04	O que você acha sobre saber ou não a linguagem LGBTQIA+?
<i>Bloco 03 – Descrição e avaliação feitas pelo interlocutor</i>	
Questão 05	Quando você conversa com pessoas desconhecidas, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar que possa remeter a ser LGBTQIA+?
Questão 06	Alguém já criticou, elogiou, riu e/ou comentou a respeito da sua forma de falar não parecer cis/heterossexual?
<i>Bloco 04 – Tendência de reação do informante</i>	
Questão 07	Você já tentou evitar ou usar marcas linguísticas LGBTQIA+ para se adaptar ao seu entorno?
<i>Bloco 05 – Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico</i>	
Questão 08	Você acha que pessoas LGBTQIA+ são julgadas pela forma que falam?
Questão 09	Alguém já lhe julgou por algum uso linguístico LGBTQIA+?
<i>Bloco 06 – Consciência e avaliação da diversidade linguística</i>	
Questão 10	Você se identifica, linguisticamente, com outros sujeitos LGBTQIA+?
Questão 11	Você acha o pajubá um conjunto de variedades bonitas, melhores, importantes?
Questão 12	Você acredita que a linguagem LGBTQIA+ pode ser um assunto para se refletir na sala de aula junto a estudantes?

Fonte: O autor, a partir das proposições de Moraes e Lima (2019).

Para a coleta de áudios, utilizamos de um (01) smartphone Xiaomi modelo *Redmi Note 8*, um (01) *tablet* Samsung modelo *Galaxy Tab A6* e um (01) fone de ouvido modelo comum/popular para celulares, e para as gravações utilizamos do aplicativo *Podbean*, disponível na *Play Store*, o qual é propício para a gravação de podcasts e se mostrou significativo na captação das falas dos/as nossos/as colaboradores/as. Por fim, para os depoimentos dos/as participantes da tarefa 05, utilizamos da plataforma *Google Meet* (alguns participantes optaram por responder às perguntas por escrito via *Forms*) para as entrevistas que precisaram ser realizadas de forma remota, tanto por força da pandemia do novo coronavírus, quanto por questões de distanciamento geográfico.

Feitas essas explanações, e antes de adentrarmos nas discussões sobre os dados obtidos, consideramos importante ressaltar algo apontado por Borges Neto (2006) em uma entrevista, na qual lhe perguntam quais os desafios para a linguística do século 21, e ele diz ser o desafio da tolerância crítica. Para além disso, diz o seguinte:

Não tem ninguém burro fazendo linguística (sic), não tem nenhum idiota envolvido com funcionalismo ou com formalismo, e se alguém acha interessante trabalhar com determinado assunto, a gente tem que respeitar o quanto possível, ler e entender, compreender o ponto de vista do outro (BORGES NETO, 2006, p. 50).

Nesse sentido, não se trata apenas de adjetivar se o que estamos nos propondo a fazer é formal ou funcional, mas de pensar em sua relevância para a compreensão de um recorte sobre a linguagem, ainda que ínfimo, não só porque nos interessa particularmente, mas porque agrega conhecimento para nós e para todos que buscarem compreender. É preciso sempre lembrarmos que a linguagem é um fenômeno de mistas faces e não precisamos de hiperteorias que consolidem ou ascendam a linguística como ciência, pois a linguagem não cabe nas gavetas, não se limita às poltronas de escritório ou é manipulável por meio de tubos em laboratório porque a linguagem está fora disso tudo e ao mesmo tempo emaranhada em tudo isso. Portanto, faz-se necessário o abandono de uma visão, exclusivamente, utilitarista da ciência.

CAPÍTULO 4 – BABADO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

“As modificações cruciais que são aqui sublinhadas com insistência não devem fazer perder de vista as amplas correntes de continuidade que se perpetuaram e asseguraram a identidade [...]”
- Gilles Lipovetsky (2009, p. 27).

Neste capítulo, iremos apresentar um panorama de análises que considera avaliações que sopesam a intersecção do social e do linguístico, resultando em um objeto que vise auxiliar na interpretação de outros contextos em que os marcadores sociais da diferença – especialmente os que tangem aos domínios de gênero e sexualidade – alinham-se com diferentes indicadores linguísticos. Para tanto, dividimos as análises deste capítulo em seções.

4.1 A linguagem da diversidade como opção de uso

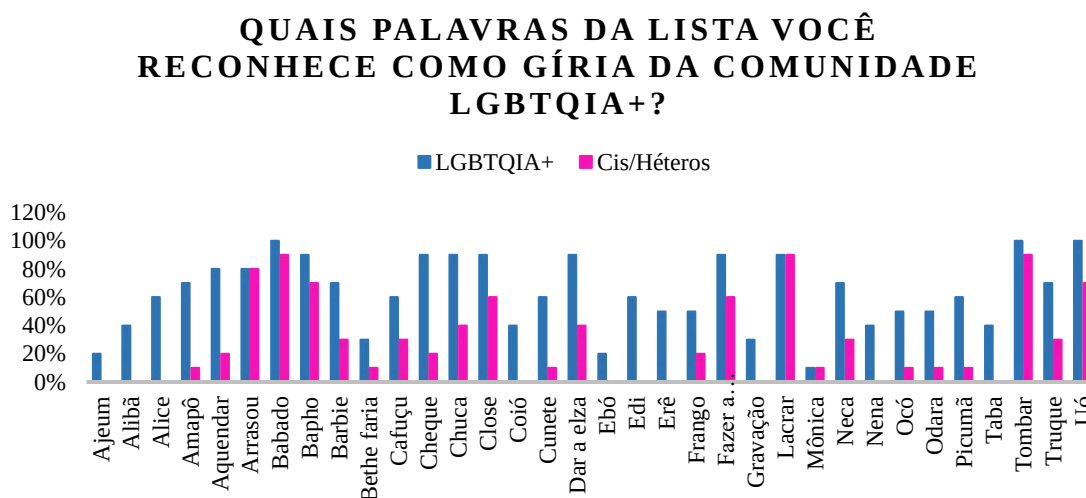
Nesta seção, iremos identificar a preferência de uso acerca de alguns itens linguísticos já investigados e que resultaram das diferentes pesquisas que explanamos no capítulo um. Dito isso, a análise tentará reconhecer em que medida falantes divididos em LGBTQIA+ e Cis/Héteros têm preferência por marcas linguísticas que são associadas à comunidade em estudo, considerando que suas posições possam resultar do entendimento, ainda que inconsciente, de que traços linguísticos podem indexicalizar identidades sociais, conforme indica Mendes (2011).

Nessa direção, nossos corpos são indissociáveis das ações de verbalizar e semiotizar, logo, concordamos com Camargos:

Deixemos então nossos corpos sem algemas escandalizarem pelas f(r)estas das avenidas e ruas, mesmo que seja de forma inocente ou indecente. Deixemos nossas palavras saírem livres para dialogar com a vida, com o outro. Deixemos, enfim, o amor nos levar a um futuro, a um sonho, sem medos, sem hipocrisias e com mais poesia e sabedoria (CAMARGOS, 2018, p. 434).

Mediante o autor, nossos corpos podem escandalizar numa leitura inocente ou indecente, na qual os registros linguísticos são materialidades passíveis de identificação e que funcionam como um *continuum* de prática e saberes, o qual, conforme Lopes (2014), atualiza, de modo constante, o aparato cultural e as formas de compreender em nossa sociedade.

Exposto isso, iremos iniciar pelas marcas lexicais, as quais compuseram nosso questionário a partir das coletas de Barroso (2017). Então, consultamos as análises e apêndices da dissertação do autor e fizemos uma seleção dos itens linguísticos recorrentes. A partir da coleta, temos os resultados a seguir:

Gráfico 1 - Reconhecimento de gírias da comunidade LGBTQIA+

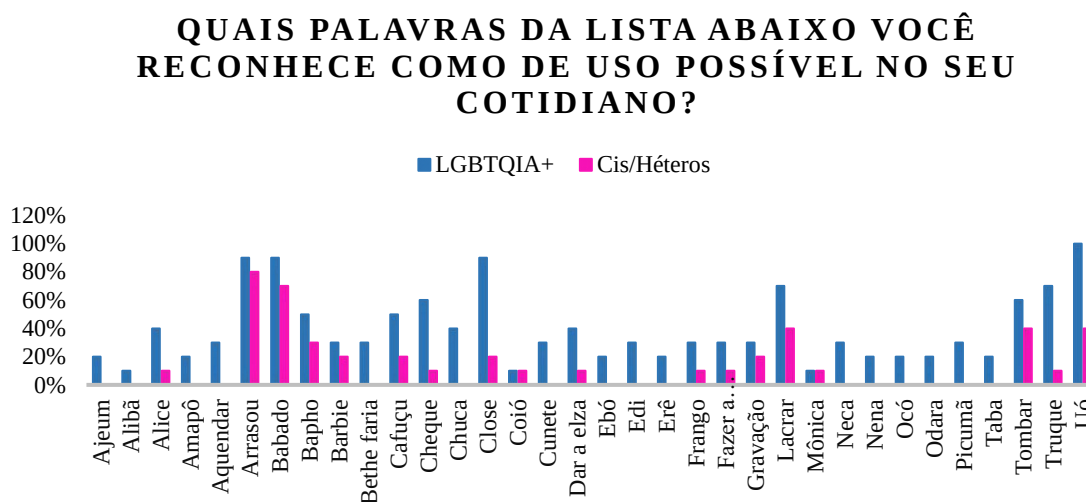
Fonte: dados da pesquisa (2022)

Diante do questionamento sobre reconhecimento de gírias da comunidade LGBTQIA+, obviamente, sujeitos da comunidade em estudo irão demonstrar percentuais maiores. Entretanto, é válido refletirmos sobre o alcance desses vocábulos para que possamos mensurar se estão migrando para a linguagem comum ou permanecem restritos ao grupo LGBTQIA+. Dito, isso, de acordo com o Gráfico (01), os itens *ajeum*, *alibã*, *coió*, *ebó*, *edi*, *erê*, *nena*, e *taba* – com porcentagem entre 20% e 60% - são os indicados apenas por LGBTQIA+, sugerindo que esses termos são mais restritos a esses sujeitos, mas não de conhecimento de todos/as os/as participantes.

Todavia, algo que não deixa de ser comum, haja vista esses recursos linguísticos serem compartilhados entre esses sujeitos em meio a comunidades de prática de atividades marginalizadas: prostituição, consumo de drogas ilícitas, localidades periféricas e por meio de redes sociais “imorais”. Além disso, linguisticamente, essas gírias indicadas estritamente por LGBTQIA+ são marcadas como de origem iorubá ou tupi, conforme Barroso (2017). Então, as que têm raiz mais distinta do português são mais restritas do que aquelas que têm sua semanticidade ampliada; já as que fogem à regra, como é o caso de *neca* e *aquendar*, é por força da midiaticização (PRETI, 1984), uma vez que o levante midiático da comunidade LGBTQIA+ na última década é inegável, logo, recursos linguísticos expressivos acabam sendo alvos de “curiosos”, quando utilizados por LGBTQIA+ em entrevistas, letras de canção, em *posts* na internet, etc.

Apesar do reconhecimento, isso não determina o uso dessas gírias. Considerando o *corpus* que reproduzimos, é possível lançarmos um olhar que nos oportunize observar as gírias que estão na ala de **gírias comuns** e na ala de **gírias restritas**, como já apontara Preti (2010). Para tanto, vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Reconhecimento do uso de gírias da comunidade LGBTQIA+



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Conforme o Gráfico (02), as gírias *ajeum*, *alibã*, *amapô*, *aquendar*, *Beth faria*, *chuca*, *cunete*, *dar a elza*, *ebó*, *edi*, *erê*, *neca*, *nena*, *ocó*, *odara*, *picumã*, e *taba* são reconhecidas como de uso cotidiano apenas pelos participantes LGBTQIA+. Entretanto, não são todos que indicam fazer uso de tais recursos, isso pode se dar por menor proximidade com comunidades de prática que apresentem maior frequência de uso desses registros linguísticos. Afinal, são gírias que também estão no campo mais restrito da linguagem e que funcionam na dinâmica social das comunidades de prática LGBTQIA+.

Algo interessante foi a posição de alguns cis/héteros masculinos, uma vez que indicaram como de uso possível os seguintes termos: *alice*, *frango* e *gravação*, os quais devem ter considerado em sentido literal e não metaforizado, ainda que informados de que se tratara de uma pesquisa sobre linguagem e identidade de sujeitos LGBTQIA+. Apesar desse uso, não podemos nem devemos considerar que aqueles/as que fazem tal uso estão incorporando em seu idioleto registros de práticas LGBTQIA+, haja vista esses termos serem correntes na linguagem geral e LGBTQIA+ alterarem seus significados no seio de suas práticas linguísticas.

Essas alterações de significado, adoção, empréstimos e criações linguísticas ocorrem pelo seguinte: “se uma classe marginalizada se sente hostilizada em sua maneira de falar, pensar

e agir, é óbvio que seu sistema de defesa será ativado, e, assim, vai procurar uma outra forma de sair do universo invisível [...]” (BARROSO, 2017, p. 95-96). Desse modo, quando um grupo é alvo de discriminação social, também utiliza de códigos linguísticos para construir ações de resistência e se colocar em destaque.

Ao observarmos as gírias indicadas pelos dois grupos de participantes, identificamos itens como *babado*, *bapho*, *lacrar* e *tombar*, que têm seus significados indo do concreto para o abstrato em sentido de ação positiva, nessa reconfiguração de sentido positivo temos o verbo *arrasar*, o qual deixa de remeter a algo triste/cabisbaixo. Além disso, temos expressões como *dar a Elza* e *fazer a egípcia*, em que os verbos “dar” e “fazer” são caracterizados, por Barroso (2017), como modalizadores discursivos, favorecendo outras expressões como *dar close* e *dar o truque* e expressões antroponímias: *fazer a Katia*, *fazer a Glória*, *fazer a Sheila*, etc.

Uma observação relevante é que o reconhecimento do uso desses registros no cotidiano é mais indicado por participantes cis/hétero do gênero feminino. Acreditamos que isso ocorra pelo compartilhamento de pautas entre mulheres cis/hétero e gays, lésbicas, travestis, por exemplo, em combate ao machismo e aos ideais sexistas que inferiorizam e subalternizam seus corpos e violentam suas vidas. Logo, podemos refletir sobre um paralelo de libertação, onde cis/héteros femininas lutam contra a misoginia e pessoas LGBTQIA+ contra a LGBTfobia, dialogando as agendas LGBTQIA+ e Feminista, onde as cis/héteros têm atitudes mais positivas em relação a usos marcados como LGBTQIA+.

Exposto isso, e mediante os dados coletados, identificamos um uso compartilhado desses itens linguísticos, os quais devem estar migrando para o grupo de gírias comuns. E, assim como mencionamos sobre o reconhecimento de gírias típicas da comunidade LGBTQIA+ no Gráfico (01), entendemos que a adoção de tais recursos, por parte dos/as que não compõem a comunidade, ocorre por força midiática. Por isso, concordamos com o seguinte:

[...] a evolução social, o progresso, o desenvolvimento dos meios de comunicação em geral levam a uma tendência unificadora da linguagem, a partir da influência que se irradia dos grandes centros urbanos. Dentro dessa linha, observamos que a linguagem dos grupos restritos (marginais, estudantes universitários, etc) acaba por divulgar-se em curto espaço de tempo, através da ação da imprensa, da TV, do rádio, da música e literatura populares etc (PRETI, 1984, p. 19).

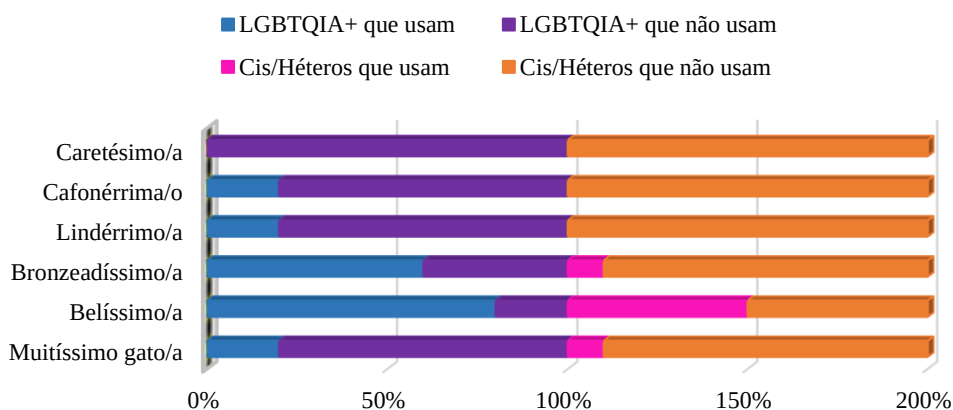
Como indica o autor, os grandes centros urbanos exercem influência no desenvolvimento dos meios de comunicação. Assim, é válido mencionar que parcela considerável dos participantes residem em João Pessoa e Campina Grande – municípios de grande representação econômica, acadêmica e cultural no estado da Paraíba. Na década de 80, o autor atribuía papel importante à televisão e ao rádio acerca da popularização dos vocábulos

gírios, mas, hoje, a internet exerce esse papel com maior afinco, uma vez que possibilita o acesso a diferentes mídias, inclusive sites que objetivam “ensinar” gírias da comunidade LGBTQIA+, além de vídeos disponíveis em plataformas digitais, comentários em redes sociais, a exemplo do Facebook, etc. As gírias, no século da mídia digital, podem ter seu valor tão efêmero quanto a moda, bordões de novela e *memes* da internet.

Nesse sentido, entendemos, conforme esse mesmo autor, que a gíria vive etapas semânticas, uma vez que causas socioculturais levam termos de uso fechado a serem vocábulos populares, sendo descaracterizados e perdendo sua identidade semântica original ou atribuída. Desse modo, não basta marcar conflitos no sistema linguístico apenas no nível lexical, pois é um signo bastante acessível e que pode facilmente passar a ser do conhecimento daqueles/as que não compõem o grupo da diversidade sexual e de gênero. Logo, faz-se necessária uma busca por usos performáticos em outras instâncias do sistema linguístico, como podemos observar o aspecto morfológico no gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Preferência por marcador de intensidade

**A PARTIR DAS OPÇÕES,
QUAIS VOCÊ USA E QUAIS NÃO USA?**



Fonte: dados da pesquisa (2022)

No Gráfico (03), temos os resultados coletados considerando o uso dos sufixos superlativos absolutos sintéticos {-íssimo/a, -érrimo/a, -ésimo/a}²⁵. Para esse momento do questionário, partimos dos dados presentes na dissertação de Félix (2016), onde identificamos alguns usos que não são reconhecidos pela GN. O item *caretésimo* é um uso mais marcado do

²⁵ Esse nível linguístico foi analisado a partir dos itens da investigação de Félix (2016), logo, há limitações no sentido do próprio léxico, uma vez que os termos em si podem não ser correntes na linguagem cotidiana dos/as participantes, considerando que não analisaram estritamente o uso ou não dos elementos mórficos.

que “muito careta”, como indica esse mesmo autor. Esse recurso linguístico foi indicando por LGBTQIA+ e Cis/Héteros como itens que não estão presentes em suas comunicações cotidianas, o que podemos pensar que seja por sua construção mais complexa ou por ser uma derivação sufixal pouco convencional, onde o uso de {-ésimo/a} não é comum em formas derivadas, como é o caso de {-íssimo/a}.

Além disso, LGBTQIA+, ainda que tenham suas identidades sexuais e de gênero mais marcadas socialmente, não deixam de serem atores da trama nacional e local de teor conservador na qual vivemos, onde o tradicionalismo é característico em diferentes espaços, instituições, meios de comunicação, etc., bem como esses itens performáticos não são categóricos em relação aos usos linguísticos de todo/a LGBTQIA+.

Diferentemente de *cafonérrimo/o*, em que Cis/Héteros negam totalmente o uso dessa estrutura, mas o grupo LGBTQIA+ não é categórico e 20% indicam fazer uso do item linguístico em questão. Essa tendência transgressora, apesar de não ser de uso geral dos LGBTQIA+, é uma possibilidade de marcar conflitos por parte de alguns sujeitos desse grupo e o mesmo ocorre em relação ao item *lindérrimo/a*, pois Cis/Héteros posicionam categoricamente o não uso desse item, privilegiando o uso da forma tradicional “muito lindo”, mas 20% dos/as LGBTQIA+ adicionam o item sufixado como opção de uso cotidiano. Assim, as formas marcadas por {-érrimo/a} são indicadas como menos comuns no falar dessas pessoas, mas estão presentes na daquelas que se declaram LGBTQIA+ e isso deve ocorrer porque “[...] a comunidade LGBT ainda sofre uma forte repressão pela sociedade” (FÉLIX, 2016, p. 76), utilizando esses registros para o efeito espada/escudo.

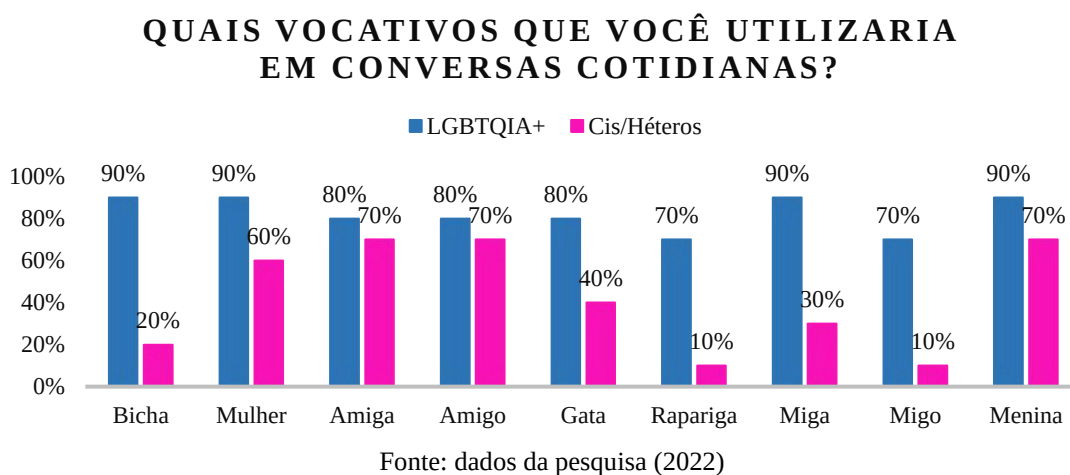
Por fim, os itens *bronzeadíssimo/a*, *belíssimo/a* e *multíssimo gato/a* têm seu percentual de indicação de uso elevado por parte de LGBTQIA+, em que a sufixação de bronzeador/a e belo/a apontam 60% e 80%, respectivamente. E, entre Cis/Héteros, temos apenas 10% e 50%, respectivamente, indicando uso de tais fenômenos. Logo, Cis/Héteros dão preferência às formas acompanhadas por advérbios para indicar intensidade, a exemplo de “muito”, bastante corrente.

Inclusive, essa forma é categorizada pela GN em duas classes de palavras: pronomes e advérbios. No último item do gráfico, identificamos que o advérbio é quem passa pelo processo de sufixação, funcionando em “alto grau”, sendo pouco convencional, mas considerado como usual por 20% dos LGBTQIA+ e não usual por 90% dos Cis/Héteros. Na direção dessas análises, podemos perceber, conforme Félix (2016), que o uso do sufixo {-íssimo/a} em itens mais inesperados é mais marcado do que naqueles itens mais frequentemente superlativados.

Para além dessas questões, é válido indicar que *bronzeadíssimo/a* foi indicado como usual no grupo Cis/Hétero por alguém de gênero feminino e *muííssimo gato/a* por alguém do gênero masculino do mesmo grupo. Essas indicações de uso demonstram que não devemos ser categóricos com esses itens linguísticos tidos como estilísticos, pois diferentes questões atravessam tais usos, a exemplo da variável rede social, uma vez que esses falantes podem ter amigos/as da comunidade LGBTQIA+, serem simpatizantes do movimento, etc. Além disso, como já mencionamos, a mídia exerce seu papel nas influências linguísticas, especialmente, no contexto digital da contemporaneidade, em que a internet tem forte papel midiático, sendo recurso da publicidade, por exemplo.

Após a análise de itens mórficos, podemos nos debruçar sobre aqueles itens linguísticos que trabalham no plano da sentença, trabalhando periférico à oração em função apelativa de 2ª pessoa, auxiliando na troca de turnos, por exemplo. Trata-se do vocativo, item gramatical pouco investigado no seio das discussões linguísticas nacionais e, especificamente, da Sociolinguística. Para tanto, selecionamos os vocativos coletados por Nogueira (2019) e que nossos participantes indicaram o uso da seguinte forma:

Gráfico 4 - Preferência de vocativos associados às práticas de LGBTQIA+



Ao observarmos o Gráfico (04), identificamos que os LGBTQIA+ lideram o uso dos itens indicados. Os vocativos *bicha*, *mulher*, *amiga* e *gata* estão entre os mais frequentes na pesquisa de Nogueira (2019), sendo indicados por nossos participantes LGBTQIA+ como de uso corrente em suas comunicações cotidianas, mas *bicha* guarda maior marcação LGBTQIA+ do que os demais, corroborando a análise da autora, junto ao correlato *viado*, de que esses vocativos reafirmam as identidades desviantes no contexto da comunidade em estudo.

Mais uma vez, um informante do gênero masculino e outra do feminino do grupo Cis/Hétero indicaram uso do item *bicha*, acentuando nossa interpretação anterior de que não devemos ser categóricos em análises estilísticas, inclusive, como indica Freitag (2015, p. 39), generalizações são perigosas, ainda mais perigosas quando são “[...] as generalizações feitas a partir de resultados de sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos brasileiros”. Dito isso, ainda ressaltamos que os/as participantes que indicaram o uso de *bicha* não foram os/as mesmos/as que indicaram o uso de *bronzeadíssimo/a* e *muitíssimo gato/a*. Isso resguarda que os/as participantes vivenciam as dinâmicas de uso da língua de diferentes formas, as quais não estão engessadas nas variáveis, inclusive de sexo/gênero.

Vale a interpretação sobre o uso do termo *bicha*, o qual é tão comum e corriqueiro para LGBTQIA+, mas que por percepção comum é tão utilizado como insulto entre homens, seja numa espécie de “brincadeira” ou com intenção de atacar, verdadeiramente, suas masculinidades. A pesquisa que expomos de Souza-Silva, Dias & Bezerra (2021), sobre o uso de termos de chamamento em contexto escolar e seus níveis de agressividade em contexto escolar, indicou *bicha* como o mais frequente e entre os três tidos como mais agressivos. Logo, devemos estar conscientes que no interior das comunidades, especialmente as de prática, o termo *bicha* funciona com diferentes intenções, mas sempre associado e tendo como referência o sujeito homossexual, particularmente, afeminado.

De acordo com Green (2019), sobre esse termo não se sabe a origem exata, há a hipótese de que tenha aparecido no começo do século 20, bem como se acredita que seja uma adaptação do vocábulo francês “biche”, que significa corsa, feminino de veado. O termo “biche” também era usado para se referir a uma jovem mulher francesa. Já no contexto brasileiro, o item “biche”, que viraria “bicha”, seria usado no início do século 20 para designar prostitutas, especialmente, prostitutas afeminados. Dito isso, o termo está associado aos domínios do feminino, remetendo à fragilidade e passividade, características que são socialmente inferiorizadas e colocadas como opostas ao que é masculino, como discutimos a partir de Martins (2009).

A partir disso, fica em desataque que num movimento de “inversão performativa da injúria” (BUTLER, 1997 *apud* BORBA, 2020) LGBTQIA+ ressignificam seus chamamentos em símbolo de batalha e indignação social, como ocorre também com *viado*, *sapatão* e *travesti*. Nesse sentido, temos um mecanismo que indica a materialização linguística do efeito espada/escudo, bem como ocorreu com o termo *queer* no contexto estadunidense. Sobre essa ressignificação, acrescentamos o seguinte: “[...] uma estratégia de ressignificação que vira a ofensa do avesso, dobra-a sobre si e se apropria de seu poder político para produzir lugares de

identificação e aliança. Essas reapropriações de sentido são uma das principais estratégias de contestação *queer* [...]” (BORBA, 2020, p. 10, grifo do autor).

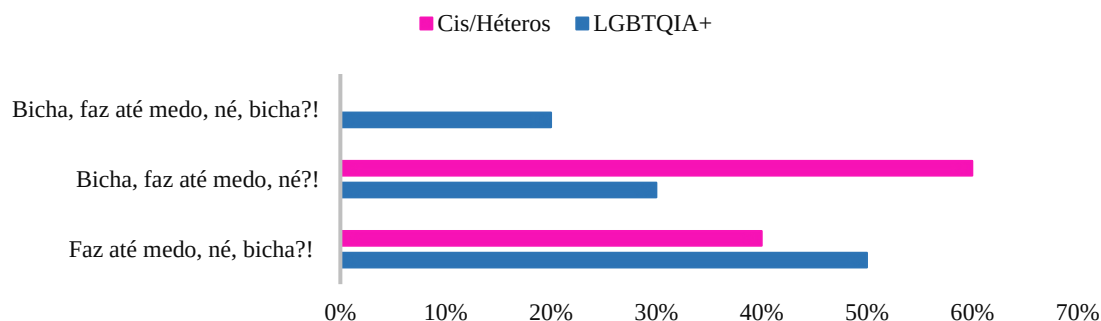
Nessa direção, acrescentamos que para além de reapropriar-se do termo, faz-se necessário que no interior da comunidade LGBTQIA+, especialmente entre homens gays, que o uso de *bicha* seja valorado para além de parâmetros de feminilidade, construindo entre cis/gays, que se identificam como “ másculos”, uma cultura de compreensão sobre a importância em não estereotipar o que seja ser bicha, pois não há hierarquia sexual entre ser bicha, viado, mona, gay, homossexual, etc., uma vez que esses termos foram criados para rotular uma questão geral: homens que sentem atração sexual por outros homens.

Outrossim, compreendemos que, como indica Trevisan (2018), por força da Aids – e a doença ter sido rotulada como “peste gay” – muitos queriam se distanciar da figura da bicha feminina, tão recorrente entre os anos 60 e 70. Entretanto, a diferença que existe entre esses rótulos é atributo social, resultado de diversas violências por força de diferentes questões, como a socioeconômica. Portanto, a ideia de que “existe o gay e existe a bicha” deve ser fortemente combatida no interior da comunidade, para que possamos dar um passo à frente no combate à discriminação.

Para além da preferência desses itens, podemos nos debruçar em relação às suas posições junto às orações. No estudo de Nogueira (2019), verifica-se maior ocorrência dos vocativos na posição final (44%), à direita; seguida pela posição inicial (19%), à esquerda; e dupla marcação (vocativo + oração + vocativo) como a menos usual (8%). A partir dos dados, a autora realiza uma comparação com uma pesquisa realizada por Juliana Costa Moreira acerca de um mapeamento da presença do vocativo no português brasileiro nos séculos 19 e 20, a partir de textos teatrais, com a finalidade de identificar uma possível tendência de mudança linguística.

Essa comparação aponta que é possível haver uma tendência geral de mudança linguística em relação ao posicionamento do vocativo na posição final junto à oração seguida da maior incidência de uso na posição inicial e em último a dupla marcação. Essa interpretação leva a autora a indicar que não há uma especificidade em relação ao posicionamento do vocativo na “fala gay”. Entretanto, parece-nos importante observar essa preferência em meio aos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero de nossa pesquisa. Para tanto, essas posições foram apresentadas aos/às participantes e obtivemos os seguintes dados:

Gráfico 5 - Preferência de localização do vocativo em sentença
OBSERVE AS SENTENÇAS E DETERMINE QUAL VOCÊ PREFERE



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Como podemos identificar no Gráfico (05), há LGBTQIA+ que indicam preferência nas três posições. Entretanto, 50% preferem a ordem em posição final junto à oração, pouco maior que os Cis/Héteros (40%); já em relação à ordem inversa, Cis/Héteros saem na frente, registrando 60% e LGBTQIA+ 30%. Logo, em relação às posições padrão e reconhecidas formalmente pela GN, os dois grupos guardam maior preferência por esses usos. Entretanto, 20% do grupo LGBTQIA+ (um gay e uma bissexual) indicou preferência pela dupla marcação, posição não reconhecida pela GN, afinal, para os preceitos desse antiquíssimo compêndio, marcar um item duas vezes seria algo desnecessário, mas “[...] o uso do duplo vocativo serve ao propósito comunicativo como recurso enfático [...]” (NOGUEIRA, 2019, p. 69).

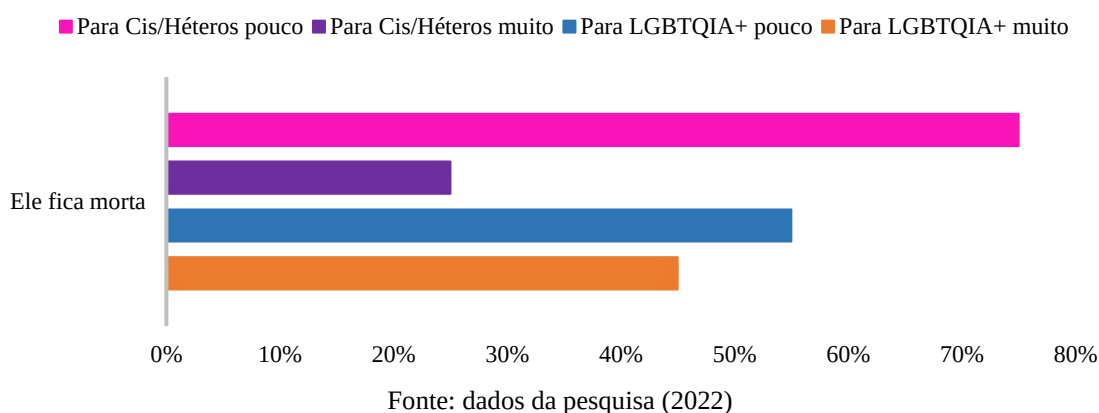
Portanto, a depender da intenção enunciativa do/a falante/escrevente, a ordem dos itens que compõem um enunciado pode ser modificada. Assim, caso o/a falante/escrevente tenha interesse em colocar em evidência mais o interlocutor do que o acontecimento, pode trazer o vocativo para a posição inicial junto à oração para que ganhe maior destaque do que o acontecimento, também podendo ocorrer ao contrário: para evidenciar mais o acontecimento do que o interlocutor, o/a falante/escrevente leva o vocativo para a posição final junto à oração, colocando a ação em destaque, por exemplo. Afinal, “[...] a escolha de perspectiva por um falante nunca é ingênua e sem significação” (CANÇADO, 2018, p. 50).

Portanto, é no jogo das atividades linguísticas que podemos mapear essas intenções discursivas, considerando variáveis diversas, como tópico da conversa, interlocutores, seus papéis sociais, etc. Todavia, de modo mais geral, podemos indicar que há LGBTQIA+ que optam por marcar como usual aqueles itens mais estigmatizados, consequentemente, tornando-os mais marcados.

Ao tratarmos de usos estigmatizados, os casos de concordância não padrão têm destaque. E, no estudo de Nogueira, um fenômeno de não concordância de gênero nos chamou a atenção: *ele fica morta*. Então, colocamos o fenômeno como item de verificação no questionário, interrogando sobre o nível de probabilidade de uso por parte dos grupos participantes e obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 6 - Probabilidade de uso de sentença não normativa

**QUAL A POSSIBILIDADE DE VOCÊ FAZER USO
DA SENTENÇA A SEGUIR SEM FAZER
ALTERAÇÕES?**



Mediante o Gráfico (06), identificamos que Cis/Héteros (75%) indicam pouca possibilidade para o uso de uma construção como a indicada, mas 45% do grupo LGBTQIA+ indica como um uso provável. Logo, é possível que sujeitos LGBTQIA+ “firam” mais a regra de concordância do gênero indicada pela GN. Além disso, vale indicar que três participantes cis/héteros (dois homens e uma mulher) compõem os 25% que indicaram possibilidade de uso, o que deve depender da dinâmica de suas vidas e relações sociais, logo, tal uso poderá ser possível para determinadas intenções, não colocando essa manifestação linguística como improvável.

As questões que envolvem o gênero gramatical e o gênero biopsicossocial aproximam-se enquanto manifestações de padrão binário, uma vez que, ainda que poucas palavras do português sejam relativas ao sexo em si, o gênero gramatical é posto em polo feminino e masculino, sendo aquele indicado por desinência no vocábulo ou por ser acompanhado de artigo “a” dentro da unidade sintática; já o masculino, marcado pelo artigo “o”, tem sua desinência indicada como não marcada, como diferentes gramáticos apontam. Entretanto, como é comumente compartilhado, o masculino está para “o” assim como feminino está para “a”. Inclusive, LGBTQIA+ utilizam desse recurso para “feminilizar” substantivos masculinos

próprios, por exemplo (A André, A Rubens ou Andreia, por exemplo em busca da forma feminina comum). Por isso, concordamos com Lucchesi (2021, s/p), em artigo publicado na *Roseta*:

[...] o fato de uma teoria linguística classificar o – o de menino como vogal temática não anula a percepção, geral no senso comum, de que esse – o expressa o gênero ‘biopsicossocial’ masculino, em oposição ao gênero ‘biopsicossocial’ feminino expresso por menina, muito menos as implicações ideológicas e simbólicas de adotar o gênero masculino como gênero ‘universal’. Ou seja, taxar o – o de vogal temática é apenas uma classificação gerada pela racionalidade da análise do linguista, não é uma característica imanente, objetiva de uma língua reificada.

Na direção dessas posições, adotar o gênero masculino como universal e marcador neutro não representa neutralidade alguma, pois essa posição é retrato de diferentes frentes, majoritariamente formada por homens, inclusive científica. É no contexto dessas discussões que linguistas de diferentes nichos teóricos têm se interessado pelas reivindicações de grupos LGBTQIA+ em relação à adoção da chamada “linguagem neutra”, a qual podemos melhor adjetivar como “não-binária”, questionando os padrões de masculino e feminino como parâmetros da própria categorização gramatical e de diversas análises linguísticas.

Posto isso, o jogo discursivo com as categorizações de feminino e masculino no contexto das práticas linguísticas de LGBTQIA+ é algo presente e, como indica Santana (2018), o gênero gramatical funciona como variável que compõe a identidade da linguagem de gays, sendo recursos comuns entre os mais jovens, em situações de alta descontração e maior grau de proximidade com os/as interlocutores/as. Para além disso, o autor deixa em destaque que as construções masculinas compõem o vernáculo dos gays por ele estudados, mas o feminino representa um estilo condicionado por fatores pragmáticos particulares e isso reflete o que o autor chama de **persona gay**, sendo uma das personalidades que compõem a identidade desses sujeitos. Entretanto, na perspectiva de identidade múltipla de Hall (2006), acreditamos que essa persona gay tem suas unidades características compartilhadas com outros sujeitos LGBTQIA+ e simpatizantes.

Nessa direção, acreditamos que essa discussão é valorosa, independente de concordarmos ou não, de nos filiarmos a uma perspectiva ou outra, pois o importante é que a discussão está em processo e não nos parece que irá cessar e cabe aos linguistas contribuírem, respeitosamente, com materiais que auxiliem na compreensão das benesses e entraves de modificações do sistema linguístico.

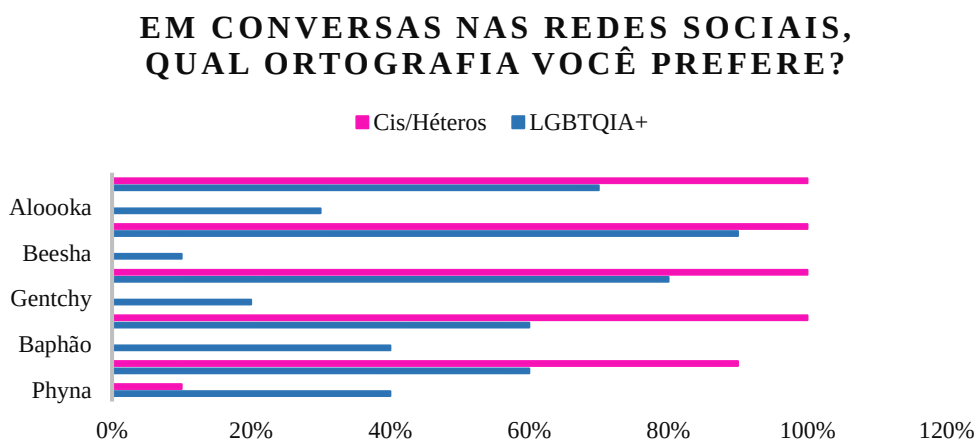
Contudo, podemos assumir o seguinte: vivemos numa sociedade machista e sexista, nesse caso, a linguagem revela isso, pois os jogos de poder e as práticas sociais existem porque

muitas ações se manifestam linguisticamente. Dito isso, cabe-nos questionar em que medida a mudança linguística reivindicada pelo levante de um grupo modifica o sistema social que é constituído por aqueles/as que ainda não se reconhecem como machistas e sexistas no país que registra números alarmantes de morte de mulheres e da população LGBTQIA+, especialmente de transexuais e travestis. Portanto, permanece a necessidade de se pensar tanto como a sociedade configura a língua quanto como a língua configura a sociedade.

Após tratarmos desses fenômenos que se manifestam estilisticamente a partir de conjunturas pragmáticas particulares, podemos lançar nosso olhar para questões ortográficas. A ortografia, junto às regras da GN, é um dos símbolos linguísticos mais avaliados pelos/as falantes/escreventes, uma vez que é muito comum que a ideia de erro de português seja aplicada a meros desvios ortográficos. Para compor o questionário, partimos de dados da pesquisa de Viana (2012), em que há registros ortográficos estilísticos presentes num blog na internet e que era destinado à comunidade gay.

Como posto pela autora, a entonação é uma das características da tida “fala gay”, mas quando estamos em contexto de escrita, os aspectos tonais e prosódicos não são contemplados pela ortografia, uma vez que a ortografia é uma criação humana que serve, ou passou a servir, aos propósitos, especialmente, de produção de textos formais a partir de uma língua oficial. Entretanto, a comunidade LGBTQIA+ pode estilizar a ortografia em meio as práticas linguísticas que realizam e isso é importante porque “[...] seguindo o padrão gramatical, poderemos contribuir, de forma significativa, para o seu processo de descaracterização” (VIANA, 2012, p. 80). Dito isso, apresentamos para os grupos de participantes algumas das formas ortográficas questionando a de sua preferência em conversas nas redes digitais, então, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 7 - Preferência ortográfica para conversas em redes digitais



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Com base no Gráfico (07), identificamos que o grupo Cis/Hétero tem preferência pela ortografia padrão, ainda que as conversas em redes digitais possam ser caracterizadas pela informalidade/coloquialidade, exceto por uma participante que indica preferir o uso de *phyna* em vez de *fina*. Já o grupo LGBTQIA+ apresenta entre 10% e 40% participantes que fazem uso das formas *aloooka*, *beesha*, *gentchy*, *baphão* e *phyna*. Desse modo, identificamos mais um reconhecimento de manifestações linguísticas que fogem ao padrão que funcionam e alimentam as identidades desses participantes em suas práticas linguísticas e que deve ficar mais evidente nas conversas com aqueles/as que têm mais intimidade.

Como podemos observar, a maioria dos LGBTQIA+ (40%) têm preferência pelo que Viana (2012) diz se tratar do **resgate de uma ortografia clássica**, caracterizado pelo uso do *ph*, desse modo, o segmento sonoro desvozeado [f] é grafado fora dos padrões ortográficos atualmente vigentes: *baphão* e *phyna*. Logo depois, temos *aloooka* indicando 30%, tendo como característica o **alongamento vocálico**, fenômeno que possibilita maior peso para a sílaba que passa a ser um alvo prosódico (MARTINS, 2006 *apud* VIANA, 2012). Ao manifestar um uso como esses nas redes digitais, LGBTQIA+ fogem aos padrões gramaticais, inclusive silábicos do português, uma vez que fazem uso de fenômenos semio-fonéticos que estilizam a linguagem por meio de alongamentos vocálicos, que funcionam como marcadores de um efeito de hiperbolização, conforme afirma Viana (2012). Dito isso, é válido apontar o que registra Viana (2012, p. 85):

Muitas vezes, ao invés de elogiar algo como interessante ou legal, alguns homossexuais preferem dizer que tal coisa é um ‘arraaaaso’, ‘baaaarbaro’ ou ‘magniiiiifico’, acentuando a sílaba tônica por meio da repetição de sua vogal. Em outros contextos, o alongamento deixa de ser utilizado na representação do exagero e passa a ser relacionado à maledicência, como podemos observar no termo ‘Beeznagueenha’. Nesse exemplo, o alongamento vocálico provoca uma manutenção da nasalização, o qual é comumente utilizado por gays masculinos para expressar algo impudente.

Após esse fenômeno, temos o *gentchy* que registra 20% de preferência de uso, tendo como característica a **marcação da africada** que, segundo Viana (2012), ocorre pela palatalização, nesse caso, do [t]. Para tal, os segmentos consonantais africados desvozeados [tʃ] são marcados utilizando como estratégia de escrita o padrão -tch ou -tsh, conforme indica a autora e acrescenta haver, também, a **marcação da fricativa desvozeada**, decorrente de uma marcação acentuada da fricativa alveopalatal. Portanto, marca-se ostensivamente esse segmento, como em *beesha*, e que registra 10% de preferência por parte do grupo LGBTQIA+.

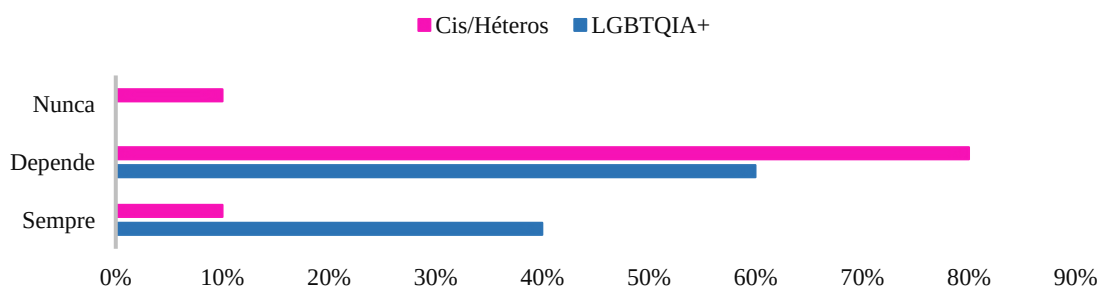
Essa estratégia de escrita fonética, apontada por Viana (2012) em meio as práticas linguísticas de homossexuais em um blog, podemos também conceber como escrita oralizada,

conforme indica Recuero (2014), ao afirmar que, com a apropriação do ciberespaço para práticas de conversação, a linguagem nesse contexto precisou ser adaptada, ou seja, necessitou-se da incorporação de formas para “[...] indicar elementos que são essenciais para a “tradução” da língua escrita em língua falada, como elementos de dimensão prosódica da fala [...]” (RECUERO, 2014, p. 46). Nessa direção, não se trata apenas de uma necessidade de sujeitos LGBTQIA+, mas, ao que parece, esses sujeitos extrapolam esse recurso, possibilitando que cada unidade gráfica, que reproduz determinados elementos fônicos, forme um conjunto de constituintes que caracterizam a construção do ethos gay masculino, conforme indica Viana (2012), ou como temos preferência: a **construção da persona**.

Por fim, temos a discussão sobre algo que é tão característico e associado às pessoas LGBTQIA+: o riso. Para tanto, questionamos aos grupos de participantes se teriam preferência pelo uso de estratégias de riso, ironia e/ou deboche em suas comunicações lhes indicando as seguintes opções: *nunca*, *depende* e *sempre*. Feito isso, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 8 - Frequência do riso, ironia e deboche em comunicações

**VOCÊ TEM PREFERÊNCIA EM FAZER USO DO
RISO, DA IRONIA E DO DEBOCHE EM SUAS
COMUNICAÇÕES COTIDIANAS?**



Fonte: dados da pesquisa (2022)

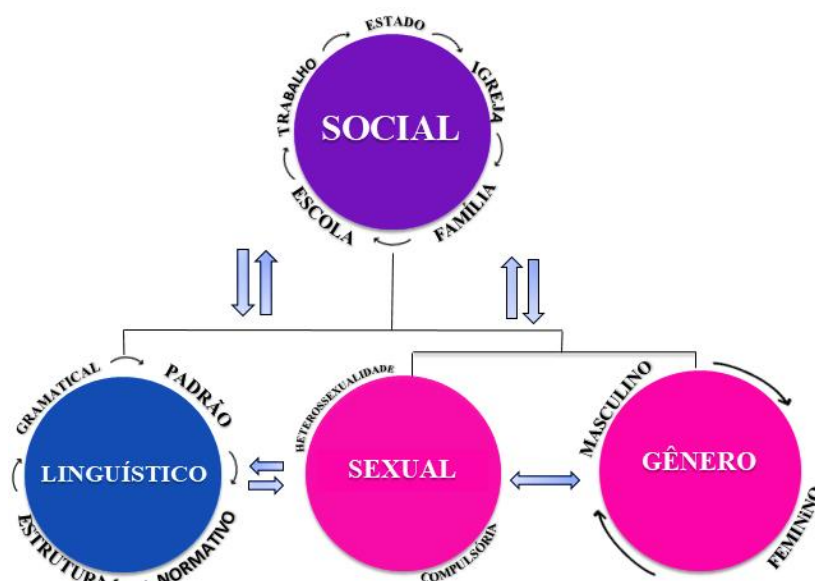
Mediante o Gráfico (08), identificamos que o grupo LGBTQIA+ se faz presente em todas as opções. Desses, 60% indicam a opção *depende*, logo, não descartam os efeitos discursivos desse mecanismo; os/as demais 40% indicam a opção *sempre* indicando uso mais expressivo e habitual desse mecanismo discursivo. Além disso, a opção *nunca* não teve indicações por parte de LGBTQIA+, logo, o riso, a ironia e o/ou deboche são efeitos de sentido que não podem ser descartados de suas comunicações. Dito isso, entendemos que esses itens não linguísticos – que funcionam, inclusive junto a gestos, expressões faciais e corporais – são menos dispensáveis para LGBTQIA+ do que para Cis/Héteros, uma vez que esse grupo compõe, em sua maioria (80%), a opção *depende*.

Do grupo Cis/Hétero dois participantes desviaram-se para as outras duas opções, assim, um homem cis/hétero indicou nunca fazer uso desse mecanismo, mas uma mulher cis/hétero disse sempre fazer uso. Posto isso, entendemos que essa participante, no seio de sua comunidade e em meio às suas práticas linguísticas tem esse mecanismo como importante, considerando que a posição da mulher na sociedade brasileira ainda é avaliada sob um prisma conservador. Portanto, a depender de suas redes sociais, é provável que esse mecanismo seja um recurso do efeito espada/escudo.

Nessa direção, podemos concordar com Fry & MacRae (1991) que mulheres e LGBTQIA+, bem como todos/as que sejam socialmente discriminados/as, produzem estratégias sociais eficientes para inverter as relações de poder estabelecidas pelas formalidades sistemáticas. Dessa forma, faz-se importante refletir que o risco contextualizado nas práticas linguísticas de LGBTQIA+ é expressivo, agride as formalidades e, como indica Alonso (2010), desacata o sério. Nesse sentido, entendemos que essas questões não linguísticas contribuem para as performances sociolinguísticas de pessoas LGBTQIA+ compondo seu arsenal de instrumentos de ataque/defesa e possibilitando o efeito espada/escudo frente aos embates sociais que lhes coloque em situações que requeiram o uso da linguagem como ferramenta de sobrevivência.

Analizados esses dados, identificamos que algumas pessoas LGBTQIA+ tendem a preferir recursos linguísticos que os/as retira da margem e os coloca em destaque. Desse modo, estilizando a língua(gem) esses indivíduos acabam por marcar seus conflitos nos diferentes sistemas que estabelecem regras: o sexual, o de gênero, o social e o gramatical. Dito isso, entendemos que o critério da uniformidade pode ser aplicado a um sistema linguístico, mas essa propriedade não é constitutiva dos/as falantes, como indica Milroy (2011). Para melhor compreensão das intersecções desses sistemas, propomos o diagrama a seguir:

Figura 3 - Fluxograma dos sistemas social, linguístico, sexual e de gênero



Fonte: Elaborado pelo autor

O esquema propõe uma compreensão de como alguns dos sistemas sob os quais vivemos funcionam numa espécie de fluxograma que determina e/ou delimita como devemos compartimentalizar nossas práticas linguísticas, sexuais e de gênero. Assim, numa esfera acima está o sistema social, o qual funciona e coloca em prática diferentes ideologias, crenças e atitudes mediante suas principais agências: Estado, igreja, família, escola e trabalho, as quais estabelecem, cada uma a sua maneira, como devem funcionar seus microssistemas.

Desse modo, o sistema linguístico é concebido de modo normativo, com base num viés estrutural, existindo um padrão que deve ser o único modelo gramatical empregado. Também temos os sistemas sexual e de gênero que funcionam paralelamente, no qual o primeiro é regido por uma heterossexualidade compulsória (RICH, 2012 [1993]) – que diz respeito à concepção social de que a heterossexualidade é uma inclinação socialmente imposta em seres humanos; já o segundo, funciona numa lógica binária compreendida nos polos masculino e feminino. E, como temos visto até aqui, esses sistemas se retroalimentam.

Portanto, antes que alguns se inclinem a apontar as estilizações de LGBTQIA+ como feias, ridículas, “engraçadas” em tom de crítica negativa, desnecessárias – revitalizando o fato de que o preconceito linguístico é poderoso instrumento ideológico – devem direcionar seus olhares para a estrutura social sob a qual vivemos e onde essas pessoas continuam sendo

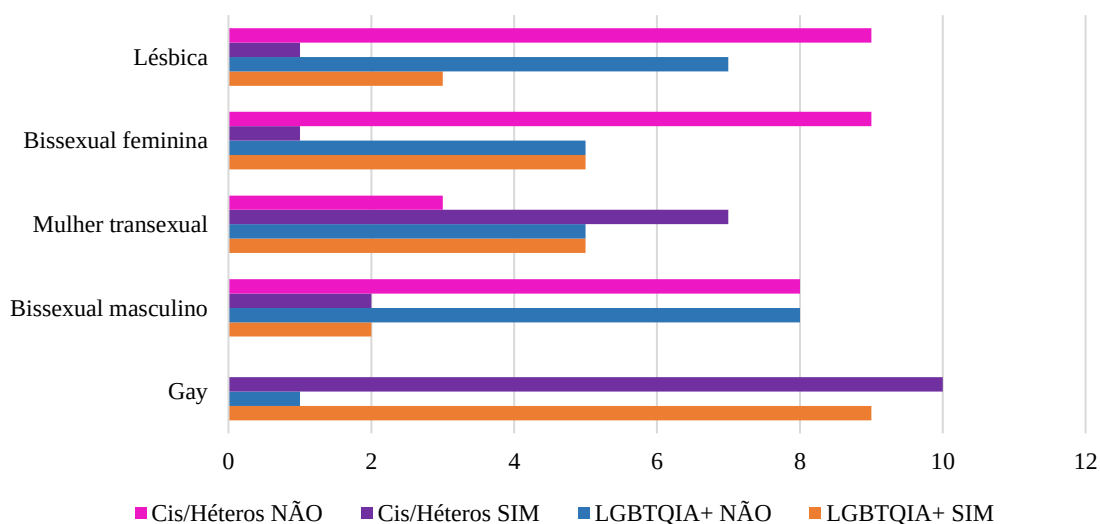
discriminadas, assassinadas e não têm livre-arbítrio para serem impopulares com segurança – conforme o conceito de liberdade de Adlai Edwing Stevenson Jr.

4.2 Avaliação a partir do falar: LGBTQIA+ vs. Cis/Héteros

Nesta seção, iremos apresentar um perfil psicossociolinguístico a partir da percepção dos dois grupos que compõem este estudo. Desse modo, iremos esquematizar a percepção em gráficos e tabelas que materializem os números e nos possibilitem compreender a percepção tanto de aspectos da fala quanto dos falantes LGBTQIA+ com a finalidade de percebermos itens positivos e negativos que possam circundar o imaginário do senso comum sobre pessoas LGBTQIA+, compreendendo que “como o falante julga aqueles que falam de determinado jeito (afetivo) é a manifestação de reações afetivas em relação ao objeto em questão” (FREITAG *et al*, 2016, p. 66).

Posto isso, o Gráfico (09) expõe a identificação da sexualidade e/ou identidade de gênero dos/as falantes:

Gráfico 9 - Identificação da sexualidade e/ou identidade de gênero de falantes LGBTQIA+ CASO O/A FALANTE NÃO SE IDENTIFICASSE COMO LGBTQIA+, VOCÊ O/A IDENTIFICARIA COMO TAL?



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Como identificamos no gráfico, a falante lésbica seria identificada como tal por pessoas que integram os dois grupos (40%). Entretanto, 90% do grupo cis/hétero diz que não identificaria como mulher lésbica, logo, sua maneira de falar não é associada a marcadores de

uma fala lésbica, bem como 70% daqueles/as que compõem o grupo LGBTQIA+. Tal percepção aproxima-se da falante bissexual feminina, assim, a fala da mulher bissexual também pode não apresentar marcadores específicos para os ouvintes de modo mais geral, logo, a percepção dos que assinalaram “sim” pode se fazer para além de marcadores linguísticos, considerando que o conteúdo que ouviram possa, em certa medida, ser considerado no momento da avaliação.

Os falantes do sexo masculino – gay e bissexual – já apresentam uma diferença considerável, uma vez que 80% do grupo cis/hétero diz que não identificaria o bissexual masculino como tal, mas 100% desse mesmo grupo aponta que identificaria como homem gay o falante homossexual masculino. Acreditamos que isso se dá pela própria acústica da fala desses falantes, bem como pelo comportamento linguístico de modo geral. Enquanto pesquisadores, identificamos na fala do homem gay – bem como seus trejeitos – estereótipos de uma fala gay (léxico de grupo, gargalhada estridente, etc), parecendo-nos mais perceptível como a fala de um homem gay. Já o falante bissexual, em oposição ao gay, apresenta comportamento pouco estereotipado. Assim, esse homem bissexual tem sua sexualidade menos marcada na maneira de falar do que o homem homossexual.

Por fim, a mulher transexual tem sua identificação mais heterogênea frente à percepção dos grupos: 50% dos LGBTQIA+ “não” junto a 30% dos Cis/Héteros. Na direção oposta, 70% do grupo cis/hétero indica que identificaria a falante como mulher transexual. Isso posto, a percepção da sexualidade e do gênero via fala pode ser ou não viabilizada por estereótipos e marcadores que favorecem a identificação. Para além disso, é válido ressaltar que a percepção não se fundamenta apenas em uma etapa cognitiva, mas também afetiva, considerando que a percepção é emaranhada por dispositivos de diferentes procedências.

Tabela 7 - Percepção da fala de pessoas LGBTQIA+ considerando o fator origem no eixo mais litorâneo e mais sertanejo

Falantes	LGBTQIA+		Cis/Héteros	
	+ litorâneo	+ sertanejo	+ litorâneo	+ sertanejo
<i>Homossexual masculino</i>	70%	30%	50%	50%
<i>Bissexual masculino</i>	80%	20%	60%	40%
<i>Mulher transexual</i>	60%	40%	20%	80%
<i>Bissexual feminina</i>	70%	30%	60%	40%
<i>Homossexual feminina</i>	70%	30%	70%	30%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Na Tabela (07), observamos a distribuição dos dois grupos em duas categorias: “+ litorâneo” e “+ sertanejo”. Solicitamos dos/as participantes que associassem a fala dos/as

colaboradores/as a uma origem, tendo como opções mais ao litoral ou mais ao sertão, considerando que o litoral e o sertão são espaços constituídos de elementos divergentes (culinária, arquitetura, arte, etc.) e que são avaliados como mais ou menos significativos a depender de quem os avalia. Entretanto, o estigma do sertanejo é uma realidade, logo, a associação do falar do LGBTQIA+ – em maior ou menor medida – quando percebido como mais sertanejo, resguarda uma impressão mais negativa do que positiva.

Afinal, acrescentamos a isso o fato de os/as falantes avaliados serem residentes mais ao litoral, bem como 75% dos/as participantes. Desse modo, a percepção do falar não se restringe ao *designer* da fala, mas engloba a avaliação do que se diz. Então, na tabela acima, identificamos – ainda que com pouca diferença – uma avaliação mais positiva por parte dos LGBTQIA+. Algo oportuno de reflexão é a avaliação que os grupos fazem da mulher transexual, uma vez que o 80% do grupo Cis/Hétero associa o falar dessa mulher como “mais sertanejo”, diferentemente do grupo LGBTQIA+ em que 60% avalia como “mais litorâneo”.

Essa mulher transexual é uma bananeirense que viveu da prostituição e já residiu na grande São Paulo e na Itália, tendo histórico de temporada nessas localidades, especialmente na primeira. Como sabido, a mudança de localidade exerce mudanças consideráveis no modo de falar, assim, é possível que o modo de falar da transexual tenha sido mais associado por cis/héteros ao espaço sertanejo por força de estigmas que penetram o nível da consciência, também estando permeada pela afetividade na atitude.

Além do fator origem, solicitamos uma apreciação via “status econômico”, considerando a renda de salário mínimo como parâmetro. Assim, obtivemos os seguintes dados:

Tabela 8 - Percepção da fala de pessoas LGBTQIA+ considerando o fator status econômico a partir da renda de salário mínimo

Falantes	LGBTQIA+			Cis/Héteros		
	+	=	-	+	=	-
<i>Homossexual masculino</i>	7	3	-	9	1	-
<i>Bissexual masculino</i>	8	1	1	6	1	-
<i>Mulher transexual</i>	6	4	-	2	7	1
<i>Bissexual feminina</i>	7	2	1	7	2	1
<i>Homossexual feminina</i>	6	3	1	8	1	1

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Na Tabela (08), observamos a distribuição nas categorias “+” referente a maior que um salário mínimo, “=” quando igual a um salário mínimo e “-” referente a menor que um salário mínimo. A partir disso, identificamos que o grupo Cis/Hétero atribui a categoria mais positiva,

acima de 50%, para todos/as os/as colaboradores/as, exceto para a mulher transexual, indo ao encontro da avaliação mais estigmatizada referente à origem ser “mais sertaneja”. Assim, apenas 20% desse grupo considera que a mulher transexual receba acima de um salário mínimo, o que pode resultar da avaliação da própria narrativa ouvida pelos/as participantes, haja vista o histórico de prostituição da colaboradora. Entretanto, ela não indica qual sua profissão exercida atualmente, tampouco diz estar desempregada.

Na contramão dessa avaliação, o grupo LGBTQIA+ favorece a avaliação mais positiva – 60% diz ser uma renda maior que um salário mínimo – e todos/as desconsideram que seja menor que um salário mínimo. Desse modo, parece-nos que a percepção desses fatores tem viés classista, considerando que a percepção da identidade de gênero transexual favoreça o estigma entre cis/héteros e potencialize a avaliação positiva por parte de LGBTQIA+ num símbolo de enfrentamento social.

Logo, é possível que o grupo LGBTQIA+, ainda que amparado por uma percepção estigmatizada, opte por opor-se à percepção comum com a finalidade de reconfigurar a avaliação da pessoa transexual, especialmente a mulher, a qual está, muitas das vezes, marcada pela prostituição e socialmente marginalizada, revelando um maior engajamento por parte de sujeitos que compõem a comunidade e se reconhecem como parte dela.

Tabela 9 - Percepção da fala de pessoas LGBTQIA+ considerando o fator escolaridade da educação básica ao nível superior

Falantes	LGBTQIA+				Cis/Héteros			
	E.F	E.M	E.S	P.G	E.F	E.M	E.S	P.G
<i>Homossexual masculino</i>	1	3	6	-	-	2	6	4
<i>Bissexual masculino</i>	-	-	10	-	-	3	7	3
<i>Mulher transexual</i>	1	5	3	1	1	6	3	-
<i>Bissexual feminina</i>	-	3	7	-	-	2	8	-
<i>Homossexual feminina</i>	1	1	7	1	-	4	6	-

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Na Tabela (09), acima, temos a distribuição perceptiva a partir do grau de escolarização, considerando “ensino fundamental” (E.F), “ensino médio” (E.M), “ensino superior” (E.S) e “pós-graduação” (P.G). Nesse quesito, os grupos não se diferenciam tanto, a não ser pela atribuição de pós-graduação ser mais recorrente para os homens – gay e bissexual – por parte do grupo cis/hétero e 10% do grupo LGBTQIA+ atribuir tal escolaridade para a mulher transexual.

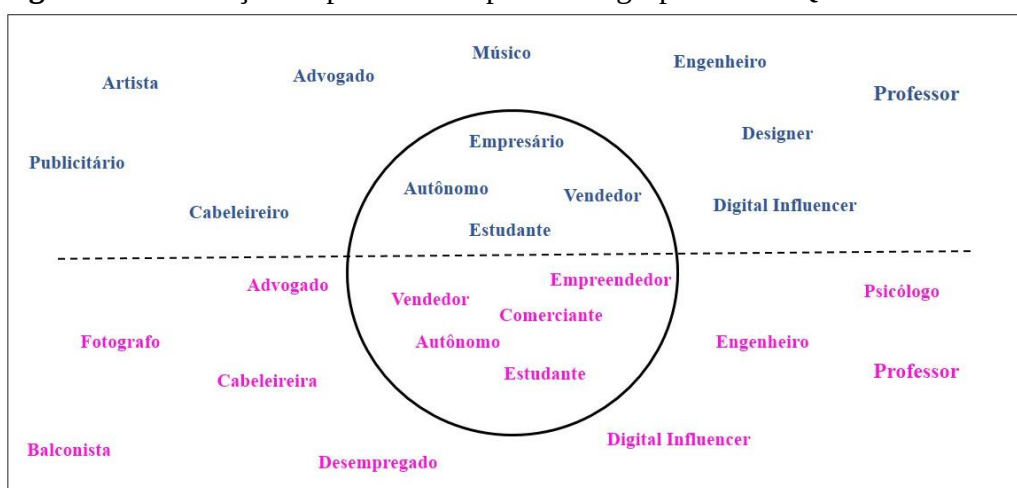
Acreditamos que a percepção desse fator deva ser baseada diretamente na maneira como os/as colaboradores/as argumentam e articulam as ideias mediante as narrativas contadas. Logo,

mais uma vez evidenciamos que a avaliação dos fatores não se baseia no dizer, mas no que é dito, uma vez que alguns participantes, durante a coleta, disseram ter dificuldade em avaliar alguns fatores apenas pelos relatos, o que significa que os/as participantes atentam-se ao conteúdo que é proferido no instante da avaliação.

Um outro fator que solicitamos foi a ocupação exercida pelos/as colaboradores/as, considerando que o fator escolaridade vai estar associado com a profissionalização. Desse modo, deixamos a opção em aberto para que os/as participantes tivessem liberdade para opinar como achassem melhor. Inclusive, alguns disseram que não saberiam como opinar, segundo estes, a narrativa não seria suficiente para a atribuição dessa característica.

Posto isso, a figura abaixo é uma distribuição das profissões atribuídas, as quais estão divididas em azul, conforme indicação do grupo LGBTQIA+, e em cor-de-rosa, de acordo com as indicações do grupo Cis/Hétero. Essa distribuição está presente na figura abaixo:

Figura 4 - Atribuição de profissões a partir dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Como visto na Figura (04), diferentes profissões são atribuídas e de diferentes áreas: educação, beleza, comunicação, etc. A partir disso, uma questão interessante é a atribuição das ocupações no círculo central, as quais parecem ser uma “zona neutra”, permitindo aos participantes um livramento da face, considerando que tal posição lhes permite não se comprometer, especialmente numa leitura negativa. Afinal, empreendedores, empresários e comerciantes são agentes que podem ser exercer função em diferentes nichos de atuação profissional, bem como o termo “estudante”, sem especificidade, que funciona como item de distanciamento avaliativo.

Outra maneira de avaliarmos a percepção é mediante o método de pares de adjetivos. Assim, apresentamos para os/as participantes uma sequência de adjetivos com a finalidade de avaliarem a personalidade dos/as falantes. Desse modo, catalogamos os seguintes dados:

Tabela 10 - Caracterização dos/as LGBTQIA+ a partir da percepção dos grupos

Qualificadores		LGBTQIA+	Cis/Hétero
HOMOSEM	Descolada	90%	100%
	Metida	10%	-
	Trabalhadora	100%	-
	Preguiçosa	10%	-
	Inteligente	100%	100%
	Desinformada	-	-
	Religiosa	60%	60%
	Ateia	40%	40%
	Elegante	90%	80%
	Grosseira	10%	20%
	Confiável	90%	100%
	Desonesta	10%	-
	Progressista	100%	100%
	Conservadora	-	-
Qualificadores		LGBTQIA+	Cis/Hétero
HOMOSEBISSEXUAL	Descolada	80%	80%
	Metida	20%	20%
	Trabalhadora	100%	100%
	Preguiçosa	-	-
	Inteligente	100%	100%
	Desinformada	-	-
	Religiosa	70%	70%
	Ateia	20%	30%
	Elegante	100%	100%
	Grosseira	-	-
	Confiável	90%	100%
	Desonesta	-	-
	Progressista	70%	80%
	Conservadora	20%	20%
Qualificadores		LGBTQIA+	Cis/Hétero
MULHERES	Descolada	90%	100%
	Metida	10%	-
	Trabalhadora	100%	100%
	Preguiçosa	-	-
	Inteligente	100%	100%
	Desinformada	-	-
	Religiosa	80%	50%
	Ateia	10%	40%
	Elegante	80%	90%
	Grosseira	10%	10%
	Confiável	90%	90%

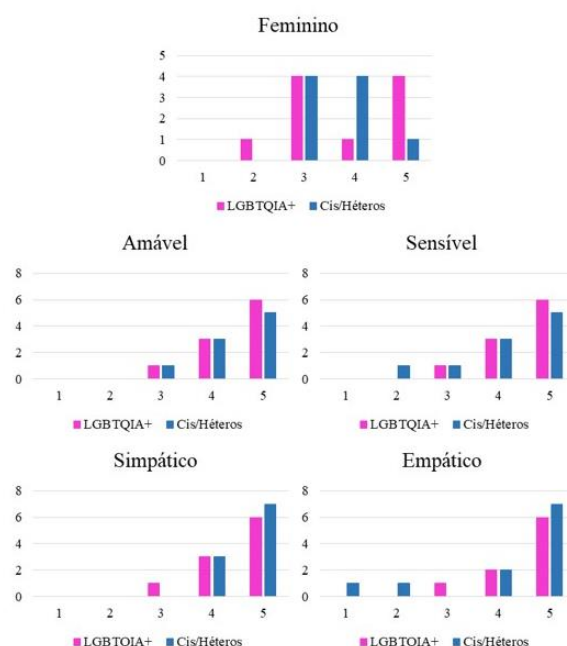
N S	<i>Desonesta</i>	10%	10%
	<i>Progressista</i>	100%	100%
	<i>Conservadora</i>	-	-
M U L H E R	Qualificadores	LGBTQIA+	Cis/Hétero
	<i>Descolada</i>	100%	80%
	<i>Metida</i>	-	20%
	<i>Trabalhadora</i>	90%	100%
	<i>Preguiçosa</i>	10%	-
	<i>Inteligente</i>	100%	100%
B I S S E X U A L	<i>Desinformada</i>	-	-
	<i>Religiosa</i>	40%	40%
	<i>Ateia</i>	50%	50%
	<i>Elegante</i>	100%	70%
	<i>Grosseira</i>	-	30%
	<i>Confiável</i>	100%	90%
	<i>Desonesta</i>	-	10%
	<i>Progressista</i>	90%	80%
	<i>Conservadora</i>	-	20%
	Qualificadores	LGBTQIA+	Cis/Hétero
	<i>Descolada</i>	100%	90%
	<i>Metida</i>	-	10%
L É S B I C A	<i>Trabalhadora</i>	100%	90%
	<i>Preguiçosa</i>	-	10%
	<i>Inteligente</i>	100%	100%
	<i>Desinformada</i>	-	-
	<i>Religiosa</i>	50%	70%
	<i>Ateia</i>	40%	30%
	<i>Elegante</i>	80%	90%
	<i>Grosseira</i>	10%	10%
	<i>Confiável</i>	90%	100%
	<i>Desonesta</i>	-	-
	<i>Progressista</i>	80%	70%
	<i>Conservadora</i>	10%	30%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Mediante a Tabela (09), observamos a avaliação que os grupos fizeram dos sujeitos a partir de pares de adjetivos. Posto isso, podemos identificar que os grupos não apresentam diferenças significativas de modo geral, demonstrando uma percepção mais unilateral no que diz respeito a um perfil positivo em relação aos sujeitos LGBTQIA+ do estudo, especialmente no que se refere a serem *descolados*, *trabalhadores*, *inteligentes*, *elegantes*, *confiáveis* e *progressistas*. Além disso, é válido ressaltar que os/as participantes não atuam em pesquisas livres de toda e qualquer avaliação, inclusive de si, logo, possa ser que evitem características mais negativas com a finalidade de evitar julgamentos, ainda que estejam respaldados pelo anonimato.

Junto a isso, também solicitamos que os grupos participantes avaliassem alguns fatores em uma escala 1-5, considerando que quanto mais crescente maior a força da característica. Para tanto, consideramos os seguintes itens: *feminino*, *amável*, *sensível*, *simpático* e *empático*. E, para tal, iremos expor um gráfico de cada um dos/as colaboradores/as, assim, iniciaremos pelo homossexual masculino (homem gay):

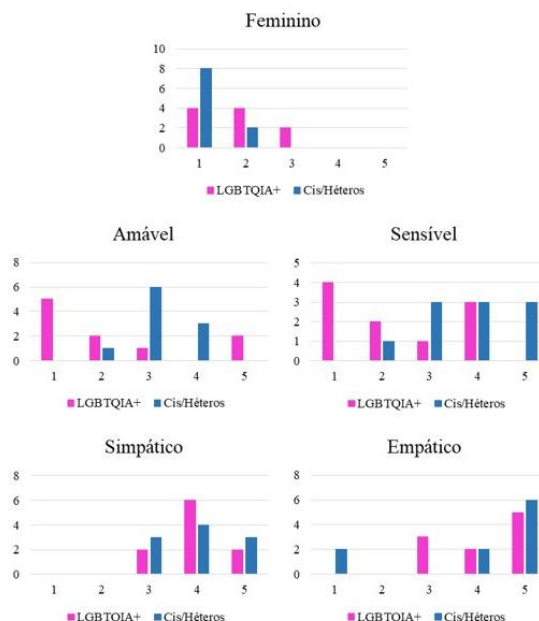
Figura 5 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação ao homossexual masculino



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Na Figura (05), podemos observar um conjunto de gráficos que representam a percepção geral dessas categorias a partir dos dois grupos participantes. De modo geral, os grupos não se distanciam de forma muito significativa, a exemplo da característica ‘simpático’ em que 1 dos/as participantes LGBTQIA+ indica nível 3 para essa característica. De todo modo, uma característica que se destaca é a ‘feminino’, pois o grupo LGBTQIA+ tem 40% dos/as participantes avaliando o item na categoria máxima, tendo apenas 10% do grupo Cis/Hétero avaliando como “muito feminino”. Adiante, vejamos o conjunto de gráficos da avaliação do bissexual masculino:

Figura 6 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação ao bissexual masculino



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Como podemos perceber, as percepções dos grupos, numa leitura geral, continuam a se aproximar. Todavia, destacamos que metade do grupo LGBTQIA+ o avalia como menos amável, diferentemente do grupo Cis/Hétero que opta pelo nível intermediário para a avaliação dessa característica, bem como sobre ser sensível, em que parte do grupo LGBTQIA+ o considera pouco sensível e os cis/héteros são os únicos a compor o nível 5 (2 homens e 1 mulher). Por último, a oposição do “feminino” em relação ao homossexual masculino em que os grupos indicaram maior feminilidade. Para o colaborador bissexual, as escalas de pouco feminino foram as mais assinaladas, tendo 80% do grupo Cis/Hétero indicado o nível 1 na escala, e o grupo LGBTQIA+ distribuindo-se entre 1-3 na mesma escala.

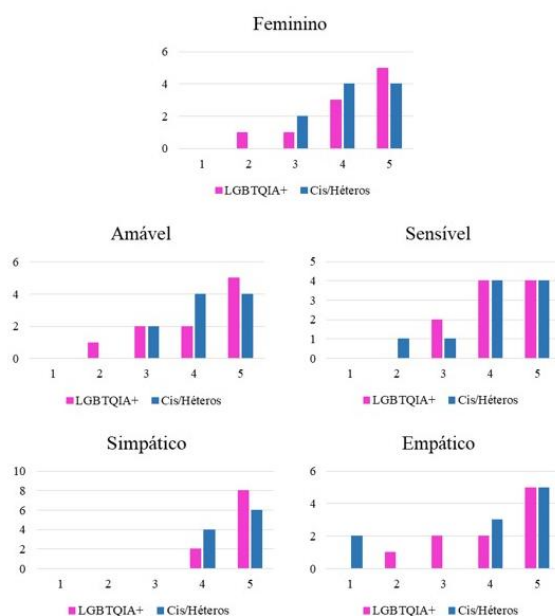
Posto isso, é válido comentarmos sobre a relação do “feminino” com a percepção da sexualidade, uma vez que é comum que o “falar gay” seja, muitas das vezes, visto como “falar como uma mulher”. Ao ouvirmos a fala de nosso colaborador gay, podemos perceber marcadores de uma “fala gay” – como alongamento de vogais tônicas e a dinâmica do *pitch*, questões não discutidas e analisadas aqui, mas que outras pesquisas demonstram tais características, como aponta Mendes (2011) em artigo –, logo, socialmente, é um falar associado ao feminino, característica fortemente atrelada à figura da mulher.

Já o bissexual masculino, em nossa sociedade, bem como a mulher bissexual, é colocado no campo da indecisão sexual, pois ainda analisamos, selecionamos, identificamos e categorizamos numa lógica binária, sendo “estranho” que alguém transite com sua sexualidade

num movimento de ir e vir que não pode ser padronizado. Dito isso, é possível que o bissexual masculino seja mais avaliado como “homem” do que homossexual masculino, uma vez que foi avaliado como pouco feminino por grande parte do grupo Cis/Héteros e não passou do nível 3 na percepção do grupo LGBTQIA+.

Ademais, é importante conscientizar as pessoas sobre a existência de masculinidades, construindo novas referências do que é ser homem, inclusive numa percepção linguística, compreendendo que a masculinidade não se resume ao sexo biológico tampouco é refém da cisgeneridade concebida ocidentalmente. Portanto, é preciso defendermos a heterogeneidade de papéis sociais que se correlacionam ao sexo do indivíduo, conforme indica Mendes (2011). Adiante, temos o conjunto de gráficos da percepção em relação à mulher transexual:

Figura 7 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação à mulher transexual



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Acima, na Figura (07), temos a distribuição da percepção acerca das características em relação à mulher transexual. Percebemos que os grupos continuam a seguir um padrão, não havendo discrepâncias entre os grupos. Desse modo, podemos ir nos voltando àqueles itens que se mostram produtivos para a reflexão linguística e sobre condicionadores sociais, especialmente o gênero e a sexualidade.

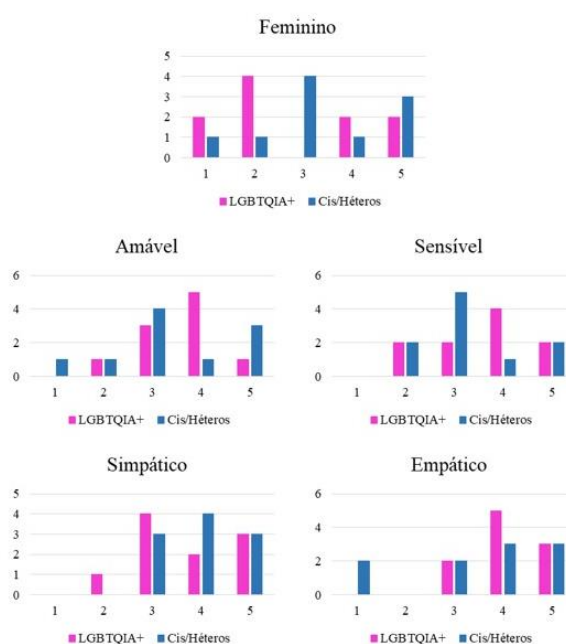
Como vemos, o “feminino” tende a uma percepção de “muito feminino” por 50% do grupo da diversidade e 40% do grupo Cis/Hétero, sendo relevante mencionar como as mulheridades podem ser inúmeras e a figura da travesti, especificamente (como nossa

colaboradora transexual também se identifica), está no campo do feminino – tendo preferência por pronomes, artigos e marcadores linguísticos femininos – devendo ser reconhecida como uma identidade de gênero de agir feminino, mas também compreendendo que a travestigeneridade é um gênero originário, sendo mais um gênero ou um terceiro gênero, conforme indica Nascimento (2021).

Inclusive, ressaltamos a escassez – para não gabaritar inexistência – de pesquisas sociolinguísticas que tenham lidado com o falar transexual masculino e/ou feminino e de travestis, revelando lacuna nas abordagens dessa vertente dos estudos linguísticos, mostrando-se relevante estudos que se interessem pela compreensão da possibilidade de falares marcados pela identidade de gênero, como é o caso de travestis e não-binários, por exemplo, ou pela sexualidade, como é o caso de mulheres lésbicas e homens e mulheres bissexuais, etc., isso com a intenção de melhor mapeamento e panorama da linguagem em uso por parte da comunidade LGBTQIA+, não se limitando ao uso da língua por parte de gays junto aos diferentes estereótipos que cercam essa sexualidade.

A seguir, temos o conjunto de gráficos que representam a percepção em relação à mulher bissexual. Novamente, os grupos demonstram percepção unilateral, assim, se nossa leitura fosse apenas quantitativa não haveria diferenças significativas, uma vez que na interpretação das escalas de cada característica as diferenças são compensatórias, como podemos identificar a seguir:

Figura 8 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação à mulher bissexual

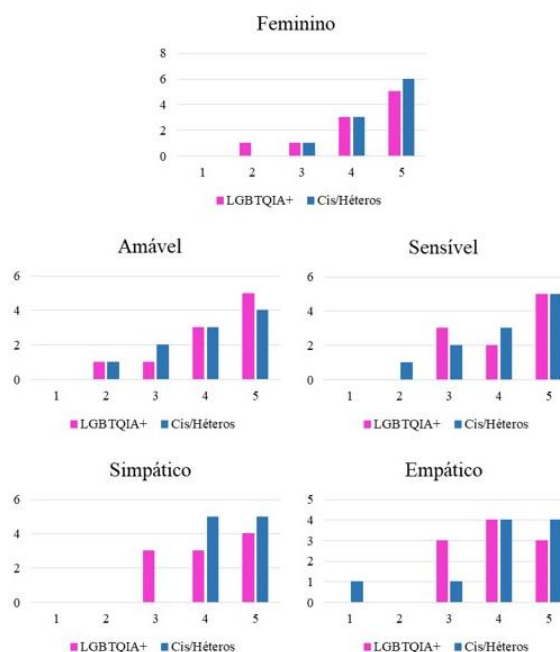


Fonte: dados da pesquisa (2022)

Algo interessante é sobre o item ‘feminino’, tendo o grupo LGBTQIA+ uma percepção “pouco feminina” (60%) e o grupo Cis/Hétero realiza avaliação mais elevada desse item. Parece-nos que LGBTQIA+ - sabendo que estavam ouvindo relatos de pessoas LGBTQIA+ - refinam a percepção da feminilidade para além das noções comuns de prosódia, por exemplo. Nesse sentido, acreditamos na relevância de pesquisas que se desdobrem na análise e percepção da fala de homens e mulheres bissexuais de diferentes masculinidades e feminilidades.

Por último, temos a percepção acerca da mulher lésbica, a qual não foge ao padrão do que temos visto até aqui em relação à avaliação dos outros colaboradores, demonstrando certa homogeneidade perceptiva entre os grupos, sendo possível estabelecer que as características elencadas não sofrem tanta influência dos fatores gênero e sexualidade, como podemos constatar na figura abaixo:

Figura 9 - Gráficos da percepção dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Hétero em relação à mulher lésbica



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Entretanto, o item “feminino”, indicado por 60% do grupo Cis/Hétero e 50% por parte dos/as LGBTQIA+ em nível 5 em relação à mulher lésbica, demonstra reflexão pertinente por dois motivos: i) *lato sensu*, uma vez que é parte do estereótipo e arquétipo social da mulher lésbica a percepção da “caminhoneira” e “sapatão”, na intenção de atribuir deselegância e menor feminilidade à mulher lésbica. Assim, a posição dos grupos é interessante, pois ainda que soubessem que era uma mulher lésbica não foi o estereótipo que guiou suas avaliações

nesse quesito e ii) *stricto sensu*, quando consideramos o próprio relato da colaboradora que não se considera feminina na perspectiva do que muitos consideram ser feminino, visão associada a roupas, maquiagem e saltos finos.

Além da avaliação desse perfil, solicitamos uma avaliação acerca da fala dos/as colaboradores/as. Para tanto, consideramos algumas características elencadas por Cardoso (2015) e acrescentamos outras, as quais compõem a tabela a seguir junto ao nível avaliativo entre 1-5, considerando os extremos “pouco” e “muito”, respectivamente:

Tabela 11 - Atitudes linguísticas a partir do estímulo de relatos de vida

Homem Gay										
Características	LGBTQIA+					Cis/Héteros				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
“Bonita”	0%	0%	20%	10%	70%	0%	0%	20%	10%	70%
“Chiada”	30%	30%	30%	10%	0%	40%	40%	10%	0%	10%
“Cantada”	10%	20%	40%	20%	10%	20%	20%	40%	20%	0%
“Rápida”	0%	10%	60%	30%	0%	0%	0%	60%	30%	10%
“Expressiva”	0%	0%	0%	40%	60%	0%	10%	20%	10%	60%
“Clara”	0%	0%	0%	30%	70%	0%	0%	0%	50%	50%
Homem Bissexual										
Características	LGBTQIA+					Cis/Héteros				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
“Bonita”	0%	0%	30%	30%	40%	0%	0%	10%	40%	50%
“Chiada”	50%	30%	10%	10%	0%	80%	20%	0%	0%	0%
“Cantada”	30%	30%	40%	0%	0%	40%	30%	20%	10%	0%
“Rápida”	10%	10%	60%	20%	0%	0%	20%	60%	20%	0%
“Expressiva”	10%	10%	40%	30%	10%	0%	10%	40%	20%	30%
“Clara”	0%	0%	0%	40%	60%	0%	0%	10%	40%	50%
Mulher Transexual										
Características	LGBTQIA+					Cis/Héteros				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
“Bonita”	0%	10%	20%	40%	30%	0%	20%	20%	50%	10%
“Chiada”	50%	20%	20%	10%	0%	70%	0%	20%	0%	10%
“Cantada”	30%	0%	60%	10%	0%	20%	30%	30%	20%	0%
“Rápida”	10%	0%	60%	20%	10%	0%	20%	30%	50%	0%
“Expressiva”	0%	0%	10%	60%	30%	0%	0%	20%	50%	30%
“Clara”	0%	0%	10%	40%	50%	10%	20%	0%	30%	40%
Mulher Bissexual										
Características	LGBTQIA+					Cis/Héteros				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
“Bonita”	0%	0%	60%	10%	30%	0%	0%	10%	50%	40%
“Chiada”	50%	30%	10%	10%	0%	70%	10%	10%	10%	0%
“Cantada”	40%	10%	50%	0%	0%	20%	50%	10%	20%	0%
“Rápida”	0%	20%	50%	20%	10%	0%	20%	40%	30%	10%
“Expressiva”	0%	20%	40%	30%	10%	0%	0%	20%	20%	60%
“Clara”	0%	0%	10%	20%	70%	0%	0%	30%	20%	50%

Mulher Lésbica											
Características		LGBTQIA+					Cis/Héteros				
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
	“Bonita”	0%	0%	20%	30%	50%	0%	0%	20%	30%	50%
	“Chiada”	50%	20%	20%	0%	10%	50%	40%	10%	0%	0%
	“Cantada”	30%	40%	20%	0%	10%	30%	30%	20%	10%	10%
	“Rápida”	0%	30%	60%	0%	10%	10%	10%	30%	40%	10%
	“Expressiva”	10%	10%	30%	40%	10%	0%	20%	20%	40%	20%
	“Clara”	0%	0%	0%	40%	60%	0%	0%	30%	30%	40%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Pela Tabela (11), é possível observar a distribuição de características atribuídas ao modo de falar dos/as colaboradores/as por parte dos grupos participantes. Para tanto, a cor cinza, presente na tabela, mapeia as porcentagens mais elevadas em cada característica, facilitando a comparação entre os grupos. E, como assegura Hora (2011, p. 15), “essas avaliações fazem parte do que chamamos de reações subjetivas, que são inerentes ao ser humano, tanto no papel de falante quanto no papel de ouvinte”.

De início, temos as atitudes niveladas para o homem gay, tendo os dois grupos uma percepção bastante aproximada e tendo como características de maior nível as seguintes: *bonita*, *expressiva* e *clara*. E, o homem bissexual tem as características de seu modo de falar em maior nível nas categorias *bonita* e *clara*, por parte dos dois grupos. Posto isso, é relevante pensarmos como a performance de drag queen – prática do homem gay – pode favorecer a expressividade de sua voz e a percepção dessa característica ser mais cancelada por aqueles que ouvem, como é o caso de 60% dos/as participantes de ambos os grupos.

No que se refere ao nivelamento avaliativo do modo de falar da mulher transexual, é interessante como em ambos os grupos o nível máximo (5) não é atribuído pela maioria frente às características elencadas, exceto pela *clareza*. Essa mesma característica também é de maior percentual na percepção dos dois grupos em relação ao modo de falar da mulher bissexual, mas também é tida como *mais expressiva* para o grupo Cis/Hétero do que para o grupo LGBTQIA+, assim, 60% daquele grupo indica o item como muito característico do modo de falar dessa mulher e apenas 10% desse grupo indica o nível 5 na escala dessa característica. Por último, a mulher lésbica também tem como maior nível de avaliação a *clareza*, mas também tem seu modo de falar avaliado como *bonito* por 50% dos dois grupos.

Por fim, de modo geral, os dois grupos destacam, em maior ou menor percentual, a presença de características estilísticas, dialetais e estéticas num sentido mais positivo. Entretanto, é válido ressaltar que o refinamento da metodologia poderá resultar em percepções mais apuradas, especialmente, em relação ao falar das mulheres (cisgênero e transgênero), o

qual foi avaliado no nível máximo da escala, pela maioria de cada grupo, apenas na característica da *clareza*.

Alocada essa coleta de ordem mais indireta, deixamos em aberto uma questão de ordem direta para identificarmos aproximações e distanciamentos entre os grupos. Para tanto, questionamos o seguinte: **de forma geral, o que você achou do modo de falar dessas pessoas?**

Quadro 8 - Comentários dos grupos LGBTQIA+ e Cis/Héteros sobre o modo de falar dos/as colaboradores

LGBTQIA+	Cis/Héteros
(P1) Pra mim é normal, pois já convivo com pessoas LGBTQIA+. Então o uso das palavras e expressões, assim como vivências fazem parte do que já ouvi de amigos ou do que eu já passei.	(P1) Existe uma variação interessante. Principalmente no tom, na velocidade e nas palavras utilizadas. [...] Nenhum modo de falar chegou a ser muito estranho para mim, talvez pelo fato de muitos dos sotaques se assemelharem ao meu ou ao que estou habituado a ouvir.
(P2) O sotaque se destacou, mas cada um tem sua maneira própria. As gírias apareceram em alguns bem específicos, assim como certas entonações e ritmos da fala.	(P2) São falantes paraibanos, com níveis de escolaridade diferentes e que revelam algumas questões culturais e particulares pelos dialetos utilizados [...].
(P3) Todes falaram de forma clara, eu particularmente gosto do sotaque paraibano apesar de algumas falas mais puxada que outras [...].	(P3) Totalmente necessária e expressiva, ajudando a entender a realidade de ser LGBTQIA+ na sociedade brasileira.
(P4) Todos relatam suas histórias de forma clara! Todos falam de forma que quem escuta sente como se fossem amigos.	(P4) Gostei de todas as falas, cada uma com suas particularidades e vivências distintas.
(P5) Muito próximo do modo de falar das pessoas com quem eu convivo. Muito expressivos e claros.	(P5) Bem diversificada , devido a pluralidade de pessoas entrevistadas.
(P6) Achei normal, não me causou estranhamento já que tenho vivência em círculo LGBT.	(P6) Normal, cada um com seu jeito particular de se expressar.
(P7) Expressivas, cada uma da sua maneira, porém bem seguras de si.	(P7) Normal, é a forma que as pessoas falam no cotidiano.
(P8) Muito parecida com as pessoas do meu meio.	(P8) Acredito que há segurança e espontaneidade.
(P9) Parecido com minha forma de falar.	(P9) Modos de fala bem normais.
(P10) Falam de maneira simples e clara.	(P10) Natural.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Os/as participantes estão identificados pela letra “P” junto a um número que os distribui e que foi atribuído a partir da sequência de respostas, ou seja, quem respondeu primeiro em cada grupo foi identificado como número 01 e o/a último/a, consequentemente, como número 10. Posto isso, podemos nos ater às discursividades presentes nos dizeres do Quadro (08).

Então, podemos identificar que (P1), do grupo LGBTQIA+, reconhece-se, social e linguisticamente, com as falas e narrativas dos/as colaboradores/as, uma vez que diz conviver com pessoas LGBTQIA+ e já ter contato com o uso de gírias e expressões típicas, assim, como também vivenciou histórias parecidas em sua vida. E, na direção dessa convivência e partilha, (P5) e (P8) reiteram essa ideia, indicando que o modo de falar é típico daqueles/as com os/as quais convivem e são de seu meio social, mas não indicam aproximação de uso como aponta (P9) ao dizer que se parece com sua forma de falar, indicando maior sentimento de pertença a uma performance linguageira LGBTQIA+.

Ademais, (P2) aponta o sotaque como característica em destaque, mas reconhecendo que há certas particularidades na forma de falar de cada pessoa ouvida, reconhecendo também que alguns têm marcas estilísticas mais aparentes, bem como o uso da entonação e o ritmo da fala; e, (P3) lança seu comentário ao sotaque, acrescentando que gosta do sotaque paraibano, mas deixa em destaque que há características que podem incomodar, uma vez que contrasta *“mais puxada que outras”* por meio do uso da expressão *“apesar de”* que também funciona como *“ainda que”*, além disso, um recurso linguístico interessante é o uso de *“todes”*, desviando-se da binaridade da desinência de gênero, também adjetivando os modos de falar como claros.

Nessa direção de clareza também estão (P4) e (P10), não indicando maiores características dialetais, estéticas e/ou estilísticas. Por último, (P6) diz não ter estranhamento, sendo maneiras de falar normais, uma vez que o convívio com pessoas da comunidade LGBTQIA+ também já é de sua realidade; e (P7) destaca a expressividade dos modos de falar, indicando que os/as falantes mostram-se *“bem seguros de si”*.

A partir dos dados, identificamos que a participação e convívio com sujeitos LGBTQIA+ é realidade na vivência de muitos dos/as participantes, mas a ideia de engajamento parece distante, ainda não indicando uma participação tão efetiva nas práticas da comunidade, logo, as atitudes, para a maioria, parecem estar mais no nível comportamental do que afetivo no que tange ao uso da linguagem desse grupo específico, mas apresentando, no geral, atitudes amistosas. Para contrastar, podemos observar a avaliação direta feita pelo grupo Cis/Hétero.

Nesse grupo, (P6), (P7), (P9) e (P10) se alinham a uma avaliação unívoca: um modo de falar normal, natural, não atribuindo juízo a características dialetais, estéticas e/ou estilísticas. Entretanto, (P6) aponta para a existência de um *“jeito particular de se expressar”* e (P7) diz ser a forma que as pessoas cotidianamente falam, parecendo que esteve mais atento/a a questões prosódicas do que estilísticas. Já (P8) reconhece aspectos como expressividade e

espontaneidade, assim como (P4) do grupo LGBTQIA+, ao indicar que “*quem escuta sente como se fossem amigos*”.

Ao observarmos os comentários de (P3) e (P4) identificamos que enaltecem mais a importância das narrativas de vida, atribuindo expressividade e gostar do modo de falar, respectivamente, mas ao que indica, consideraram mais a relevância do conteúdo do que o modo de produzi-lo, ao menos é a atitude explícita; já (P5) limita-se a apontar que o modo de falar é diversificado, mas não aponta especificidades.

Por fim, (P1) e (P2) são os que se direcionam mais aos aspectos linguísticos e paralinguísticos. Então, (P1) diz haver uma variação interessante quanto ao tom, velocidade e vocabulário utilizado pelos/as falantes, além disso, não vê problemas em aproximar-se do grupo em análise ao dizer que o sotaque dos/as colaboradores se assemelha ao dele, não lhe causando grande estranhamento. E, (P2) afirma que todos/as são paraibanos/as e que apresentam marcas dialetais particulares.

Desse modo, a maioria dos/as participantes desse grupo, sem surpresa, distancia-se de uma avaliação específica de itens linguísticos e/ou paralinguísticos. Nessa direção, o grupo Cis/Hétero aponta para disposições tolerantes, mas alguns se distanciaram de uma avaliação mais elaborada, restringindo-se a avaliar como normal/natural, outros/as evidenciaram a relevância das narrativas.

Ademais, nos dois grupos há quem destaque o sotaque como característico, inclusive, é possível pensarmos a diferença das atitudes linguísticas quando são avaliados/as LGBTQIA+ de diferentes regiões do Brasil. Outrossim, é válido destacar como a manipulação e percepção da variável sexo/gênero não são simples de analisar, mas o fator origem se mostra sempre bastante representativo, logo, quanto mais os condicionadores se internalizam na tessitura social mais complexa é sua manipulação e controle. Desse modo, fica em evidência que “se quisermos saber sobre linguagem e vida social nos dias de hoje, é preciso sair do campo da linguagem propriamente dito: ler sociologia, geografia, história, antropologia, psicologia cultural e social, etc” (MOITA LOPES, 2006, p. 96), assim, defendemos a importância de mover a Sociolinguística do campo inter para o transdisciplinar.

4.3 Linguagem que transvia: com a palavra, LGBTQIA+

A etapa final de análises direciona-se para a avaliação direta que os/as participantes LGBTQIA+ fazem sobre questões linguísticas e não linguísticas que os envolve enquanto

peessoas que se desviam do padrão de sexualidade e/ou de gênero. Assim, abrimos um espaço que lhes permiti dizer como enxergam esse assunto e sua relevância em diferentes aspectos, uma vez que entendemos que se tem negado, no transcorrer da história, um **lugar de fala** (RIBEIRO, 2019) às pessoas que integram essa comunidade. Desse modo, destacamos o seguinte:

Os consensos e os conflitos sociais controlam, selecionam, organizam e redistribuem os direitos e as interdições do dizer: o que pode ser dito, quem pode dizê-lo, de que maneira e em quais circunstâncias. Instaura-se assim uma repartição desigual entre os sujeitos e, por conseguinte, entre as coisas ditas, entre as condições de dizibilidade e entre os modos do dizer (BRAGA; PIOVEZANI, 2020, p. 04).

Assim, a análise das atitudes linguísticas ocorre nas condições dessa “dizibilidade” e modos de dizer, haja vista esse lugar de fala ser composto por sujeitos variáveis por força de diferentes condicionadores extralinguísticos. Dito isso, vale explicar que cederam entrevista apenas os/as participantes que indicaram interesse em participar: 1 mulher transexual, 1 mulher lésbica, 2 mulheres bissexuais e 1 homem gay, e que terão seus discursos apresentados a partir dos blocos previamente apresentados na metodologia desta dissertação. De início, temos o bloco 01:

Sentimento em relação à sua própria fala

Os discursos serão apresentados e logo depois será feita a análise considerando aproximações, distanciamentos e especificidades que demonstrem a atitude de cada participante, indicadas/os pela inicial de seus nomes mais a identidade sexual ou de gênero. O primeiro questionamento foi o seguinte: **você acha que seu modo de falar soa como de uma pessoa LGBTQIA+?**

Sim, pois **meu modo de falar contém gírias, como uma pessoa da comunidade** (M – mulher transexual²⁶).

Para ser sincera, **não tenho ideia**, mas **sei que pelo meu jeito de agir, me vestir, as pessoas dificilmente dizem com certeza que eu sou**. Basicamente, tenho que estar com uma pessoa do mesmo sexo para alguém “descobrir” (L1 – mulher bissexual).

Eu **acho que sim, eu utilizo alguns termos**, mas... é porque assim, na minha geração familiar, da parte da minha mãe, praticamente todos, assim, 90% é LGBT (risos). Da

²⁶ Esta participante não compôs as coletas de dados das etapas de avaliação sociolinguística, está presente apenas nesta etapa de atitudes diretas, uma vez que recentemente se encontrou mais próxima a contatos meus e decidi convidá-la a participar a fim de dar maior visibilidade às pessoas transgêneras, haja vista também que esta pesquisa não se prende a um contínuo em que as etapas precisem comprovar um objetivo único, bem como a participante 11, que cumpre os requisitos para participação como os/as selecionados/as anteriores, mostrou-se muito interessada em ajudar.

minha geração assim, dos meus primos que cresceram na minha geração... E aí principalmente homens gays têm um dialeto muito particular, **um dos meus primos já fez drag, e aí enfim, vivia num círculo em que esse dialeto era muito comum, né?! E aí trazia também pra a nossa comunicação.** É... e enfim, com os outros primos também, então, de vez em quando, como eu também tenho muitos amigos gays, bi, lésbicas enfim... É, **a gente costuma usar bastante o dialeto.** Aí de vez em quando eu solto assim (risos)... então dá para perceber. **Até os trejeitos mesmo, pra além da fala especificamente** (L2 – mulher bissexual).

Eu acho que algumas vezes, sim... inúmeras vezes, eu, eu pensei... por exemplo, eu convivo muito com pessoas héteros, né?! Do meu trabalho... e nessas situações assim mais formais. Por exemplo, lá no meu trabalho só tem uma pessoa que se identifica como gay, né?! Então eu percebo assim que, **na maioria das vezes, sou eu ou ele, tem essa linguagem, entende?! Então, assim, eu vou falar algo que as outras pessoas não vão entender, o dialeto elas não vão entender por questão da sexualidade delas, enquanto eu sei que ele especificamente vai entender,** se eu falar algo, seja alguma gíria, alguma coisa relacionada a meme [da internet] também, **ele é mais velho, mas às vezes ele tem noção, assim [...]** (H – mulher lésbica).

Absolutamente, desde sempre, desde que eu era um jovem... menino, enfim, desde a infância já tinha essa identificação, **os apontamentos por parte das outras pessoas já aconteciam e isso sempre causou desconforto,** [...] hoje percebo que **apesar de ter a voz bem grave,** eu tenho uma voz bem grave, **em muitos momentos ela passa despercebida, mas é tranquilamente percebido que eu sou uma pessoa LGBTQIA+, principalmente, não apenas, mas muito pela minha voz** (I – homem gay).

A posição discursiva das/os participantes demonstra atitude de solidariedade, ainda que em medidas diferentes, uma vez que não negam aproximação da possibilidade de ter uma fala que soe como pessoa LGBTQIA+. Além disso, há tendência a indicar que a fala não é único marcador de identidade sexuais ou de gênero que não sejam cis-heteronormativas. Dito isso, podemos nos ater a algumas especificidades, como é o caso de M, ao indicar que o uso de gírias marca sua fala como alguém que integra a comunidade LGBTQIA+, logo, reconhece que há marcas lexicais que a identificam como mulher transexual.

Diferentemente de L1, que diz não ter ideia, mas reconhece que sua forma de agir e se vestir são indicadores perceptíveis, algo que nos oportuniza ver a construção da identidade dessa bissexual enquanto performance que não se revela na percepção linguística, mas na construção de uma persona.

De modo aproximado, temos L2, outra mulher bissexual, que diz ser uma percepção para além da fala, mas também diz que faz uso de alguns itens linguísticos que compõem a performance de LGBTQIA+, algo que aprendeu em meio as conversas com seus primos maternos, inclusive por ter um primo drag queen. Ou seja, favorecendo sua inserção em meio ao socioleto do grupo, algo que se manifesta também por conviver com amigos/as gays, lésbicas e outros/as bissexuais que costumam fazer uso de recursos linguísticos marcados.

Já H contextualiza sua resposta no contexto do trabalho, reconhecendo-o como mais formal, mas onde conhece um homem gay e percebe que ele, ainda que mais velho, compreende alguns recursos linguísticos que vez ou outra ela utiliza, indicando também que o fator sexualidade é que desfavorece a compreensão dos demais, uma vez que ela faz uso de códigos linguísticos que não são compreendidos pelos/as demais.

Para além disso, é interessante quando H aponta para seu colega de trabalho, mencionando que *“ele é mais velho, mas às vezes ele tem noção”*, revelando que em meio a comunidade o fator idade pode ser determinante na troca linguística, logo, a variável sexo/gênero mostra-se relevante também para uma análise com fatores interdependentes que indiquem percepção nesse sentido no contexto da comunidade LGBTQIA+.

Por último, temos I, que aponta *“absolutamente”* que seu modo de falar soa como alguém que integra a comunidade LGBTQIA+, que também indica como já lhe causou desconforto, pois há o apontamento por parte das outras pessoas. E, acrescenta que tal percepção se dá ainda que avalie sua voz como grave, além disso, indica que, principalmente, seu modo de falar soa como alguém LGBTQIA+, mas não é apenas isso que o identifica.

Diante das respostas, os enunciados iniciais são importantes, pois observemos que as mulheres bissexuais e a lésbica não são assertivas, ainda que seus relatos corroborem suas respostas mais para sim ou para não, pois a lésbica acha que *“algumas vezes”* e das bissexuais: uma diz *“não tenho ideia”* e a outra *“acho que sim”*, apontando para a possibilidade de pensarmos como mulheres lésbicas e bissexuais possam não estar tão em destaque no que concerne a um conjunto linguístico que não seja cis/hétero, logo, nem mesmo elas são categóricas ao responderem, também apontando para certa invisibilidade dessas sexualidades em meio à própria comunidade.

Algo que ocorre em posição oposta quando se trata da mulher transexual e do homem gay, respondendo que *“sim”* e *“absolutamente”*, respectivamente. Essas respostas nos possibilitam refletir como a homossexualidade e a transexualidade feminina podem ser vista como mais marcadas em nossa sociedade. Afinal, o estigma com a sexualidade que não seja heterossexual e com identidade que não seja cisgênero é realidade nacional, pois a figura masculina – que tenha pênis, virilidade, força, etc – é uma engrenagem falocêntrica que não tolera a possibilidade de que o sujeito homem prefira a feminilidade, negue a heterossexualidade e/ou assuma o uso de vestido e salto alto, abandonando seu papel como dominador e negando uma herança cultural: a dominância via sexismo, machismo, etc.

Assim, os/as que soam como LGBTQIA+ devem ser falantes mais visibilizados na comunidade ou percebidos mais facilmente como parte dela por aqueles/as que não a compõem. Então, “a variação é, mais do que qualquer coisa, o produto de uma posição assumida pelo sujeito no mundo, e a manifestação desse posicionamento pode ser revelada pelo estilo de fala” (VELOSO, 2017, p. 240). Portanto, a diferenciação social é algo ativo e que não deixa de fora o uso linguístico dos/as falantes.

Nossa segunda pergunta deste bloco foi a seguinte: **sendo LGBTQIA+, há algo específico que você gosta ou não gosta na sua forma de falar?** E, obtivemos as seguintes respostas:

Sim, **palavras pejorativas são algo que não gosto**, mas que na maioria das vezes **são usadas para se adaptar ao ambiente LGBTQIA+** (M – mulher transexual).

Gosto do meu jeito de falar. **Acredito que não incomoda ninguém e isso já é o suficiente** (L1 – mulher bissexual).

Acho que relacionado à sexualidade não tanto. **Talvez o “bicha” eu use muito e aí às vezes eu me perco e uso em momento que talvez não sejam tão adequados. É... mas eu tenho alguns vícios de linguagem e isso me incomoda um pouco**, mas não especificamente ligado a esse dialeto assim (L2 – mulher bissexual).

[...] Sabe que eu nunca tinha parado pra pensar nisso? Nunca tinha parado pra pensar se eu gosto ou não gosto. Porque é indiferente pra mim, **mas eu gosto da maneira que eu falo... eu acho [...]** **Já disseram que a minha linguagem era autêntica** (risos) [...] quando eu comecei a conviver com o pessoal aqui do meu trabalho [...] acho que eles acham muito mais marcado, né, do que a galera daqui de João Pessoa? Não sei, eu nem sabia que tinha diferença porque, tipo assim, mesmo que eu não seja daqui, eu sou Campina Grande, é muito perto [...] (H – mulher lésbica).

Já me incomodou bastante, às vezes, eu é... é, quando eu tenho, por exemplo, as quedas, oscilações da minha autoestima, isso **já foi um problema bastante considerável na época do ensino médio**, ensino fundamental pra ensino médio, **porque era daquela que você precisa se defender e muitas vezes você não consegue fazer isso** [...] então já foi um problema bem mais sério, hoje em dia é um problema bem mais resolvido, **porque geralmente aparece esse incomodo quando eu tô com a autoestima não muito bem** [...] (I – homem gay).

A partir dos discursos das/os participantes, podemos observar diferentes direções no que tange à apreciação do próprio modo de falar e que para alguns têm maior relação com ser LGBTQIA+ ou não. Como podemos observar, há duas ideias que habitam no dizer de M, ela diz que não gosta do uso de “palavras pejorativas” e também diz ser algo usual para se adaptar ao contexto comunicativo de pessoas LGBTQIA+, preferindo apontar algo da linguagem em geral que ela não gosta, o que nos leva a compreender que não deva fazer uso.

Assim, é possível pensarmos como os itens linguísticos que ela indica como pejorativos – possam ser palavrões, palavras ofensivas, palavras obscenas – são códigos que funcionam no

ato de acomodação²⁷ linguística e, ainda que não goste, não condena tais usos, mas os reconhece como recursos necessários para a adaptação ao entorno comunicativo. Interessante também é pensar como a posição dessa mulher transexual passa por certas crenças, opiniões e valores que ela condena, indicando que a mulher transexual e travesti não deve ser resumida ao contexto das ruas, da promiscuidade e prostituição. E, nesse caso, nós temos um exemplo bastante sólido de tolerância pela linguagem.

Em relação ao dizer de L1, temos uma atitude positiva, mas ancorada numa percepção do outro, pois quando ela diz que se não incomoda ninguém já está bom, acaba por nos fazer pensar na possibilidade de que se seu falar fosse incomodo, logo, não gostaria dele. Além disso, é válido pensar que acomodar a linguagem de modo incômodo serve à construção do efeito espada/escudo, então, quando mais o uso linguístico é conscientemente feito em vias de causar conflito e atravessado por marcadores sociais (gênero, sexualidade, raça, etnia, origem, etc) temos os significados desse efeito ocorrendo em movimentos de ataque e defesa (PRETI, 1984).

Já L2 diz que gostar ou não de seu modo de falar não está tão associado à sua sexualidade. Ela menciona fazer uso do vocativo “bicha” em situações que não seriam tão apropriadas, acomodando esse uso linguístico em contextos que mereceriam maior monitoramento, pois diz que “*talvez não sejam tão adequados*”. Logo, guarda consciência que pode haver desaprovação e atitudes negativas frente a esse uso, assim, um recurso linguístico que serve a uma performance restrita passa a integrar e materializar-se em interlocuções outras que não apenas de comunidades de prática LGBTQIA+, no caso.

Além disso, acaba por mencionar que tem vícios linguísticos que a incomodam um pouco, reflexo da GN também, assim, ainda que se veja desprendida de certas normas, inclusive ao usar “bicha” em contextos que ela não considera dos mais adequados, acaba por ser um exemplo do efeito profundo da normativa gramatical da qual todos/as somos, inconscientemente, reféns. Desse modo, é importante termos em mentes duas questões: 1) o que muitas vezes dizem ser vícios de linguagem são marcadores de nossa identidade linguística, sendo característicos da nossa discursividade e 2) muitos, dos chamados vícios de linguagem, podem ser explicados e organizados à luz de teorias de cunho funcionalista.

Logo depois temos H, que diz nunca ter parado para pensar sobre gostar ou não de sua forma de falar. E, ao responder, não é objetiva, uma vez que ela firma que gosta, mas contraste ao fim do enunciado “*eu acho*”. A partir disso, observamos que a insegurança linguística é algo

²⁷ Usamos os termos *acomodação*, *divergência* e *convergência* cientes de que compõem categorias da Teoria da Acomodação (cf. GILES *et al*, 1991), mas que, aqui, trata-se mais de uma questão argumentativa do que tipicamente teórica, uma vez que os enunciados das/os participantes aponta para a semanticidade desses vocábulos.

que intersecciona as variáveis linguísticas e pode ser estudada no interior de diferentes grupos de falantes. Apesar de não dar exatidão em sua avaliação de si, H menciona que pessoas em seu trabalho já disseram que ela tem uma linguagem autêntica, o que tendo a uma atitude positiva. E a participante, rindo, diz que não entendia bem o que seria essa autenticidade percebida pelos/as colegas de trabalho, uma vez que ela mora numa cidade próxima e não percebe diferenças marcantes.

Ao colocar isso, questionamos o seguinte: você acha que essa autenticidade pode ser marcada por você não ser uma mulher heterossexual? E ela diz *“Com certeza. Não ser uma mulher heterossexual implica na maneira como eu falo. Além da questão regional, a questão de convivência com pessoas LGBTQIA+ me deu todo esse dialeto que eu uso, que eles não têm costume”*. Desse modo, é relevante pensarmos como a manifestação linguística é interseccionada por diferentes marcadores sociais e que podem constituir nosso modo de falar em um movimento diversificado, uma vez que essa participante, por exemplo, é uma mulher negra lésbica nordestina, vivenciando esses diferentes marcadores de modo particular e ao mesmo tempo coletivo, o que pode ocasionar numa percepção de um modo de falar autêntico.

Por último, temos I, indicando que gostar ou não gostar de seu modo de falar é movediço e circunstanciado por sua autoestima, logo, é na construção do empoderamento de sua personalidade que esse homem gay gosta de seu modo de falar e quando está em conflito consigo mesmo a atitude negativa é mais propensa a aparecer. Para tal, o participante aponta o tempo escolar como época de maiores conflitos, pois ele considera que nesse contexto você necessita se defender e não é sempre que consegue, logo, perceber seu modo de falar sendo agredido, acaba por ser uma agressão direta ao seu existir, também refletindo em atitudes negativas para consigo. Isso nos faz pensar como é assertivo pensar que, conforme Souza-Silva, Dias & Bezerra (2021), homens parecem ter suas sexualidades como pauta mais frequente do que as mulheres no contexto escolar.

Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico

Neste bloco, temos dois questionamentos, o primeiro foi sobre **considerar que tem domínio/conhecimento de aspectos da linguagem da comunidade LGBTQIA+, caso sim, qual(is) seria(m)?** Nossas/os participantes apontaram o seguinte:

Sim, pois faço uso da linguagem LGBTQIA+ como **forma de tratamento e abordagem**, como por exemplo **o uso de pronomes com pessoas trans** (M – mulher transexual).

Confesso que alguns **ainda fico em dúvida e sempre um amigo vem e me diz o que significa** (L1 – mulher bissexual).

É, **consigo dizer que eu compreendo** (risos). Se tiver acontecendo um diálogo nesse dialeto, assim, eu compreendo, **talvez não tudo, porque surgiram novos termos**, né?! E aí... talvez eu não compreenda tudo, mas boa parte eu consigo compreender, sim (L2 – mulher bissexual).

Eu **diria que eu tenho um certo domínio**... ultimamente eu tenho convivido menos com pessoas LGBTQs, porque a pandemia me afastou, né?! Meu convívio maior era dentro da universidade... então naquela época eu usava até mais. E **é interessante como a linguagem é um fato social, porque quando você convive com a galera, você cria ali todo aquele dialeto, toda aquela linguagem específica, e a partir do momento que você se afasta, você já começa a se readequar** [...] (H – mulher lésbica).

Eu **acredito que tenho domínio de muita coisa**, sei que é uma coisa que tá em constante atualização, **o nosso pajubá tá em constante atualização**, as **formas de manifestar nosso jeito de ser são muito é... singulares e ao mesmo tempo muito coletivas e subjetivas** [...] tem sempre uma novidade [...] (I – homem gay).

Mediante os discursos, podemos identificar atitudes positivas quanto a reconhecer que conhece ou domina recursos de uma linguagem marcada como LGBTQIA+. Por não haver respostas que neguem, identificamos que há enunciados que apontam para a constante atualização das expressividades languageiras que compõem essa comunidade marginalizada.

A partir disso, podemos nos ater às singularidades discursivas, como no caso da mulher transexual: M evidencia que tem conhecimento/domínio da linguagem de sua comunidade, indicando que a linguagem servirá a dois propósitos “tratamento” e “abordagem”, o que nos oportuniza apontar como a falante guarda alguma consciência sobre o papel funcional da linguagem. Tal consciência é explicitada a partir da adequação de pronomes na conversação com pessoas transgêneros/as, conforme aponta M. Questão bastante importante na construção da persona transexual e travesti²⁸, uma vez que os/as falantes dessas identidades não se enxergam em seus gêneros, social e culturalmente construídos, logo, reivindicam o tratamento oposto – todavia, é válido apontar para a crescente de identidade de gênero não-binárias, as quais podem solicitar uso de linguagem neutra.

Já L1 assume ainda ter dúvidas, mas sempre ter um amigo para ajudá-la em alguns significados, isso demonstra o poder das comunidades de prática em manifestar usos prototípicos e também a importância da rede social que possibilita interagir para compreender

²⁸ Contemporaneamente, inclusive por força sistêmica, pessoas transexuais e travestis ainda são tratadas, linguisticamente, em categorias que não lhes representam, tanto que, no programa Big Brother Brasil de 2022, a participante Lina Pereira (Linn da Quebrada) foi tratada por formas masculinas, ainda que toda sua performance e seu desejo sejam marcados pela feminilidade. Para maiores informações acessar este link: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/bbb22/2022/01/bbb-22-a-pedido-de-schmidt-linn-reforca-o-uso-do-pronome-correto-ela.shtml>>. Acesso em: 21 de fev. 2022.

significados outrora desconhecidos, logo, essa mulher bissexual, ainda que menos engajada em comunidades de prática LGBTQIA+, tem acesso a sujeitos que possam lhe possibilitar esse maior engajamento numa troca de saberes. Logo depois, temos L2, outra mulher bissexual, mas que acredita ter maior domínio, pois assume que não é tudo de seu conhecimento, uma vez que a comunidade é aberta à inserção de novos termos, logo, a atualização dos recursos lhe impossibilita de dizer que tem pleno domínio.

A participante H aponta questões interessantes, reconhecendo que tem algum domínio da linguagem de grupo e seu relato favorece a análise, como ela mesma aponta, da visão da linguagem como um fato social, pois, na época em que era universitária e convivia mais próxima a pessoas LGBTQIA+, fazia uso mais frequente da linguagem marcada. Além disso, reconhece que em grupo havia a criação de formas de se comunicar próprias e específicas, mas o afastamento das pessoas de sua comunidade universitária lhe fez amenizar tais usos e, segundo H, passou a ter uma readequação. Desse modo, podemos reconhecer como a língua também é um marcador social poderoso (YAGUELLO, 2001).

Na direção dessas questões que envolvem usos linguísticos e rede de socialização, é válido apontar o que indica Bortoni-Ricardo (2011, p. 100): “[...] as redes de tessitura miúda associam-se à preservação de linguagem minoritária e não padrão, enquanto as redes abertas são marcadas por preferência pela linguagem culturalmente dominante ou suprarregional”, então, é oportuno pensarmos como uma variedade linguística de grupo é fruto de uma língua marginalizada e subalterna, ainda que funcione como importante marcador cultural e identitário; já o padrão é aprendido na escola e defendido de modo torpe por parte da mídia, sendo associado aos bons valores, posto numa posição sacra.

Logo, quando H afastasse de sua rede de tessitura miúda acaba por deixar parte de sua identidade também, tendo que, como ela diz, “*se readequar*”, reconhecendo que sua prática linguageira da rede de tessitura miúda é marginalizada, outro componente do efeito espada/escudo, por meio do qual ora se defende, ora ataca, uma vez que “[...] o novo assusta, o novo subverte as certezas, compromete as estruturas de poder e dominação [...]” (BAGNO, 2015a, p. 239).

Por último temos o discurso de I, o qual acredita ter domínio de muita coisa, inclusive colocando em ênfase que “*o nosso pajubá tá em constante atualização*” e ao que nos parece o pronome possessivo “nosso” é bifuncional na esfera discursiva, pois serve para o aproximar do pajubá e dos comunitários correspondentes da sigla LGBTQIA+, bem como para se aproximar de seu interlocutor, numa percepção de reconhecimento, construindo uma rede de socialização.

Outrossim, aponta para o fato de, apesar de compor comunidades de prática específicas, o pajubá é aberto a atualizações, haja vista os novos papéis da linguagem em nossa sociedade contemporânea e altamente globalizada que está a todo momento se reconfigurando, mesmo no interior dos grupos mais fechados. Além disso, deixa em destaque como o pajubá é algo que manifesta as identidades LGBTQIA+, daqueles/as que o utilizam, num movimento de singularidades e coletividades, sendo permeado pela subjetividade.

Em seguida, temos a segunda pergunta do bloco: **o que você acha sobre saber ou não a linguagem LGBTQIA+?** E, para essa pergunta, destacamos os seguintes enunciados:

Acho normal... importante saber para não estar com um tradutor ao seu lado 24h, mas quanto a usar, **usa quem quer, né, verdade?!** (M- mulher transexual).

Acho importante se informar sobre a linguagem **para evitar constrangimentos** (L1 – mulher bissexual).

Eu **acho que saber é uma espécie de... se reconhecer**, né, em algum espaço? É... diz respeito à identidade, **construção de uma identidade de um grupo**, a linguagem também [...] acho algo positivo (L2 – mulher bissexual).

Eu **acho que as pessoas sabem quando elas tão inseridas no grupo...** então, é legal saber, mas ao mesmo tempo não é, porque, por exemplo, se torna outro tipo de linguagem pra quem não faz parte daquele meio, entende o que tô dizen[d]o? Então, assim, as pessoas não vão interpretar, não vai fazer sentido pra elas, né?! E eu **não sei se elas têm interesse também em saber....** pessoas que eu digo, pessoas que tão fora da comunidade [...] **se você faz parte da comunidade, né?!** Apesar de que tem gente às vezes meio que não quer fazer parte (risos) [...] mas **é importante saber...** e eu acho que você sabe algumas coisas, porque você ouviu falar, indiretamente, mesmo que não haja uso [...] eu tenho amigos que não usam porque eles sabem que vão sofrer mais preconceito dentro de uma certa bolha social e eles não utilizam [...] (H – mulher lésbica).

Pra mim, é inclusivo, pra mim, é algo que me torna ainda mais parte da comunidade, mas que pra... na minha concepção, quem não domina, eu não... costumo excluir ou defendo excluir essa pessoa, porque **eu não acho que vá fazer essa pessoa mais ou menos LGBTAQIA+, mas que entendo que, para a comunidade, é algo que muitas vezes é um diferencial**, chega a ser mais inclusivo (I – homem gay).

Em alguma medida, todas/os consideram relevante saber sobre aspectos que envolvem a linguagem da comunidade LGBTQIA+, movidos por questões comunicativas e/ou identitárias. E, nesse movimento, a língua não deve ser concebida apenas aos fins de comunicação, essa visão única é pobre e mesquinha, conforme afirma Bagno (2012). No sentido dessa percepção, temos enunciados como *“importante saber para não estar com um tradutor”* e *“para evitar constrangimentos”* que nos remetem mais à comunicação.

Nessa direção, M valoriza saber ou não saber sobre linguagem LGBTQIA+ como algo normal, atribuindo ser importante para fins comunicativos. E, L1 atribui a importância na intenção de evitar constrangimentos, inclusive, podemos pensar como esse constrangimento

pode resultar no riso, o qual pode servir, no interior das comunidades de prática LGBTQIA+, como cumplicidade, ingenuidade e igualdade, mas também pode apontar para malícia, segregação e superioridade, conforme indica Alonso (2010). Logo, o não conhecimento sobre aspectos linguísticos dessa comunidade pode favorecer constrangimentos que resultam no efeito espada/escudo.

O discurso de H mescla as ideias de comunicação, quando diz ser algo incompreensível para aqueles que não integram o grupo, mas aponta como fator importante, quando você se reconhece como parte da comunidade em questão. Logo, o uso resulta de certas “bolhas sociais”, conforme indica essa mulher lésbica. Por esse prisma, “[...] a língua é fator importantíssimo na construção da identidade de cada indivíduo e de cada coletividade” (BAGNO, 2012, p. 75) e tal percepção é expressa nas atitudes de L2 e I, para aquela remete a reconhecimento e construção de identidade e para este é um conhecimento que promove pertença, mas destaca que não é o domínio ou não de aspectos da linguagem que irão determinar se a pessoa é mais ou menos LGBTQIA+, ainda que se reconheça como um diferencial no que tange à prática linguística do grupo.

Por fim, vale comentar o seguinte enunciado da mulher transexual: “*usa quem quer*”, posição que tende a uma visão democrática e não totalitária, inclusive, por entendermos que não podemos resumir o ideal comunitário dos/as LGBTQIA+ aos itens linguísticos e performáticos que compõem a prática linguística das comunidades de prática desse grupo. Entretanto, devemos ter em mente, também, que o uso e reconhecimento desse uso, ainda que nos seja imposto um modo de dizer do qual não podemos escapar, conforme indica Bagno (2019) – à luz do que Roland Barthes aponta sobre a língua ser fascista – dá-se em recursos linguísticos crípticos que desfavorecem a construção de sentidos, subvertem a comunicação, divergem da norma linguística e encabeça performances itinerantes, tudo isso marcado por valores sociais.

Descrição e avaliação feitas pelo interlocutor

Neste bloco, estamos empenhados em identificar como as/os participantes se veem percebidos. Para tanto, questionamos se **quando conversa com pessoas desconhecidas, há algo específico que as pessoas percebem na sua forma de falar que possa remeter a ser LGBTQIA+**, a fim de mapear atitudes de outras/os falantes e, frente a isso, apresentamos os seguintes trechos:

Sim, **o uso de gírias...** tirando também a identidade visual, né? E... **identidade de gênero também que já é notável, não tem como esconder que eu sou uma pessoa trans** [...] (M – mulher transexual).

Sim. **Acho que o uso do termo bicha**, é... acho que **até o tom que eu falo**: “mulhé”, **junto com um gesto** assim (faz um gesto com a mão popularmente conhecido como “desmunhecar”) [...] **não é tão heterossexual** (L2 – mulher bissexual).

Nossa! Que pergunta difícil... **Eu acho que elas percebem uma palavra ou outra**, elas pegam uma palavra ou outra e às vezes elas **sabem que isso é específico da comunidade, mas eu não sei se elas me leem como uma pessoa LGBT**, entende? **Só por falar, até porque eu tenho muitas amigas que são hétero**, elas convivem muito com a gente da comunidade, e aí **elas se apropriam do vocabulário e usam meeesmo**, mas as pessoas não leem elas como uma pessoa LGBT... eu não leio [...] (H – mulher lésbica).

É... **eu acredito que sim, tem sempre algum detalhe** que... por exemplo, uma característica que na verdade isso eu meio que copiei ou peguei, absorvi de um outro grande amigo que é LGBTQIA+, que é **o fato de eu chamar muito as pessoas com muita facilidade de “amigo” ou “amiga”**. Então, assim: “oi, amigo”, “tudo bem, amiga?”. E essa coisa da entonação, de uma **empolgação a mais**, faz com que as pessoas automaticamente percebam (I – homem gay).

É válido mencionar que a resposta de L1 – mulher bissexual – foi categórica, apenas dizendo que “*não*”, por isso não apresentamos acima, o que remete também a ela ter dito que a percepção de sua sexualidade possa se dar por questões não linguísticas. Diferentemente de L2, a outra mulher bissexual, que acredita que o uso do termo “bicha”, já recorrente em seu vocabulário, é um marcador de percepção que, como ela aponta, “*não é tão heterossexual*”, além disso, ela acredita que tom de voz combinado ao gesto favorece a percepção. Desse modo, percebemos como a experiência bissexual, no que tange a fatores linguísticos, é algo subjetivo, sendo moldada na individualidade, ainda que compartilhada na coletividade.

Frente a isso, reforçamos a relevância de trabalhos que possam mapear aspectos prosódicos de pessoas bissexuais, bem como de mulher lésbicas. Além disso, a valia de um estudo variacionista que considere os usos linguísticos em um envelope multimodal, no qual o gesto terá papel relevante, uma vez que, com base na pesquisa que fizemos, não há investigações nesse intento. Logo, a análise nessa perspectiva considerará a produção simultânea de diferentes modos de linguagem, conforme indica Ávila-Nóbrega (2018).

Em relação a M, temos apontamento para itens lexicais, as famosas gírias, quando se trata de seu modo de falar, mas enfatiza que sua identidade visual e de gênero são notáveis para sua identificação como pessoa transexual. Desse modo, percebemos que a percepção da pessoa LGBTQIA+ não se limitará ao uso de itens linguísticos performáticos e tal percepção tanto é de si quanto por parte da percepção de outras pessoas. Inclusive, H indica que tem amigas heterossexuais que se apropriam do vocabulário marcado e o utilizam sem sanções, mas não as percebe ou as vê sendo percebidas como mulheres que não sejam heterossexuais, posto isso, é

válido mencionar que o estudo de Ribeiro (2020) aponta para a percepção negativa que alguns LGBTQIA+ possam ter por usos linguísticos de seu grupo serem usados por pessoas heterossexuais.

Ademais, outra colocação importante do discurso de H é sobre a possibilidade de ela não ser percebida como LGBTQIA+ apenas por falar certas palavras, logo, também reconhece que a percepção das pessoa LGBTQIA+ não ocorre num movimento único, ainda que as pessoas achem, também poderão ter dúvidas. Entretanto, I menciona que, em seu caso, sempre tem um detalhe para percebê-lo como homem gay.

Esse participante relata que se apropriou de um uso comum da fala de um outro amigo LGBTQIA+, que é uso frequente dos vocativos “amigo” e “amiga”, mas também indica que não são apenas esses usos sozinhos que apontam para sua sexualidade divergente do padrão, trata-se também de entonação, o que ele caracteriza como “*uma empolgação a mais*”. Posto isso, identificamos como as formas de tratamento marcam exemplificação nos enunciados da mulher lésbica e do homem gay: para ela, bicha e mulhé [mu'ʎɛ]; para ela, amigo e amiga. Esses itens linguísticos indicaram maior escala de uso na pesquisa de Nogueira (2019). Assim, dos 86 usos registrados, 24 foram de “mulher” (e suas variantes [mu'ʎɛ] e [mu'lɛ]), 16 de “bicha”, 13 de “amigo” e 05 de “amigo”, compondo os 5 chamamentos mais recorrentes entre 17 ocorrências diferentes.

Por fim, é importante lembrar que o estudo de Souza-Silva *et al* (2021), com estudantes da EJA, indicou “bicha” como o uso linguístico mais comum nas interpelações no ambiente escolar no que concerne a controlar a sexualidade nesse contexto, também estando entre os 3 usos considerados como mais agressivos. Desse modo, o uso contínuo por parte de pessoas LGBTQIA+ deve continuar nos ensejos da resignificação do item, buscando resignificar sua carga semântica e desconfigurá-lo como pejorativo.

Por conseguinte, questionamos isto: **alguém já criticou, elogiou, riu e/ou comentou a respeito da sua forma de falar não parecer cis/heterossexual?** Para este questionamento, obtivemos as seguintes respostas:

Não me ocorreu, pois acho que no tempo que presencio hoje, **os diálogos são mais "higienizados"** (M – mulher transexual).

Não. **Sempre fui neutra no meu modo de falar...** desde uma certa idade eu tento evitar ao máximo o uso de gírias, seja lá qual for. Na verdade, **desde o dia em que fui repreendida num seminário por falar "tipo"** a cada 8 palavras que saia da minha boca, **fico me policiando** desde então (L1 – mulher bissexual).

Críticas, até onde me lembro, não... **só acham engraçado**, já riram bastante (risos), porque **é um dialeto muito engraçado**, né, cara? Muito engraçado! (L2 – mulher

bissexual).

Sim... sim! Inúmeras vezes, **quando eu utilizo um meme** [...] ou quando eu falo... ah, uma coisa que eu falo bastante que um amiga minha ria muito que era: ficar com Deus! Eu deixava de fazer alguma coisa do trabalho ... **eu dizia “pronto, ficou com Deus, isso aí”. E, a galera da comunidade usa bastante** [...] **aí ela ria muito.** [...] Então, assim, inúmeras vezes, seja por memes que a gente utiliza mais, né? Ou utilizava, tipo meme de Inês Brasil, meme de Gretchen, ou de Nicole Bahls. É, a galera ri com isso, ou linguagem específica mesmo, seja uma gíria [...] **é meio que cômico pra eles** (H – mulher lésbica).

Sim, sim! Mais de uma vez, isso aconteceu mais lá atrás no... na época da escola, né? Na época da adolescência. **Hoje, em dia, quando as pessoas percebem que eu sou uma pessoa que tá muito bem na sua própria pele, já não dou muito espaço para elas se manifestarem nesse sentido, já não importa absolutamente mais que elas queiram imitar a minha voz ou coisa do tipo...** Mas ainda sim **tem aquela piadinha aqui e acolá na rua**, por exemplo... tem essa coisa do apontamento, é real [...] ele vê só aquela coisa dele reproduzir “inhaê”, “e aí, bichinha”, num sei o que. **Você nem falou, mas só de você tá existindo ali, a pessoa já quer te apontar** [...] (I – homem gay).

A partir dos enunciados, identificamos discursos que se aproxima e que se distanciam uns dos outros. De início temos M – a mulher transexual – que, segundo ela, essas avaliações não lhe ocorreram – ou ela não as percebeu ou não quis perceber? –, pois ela acredita que há maior “*higienização*” nos diálogos atualmente. Desse modo, ela percebe que a interação tem ocorrido com maior “etiqueta”, sendo mais polida, possivelmente, evitando julgamentos, ao menos, explícitos. Afinal, conforme indica Borba (2010), a linguagem é uma forma de vida por meio da qual operamos e assumimos posições, logo, é importante que tenhamos ciência de que há ações encobertas e mascaradas por detalhes ínfimos, nem sempre são perceptíveis ou desejosos de percepção.

Consequente, temos L1 apontando que “*sempre fui neutra no meu modo de falar*”. Entretanto, nenhum falar é neutro, ainda que pudesse ser reconhecido como sem marcas de variação, sem recursos estilísticos, etc., seria enviesado por um modo de dizer, haja vista a necessidade de um modelo de regência para o ato de fala que enunciamos ao mundo. E, conforme indica Bagno (2012), a língua é palco de conflitos, inclusive, servindo para manipulação social, uma vez que a ação de L1 de evitar o uso de gírias, ter sido repreendida pelo uso excessivo de “tipo” e se policiar frequentemente no que tange ao uso da língua(gem) demonstram que a língua não é mero instrumento da comunicação humana.

As participantes L2 e H – mulheres bissexual e lésbica, respectivamente – enunciam discursos que se movem no campo da “comichidade”, uma vez que reconhecem que promovem riso ao utilizarem termos e expressões marcados como LGBTQIA+. Assim, L2 indica que interlocutores/as acham engraçado e ela reforça: “*muito engraçado*”, e H relata que uma amiga já riu bastante quando ela utilizou de uma expressão – “*ficou com Deus*” – proveniente de

*meme da internet*²⁹, e bastante usual pela comunidade LGBTQIA+, segundo ela. Também fazendo menção a personalidades da mídia que produzem enunciados que facilmente integram a dinâmica das práticas linguísticas no interior das comunidades de prática LGBTQIA+, servindo também como recurso cômico para aqueles/as que não integram a comunidade ou são simpatizantes dela.

Inclusive, questionamos a L2 o motivo de achar engraçado o uso da linguagem de grupo e ela disse o seguinte: *“eu acho que é um jeito mais leve de se comunicar [...] meus amigos gays eles são perfeitos, cara! Lésbicas são um pouco mais fechadas, assim, e tal [...] sento com meus amigos e é só gargalhada [...] eu acho que há uma diversão em torno da comunicação e da forma de se portar [...]”*. Logo, coloca-se em ênfase novas nuances na interação, assim, podemos pensar com Alonso (2010) que o riso é um agente relativizador em relação ao que é proferido, mediando os discursos e funcionando como modalizador.

Por conseguinte, considerando a ideia de gracejo acionada nas comunicações com pessoas LGBTQIA+, perguntamos a H o que ela acha do riso associado aos usos da linguagem da comunidade: *“acho que as pessoas avaliam, de fato, como uma coisa gay, e que a sociedade interpreta muito o gay como uma palhaça... como uma coisa sempre cômica, que é pra gerar entretenimento, sabe?”*, assim, devemos ter em mente que o riso é um recurso expressivo que pode funcionar como convite para a interação, sendo elemento da socialização humana e, conforme afirma Alonso (2010), o riso é aglutinante, pois pode favorecer a aproximação entre interlocutores/as, mas também pode servir para fins de discriminação social.

Por último, temos I, homem gay que enuncia de um outro lugar sua experiência no que tange à avaliação de interlocutores/as, afirmando que na época da escola era algo mais frequente, mas, hoje, como uma pessoa que, segundo ele, sente-se bem em sua própria pele, deixou de ser algo que não recebe tanto sua atenção, logo, não se importa se querem imitar seu modo de falar, por exemplo. Além disso, acrescenta que na rua ocorrem, por vezes, piadinhas – algo que também enuncia o riso – o chamando de “bichinha”, por exemplo, e aponta para algo importante: *“você nem falou, mas só de você tá existindo ali, a pessoa já quer te apontar”*, indicando como as identidades sexuais e/ou de gênero são alvo de violências simbólicas que lhes atinge de modo psíquico, muitas das vezes, tendo esse participante já ter relato problemas com sua autoestima. Portanto, é por essas questões que, conforme Ribeiro (2020), os sujeitos

²⁹ Em 2018, desenvolvi pesquisa de conclusão de curso e me propus a analisar a construção sentidos em *memes* da internet a partir de gírias LGBTQIA+. Nesse trabalho, paralelamente aos objetivos geral e específicos, observei que o contexto digital e do mundo real atuam na troca de recursos linguísticos. Assim, códigos e expressões das interações reais migram para as interações virtuais, mas também há migração para a oralidade dos/as falantes, revelando uma transposição do digital para oral (cf. SOUZA-SILVA, 2018).

que integram a comunidade LGBTQIA+ fazem uso da linguagem como proteção, servindo ao efeito espada/escudo, como temos defendido até aqui.

Tendência de reação do informante

Este bloco é composto por uma única pergunta: **você já tentou evitar ou usar marcas linguísticas LGBTQIA+ para se adaptar ao seu entorno?** Isso com a finalidade de observar questões que tendam ou não a uma acomodação linguística. Dito isso, nossas/os participantes enunciam o seguinte:

Já sim, todo ambiente LGBTQIA+ tem muita variedade de palavras e **às vezes só somos bem recebidas caso façamos uso das palavras ditas no ambiente** (M – mulher transexual).

Não. **Evito falar gírias**, mas quando falo não me importo e **se alguém uma dia se incomodar caso eu use, prefiro não estar no mesmo ambiente** (L1 – mulher bissexual).

Os dois... é... **no meu círculo familiar**, que não é dos meus primos, é... principalmente na minha relação com meu pai, enfim, com a família do meu pai, existia muito essa... **eu tentava barrar, né, o uso desses termos?** Enfim... [...] e eu **já usei, sim, pra... como uma forma de integração, né?** Quando eu tô com outras pessoas que são LGBT que... eu não conheço talvez, como **até uma forma de me identificar como parte daquela comunidade**, sabe? (L2 – mulher bissexual).

Eu adequo [...] então, **dependendo do lugar onde eu esteja**, seja por questão não conseguir me compreender, porque eu trabalho com pessoas mais velhas, não é coisa do tempo delas, que nem elas mesmo falam... “não isso aqui não é do meu tempo”. Teve uma que chegou aí disse: olhe, esse negócio é muito complicado, eu escutando (risos), eu não sei se eu vou dizer que é ele, que é ela, eu não sei qual pronome que eu utilizo. Eu disse: é muito simples! Você vai perguntar pra você [...] aí a pessoa vai dizer. E aí, **sim, eu adequo, por questão de... elas conseguirem me compreender mesmo, porque eu não vou ficar explicando o que tal gíria significa** [...] (H – mulher lésbica).

É, **já teve momentos**, assim... no passado, e aí eu pontuo bem, tá bem localizado lá na adolescência, quando eu fiz parte de grupos que tinham mais garotos, e a maioria era majoritariamente de garotos cis, hétero, né? Então [...] **no momento que eu precisa me expor ou me colocar... ou falar, é... tinha essa preocupação, né, de usar mais a gravidade da minha voz, talvez não gesticular tanto ou não dar tantas entonações**, e aí, mesmo sendo essa pessoa supercomunicativa, às vezes eu tinha uns deslizes e... e... era apontado ou não, mas sim, já teve momentos em que eu, meio que, **estrategicamente, tentei diminuir ou tentei não manifestar tanto** [...] (I – homem gay).

Conforme os enunciados apresentados, identificamos que acomodar ou não certos usos linguísticos decorre de questões situacionais e de ouvinte. Assim, contexto familiar, de trabalho e escolar podem ser propensos a atos de convergência, diferentemente dos espaços informais, alguns públicos e privados particulares que podem favorecer atos de fidelidade linguística (LIMA, 2018 *apud* GILES *et al*, 1982). Desse modo, o ato de evitar certas marcas linguísticas

“[...] pode envolver certos custos para o falante, em termos de mudança de identidade [...]” (LEITE, 2011a, p. 1022), por exemplo. Essa ideia de mudança ou de disfarce pode ser percebida nos discursos acima.

De acordo com M, há ambientes de socialização LGBTQIA+ que irão recepcionar melhor os/as interlocutores/as que favorecerem o uso de recursos linguísticos expressivos dessa comunidade. Desse modo, entendemos que na dinâmica de um grupo mais restrito, apoiar-se, comunicativamente, nas “*variedades de palavras*” potencializará sua interação e participação na comunidade referida, isso se você for uma pessoa LGBTQIA+, acreditamos que, especialmente, “assumida, ou seja, experientia e vivencia suas identidades sexuais e de gênero abertamente na sociedade, ainda que minado pelo estigma e normatizações. Logo, é válido ressaltar que cis/héteros não se beneficiaram do mesmo modo.

Já L1 diz não ter ocorrido nenhuma das situações com ela e evita o uso de gírias, algo que, ainda que inconscientemente, é um ato de convergência, mas com a norma padrão, uma vez que, conforme Preti (1984), mudanças de registro – neste caso, exclusão de códigos – podem revelar atitude linguística de valorização de certos padrões linguísticos. Entretanto, frente ao histórico dessa participante, que disse anteriormente já ter sido repreendida ao utilizar “tipo” como variante de “por exemplo”, acreditamos que se há essa atitude de valorização, ela é fruto de um ato de intolerância, o qual acabou por revelar que atitudes linguísticas não se limitam a algo do nível do idioleto, sendo expressivamente uma questão metalinguística individual. E, trata-se também de uma questão de classe, de acordo com Preti (1984), supondo a escolha sempre injusta de uma variante “melhor” para alguma situação em relação a uma variante “digna” de abandono.

Adiante, temos L2 balanceando as duas possibilidades: evitar e não evitar. De acordo com essa participante bissexual, no contexto familiar paterno, há convergência de uso ao dizer que “*barra esses termos*”, mas com ideal de integração, ao entrar em contato com LGBTQIA+ que não conheça, por exemplo, utiliza de recursos da linguagem desse grupo para ser identificada como alguém que faz parte dessa comunidade, portanto, há atitude de solidariedade, convergindo outros usos, aqueles que são barrados em outros contextos de interação e socialização. Assim, há uma constante busca, por parte dos/as falantes, de adequação às diferentes situações, alternando registros formais, informais e/ou intermediários, como indica Preti (1984).

Logo depois, temos H – mulher lésbica – indicando que adequa os usos linguísticos a depender do lugar onde esteja, exemplificando seu contexto de trabalho, que é formado por

peessoas mais velhas que ela e que não conhecem tais usos, logo, haveria divergência. Então, na intenção de ser compreendida sem dificuldades, essa participante evita fazer uso de itens linguísticos que necessitará explicar o significando, logo, prefere convergir nessa comunidade de trabalho. Haja vista o exposto, fica evidente que variantes estilísticas atuam em conjunturas pragmáticas particulares não só pela manifestação do item linguístico, mas por sua percepção, efeito de sentido e ouvinte, favorecendo a estilização em uma prática linguística específica.

Reforçando essa dinâmica, temos I retomando, mais uma vez, uma memória escolar, relatando que, ao participar de grupos de maioria masculina cis/hétero e, ao precisar falar, buscava evidenciar a gravidade de sua voz, suavizar suas entonações e amenizar gesticulações – desse modo o falante reconhece que a percepção de sua identidade sexual e/ou de gênero não se resume ao designer de sua fala – para se defender, uma vez que ele diz terem sido estratégias para “*diminuir*”, “*não manifestar tanto*” sua sexualidade gay, no caso. E, como aponta Barbuio (2016), a fala gay apresenta especificidades constadas em outros estudos, as quais podem ser identificadas nos níveis lexical, discursivo e fonético. Logo, a busca por uma convergência heterossexual foi uma realidade vivenciada por I na época dos anos escolares.

Entretanto, aproveitamos para questionar se haveria um contexto de uso em que ele colocaria em ênfase sua identidade sociolinguística e respondeu o seguinte: “*Ai, colocar em ênfase o tempo todo, quando eu tô bêbado com minhas amigas é uma delícia (risos)*”. Esse enunciado nos apresenta dois discursos importantes, o primeiro é sobre se sentir à vontade para assumir seu real modo de falar junto das/os amigas/os, enfatizando suas identidades linguística e sexual; segundo é sua afirmação inicial, ao dizer que gosta de colocar em ênfase o tempo todo, mas exemplifica esse “tempo todo” com algo muito restrito, logo, é possível que as atitudes ora vividas na escola continuem sendo estratégias na atualidade, revelando como o falante se resguarda por meio da linguagem, fazendo uso de mecanismos do efeito espada/escudo aqui defendidos.

Feitas essas análises, é oportuno destacar o que apontam Lambert & Lambert (1972, p. 129) sobre a filiação de um indivíduo a grupos específicos: “[...] a filiação num grupo afeta juízos e atitudes sociais e que a socialização acarreta uma contribuição para as diferenças individuais nas reações aos grupos”. Assim, quanto mais filiado um/a falante está ao seu grupo social mais os ideais desse grupo afetam suas percepções, mas devendo estar atento a como tais percepções não devem ser universalizadas frente a todos os grupos, restritos ou não, a fim de possibilitar abertura para novas mudanças de atitude, haja vista os processos psicossociais serem produtos dos diferentes e complexos processos sociais e, por vezes, culturais.

Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico

Você acha que pessoas LGBTQIA+ são julgadas pela forma que falam? Essa foi nossa primeira pergunta do bloco 5 (cinco), e obtivemos as seguintes respostas:

Sim, por inúmeros motivos, um deles é **a feminilidade ou a masculinidade no tom da voz** (M – mulher transexual).

Sim. **Meu círculo social pode não ter julgamento** com o modo de falar de ninguém, **mas isso não quer dizer que em um país como o Brasil**, conhecido por ter tanta gente preconceituosa, **não tenha** (L1 – mulher bissexual).

Com certeza... com certeza! E talvez, até por isso, tenha surgido a necessidade do dialeto, né? É... **acho que a gente trata no... nosso diálogo, assim, de coisas que não são aceitas, né, pelo padrão hegemônico, assim, então... eu acho que até isso mesmo faz com que surja a necessidade da criação de um dialeto**, porque a gente fala sobre coisas que as pessoas costuma não entender (L2 – mulher bissexual).

São sim... são sim. **E eu acho que homens sentem muito isso na pele, né? pelo menos é o que meus amigos me falam, homens gays...** é... eu ainda, logicamente eu tô dentro de uma bolha, né? Mas, **por exemplo, relatos das minhas amigas que são lésbicas também ou que são bissexuais, elas nunca comentaram assim: “aí, eu sofri preconceito porque eu falei de tal jeito, que eu falo de tal jeito” [...]** Enquanto os meus amigos gays, sim, né? **Inclusive teve um amigo meu que perdeu o emprego, na verdade ele não chegou a ser contratado e claramente foi por conta da sexualidade dele.** Ele disse: H, eu acho que o fator assim, foi o jeito que eu me expressava, o jeito que eu falava. **As pessoas avaliam ele como uma pessoa, como homossexual afinado, né? Então, pelo jeito que ele falava ele não conseguiu,** quem ficou foi uma menina que não tinha nem nada a ver com a vaga, pra você ter ideia [...] (H – mulher lésbica).

Claro. O tempo todo. São julgadas, são apontadas e, muitas vezes, **podem ter situações mais sérias e preocupantes como, por exemplo, serem demitidas.** Aconteceu comigo uma vez é... e me marcou para sempre, que foi na despedida de um emprego, que eu trabalho com comunicação, e eu tava me despedindo de uma experiência numa emissora de rádio. E, o dono da emissora de rádio me recebeu, eu fui agradecer pela oportunidade, me despedi e tal da equipe e dele, inclusive. **E o que mais pontuou da experiência, ele falou inúmeros elogios à minha performance, mas o que mais pontuou e mais pesou foi quando ele falou assim: “tem profissionais no mercado que são gays e não se percebe” [...]** Porque ele colocou como algo que tava meio que desconstruindo toda minha performance, todo o meu valor ali [...] **isso me marcou muito negativamente, foi como se ele dissesse assim: sua voz não serve para a minha emissora porque ela é uma voz afeminada** (I – homem gay).

Os enunciados de nossas/os participantes favorecem análises relevantes sobre preconceito linguístico, considerando diferentes nuances e resultados daquilo que se materializa pela língua, mas é anterior a ela, uma vez que os processos de socialização e suas raízes são tão profundos quanto o próprio domínio da língua. E, podemos identificar, no que diz M, que um dos aspectos julgados refere-se ao tom de voz, uma vez que mulheres são associadas a entonações e timbres mais agudos e homens aos graves, assim, a feminilidade está no modo de

falar feminino e a masculinidade no modo de falar masculino, algo que destoe dessa associação é percebido como pouco feminino ou pouco masculino a depender da sexualidade de quem for avaliado.

A participante L1 reconhece que em seu círculo social possa não identificar ou existir tais comportamentos, mas, por considerar o Brasil um país preconceituoso, não exclui a possibilidade de intolerância pela linguagem. A partir disso, entendemos a importância de se refletir sobre a nossa atuação como cidadãos, segundo Bagno (2015a), que desejam viver numa sociedade sadia e numa democracia linguística real. Desse modo, identificamos como as atitudes linguísticas têm uma face consciente, uma vez que a falante, apesar de não ter contato com práticas de discriminação linguística, não faz pouco caso da questão, uma vez que reconhece traços em sua sociedade que indicam a possibilidade da propagação de comportamentos preconceituosos e excludentes.

Logo depois, temos o discurso de L2, o qual aponta para uma percepção interessante, que é a de criação/adoção de signos linguísticos específicos e particulares para desencadear interação sobre assuntos que a sociedade prefere não falar. Na direção dessa questão, acreditamos que esses assuntos se enquadrem no escopo do que conhecemos como tabus, o que nos possibilita sugerir que pesquisas com base na Sociolinguística Interacional possam topicalizar os assuntos emergentes no interior de comunidades de prática LGBTQIA+, inclusive, acreditamos que o discurso malicioso³⁰ (PRETI, 2010) possa ser algo relevante para se observar na dinâmica de uso da linguagem desse grupo em específico.

Sobre esse uso do “dialeto” para fins de criptografar comunicação, já foi algo defendido por Preti (1984), ao considerar que a linguagem de grupos mais restritos não funciona apenas como fator de originalidade, serve também ao desejo de ser compreendido apenas por aqueles/as que compõem o grupo, que é de onde vem seu caráter hermético. E, numa retomada do que indicou M, temos H relatando a vivência negativa de um amigo, a qual, ambos, acreditam que é fruto de preconceito linguístico.

Conforme H, suas amigas lésbicas ou bissexuais nunca relataram preconceito de cunho linguístico, mas é uma experiência mais comum entre os amigos gays. Então, a participante relata como que, numa seleção para ocupar uma vaga de emprego, o amigo percebeu que sua contratação não ocorreu porque seu modo de falar e se expressar foram avaliados negativamente. E, H aponta que ele é avaliado como homossexual afeminado. No fim, a

³⁰ Preti (2010) diz que esse discurso é um aspecto do “jogo da malícia”, que consiste em enunciar as coisas mediante ambiguidade, trabalhando os sentidos explícito e implícito, de modo intencional, para que a comunicação ocorra num processo de sexualização dos referentes, revelando a ludicidade da linguagem.

intolerância com o homem gay afeminado pode ter sido determinante na seleção de um profissional que tinha currículo adequado para a função, uma vez que H diz que optaram pela contratação de *“uma pessoa nada a ver”*.

Frente a isso, o relato de I mostra-se oportuno, pois o participante aponta para o contexto profissional, rememorando uma situação com o patrão, em uma emissora que ele trabalhou. Então, o dizer desse patrão lhe incomodou e marcou de modo negativo, pois o modo de dizer do dono da emissora lhe fez entender que sua voz afeminada poderia não servir para o trabalho, pois o gay ainda é uma figura caricata e seu modo de falar é equiparado ao da mulher. Inclusive, Barbuio (2016) acrescenta que, popularmente, midiaticiza-se, muitas das vezes, a fala de gays com características femininas evidentes, tendendo ao jocoso.

Junto a isso, acreditamos que uma consideração de Mendes (2011) é importante: é possível que homens não gays que marquem suas performances linguísticas com itens que eles avaliam como não pertencentes ao uso de gays, favorecendo a percepção plena de sua masculinidade, masculinidade cunhada na heterossexualidade. Logo, não são apenas pessoas LGBTQIA+ que performam a linguagem contextualizada às suas identidades sexuais e de gênero, colocando em destaque mais uma vez o papel do social e do cultural na construção dessas identidades.

Para finalização deste bloco, propomos a seguinte pergunta: **alguém já lhe julgou por algum uso linguístico que remetesse ao contexto de pessoas LGBTQIA+?** As respostas foram as seguintes:

Sim. Gírias como **mona, bicha, é... viado mesmo, que é já tipo, né?** Essas coisas, sabe? (M – mulher transexual).

Acho que positivo, sim, né? Até pelo que eu falei da... de utilizar o dialeto para se inserir em alguns grupos, acho que isso é uma coisa positiva... **negativo acho que não, porque eu sempre consegui disfarçar na família do meu pai, então... acabou que nunca rolou** (risos) [...] e eu **já sou meio fora da caixinha pra família**, então, acaba que o pessoal não se apegando tanto a muitos detalhes, **eu consigo fugir, passar ilesa em algumas coisas** (L2 – mulher bissexual).

Já aconteceu, sim, da pessoa perceber que ali era uma fala mais é, não sei, eu não vou conseguir lembrar de uma situação especificamente, mas eu sei, dentro dessa coisa da memória e da bagagem, que **já aconteceu de alguém apontar, tipo: “aí, tá falando assim, aí, mulher num sei o que...”** [...] (I – homem gay).

A participante L1 apenas indicou “não” sem entrar em maiores detalhes e H disse: *“Não, nunca, nunca, nunca”*, confirmando o que relatou na pergunta anterior de que nunca ouviu relato de amigas lésbicas ou bissexuais terem sido alvo ou sentido algum preconceito em relação ao seu modo de falar no que tange à sexualidade. Entretanto, no momento da entrevista, H deixou em destaque que isso ocorre em sua *“bolha”*, mas que possa ser algo vivenciado por

mulheres LGBTQIA+ em algum lugar, inclusive, assim como os gays, há associação da mulher lésbica com padrões de masculinidade e no nível da fala também. Essa postura, e outras, de H revela atitudes que se arranjam a depender de diferentes fatores: situação, interlocutor, assunto, etc. Logo, como indica Lima (2018), a língua tem um poder de representação da identidade cultural que possibilita ao/à falante transitar por diferentes aspectos e ir modificando sua forma de conceber o mundo, o que favorece a ação de resignificar e H parece ser uma falante que converge para tal.

A participante M indica que o uso de termos de chamamento: “mona”, “bicha” e “viado” lhes são marcantes enquanto falante da comunidade LGBTQIA+. Inclusive, como já mencionado, Nogueira (2019, p. 86) indica alta frequência de uso dos termos “bicha” e “viado” na fala de gays e “[...] esses vocativos são a marca identitária da comunidade LGBTQI+, dado o fato de que os membros reconhecem e se identificam com tais termos, funcionando como referências específicas da comunidade”.

Além disso, é interessante quando ela enuncia “*é já tipo, né?*” ao se referir ao termo “viado”, acreditamos que isso se dê por já ser uso bastante popular, não estando restrito à comunidade, mas devemos lembrar que é a comunidade que favorece o processo de inversão performativa da injúria, já defendido por Butler (1997 *apud* BORBA, 2020). E, como aponta Nogueira, termos como esse funcionam na indexicalização das identidades dos sujeitos referentes e “[...] quando esses vocativos são usados por pessoas de fora da comunidade, passam a ganhar significações diferentes” (NOGUEIRA, 2019, p. 73).

Já a participante L2 reforça que o uso do dialeto favorece sua inclusão em grupos, mas também diz que nunca foi julgada negativamente, ponderando que no contexto familiar paterno – onde possa ser que ocorressem represálias – ela sempre conseguiu disfarçar, logo, nunca ocorreu. Além disso, atualmente, ela diz já estar “meio fora da caixinha”, expressão para designar que sua sexualidade não é segredo absoluto, funcionando como variante da expressão “sair do armário”, ao que parece. Por fim, algumas escolhas lexicais são interessantes no discursos de L2: “disfarçar”, “fugir” e “ílesa”, itens linguísticos que apontam, principalmente, para as seguintes acepções³¹: “fazer com que fique invisível”, “afastar-se, distanciar-se de uma situação de perigo, de alguém ou de alguma coisa ameaçadora” e “sem fermento”, então, num processo de metaforização, esses itens lexicais demarcam o efeito espada/escudo no que diz respeito à linguagem em uso, remetendo a uma guerrilha onde a língua é armamento de agressão e defesa.

³¹ **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 25 de fev. 2022.

Por último, temos o discurso de I que sugere como o modo de dizer de alguém passa por avaliação, pois está em vigilância. Afinal, como ele indica, apesar de não recordar momento específico – e aqui me identifico também, pois é tão comum que esquecemos os personagens e guardamos as cenas –, recorda-se de ao dizer algo algum interlocutor lhe retrucar com: “ai, tá falando assim”, onde esse assim indexicaliza o modo de falar fazendo referência ao jeito de falar, o qual geralmente é feminilizado; e ao dizer “ai, mulher”, o vocativo indexicaliza identidade feminina e serve como item de controle do modo de falar do homem gay ao ser utilizado como manobra de coerção de sua identidade tanto linguística quanto sexual. Portanto, esse tipo de controle indica que as atitudes linguísticas se inter-relacionam aos princípios da associação, transferência e satisfação de necessidade, conforme Lambert & Lambert (1972).

Consciência e avaliação da diversidade linguística

Neste último bloco, buscamos identificar atitudes no que dizem respeito ao grau de consciência e avaliação por parte de pessoas LGBTQIA+. Para tanto, iniciamos com o seguinte questionamento: **você se identifica, linguisticamente, com outros sujeitos LGBTQIA+?** E, as respostas foram estas:

Me identifico, como a maioria das pessoas LGBTQIA+, eu **faço uso da linguagem urbana e periférica como defesa** (M – mulher transexual).

Linguisticamente, **acredito que não...** Afinal, **ninguém nunca me disse que eu era LGBTQI+ ao me ouvir**, pelo contrário (L1 – mulher bissexual).

Sim, consigo me sentir representado, sim, **porque muitas vezes a gente consegue comunicar na linguagem verbal ou não verbal a gente consegue se entender como muito mais facilidade** e muitas vezes como muito mais empatia [...] (I – homem gay).

As participantes H e L2 responderam o seguinte: “*sim, me identifico, sim*” e “*sim, considero que sim*”, respectivamente, sem justificativas para suas afirmações, mas suas posições afirmativas se coadunam com sua defesa frente à existência de uma performance languageira de sujeitos LGBTQIA+, indicando atitudes positivas marcadas pela solidariedade e fidelidade ao grupo em questão. Diferentemente de L2, que diz não se identificar porque seu modo de falar não se associa ao grupo em questão, inclusive não é avaliada como tal por interlocutores/as, logo, podemos levantar duas questões: a) pouco engajamento em comunidades de prática LGBTQIA+ e/ou b) maior monitoramento linguístico a fim de se distanciar de comportamentos estereotipados que são marginalizados.

Em oposição oposta temos M e I, mulher transexual e homem gay, afirmam identificação linguística. Assim, o homem gay identifica-se por enxergar facilidade na

comunicação entre pessoas do mesmo grupo, inclusive tendo maior empatia entre os/as falantes, muitas das vezes. Tal atitude é expressa quando sua percepção cognitiva se coaduna com questões de afetividade, indicando maior proximidade com a comunidade em estudo. Desse modo, o uso da linguagem é concebido como algo que possibilita forte identificação de falantes, assim, sujeitos sociais de comunidades diferenciadas, conforme Lima (2018), estão passíveis a reordenamento linguístico e intercâmbio cultural, favorecendo a construção de atitudes, as quais não são definitivas, é válido apontar.

Já M evidencia um aspecto interessante, tendo atitude favorável por entender a linguagem como instrumento não só da identidade, mas também como mecanismo de defesa social. Nessa direção, essa mulher transexual diz fazer uso da linguagem urbana e periférica como algo que a defende, o que nos diz que a linguagem tem função dupla e sua identidade é fragmentada, como outrora indicamos a partir de Hall (2006). Então, no instante em que uma de suas identidades compõe uma subclasse (BAUMAN, 2005), necessita lançar mão de estratégias que lhe possibilite alguma participação social. Logo, a linguagem urbana, tida como a língua da socialização comum, vista como não marcada e a viável de comunicação deve ser algo que utiliza em contextos institucionais que lhe imponha maior monitoramento, diferente da linguagem periférica que lhe permite expressa manifestação identitária, mas tendo caráter informal.

Por conseguinte, questionamos se **acham o pajubá um conjunto de variedades bonitas, melhores, importantes**, com a finalidade de indicar proximidade para com esse socioleto ou dialeto social. Responderam o seguinte:

Acho sim, a importância do **pajubá tem sido extremamente importante**, como modo de reflexão e **resistência cultural** (M – mulher transexual).

Eu **acho interessante**. Curioso a forma como expressões vão se adaptando a cada grupo (L1 – mulher bissexual).

Olha, eu acho que **talvez não pese tanto**, a gente da comunidade LGBT, **a gente vive pra quebrar essas barreiras** na verdade, né? Então, acho que tá implícito, assim, na nossa caminhada, assim, **não levar tanto em consideração o que as pessoas acham bonito ou feio, porque, enfim, se a gente levasse em consideração isso, a gente nem taria aqui...** é... a gente não teria lutado todo esse tempo, enfim, pelo reconhecimento dessa forma de vida e tal (L2 – mulher bissexual).

É muito importante. Assim como a sexualidade ela vem é... ao longo dos anos, a gente ressignificando as palavras, **você utilizar o dialeto e ressignificar esse dialeto é muito importante**. Por exemplo, **uma amigo meu tinha comentado sobre as palavras, sobre “travesti”, por exemplo... que por muito tempo foi visto como uma forma negativa mesmo de tratar pessoas trans, e as pessoas, mulheres trans, se identificam como travestis como forma de se reafirmarem. A mesma coisa acontece com outras palavras também, por exemplo, “negro”, né? Tem gente que não vai querer que utilize a palavra “negro”, “negra”, vai preferir que utilize**

“preto”, “preta” [...] tá aqui também (apontando para sua própria pele) [...] então, usar pajubá é muito importante, porque você tá ali se auto afirmando (H – mulher lésbica).

Sem dúvida! É uma identidade, né? **É uma forma de expressão para além de uma linguagem, para além de códigos** que muitas vezes as pessoas ficam querendo... que tem a curiosidade, principalmente os heteronormativos, né? Têm essa curiosidade: “mas me explica o que é” [...] **Eu acho que é muito da expressividade que a gente tem, é muito da nossa identidade...** é identidade da nossa comunidade, **nos identifica, nos visibiliza, muitas vezes é... gera incomodo**, mas, hoje em dia, é, sendo a vivência da pessoa LGBTQIA+ não gera incomodo, né? [...] (I – homem gay).

Nas respostas identificamos uma avaliação positiva por parte das/os participantes, mas seus argumentos de defesa nos levam a diferentes lugares no campo das discursividades. E, de início, podemos identificar que M qualifica o pajubá como “importante”, atribuindo advérbio reforçativo dessa importância: “extremamente”; indicando que se trata de algo no campo da resistência cultural, ao que parece, esse cultural se apoia nessa cultura da subversão daquilo que heteronormativos, em uma agenda hegemônica, marginalizam e segregam, como é o caso da pessoa transexual, especialmente da travesti.

Adiante, L1 qualifica como “interessante”, mas numa posição mais vaga, achando curiosos como falantes adaptam a linguagem no interior de seus grupos, mas pouco reconhecendo a linguagem como dialógica; já L2 não qualifica, justificando que essas avaliações são questões que LGBTQIA+ buscam não levar tanto em consideração, mas sabemos que as questões estéticas e estilísticas atravessam qualquer falante, pois a estrutura social envolve a todas/os nós, uns mais e outros menos, mas nunca passamos desmarcados. Logo, parece uma leitura centrada em seu círculo social. De modo geral, para ela deve ser pouco relevante para LGBTQIA+ se alguém irá considerar a expressividade do pajubá como algo bonito, feio ou importante.

A participante lésbica atribui importância, sendo “muito importante”. Então, H acredita no poder da resignificação dos itens linguísticos que compõem o pajubá diante do uso que dele se faz. Para tal, recorre ao chamamento “travesti” para sopesar o fato de essa forma de tratamento estar sendo performada na reivindicação de novos valores, deixando de se limitar à persona da prostituta. Junto a isso, também faz um balanço com os termos “negro/a” e “preto/a”, inclusive apontando para si, reconhecimento de si não só como mulher lésbica, mas como uma mulher lésbica negra, favorecendo as intersecções de gênero, sexualidade e raça, sendo categorias relacionais, inclusive com classe e origem.

Consequente temos I, indicando o pajubá como uma identidade, sendo algo que está além de um código linguístico, assim, reconhece o papel indexicalizador desse socioleto, sendo acionador de identidades, o qual, segundo ele, identifica, visibiliza e incomoda. Logo, para I, o

pajubá é instrumento que ocasiona em efeito de espada/escudo, caracterizando-se como conjunto da linguagem que possibilita o conflito sociolinguístico.

Por último, perguntamos às/aos participantes: **você acredita que a linguagem LGBTQIA+ pode ser um assunto para se refletir na sala de aula junto a estudantes?** Afinal, a escola é nossa principal agência de letramento formal e responsável pela perpetuação de estigmas sociais e valorização da GN como modelo ideal de língua. Vejamos o que dizem nossas/os participantes:

Acredito que sim, pois o modo que as pessoas **aprendessem sobre a linguagem LGBTQIA+ poderia evitar violências** como transfobia e homofobia, que são casos graves (M – mulher transexual).

Claro! **É uma maneira de inclusão**, acredito (L1 – mulher bissexual).

Com certeza! Bom, **é um dos grupos sociais que... estão em ascensão, né... de reconhecimento... político, social, enfim. Então, eu acho que a sala de aula é um local pra gente lidar com essas... é... novas expressões de liberdade**, seja quanto à população LGBT, tudo que cerca essa população, ou quanto questões de gênero quando a gente fala da violência contra mulheres, contra idosos, enfim... **eu acho que a sala de aula é o local pra gente lidar com isso [...]** (L2 – mulher bissexual).

Deveria ser trazido, sim... e eu **acho por como questão de respeitar, sabe? E não pra virar chacota, porque como eu falei anteriormente, na maioria das vezes, uma palavra específica, essa questão do dialeto, ela é vista como pra gerar entretenimento, como pra gerar palhaçada, e eu acho que tem que ser além disso**, entende? Então eu acho que poderia sim ser trazido em sala de aula **tanto pra questão de conhecimento quanto pra romper essas barreiras do preconceito**, né? Pra galera entender: olha, é o jeito que essa galera, que essa comunidade se expressa [...] (H – mulher lésbica).

Sem dúvida alguma! Isso vai fazer com que as crianças e adolescentes que cada vez mais empoderadas nascem, tão nascendo aí, chegando é... à adolescência cada vez mais empoderadas, **tenham cada vez menos dúvidas do local ao qual elas pertencem, da identidade que elas têm que vivenciar e de quem elas precisam ser, se elas quiserem ser e o que elas querem fazer com suas próprias vidas e com seus próprios corpos** (I – homem gay).

A mulher transexual acredita que o contato com a linguagem da comunidade LGBTQIA+, no contexto escolar, evitaria violências de cunho homo e transfóbico. Nessa direção, a compreensão dos fatores que envolvem a criação da linguagem de grupo é relevante porque representam possibilidade de adquirir conhecimento relacionados a **saber** a língua e **saber sobre** a língua, conforme indica Martins (2013). Logo, os fatos linguísticos podem receber um olhar crítico frente às discriminações pela linguagem e exclusão social.

A mulher bissexual – L1 – também defende, afirmando ser uma forma de inclusão, reconhecendo que a escola possa ser um espaço para o debate sobre a heterogeneidade, desse modo, ao indicar que tal ação é algo inclusivo, a participante oportuniza pensarmos na construção da cidadania dos/as discentes. Então, figura-se um dos objetivos centrais da escola

que, de acordo com Antunes (2009), favorece a participação consciente, crítica e relevante dos/as discentes na construção de uma sociedade mais justa onde todos/as têm vez e voz.

Também temos L2 – mulher bissexual. Essa participante defende que a ascensão da comunidade LGBTQIA+ no que tange à representatividade, crescente social e posição política favorece o contexto da sala de aula como oportuno para o trato das diferentes “expressões de liberdade”, como ela chama, e tudo que cerca a população dessa comunidade, logo, não se limita ao espaço da sala de aula de língua(gem). Assim, como indica L2, a sala de aula é lugar para lidarmos com isso, uma vez que “tudo que é contrário, pois, ou diferente do padrão estabelecido pela escola como legítimo, é deficiente e deve ser modificado pelo ensino” (LEITE, 2011b, p. 22), posição que rejeitamos, haja vista hierarquias culturais, sociais e linguísticas serem anticientíficas.

O enunciado de H corrobora o de M, favorecendo um ensino de língua e sobre a língua, favorecendo a compreensão das demandas discursivas que envolvem a linguagem, uma vez que H defende um ensino que possa conscientizar os/as discentes sobre sujeitos LGBTQIA+ não serem tratados/as em tom jocoso, abandonando posturas estereotipadas sobre que seja ser gay, lésbica, travesti, bissexual, etc., não servindo unicamente ao riso e à piada. Desse modo, promover a conscientização do “[...] *grande significado da linguagem* para a construção do sentido de **todas as coisas**” (ANTUNES, 2009, p. 43, grifos da autora e nossos, respectivamente).

Por último, temos as posições de I, as quais favorecem a possibilidade de os/as discentes terem espaço e liberdade para vivenciarem, assim como outros/as cidadãos/ãs que experienciam suas identidades sexuais e de gênero não dominantes, com respeito e segurança. Logo, abertura da sala de aula para a o trato da linguagem LGBTQIA+ favorece “*se elas quiserem ser e o que elas querem fazer com suas próprias vidas e com seus próprios corpos*”, algo que não é simples para nosso sistema de ensino, haja vista a escola ser produtora de diferenças, distinções e desigualdades, como aponta Louro (2014). Além disso, a autora nos afirma que a sistêmica escolar na qual vivemos foi elaborada pela sociedade ocidental moderna que começou separando adultos de crianças, depois católicos de protestantes e “[...] também se fez diferente para os ricos e para os pobres e imediatamente separou meninos de meninas” (LOURO, 2014, p. 61).

Análises finalizadas, consideramos importante indicar, assim como Ribeiro (2020), que as percepções de nossas/os participantes podem, ou não, reincidir estereótipos sociais já enraizados, uma vez que nenhuma delas/es, sejam de grupo minoritário ou não, está livre de

reforçar estigmas sociais, inclusive, a escola é espaço relevante para a desmistificação, compreensão e reflexão desses estigmas. Logo, a Sociolinguística Educacional pode favorecer o trato dessas questões nas aulas de língua(gem).

Ademais, deixamos em destaque a escassez de estudos que se debrucem nas práticas linguísticas especificamente de travestis/transsexuais, já que encabeçaram tais práticas não convencionais e associadas à linguagem marginal, de malandro, má linguagem ou linguagem baixa (PRETI, 2010).

4.3.1 Contribuições para a educação: reflexões sobre (r)existência

Não temos a pretensão de lançar uma proposta pedagógica nesta dissertação, mas acreditamos na contribuição que este tudo pode dar para as práticas de ensino de língua(s) no contexto das salas de aula, uma vez que acreditamos em um ensino de língua que possibilite a construção de um “novo senso comum” (BAGNO, 2014) sobre o uso da(s) língua(s), favorecendo a tolerância com e pela linguagem.

Desse modo, os dados dessa dissertação podem ser didatizados para a análise e reflexão linguística, oportunizando uma postura sociopolítica na sala de aula. Afinal, conforme argumenta Rajagopalan (2013), por muito tempo, estudos foram conduzidos numa ideia possível e legítima de se abordar a linguagem sem lançar olhares para as questões políticas que envolvem os fenômenos focalizados.

Além disso, diversos documentos oficiais reconhecem a legitimidade do trabalho com a variação linguística, demonstrando a importância dos estudos sociolinguísticos e suas contribuições para o ensino de língua(s). Desse modo, é importante que as práticas de combate ao preconceito linguístico e o ensino de língua(s) possam ser democráticas e que ocorram em vias de respeito e comprometimento com valores éticos e que, assim, a democratização do ensino seja também a valorização de uma educação linguística.

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCN), há mais de 20 anos, já apontaram para a necessidade de se trabalhar o preconceito linguístico como resultado de avaliações subjetivas dos grupos sociais, que deve ser combatido vigorosamente e que “a discriminação de algumas variedades lingüísticas (sic), tratadas de modo preconceituoso e anticientífico, expressa os próprios conflitos existentes no interior da sociedade” (BRASIL, 1998, p. 82).

Já a *Proposta Curricular de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos* (PCEJA), na proposição do que venha ser a prática de análise linguística, enfatiza que tal prática é uma atividade de reflexão sobre a língua que auxilia no desenvolvimento de habilidades intelectuais e também ajuda a “[...] compreender aspectos do universo social” (BRASIL, 2002, p. 17), logo, oportuniza a análise de fatores sociais no que tange ao uso da língua.

Além dessa proposta, temos o documento das *Orientações Curriculares de Língua Portuguesa para o Ensino Médio* (OCEM), documento este que diz ser nas interações em diferentes instituições sociais que o sujeito aprenderá e apreenderá as formas de funcionamento da língua e seus diversos modos de manifestação pela linguagem o que lhe possibilitará “[...] conhecimentos relativos aos usos da língua e da linguagem em diferentes situações (BRASIL, 2006, p. 24).

Por último, temos a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), documento que frisa a importância de se compreender, na educação básica, como a língua é fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso. Essa compreensão possibilitará o reconhecimento de “[...] suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 490).

Apresentados esses excertos, identificamos como o encontro das questões linguísticas e sociais faz parte da sistemática curricular, sendo legítimas e pertinentes não só para uma formação escolar, mas para o letramento dos/as discentes que são cidadãos e também serão atuantes em âmbitos profissionais diversos. Portanto, faz-se necessária uma prática pedagógica para o ensino de língua(s) que valorize todo e qualquer aspecto cultural como legítimo, isso em relação a diferentes grupos. Desse modo, concordamos com Leite (2011b):

O reconhecimento e aceitação da diversidade cultural significam o reconhecimento e aceitação de que, embora as culturas sejam diferentes umas das outras, são todas igualmente estruturadas, coerentes e complexas. Este pensamento derruba as teorias de que uma cultura é mais importante do que a outra, ou que um grupo social é, por natureza, moral, intelectual e culturalmente mais privilegiado do que outros. Fazer qualquer tipo de classificação por hierarquia das culturas das populações é cientificamente incorreto (LEITE, 2011b, p. 23).

Assim, o ensino de língua(s) que se abre para diferentes aspectos da cultura dos/as próprios/as discentes, de grupos marginalizados, de povos originários, pessoas com deficiências, etc., possibilita um espaço de múltiplas identidades e colabora para suas manifestações plenas. Portanto, devemos ser professores/as engajados/as numa prática não só da variação linguística, mas que é contra a homogeneidade numa visão de perfeição, encanto e

desejo. Então, destacamos algo já defendido:

[...] não há justificativas para a inferiorização de gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, ou quaisquer outras manifestações plurissignificativas da sexualidade e das identidades de gênero, uma vez que a aceitação da superioridade de um subjaz na inferiorização do outro. Assim, o que é aceitável é a adoção de práticas anti-hegemônicas, as quais rejeitam a perpetuação do preconceito linguístico, evidenciando a heterogeneidade como espaço da pluralidade social (SOUZA-SILVA, 2020, p. 50).

Essa perspectiva favorece a compreensão não só dos diferentes comportamentos linguísticos, mas também das diferentes manifestações identitárias, dentro e fora de nossas salas de aula. Afinal, não podemos esquecer que assumir posturas teóricas e metodológicas implicam em assumir também os valores e as crenças a elas vinculadas, conforme afirmam Oliveira & Wilson (2017).

Por fim, reforçamos a importância de um ensino de língua(gem) ancorado nos estudos da língua e da linguagem com a predileção de instrumentalizar os/as alunos/as para a leitura coerente, respeitosa e científica daquilo que abrange os usos da língua, a exemplo da polêmica que envolveu a questão do pajubá no ENEM em 2018 e a respeito disso já se defendeu, em Souza-Silva (2020), que não se trata do ensino da “linguagem de travesti” ou de persuadir os/as discentes a terem contato com práticas linguísticas desnecessárias, trata-se da aceitação de toda e qualquer variedade da língua como código válido para a prática de análise e reflexão linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estamos defendendo desde o começo do que aqui se inscreve, a Sociolinguística na qual acreditamos não se preocupa apenas com questões teóricas e metodológicas, trata-se, também, de uma postura frente aos diferentes falares e falantes marginalizados que têm suas identidades marcadas socialmente por diferentes fatores: raça, etnia, classe social, origem e, mais especificamente, por gênero e sexualidade. Essa postura é combativa, é militante, resultando numa Sociolinguística de caráter transdisciplinar.

Nesse sentido, a leitura das práticas linguísticas de grupos mais herméticos lança mão do que concebemos – em meio à guerrilha ideológica homogeneizadora – como um arsenal da sociolinguística: *variacionista*, pois parte das variantes e variáveis linguísticas, buscando compreender em que medida os processos são independentes e quais são condicionados; *interacionista*, porque considera a influência dos contextos comunicativos no que tange ao uso das variantes linguísticas; *discursiva*, já que mapeia os efeitos de sentido, as intenções e atitudes que envolvem os usos linguísticos, bem como dialoga com a *educacional*, para evidenciar práticas educacionais anti-hegêmicas que viabilizem a reflexão sobre todo e qualquer código linguístico e seus condicionadores sociolinguísticos.

Esse arsenal evidencia como as práticas linguísticas contemporâneas podem e devem ser analisadas na transdisciplinaridade, a fim de dinamizar a hermenêutica das análises não só linguísticas, mas também sociais. Então, esta dissertação dialoga diferentes expoentes da Sociolinguística, evidenciando as três ondas variacionistas numa perspectiva que mais converge do que diverge seus aportes. Para tanto, atravessamos os estudos sociolinguísticos com os estudos de gênero e sexualidade com a finalidade de compreender melhor como tais marcadores sociais podem vir a influenciar no uso da linguagem.

Assim, a prática linguística de sujeitos LGBTQIA+ é marcada por usos estilístico-pragmáticos constituindo a caracterização de um socioleto que amplia nossa percepção sobre o pajubá e sua composição, uma vez que podemos ir além de itens lexicais e identificarmos a manifestação da língua(gem) em diferentes níveis e formas. Logo, o pajubá não é só um conglomerado de gírias, mas um conjunto de maneiras de dizer uma mesma coisa, ou coisas diferentes, num movimento performático que revela a dinâmica da língua e de seus usuários não devendo ser reduzido à “linguagem de viado” ou “linguagem de travesti” com conotação pejorativa e excludente haja vista seu poder como marcador de identidades e constituinte da heterogeneidade como espaço da pluralidade social.

Em relação à percepção e construção de um perfil LGBTQIA+, identificamos amostras que remetem a uma percepção positiva por parte dos dois grupos de participantes, favorecendo uma leitura sobre a reconfiguração da posição de pessoas LGBTQIA+ em nossa sociedade. Entretanto, não devemos intuir que não há preconceitos subjacentes, mas possa ser que tais indicadores não estejam ou sejam tão explícitos, requerendo maior refinamento no que tange à captação das atitudes em suas diferentes etapas: comportamental, afetiva e cognitiva. Desse modo, os dois grupos favorecem uma percepção de um perfil psicossocial descolado, trabalhador, inteligente, elegante, confiável e progressista, com traços de empatia, amabilidade, sensibilidade, simpatia e feminilidade em diferentes níveis, bem como tendo suas formas de falar caracterizadas, de modo mais amplo, como bonitas, expressivas e claras.

Já a análise das atitudes diretas dos/as LGBTQIA+ apontam favorecimento do uso da linguagem desse grupo como algo que possibilita a performance das identidades das/os participantes entrevistadas/os. De modo mais geral, suas atitudes são de solidariedade e pertencimento, ainda que com alguma exceção, concebendo diferentes experiências no que diz respeito às suas identidades, comunidades de prática, contexto familiar e de trabalho. Além disso, a língua acaba sendo vista, pela maioria, como uma manifestação dialógica, centrada no uso e que indexicaliza suas identidades em diferentes arranjos.

Vale salientar que as proposições metodológicas nos levaram a uma leitura oportuna no que diz respeito aos usos linguísticos que podem performar uma identidade destoante da cis-heteronormatividade e em relação à percepção direta e indireta sobre fala e falantes LGBTQIA+. Entretanto, vale uma observação em relação aos participantes, algo que oportuniza estreitamentos de pesquisas vindouras, pois, praticamente todos/as participantes do grupo Cis/Hétero responderam ao questionário de percepção sem contestar a maneira como foi produzido, inclusive parabenizando pela ideia e relatando terem achado muito interessante a proposta, mas um acrescentou o seguinte: *“todas as falas me levaram a traçar um perfil das pessoas, ainda que eu esteja consciente que pode não corresponder com a realidade”*, guardando consciência de que sua avaliação não remete, necessariamente, a verdades sobre os/as colaboradores.

E, uma outra participante heterossexual contestou os propósitos avaliativos da pesquisa, mencionando ser algo que tende ao estereótipo e que explicamos não estar errada, mas que esse aspecto era necessário para que pudéssemos tratar do estigma associado ao grupo. Então, relatou em seu comentário: *“não me senti confortável para sugerir profissão, nem renda mensal para a maioria [...]”* e tal postura nos intrigou, também nos levando a questionar o motivo

desse posicionamento tão específico, então, sua formação em serviço social parece ter sido o aparato para tal postura, revelando a importância do acesso ao conhecimento, uma vez que seu questionamento não deixa de ser pertinente frente aos estigmas reais desse grupo.

Por último, dois/duas integrantes do grupo LGBTQIA+ também questionaram os propósitos de tais avaliações, preferindo não indicar certas categorias: negro x branco, gordo x magro, baixo x alto, e um relatou: *“não me sinto bem atribuindo essas características, eu evito fazer avaliações desse tipo em relação a qualquer pessoa”*. Então, optamos por retirar da análise, a fim de também corresponder com os valores defendidos por aqueles/as que compõe este estudo e com os quais também nos identificamos.

Chegando até aqui, pudemos compreender que pessoas LGBTQIA+ tendem a favorecer usos linguísticos performáticos, mas que não devem ser categorizados como usos prototípicos da comunidade, haja vista as múltiplas identidades que se interseccionam no contexto da variável sexo/gênero, bem como pelas questões que popularizam esses usos, seja pelo contato intergrupos ou pela midiaticização, o que revela um movimento de aculturação promovido pela linguagem e seus diferentes signos. Além disso, não é viável, com o que se demonstrou aqui, apontar para uma aceitação plena da pessoa LGBTQIA+, haja vista a necessidade de que os estudos de atitudes se desdobrem, revelando percepção de outras pessoas, em outros contextos e condicionadas por outros fatores extralinguísticos, oportunizando outras assertividades.

Ademais, o empoderamento linguístico deve ser compreendido no propósito de que falantes não querem apenas representar a língua, mas também se sentirem representados/as por ela. Desse modo, entendemos que o preconceito linguístico é poderoso por sua “invisibilidade” (BAGNO, 2015a), sendo concretizado na discriminação pela linguagem, assim, o empoderamento linguístico é a “visibilidade”, uma vez que a performance pela linguagem poderá fornecer proatividade aos/às falantes, concretizando elevação de poder, ampliação política e mudanças na qualidade de vida, desde que falantes estejam conscientes da dialogicidade desse fenômeno. Portanto, assim como o preconceito linguístico é máscara para outros preconceitos, o empoderamento linguístico os desmascara. A língua é um chicote: resistente, ao mesmo tempo flexível e que serve à dominância, em diferentes contextos.

Por fim, acreditamos que os desdobramentos das ideias defendidas favorecem o campo científico, especialmente no contexto da Sociolinguística contemporânea, tendo valia por evidenciar um grupo minoritário, seus usos linguísticos e performances, oportunizando direcionamentos pedagógicos – ainda que aqui não tenha sido objetivo primário –, pois revela usos marginais à GN e evidencia a influência de identidades no momento de uso da linguagem.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. M. Entrevista com Maria Bernadete M. Abaurre. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (org.). **Conversa com linguistas**: virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 13-24.
- ALONSO, N. T. de Q. **Entre segredos e risos**: gíria da diversidade sexual paulistana. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifica Universidade Católica da São Paulo, São Paulo.
- ALVES, M. I. P. M. **Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo**: abordagem prévia. 1979. 226 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ANDRADE, A. de O.; SANTOS, L. P. M. Feminismo, gênero e seus (des)caminhos: nuances de uma epistemologia sócio-histórica. In: ANDRADE, A. de O. *et al* (org.). **Feminismo, gênero e sexualidade**: diálogos contemporâneos. Mossoró: Edições UERN, 2016, p. 21-48.
- ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ARAÚJO, G. C. **(Re)encontrando o Diálogo de Bonecas**: o bajubá em uma perspectiva antropológica. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- ÁVILA-NÓBREGA, P. V. **O estudo do envelope multimodal como uma contribuição para a aquisição da linguagem**. Curitiba: Appris, 2018.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015a.
- BAGNO, M. Por uma sociolinguística militante. In: BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 07-10. [Prefácio].
- BAGNO, M. **Não é errado falar assim!** – Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. **Língua, linguagem, linguística**: pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, M. **Dramática da Língua Portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Loyola, 2015b.

BAGNO, M. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, M. Uma gramática propositiva. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. **Gramáticas contemporâneas do Português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p. 91-114.

BARBUIO, E. **Percepção da orientação sexual de homens gays e heterossexuais por meio de características acústicas da fala**. 2016. 137 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

BARROSO, R. R. **Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT**. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Banedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BECHARA, E. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs). **Gramáticas contemporâneas do Português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014, p. 19-30.

BORGES NETO, J. Entrevista com José B. Neto. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversa com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 37-50.

BORBA, R. Intertext(sex)ualidade: a construção discursiva de identidades na prevenção de DST/Aids entre travestis. **Trabalhos em Linguística Aplicada** (UNICAMP), v. 49, p. 21-37, 2010.

BORBA, R. Linguística *Queer*: algumas desorientações. In: BORBA, R. (org.). **Discursos transviados: por uma linguística queer**. São Paulo: Cortez, 2020, p. 08-46.

BORBA, R.; LOPES, A. C. Escrituras de gênero e políticas da *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, v. 22, p. 241-285, 2018.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. Tradução de Stella M. Bortoni-Ricardo e Maria do Rosário R. Caxangá. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Português brasileiro: a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

BOSSAGLIA, G. **Linguística Comparada e Tipologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

BRAGA, A.; PIOVEZANI, C. Discursos sobre a fala feminina no Brasil contemporâneo. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 1, p. 1-19, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: língua portuguesa: terceiro e quarto ciclos. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. **Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos**: língua portuguesa. Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 191-219.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALVET, L.J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMARGOS, M. L. de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 421-434.

CANÇADO, M. **Manual de Semântica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CANÇADO, M. Semântica Lexical: uma entrevista com Márcia Cançado. **ReVEL**, vol. 11, n. 20, 2013, p. 126-137.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. Tradução de Beatriz Fontana. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero e Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 129-149.

CARDOSO, D. P. **Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns dialetos Brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015.

CARVALHO, E. D. de. Percursos acadêmicos da transdisciplinaridade em linguística. In: LINS, J. N.; LINS, C. R. R. da R. (Orgs.). **Diálogos interdisciplinares: linguística, literatura e ensino**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 59-70.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 141-155.

CHACON, K. de A. **Contato dialetal: análise do falar paulista em João Pessoa**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COELHO, R. F. **É nós na fita!** Duas variáveis linguísticas numa vizinhança da periferia paulistana. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORBARI, C. C. **Atitudes Linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste**. 2013. 259 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CORREIA, M.; FERREIRA, J. P. Dicionários e vocabulários ortográficos na constituição da norma. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013, p. 297-318.

COSTA, M. M. C. da. **Crenças e atitudes linguísticas de professores de língua portuguesa: a variação linguística na oralidade**. 143f. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.

ECKERT, P. **Variation, convention and social meaning**. In: Annual Meeting of the Linguistic Society of America, Oakland, 2005, p. 01-33.

ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. Tradução de Branca Falabella Fabricio. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero e Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 93-107. Editorial, 2009.

FARACO, C. A. Entrevista com Carlos Alberto Faraco. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversa com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 63-70.

FELIX, R. de A. A. **Adjetivo superlativo na fala de homens gays: uma discussão sociolinguística**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 165-186.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

- FREITAG, R. M. Ko. (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Orgs.). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015, p. 17-74.
- FREITAG, R. M. Ko; SEVERO, C. G.; ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul do Nordeste. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 64-84, 2016.
- FRY, P.; MCRAE, E. **O que é homossexualidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GASTALDI, A. B. F. *et al* (Org.) **Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020**: relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editoria Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILES, H.; COUPLAND, N.; COUPLAND, J. **Contexts of Accomodation**: developments in applied sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GREEN, J. N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2019.
- GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso. Porto Alegre: AGE, 1998, 98-119.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HORA, D. Variação dialetal e atitude. In: HORA, D. da; NEGRÃO, E. V. (Orgs.). **Estudos da Linguagem**: casamento entre temas e perspectivas. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 15-36.
- KAUFMANN, G. Atitudes na sociolinguística: aspectos teóricos e metodológicos. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 121-137.
- KOCH, I. V. Entrevista com Ingedore G. Villaça Koch. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversa com linguistas**: virtudes e controvérsias da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 123-130.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKOFF, R. Linguagem e lugar da mulher. Tradução de Adriana Braga e Édison Luis Gastaldo. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem, Gênero e Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 13-30.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social**. 03. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

LAU, H. D. **Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro**: os discursos de Carlos Apolinário e Eduardo Cunha nos PLs 294/2005 e 1672/2011. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

LAU, H. D. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”! **V Simpósio Internacional em Educação Sexual**: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidade de gênero, Maringá, p. 01-15, 2017.

LEITE, C. Atitudes Linguísticas e Teoria da Acomodação: inter-relação entre Sociolinguística e Psicologia Social. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 2, n. 40, 2011a, p. 1017-1028.

LEITE, J. E. R. **Sociolinguística Interacional e a variabilidade cultural da sala de aula**. v. 7. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011b.

LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, L. A. S. de. Atitudes linguísticas: discussão acerca da língua como representação da identidade cultural do falante. In: LINS, J. N.; LOPES, P. A. D.; OLIVEIRA, A. F. F. de (Orgs.). **Linguagem e usos sociais**: práticas linguísticas, literárias e discursivas. João Pessoa: Ideia, 2018, p. 93-108.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LISBOA, C. M. M.; Efeitos de sexo/gênero na escolha de formas de tratamento: análise em uma comunidade de prática jurídica de Niterói. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Orgs.). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015, p.267-290.

LOPES, L. W. **Preferências e atitudes dos ouvintes em relação ao sotaque regional no telejornalismo**. 2012. 140 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LOPES, P. A. D. **Uma arqueologia do imaginário do corpo na Revista Junior**. 2014. 89 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz T. da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 07-42.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUCCHESI, D. **A estrutura da língua e a criação de gênero neutro**. 2021. Disponível em: <<http://www.roseta.org.br/2021/02/22/a-estrutura-da-lingua-e-a-criacao-de-genero-neutro/>>. Acesso em: 18 de set. 2021.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCENA, R. M. Um olhar quanti-qualitativo sobre o efeito da variável “tempo de exposição” em fenômenos de acomodação dialetal. **Gragoatá**, v. 42, 2017, p. 100-130.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTELOTTA, M. E. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 43-70.

MARTINS, E. S. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. **Kínesis**, v. 2, n. 04, 2010, p. 40-52

MARTINS, I. F. de M. O ensino de gramática na perspectiva funcionalista: propostas de análise. In: LINS, J. N. (Org.) **Linguagens**: ensino e pesquisa. Recife: Editora da UFPE, 2013, p. 39-50.

MARTINS, I. F. de M. A influência da mídia na construção social do feminino e masculino. In: SILVA, A. de P. D. da (Org.). **Sexualidade, identidade e gênero em debate**. Olinda: Livro Rápido, 2009, p. 235-244.

MARTINS, I. F. de M. Linguagem, inclusão e ensino. In: LINS, J. N. (Org.). **Estudos na área de linguagem**: ensino, pesquisa e formação docente. Recife: EDUFPE, 2016, p. 17-28.

MENDES, R. B. Gênero/sexo, variação linguística e intolerância. In: BARROS, D. L. P. de (Org.). **Preconceito e intolerância**: reflexões linguístico-discursivas. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011, p. 99-118.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. Tradução de Marcos Bagno. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 49-88.

MOITA LOPES, L. P. da. Gênero, sexualidade, raça em contextos de letramentos escolares. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 227-248.

MOITA LOPES, L. P. da. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 85-108.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 09-14.

MONTE, A. A influência da escolaridade e do sexo/gênero no uso variável da concordância verbal de terceira pessoa do plural. **Diálogos**. v. 7, n. 1, 2019, p. 89-104.

MORAIS E LIMA, P. E. **Atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao seu próprio falar**. 2019. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

NASCIMENTO, L. A. do; LEÃO, A. Estigma social e estigma internalizado: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2019, p. 103-121.

NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, J. M. da S. **O vocativo numa comunidade de prática gay de Serra Talhada-PE: descrição e uso**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OLIVEIRA, M. R. de; WILSON, V. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 235-242.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAIVA, V. L. M. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PETTER, M. (Org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2015.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 67-84.

PEREIRA, C. A. M. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

POSSATTI, L. **Acomodação dialetal de cariocas residentes em João Pessoa: uma análise sociolinguística**. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- PRETI, D. **A gíria e outros temas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
- PRETI, D. **A linguagem proibida**: um estudo sobre a linguagem erótica. São Paulo: LPB, 2010.
- PRETI, D. **Sociolinguística**: os níveis de fala – um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977.
- RAJAGOPALAN, K. Política de ensino de línguas no Brasil: história e reflexões prospectivas. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**: *festschrift* para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 143-161.
- RAMOS, E. E. de A. **Transfeminicídios**: os assassinatos de travestis e mulheres transexuais na Paraíba. 2020. 163 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. Tradução de Luiz P. da M. Lopes. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 109-128.
- RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2. ed. Sulina: Porto Alegre, 2014.
- RIBEIRO, A. B. O. **Usos linguísticos de lésbicas e de gays**: questões de identidade e estilo. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos G. do Valle. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 2012, p. 17-44.
- SANTANA, W. P. da S. **Variação de gênero gramatical como indexador de identidade gay**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SANTOS, L. A. dos; ANTUNES, L. B. A construção social da voz na performatividade do gênero: uma análise prosódica no falar transgênero feminino. **Caletroscópio**, v. 8, n. 2, 2020, p. 63-82.
- SCHMIDT, S. P. O feminismo, ainda. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Org.). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015, p. 291-304.
- SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 01, 2020, p. 01-23.
- SILVA, D. I. S. C. da; SANTOS, O. J. S. dos. Semântica, gênero e sexualidade: o conceito dos pajubás da comunidade LGBT. **Magistro**, v. 2, n. 16, 2017, p. 29-42.

SILVA, E. D. da. Hermenêutica-fenomenológica como metodologia em linguística aplicada. **InterteXto**, v. 07, p. 1-20, 2014.

SILVA, J. A. da. Inclusão escolar de mulheres, travestis e transexuais, profissionais do sexo, na educação de jovens e adultos. In: SILVA, N. dos S.; *et. al.* (Org.). **Educação do campo e interconexões**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, p. 59-76.

SILVA, J. C. da. (J. Baby) **Diálogo de Bonecas**. 1992. Disponível em: <https://issuu.com/jovannacardoso/docs/cartilha_di_logos_de_bonecas>. Acesso em: 09 de dez. 2021.

SILVA, M. R.; GOMES, A. A. de A. O papel das atitudes linguísticas nos estudos variacionistas e de contato dialetal no PB. **Cuadernos de la ALFAL**, v. 12, p. 53-70, 2020.

SILVA, M. R. **Contato linguístico**: atitudes do falar paraibano em São Paulo. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SILVA, T. C. **Fonética e Fonologia do Português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, T. T. da. A Produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOORWARD, K (Orgs.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOUZA-SILVA, A. L.; DIAS, T. S. R.; BEZERRA, F. A. S. Linguagem, gênero e sexualidade na educação de jovens e adultos: uma proposta de multiletramentos críticos. **Revista do GELNE**, v. 23, p. 99-117, 2021.

SOUZA-SILVA, A. L. **Gíria LGBT como empoderamento linguístico**: a construção de sentidos no gênero *meme*. 2018. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira.

SOUZA-SILVA, A. L. **O pajubá no ENEM**: preconceito e diversidade linguística. 2020. 68 f. Monografia (Especialização em Ensino de Línguas e Literatura na Educação Básica) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira.

SOUZA-SILVA, A. L.; COPPI, D. S. M. Respeito à diversidade sexual: práticas em aulas de língua portuguesa. **Letra Magna**, v. 16, p. 193-213, 2020.

SOUZA-SILVA, A. L.; GOUVEIA, R. T. As pesquisas/pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Contato Linguístico sob um olhar panorâmico. In: LUCENA, R. M. (org.). **Estudos em Contato Linguístico**: Língua Estrangeira em Perspectiva. São Paulo: Blucher, 2022, p. 11-34.

SOUZA-SILVA, A. L.; MARTINS, I. F. M. A leitura e a construção de sentidos a partir da gíria LGBT+ no gênero “meme”, **Leitura**, v. 3, p. 18-34, 2020.

SOUZA-SILVA, A. L.; MARTINS, I. F. de M. O babado é certo: gíria LGBT para o empoderamento linguístico. In: **II Encontro de Letras do Litoral Norte da Paraíba**: Letras

em diálogo: Língua, Literatura e Cultura, Mamanguape. João Pessoa: Editora da UFPB: 2019, p. 664-653.

SOUZA-SILVA, A. L.; LUCENA, R. M. de. A variável sexo/gênero em estudos sociolinguísticos: um panorama das três ondas, **PROLÍNGUA**, v. 16, n. 1, p. 178–188, 2021.

SOUZA-SILVA, A. L.; SILVA JUNIOR, L. J. O pajubá no ENEM: preconceito e diversidade linguística. In: ÁVILA-NÓBREGA, P. V.; MANGUEIRA, J. V. (Orgs.). **Estudos sobre línguas e literaturas na educação básica**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, p. 238-268.

SWINGLER, D. D. **Tabu linguístico**: mapeamento das atitudes relacionadas a palavrões e à influência que os fatores sociais, conversacionais, emocionais e de identidade exercem no seu uso cotidiano. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VELOSO, R. As três ondas da Sociolinguística e um estudo em comunidades de práticas. In: **XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina**. João Pessoa: Ideia, 2014, p. 1740-1749.

VELOSO, R. Sobre as novas tendências da pesquisa sociolinguística: um estudo sobre variação estilística. In: **XXVI Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste**. Recife: Pipa Comunicação, 2017, p. 231-242.

VIANA, E. O. **Estratégias de construção do *ethos* gay masculino no blog katylene.com**: um estudo da multimodalidade e das gírias gay. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

VIP, A.; LIBI, F. **Aurélia**: a dicionária da língua afiada. 24. ed. São Paulo: Editora do Bispo, 2013.

YAGUELLO, M. Não mexe com a minha língua! In: BAGNO, M. (Org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001, p. 279-283.

ZILLES, U. Fenomenologia e Teoria do Conhecimento em Husserl. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 13, p. 216-221, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sociolinguística com foco na comunidade LGBT+: atitude, identidade e estigma

Pesquisador: André Luiz Souza da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 49561521.8.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.929.970

Apresentação do Projeto:

tema atual e desafiador com passos de pesquisa e discussão bem organizados

Objetivo da Pesquisa:

os objetivos são coerentes as atividades propostas como passos da pesquisa

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

inerentes a pesquisa dessa natureza

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

tematica complexa, autores pertinentes e atuais para discutir um tema em conflitos, divergencias e polemicas sociais

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

atende as exigencias institucionais

Recomendações:

atenção as analises dos dados distanciando-se de juizo de valor

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nenhuma

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim,

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 2º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.929.970

informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1672076.pdf	14/07/2021 00:54:24		Aceito
Declaração de concordância	Concordancia.pdf	14/07/2021 00:53:00	André Luiz Souza da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	14/07/2021 00:52:04	André Luiz Souza da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/07/2021 00:51:02	André Luiz Souza da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	14/07/2021 00:47:57	André Luiz Souza da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 25 de Agosto de 2021

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB 2, 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO B – EXCERTOS DOS ÁUDIOS DOS/AS COLABORADORES/AS

Falante 1 – *Homem homossexual masculino*

Eu já presenciei tanta coisa, de família mesmo, que quando eu lembro eu fico desse jeito que você tá vendo. Porque é cada coisa chocante, sabe? De pais espancaram filhos por motivo nenhum, por nada. Filhos maravilhosos, pessoas de um coração imenso que, inclusive, se eu fosse contar uma história, uma só que eu sei, a gente passava o dia inteiro, de tão bonita. Eu vou contar, resumidamente.

O pai espancou o menino na frente de casa, ele era meu vizinho. O menino ficou ensanguentado, peguei ele e levei pra o hospital e em 15 dias surgiu a oportunidade de ele ir pra Itália. Ele não tinha pra onde ir, né? A família não aceitava, a família não queria, então ele não tinha pra onde ir e foi pra Itália. Passou um tempo lá, construiu um monte de coisa, de apartamento, de casa. Voltou pra o Brasil, quando voltou o pai não queria ele em casa, novamente. Que ele já era travesti, já tinha virado travesti. E ele voltou pra Itália novamente, o pai adoeceu e ele bancou todo o tratamento do pai, comprou a casa da vizinha e construiu uma casa só, uma mansão. Deu total assistência, comprou carro, tudo! Quando voltou, o pai não aceitou. Na noite de natal, ele tava na minha casa. Eu, ele e minha tia... Nós estávamos...ELA, agora, né?! Eu, ela e minha tia, quando a campainha tocou, parece coisa de filme. Quando a campainha tocou, eram os pais, chamando pra gente ir passar o natal junto com eles. Quer dizer, é uma história que terminou bem, mas começou muito...sabe? E ela, o que eu achei mais bonito é que ela perdoou o pai, né? Diante de toda aquela situação constrangedora que ela passou a vida inteira. Ela perdoou o pai, cuidou dele até o último dia de vida dele, quem cuidou foi ela. Então assim, essa é uma história que tem um final feliz, mas tem outras que não tem o mesmo final feliz, né? Que do jeito que começa trágico, termina pior ainda. Então eu conheço muitas amigas minhas e amigos meus que não tem, como eu falo, a mesma sorte que eu tive. Por isso que eu me coloco, no lugar de privilegiado, porque eu nunca tive, nunca senti uma faísca de preconceito na minha casa, sabe? Eu sempre tive muito apoio da minha mãe, do meu pai, dos meus irmãos.

É a aceitação da família, eu acho. Não! Primeiro é a sua aceitação, porque se você não se impor, né? Se você não aceitar a sua condição, eu acho que jamais você vai ter o peito pra chegar pra sua família e se impor. Se você não entender que aquilo não é errado, que aquilo não é o que as pessoas falam, não é o que as pessoas impõem...Então assim, quando você se entende gay, quando você se diz assim: Não, pera aí, gente. O que foi que aconteceu comigo, pelo menos. Quando eu me entendi, assim, que aquilo não é errado. Gente, como é que isso pode ser errado? Como é que amar pode ser errado? Por que eu tô me divertindo com o meu dinheiro, com o meu trabalho...por que que eu tô fazendo alguma coisa de errado? Se todo mundo pode pegar na mão, por que eu não posso, né? Se todo mundo pode beijar na boca em público, por que eu não posso? Então que dizer que o errado não sou eu, o errado tá a sociedade, que impõe uma coisa que não vai de encontro com a minha realidade. A minha realidade é outra, não é essa que eles impõem. Então a partir do momento que eu entendo isso, facilitou muito pra mim a minha imposição perante a sociedade, a minha imposição perante a minha família, a sociedade em si. Então assim, hoje mesmo eu me coloco em uma situação na sociedade muito respeitada. E é como minha mãe dizia: você não precisa de submeter, você tem que se respeitar.

Eu adoooooooooooo! Eu amo estar com os iguais a mim, sabe? Eu amo estar com minhas bichas, meus viado, meys gay, minhas sapatão...Eu adoro estar no meio em que eu me sinto eu de verdade, sem precisar me... Porque muitas vezes, a gente tá com os héteros, eles sabem que eu sou gay, sabe que eu sou drag, mas muitas vezes a gente precisa se, é, como é que eu posso dizer...se resguardar um pouco mais o nosso comportamento. Porque a gente é muito espalhafatosa, na hora de falar todo mundo só sabe falar com as mãos, as bicha fala mais do que tudo. É uns dialetos que quem só entende é a gente. Então, quando tá todo mundo junto, as bicha, as sapatão, que todo mundo se entende naquele contexto, aí é muito melhor, né? É muito mais natural, a gente se sente livre.

O nosso dialeto próprio, que eu brigo com as gay, que eu digo: bicha, não precisa hétero saber o que é aquê, não precisa hétero saber o que é equê. É nosso isso. Se fosse pra gente falar e eles saberem a gente

tava falando o dialeto normal. O português ou o inglês, o que fosse normal, né? Se a gente tem um dialeto próprio é pra ser nosso. Tem que se apropriar disso. Eu tenho raiva quando a gente tá no meio, que aí tem um hétero no meio, e a bicha: o oco assim. Aí o hétero diz: o que é isso? A bicha vai e diz. Eu fico com ódio! Se fosse pra ele saber o que era a gente não tinha dito desse jeito, né, bicha? Então assim, eu adoro. Se fosse pra nascer de novo, eu queria nascer viado de novo. Era. E mais pintosa ainda, que era pra agredir um pouco mais.

Falante II – Homem bissexual masculino

Porque quando você vai conversando, vai abrindo pra você mesmo, é complicado, né? Porque você tá se descobrindo, então assim, muita coisa você não aceita, muita coisa você não entende. E como, até então, eu tinha aquela...eu sai da minha infância, o quê, 18, 19 anos comecei a descobrir coisa que eu não pensava antes... apesar de... meu primeiro beijo foi a força, com uma menina, na hora do intervalo, na escola. Ela disse: ei vem cá, tu estuda onde? Ela me pegou e me beijou, sendo que isso aí não causou nada em mim.

Sempre professor, né? Professor é sempre um ponto em que você a pensar. Principalmente quando eles lhe tratam de uma maneira em que chama atenção ou maneira que você diz: “caramba, ele é legal e tal”. Só que tipo assim, ao mesmo tempo a escola a cruel, nossos colegas são cruéis, tem professores que são cruéis. Então assim, aí fica naquela: se eu falar demonstrar um pouquinho assim, se eu falar um pouquinho fino ou se eu andar de uma forma diferente, meus colegas vão começar a rir de mim. Porque, em contrapartida, nós temos colegas que são bem afeminados e que sofrem isso durante todo esse trajeto, né? E tipo, isso gera medo.

Eu escutava calcinha preta, que eu escutava aviões do forró, né? Porque era o que menino escutava, ou então, Charlie Brow Júnior. E durante toda a fase adolescente e tal é o que você tem que gostar. Teve uma vez que eu cometi um, na inocência, coloquei uma foto da Avril Lavigne na contracapa do meu caderno, aí um colega meu viu e ficou me zoando. Disse: ai coisa de boiola, não sei o quê... Isso ali eu não tinha argumento, eu morri ali, no outro dia o que é que eu fiz? Arranquei a foto da Avril do caderno, com muita dor.

Voltando ao tempo de escola, acho que a gente vê isso desde criança, com comentários, com brincadeiras, com empurrões, simplesmente pelo fato de um menino ser mais afeminado, de um menino gostar de determinadas coisas, de andar só em turma com meninas, né? Então isso dali, desde criança. “Oh, lá vai o boiola”, eu já vi, eu já presenciei briga em escola porque o menino era gay, porque o menino era diferente, Só que, tipo, muita coisa faz com que você pense, por que? Por que isso tá acontecendo? Simplesmente pelo fato dele ser diferente, mas isso causa medo. Acho que são traumas que vão acumulando, vão trazendo, particularmente, dentro de mim. Eu acho que muito do fato, assim de eu não expor abertamente e tal.

A gente acaba se aproximando né, ao semelhante? Isso que é o bacana, porque a troca de experiências, a troca de vivência no dia a dia com elas, é algo que faz a gente crescer, que soma. Então, eu gosto muito de aprender, de ouvir experiências de gays, de lésbicas, de héteros. Então assim, meu ciclo ele é bem, como é que eu posso dizer, misturado. Porque é a leveza né, todo mundo falando a mesma língua. E tipo assim, não tem julgamento, com o que você vá falar, o que você vai olhar, da forma que você vai rir, o que você tá vestindo, né? É bacana, tem como perceber isso, a gente se sente mais leve. É outro clima, é outra vibe.

Eu acho que não é o medo de morrer e ver o que vem depois. Mas é o medo de ser assassinado, ser espancado, simplesmente por conta da minha sexualidade. Eu acho que isso é o que pesa mais pra mim. Porque a gente morre, beleza. Depois a gente acerta as contas, seja com Deus, seja com qualquer outra pessoa. Mas assim, é o medo de ser espancado, né? Porque você se sente humilhado, é algo que você se colocando no lugar do outro, de quem já passou por isso, você sente. Eu vou ser espancado, que nem houve o caso do cara, um fã da Katy Perry e hoje o cara, infelizmente, ele vive em cima de uma cama, dependendo da mãe, simplesmente por ser gay. Aí tipo é o que eu penso, você morrer por algo que você não escolheu. Por algo que...ninguém escolhe ser gay. Ninguém quer ser gay pra ser espancado, pra ser

morto, pra ser estuprado, pra ser... enfim, violentado da forma que é, né? Então, esse é o meu medo.

Falante III – Mulher transexual/travesti

A gente quando era pequena, a gente brigava. Vamos brincar de casinha? Vamos! Eu só queria ser só a dona da casa, queria varrer casinha, cuidar de bebê. Então, aquela coisa toda. Então, chegava o circo, os meninos queriam ser palhaços, malabaristas. Eu não, eu só queria ser aquelas meninas que dançavam rumba. Então, a minha infância sempre foi assim, tá entendendo? Sete de setembro, quando começavam as latas “pá pá”, batendo. Eu só queria as tampas das panelas de mamãe, eu queria pratos. Inclusive, até hoje eu sempre gosto dessas coisas de banda marcial, dança, isso tudo aí eu gosto, a parte cultural. “Ah, vamos brincar com ele não. Isso é um viadinho”. Sempre tem esse lado, né? E, inclusive, com eles mesmos as mães diziam assim: não, não vá andar com o filho de fulano não que aquilo é um viadinho, não sei o que. Aquelas coisas de criança mesmo. Sempre passei esse preconceito sim.

E não tive indiferença, entendeu, entre as minhas duas irmãs. Aliás, quando eu nasci já tinha até minha irmã mais velha, mas a indiferença não houve dentro de casa. Era normal. [Não audível]. Aceita, é filho, né? Aceita. Mas ninguém da rua diga não, porque se falar, é babado. Mas eu sempre fui aceita na minha família e até hoje, graças a Deus, eu nunca tive indiferença não. Eu fui dizendo: “painho, aquele dançarino usa lápis de olho. Eu tenho que comprar um lápis de olho pra mim”. Aí ele dizia: meu filho, mas isso é coisa de mulher. Não painho, mas o dançarino ele usa. Aí comprei lápis. “Painho, tem que comprar uma botinha pra mim” (risos). E tudo foi se modificando. Com um tempo, depois de uns três, quatro meses, eu botei um mega hair de cabelo, pronto. Desse mega hair, foi a minha primeira, meu primeiro passo. Assumi, disse o que era, entendeu? Não escondi de ninguém e graças a Deus sou feliz até hoje.

É aquela coisa. Deixa eu falar, eu tiro por mim, né? Em relação a emprego, eu acho que é o mais difícil. Por que? Porque hoje você diz, ah é homossexual, já lhe vê com outros olhos. Não vê você pela sua capacidade, pela sua inteligência, pelo que você é capaz de fazer. Ele olha pra você, um cabelo, uma prótese de seio, um silicone no corpo, tá entendendo? Então eu digo assim, pense antes de se decidir ser uma trans, porque hoje, no mundo que a gente vive, no Brasil mesmo, é muito difícil um emprego. Aquela coisa toda, né? Ou você vai prostituição, como já fiz várias vezes, não vou mentir. Ou você bota um salão de beleza, tá entendendo? Na parte de estética da beleza. Porque você pode ser formada, o que for, mas tem o preconceito sim.

Eu acho melhor. É mais divertida, mais comunicativa, a gente fica mais à vontade. Porque é o nosso público, entendeu? Principalmente quando a gente tá em ambiente que tem héteros, eles nos olham com outros olhos. Nos vê assim, ah... Pronto, esses dias agora eu fui com minha amiga *****, em um barzinho que tem por aqui, e um senhorzinho olhou pra gente lá e fez: “eige, maria”. Como se viu a gente com outros olhos, entendeu?

Falante IV – Mulher bissexual feminina

Então, sobre minha sexualidade, eu sou aberta a falar sobre, todos os meus amigos sabem, alguns familiares sabem e não todos os familiares sabem, porque eu acho, na minha opinião, a gente não chega pra um pai, pra uma mãe, pra qualquer pessoa, amigo, a gente fala que é hétero. Então, eu tenho isso, pra mim eu não vou chegar pra uma pessoa e falar: “não, eu sou bi, tudo bom?” Não vou chegar e falar. Se a pessoa perguntar, eu falo, abertamente, mas vivo minha vida tranquilamente, não escondo de ninguém. Mas também não acho necessário falar, porque a gente não fala que a gente é hétero.

Eu seguia muito um padrão e me sentia muito confortável nesse padrão, nunca tive vontade de ficar com uma pessoa de outro gênero, é, se tivesse também, ficaria, como fiquei, quando tive essa vontade. Mas até então, não tinha despertado essa vontade, era muito padrão, realmente. Aquela pessoa ali, digamos, neutra, em tudo.

Um casal hétero, ele tem muita liberdade de dar um selinho em público, beijar em público, ter uma convivência muito legal em público. Já o LGBT não. Já o Bi não. A gente é muito privado, a gente tem que mascarar muitos sentimentos, muitas reações do nosso dia a dia, pra se encaixar em um padrão que os héteros quer que a gente siga. Pra gente viver em sociedade e isso eu acho muito absurdo. Porque a

gente é muito mal-entendido na sociedade. Ninguém entende que a gente pode gostar de homem e pode gostar de mulher na mesma intensidade. E isso é muito questionado por todos. Por homens, por mulheres e, até muitas vezes, por homossexuais. Que é o mais absurdo possível, a gente ver uma pessoa homossexual questionando você ser bissexual.

Sim, abriu um leque de pessoas maravilhosas na minha vida. De amizades, de pessoas que eu respeito muito. Querendo ou não, acho que é uma acolhida. Quando a gente tá no meio, a gente conhece muito mais pessoas, tem mais carinho com as pessoas, e é comum.

Muito, a gente se fala muito por gesto, por olhares e é uma comunicação muito simples. Se torna muito simples, porque nos gestos você já percebe toda a situação que tá acontecendo ao seu redor. Coisas que hétero não tem essa percepção. É muito fechado no mundinho deles.

É o viver, eu não me prendo, eu faço o que eu quero. Eu pago minhas contas desde os meus 16 anos, então não dou liberdade a ninguém julgar o que eu faço. Isso é muito importante, acho que na vida de todo mundo. Ninguém dar liberdade, ninguém dar credibilidade. [não audível]. Você se conhece, você é você. Então pra mim é tranquilo. Quero sim sair daqui, por questões da minha vida, de ter uma pessoa fora, de querer ir morar fora, mas viver aqui é cômodo pra mim ainda e não me impede, eu não preciso mascarar quem eu sou pra viver aqui e isso, graças a Deus, é muito tranquilo pra mim.

Falante V – Mulher homossexual feminina

Bom, a infância não é um período que eu gosto de lembrar. Porque foi bem conturbado, de verdade. Primeiro, já falei que meu pai era bem assim... e por ser a primeira filha, ele não aceitou muito bem o fato de eu ser menina. Ele queria muito que eu fosse menino, ele não aceitou muito bem. Daí, o que aconteceu, ele se tornou muito agressivo, durante a infância eu sofri, realmente, muitas agressões físicas. E isso me custou. Eu não gostava de brincar, eu era uma criança muito fechada, não me relacionava muito bem. E até os 15 anos ele ainda me batia. Então assim, a infância pra mim não foi boa.

A gente tem uma relação boa, mas a comunicação ainda é muito falha. Aquela coisa bem dispersa. É cada um no seu lugar, principalmente eu, porque eu cresci assim. Pra mim é super normal eu tá no meu cantinho, e tal, não falar muito sobre mim. Eu não falo muito sobre minha vida com eles, principalmente com meu pai. A gente tipo, tem a comunicação necessária, mesmo morando na mesma casa, a gente se fala o básico só. Então, com a minha família, assim, o pessoal que eu convivo, até porque eu moro com eles, né? A gente tem uma convivência boa hoje, mas não de se abrir muito, é cada um no seu canto.

Foi aos 13 anos, eu me tranquei no quarto e eu passei o dia inteiro refletindo. Meu Deus, será que é isso mesmo e tal? Aí eu lembro que eu passei nesse o dia todo aquele conflito e quando foi à noite eu já tinha certeza. Não, é isso. [Não audível]. Foi difícil, mas eu já tinha certeza absoluta, porque eu sempre fui assim, eu sempre tive muita certeza daquilo que eu gosto ou não. Só que, durante muito tempo, até os 17, 18 anos, foi só pra mim. As pessoas poderiam até imaginar, mas eu nunca cheguei pra contar. Depois disso, pra os amigos mais próximos, algumas pessoas da família muito próxima, primos mesmo. Mas os meus pais, eu nunca cheguei pra falar.

Primeiro é, os padrões, né? Que a gente cresce, tipo, não você tem que ser assim e pronto. Então, pra mim, o mais difícil foi isso. De querer se encaixar em um padrão que não era meu. Então, a questão da identidade pega muito, sabe? Tem que ter cabelo curto, tem que ser mais largada e tal. Nossa, se for uma mulher feminina vão duvidar muito. Vão dizer, tipo...Digamos, Anitta. As pessoas questionam muito a bissexualidade dela. Nesse nível, só porque é uma mulher superfeminina, supervaidosa. Ela não pode, de jeito nenhum. Se bem que, hoje em dia, já tá mudando mais, só que ainda é muito difícil.

Olha, assim, de chegar e ser super ao extremo, não. Mas, pelo meu jeito, e olhe que eu não sou tanto e também não sou assumida, mas as pessoas já imaginam né, que eu sou. E você percebe olhares, tratamento diferente, com certeza tem muitos tratamentos diferentes quando não lhe conhecem, sabe? Principalmente as mulheres, nossa. Ficam com receio de se aproximar e tal.

E já aconteceu algumas vezes sim, mas, de questões de parceria. De por exemplo, pessoas não fecharem parceria comigo por preconceito mesmo.

Ah, as conversas assim. Não que... eu sou a mesma pessoa, só que é diferente, os papos, as conversas, o jeito das pessoas reagirem. Quando você chega com um grupo em alguma festa, um grupo LGBTQ, é diferente o jeito que as pessoas olham. Aí tipo eu, digamos que tá só eu em um grupo de hétero. [Não audível]. Oi? Sabe? É muito estranho e a gente sente isso.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA SELEÇÃO DE PARTICIPANTES

Este formulário tem por objetivo a coleta de dados que possam traçar um perfil de colaboradores de pesquisa a nível de pós-graduação. O responsável pela pesquisa é André Luiz Souza da Silva, aluno matriculado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING), sob orientação do Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena (DLEM/UFPB). As informações aqui indicadas serão apenas para a triagem de propensos colaboradores, lembrando que sua colaboração é voluntária. Caso venha a ser selecionado/a para a participação, sua colaboração será indexada no processo do Comitê de Ética e Pesquisa, com a finalidade de lhe assegurar anonimato, formalizando nosso compromisso com os dados que irá dispor.

*Obrigatório

1. Você tem mais de 18 anos e concorda em compor a base de informantes deste formulário, vindo a participar de etapas e procedimentos futuros da pesquisa? *
☐ Sim
☐ Não
2. Abaixo, selecione a opção que possa determinar sua ORIENTAÇÃO SEXUAL: *
☐ Homossexual
☐ Bissexual
☐ Heterossexual
☐ Outra
3. Abaixo, selecione a opção de possa determinar sua IDENTIDADE DE GÊNERO *
☐ Travesti
☐ Mulher/Transgênero
☐ Mulher/Cisgênero
☐ Homem/Transgênero
☐ Homem/Cisgênero
☐ Outra
4. Você se reconhece como
☐ Preto
☐ Pardo
☐ Branco
☐ Indígena
☐ Outra
5. Abaixo, selecione a opção que possa determinar sua idade: *

- ☐ 18 - 23
 - ☐ 24 - 29
 - ☐ 30 - 35
 - ☐ 36 - 40
 - ☐ Mais de 40 anos
6. Abaixo, selecione a opção que possa determinar sua religião: *
- ☐ Candomblé
 - ☐ Umbanda
 - ☐ Espiritismo
 - ☐ Catolicismo
 - ☐ Protestantismo
 - ☐ Outra
 - ☐ Nenhuma
7. Considerando o valor do salário mínimo atual (R\$ 1.145, 00), assinale a opção que possa representar sua renda familiar mensal: *
- ☐ Menor
 - ☐ Um salário mínimo
 - ☐ Maior
8. Assinale a opção que especifique seu grau de escolarização: *
- ☐ Fundamental completo
 - ☐ Fundamental incompleto
 - ☐ Ensino médio completo
 - ☐ Ensino médio incompleto
 - ☐ Ensino superior completo
 - ☐ Ensino superior incompleto
 - ☐ Pós-graduação concluída
 - ☐ Pós-graduação em andamento
9. Qual sua profissão atual ou área de atuação profissional? *
10. Cidade e zona do estado da Paraíba em que reside (João Pessoa, zona urbana, por exemplo): *
11. Participa de algum movimento social ou sindical? Se sim, qual?
12. Contato de WhatsApp com DDD:
13. E-mail:

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE (TCLE)

A seguir, você irá assinalar o item "sim", autorizando a sua participação voluntária na pesquisa intitulada "Sociolinguística com foco na comunidade LGBTQIA+: atitude, identidade e estigma", desenvolvida pelo pesquisador André Luiz Souza da Silva como pesquisa de mestrado pelo PROLING, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob orientação do Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena.

Dito isso, estás ciente de que os procedimentos (formulários, questionários e/ou entrevistas) não terão custos e desconfortos para você, também não tendo riscos envolvidos. Assim, você autoriza os responsáveis pela pesquisa a conservar, sob sua guarda, os resultados da pesquisa, assim como a utilizar estas informações sobre o participante em reuniões, congressos e publicações científicas, uma vez que sua identidade estará mantida em sigilo.

Também está ciente que terá direito a respostas de quaisquer dúvidas que possam surgir durante a sua participação na pesquisa. Em hipótese alguma, você será identificado e poderá retirar este consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização.

Este termo de consentimento lhe foi apresentado, entendendo que seu conteúdo foi compreendido.

Paraíba, julho de 2021.

André Luiz S. da Silva, residente na rua Alcides Bezerra, 366 - Bananeiras, PB - (83) 993515398.

***Obrigatório**

1. E-mail *
2. Lido o termo de consentimento e estabelecidos os parâmetros da investigação, você concorda em participar da pesquisa? *

☐ Sim

APÊNDICE C – ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA A COLETA DE FALAS DE PESSOAS LGBTQIA+

1. Poderia me falar um pouco sobre sua infância?
2. Como é a sua relação com a família?
3. Foi difícil assumir a sua sexualidade e/ou identidade de gênero?
4. Como era sua relação com amigos/as na escola?
5. Você sentiu um tratamento diferente na escola, por parte de colegas ou professores/as, ou você não expressa sua sexualidade/identidade no contexto da escola?
6. De alguma maneira, a *LGBTfobia* te assusta? Por que?
7. O que você considera mais difícil ao se enxergar e se assumir como uma pessoa LGBTQIA+?
8. E o contexto de trabalho e profissionalização, como é para você?
9. Tem medo de morrer de alguma forma específica? Ser LGBTQIA+ te faz pensar mais sobre isso?
10. Tem muitos amigos/as que também são do meio? Como funciona a saída com eles?
11. Vocês têm um jeito de se comunicar bem próprio? Gostam de utilizar gírias e serem mais performáticos?
12. Gostaria de residir em outra cidade? Acha que a cidade em que mora atualmente te impede de viver com liberdade a sua sexualidade e/ou identidade de gênero?

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS TAREFAS
03 E 04 DA METODOLOGIA**

1. Quais palavras da lista você reconhece como gíria da comunidade LGBTQIA+?

- ☐ Ajeum
- ☐ Alibã
- ☐ Alice
- ☐ Amapô
- ☐ Aqüendar
- ☐ Arrasou
- ☐ Babado
- ☐ Bapho Barbie
- ☐ Bethe faria
- ☐ Cafuçu
- ☐ Cheque
- ☐ Chuca
- ☐ Close
- ☐ Coió
- ☐ Cunete
- ☐ Dar a elza
- ☐ Ebó
- ☐ Edi
- ☐ Erê
- ☐ Frango
- ☐ Fazer a egípcia
- ☐ Gravação
- ☐ Lacrar
- ☐ Mônica
- ☐ Neca
- ☐ Nena
- ☐ Oco
- ☐ Odara
- ☐ Picumã
- ☐ Taba
- ☐ Tombar
- ☐ Truque
- ☐ Uó
- ☐

2. Quais palavras da lista abaixo você reconhece como de uso possível no seu cotidiano?

- ☐ Ajeum
- ☐ Alibã
- ☐ Alice
- ☐ Amapô
- ☐ Aqüendar
- ☐ Arrasou
- ☐ Babado
- ☐ Bapho Barbie
- ☐ Bethe faria
- ☐ Cafuçu
- ☐ Cheque
- ☐ Chuca
- ☐ Close
- ☐ Coió
- ☐ Cunete
- ☐ Dar a elza
- ☐ Ebó
- ☐ Edi
- ☐ Erê
- ☐ Fazer a egípcia
- ☐ Frango
- ☐ Gravação
- ☐ Lacrar
- ☐ Mônica
- ☐ Neca
- ☐ Nena
- ☐ Oco
- ☐ Odara
- ☐ Picumã
- ☐ Taba
- ☐ Tombar
- ☐ Truque
- ☐ Uó
- ☐
- ☐

3. A partir das opções, determine aquelas que você usa e as que não usa: *

	Uso	Não uso
Muito gato/a	☐	☐
Muitíssimo gato/a	☐	☐
Muito belo/a	☐	☐
Belíssimo/a	☐	☐
Muito bronzeado/a	☐	☐
Bronzeadíssimo/a	☐	☐
Muito linda/o	☐	☐
Lindíssima/o	☐	☐
Muito cafona	☐	☐
Cafoníssima/o	☐	☐
Muito careta	☐	☐
Caretíssimo/a	☐	☐

4. Selecione os vocativos (termos para chamar por alguém) que você utilizaria em conversas cotidianas:

- ☐ Bicha
- ☐ Mulher
- ☐ Amiga
- ☐ Amigo
- ☐ Gata
- ☐ Rapariga
- ☐ Miga
- ☐ Migo
- ☐ Menina
- ☐
- ☐
- ☐

5. Observe as sentenças e determine: *

Marcar apenas uma oval por linha

	Faz até medo, né, bicha?!	Bicha, faz até medo, né?!	Bicha, faz até medo, né, bicha?!
Qual estrutura você prefere?	☐	☐	☐

6. Determine, numa escala de 1 a 5, o nível de possibilidade de você fazer uso das sentenças a seguir SEM FAZER ALTERAÇÕES, onde 1 indica pouca possibilidade e 5 muita possibilidade: *

	1	2	3	4	5
Ele fica morta	☐	☐	☐	☐	☐
Se eu ficar perto delas, eu vou ficar falada	☐	☐	☐	☐	☐
Eu sou uma pessoa muito bondosa	☐	☐	☐	☐	☐
A bichinha pão-com-ovo é aquela coisa simplinha, sabe?!	☐	☐	☐	☐	☐
Eu acho que às vezes eu prefiro ficar até um pouco alienado, sabe?!	☐	☐	☐	☐	☐

7. Nas conversas em redes sociais, qual ortografia você prefere? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	A primeira	A segunda
Phyna ou Fina	☐	☐
Baphão ou Bafão	☐	☐
Gentchy ou Gente	☐	☐
Beesha ou Bicha	☐	☐
Aloooka ou Louca	☐	☐

8. Você tem preferência em fazer uso do riso, da ironia e do deboche em suas comunicações cotidianas? *

Sempre
Depende

- ☐ Nunca
☐ FALANTE LGBTQIA+ [01, 02, 03, 04, 05, cada áudio contendo as mesmas perguntas]

9. Caso o/a falante não assumisse ser gay, você o/a identificaria como tal?

- ☐ Sim
☐ Não

10. Em que região da Paraíba você acha que o/a falante reside?

- ☐ Mais próximo ao litoral
☐ Mais próximo ao sertão

11. Você acha que a renda mensal dessa pessoa é:

- ☐ Maior que 1 salário mínimo
☐ Igual a 1 salário mínimo
☐ Menor que 1 salário mínimo

12. Você acredita que o nível de escolaridade dessa pessoa seja qual?

- ☐ Ensino fundamental
☐ Ensino médio
☐ Ensino superior
☐ Pós-graduação

13. Qual profissão você acredita que essa pessoa exerce? *

14. A partir do que você ouviu, selecione as características que você acha que essa pessoa tem?

	A primeira	A segunda
Magra ou gorda	☐	☐
Alta ou baixa	☐	☐
Negra ou branca	☐	☐
Descolada ou metida	☐	☐
Trabalhadora ou preguiçosa	☐	☐
Inteligente ou desinformada	☐	☐
Religiosa ou atea	☐	☐
Grosseiro ou elegante	☐	☐
Desonesta ou confiável	☐	☐
Progressista ou conservadora	☐	☐

15. Considerando uma escala de 1 a 5, determine um grau para as característica abaixo que melhor avaliem o/a falante: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5
Feminino	☐	☐	☐	☐	☐
Amável	☐	☐	☐	☐	☐
Sensível	☐	☐	☐	☐	☐
Simpático	☐	☐	☐	☐	☐
Empático	☐	☐	☐	☐	☐

16. E sobre a fala dessa pessoa, você considera: *

	1	2	3	4	5
Bonita	☐	☐	☐	☐	☐
Melodiosa	☐	☐	☐	☐	☐
Cantada	☐	☐	☐	☐	☐
Chiada	☐	☐	☐	☐	☐
Rápida	☐	☐	☐	☐	☐
Expressiva	☐	☐	☐	☐	☐
Maliciosa	☐	☐	☐	☐	☐
Clara	☐	☐	☐	☐	☐
Divertida	☐	☐	☐	☐	☐

17. De forma geral, o que você achou do modo de falar dessas pessoas?
18. Você aceitaria participar da segunda etapa desta pesquisa? A nossa intenção é dar voz a sujeitos LGBTQIA+ em relação ao tema identidade. Reiteramos que o critério da confidencialidade e/ou autonomia não se modifica. [Apenas para os/as participantes LGBTQIA+].

☐ Sim